

U N I V E R S I D A D E D O M I N H O



22·1  
2008

REVISTA DO  
CENTRO DE ESTUDOS HUMANÍSTICOS

# DIACRÍTICA

(N.º 22 • 1 – 2008)

**Série CIÊNCIAS DA LINGUAGEM**

## DIRECÇÃO

MARIA EDUARDA KEATING  
ANA GABRIELA MACEDO

## COORDENADORA

PILAR BARBOSA

## COMISSÃO REDACTORIAL

ÁLVARO IRIARTE SANROMÁN  
JOSÉ TEIXEIRA  
MARIA ALDINA MARQUES  
PILAR BARBOSA

## COMISSÃO CIENTÍFICA

ÁLVARO IRIARTE (U. Minho), AMADEU TORRES (UCP), ANTÓNIO MIRANDA (U. Aveiro), BRIAN HEAD (U. Minho), DIETER MESSNER (U. Salzburgo), EDUARDO PAIVA RAPOSO (U. da Califórnia), ERWIN KOLLER (U. Minho), FERNANDA BACELAR (Centro de Linguística da U. de Lisboa), HANS SCHEMANN (U. Minho), ISABEL ERMIDA (U. Minho), IVO CASTRO (U. Lisboa), JOAQUIM FONSECA (U. Porto), JORGE MORAIS BARBOSA (U. Coimbra), JOSÉ LUÍS CIFUENTES HONRUBIA (U. Alicante), JOSÉ LUÍS RODRIGUES (U. Santiago de Compostela), JOSÉ TEIXEIRA (U. Minho), MARIA ALDINA MARQUES (U. Minho), MARY KATO (U. Campinas), PILAR BARBOSA (U. Minho), SÓNIA FROTA (U. de Lisboa)

## PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

Os artigos propostos para publicação devem ser enviados ao Coordenador.

Não são devolvidos os originais dos artigos não publicados.

## DEPOSITÁRIO:

LIVRARIA MINHO  
LARGO DA SENHORA-A-BRANCA, 66  
4710-443 BRAGA  
TEL. 253271152 • FAX 253267001

CAPA: LUÍS CRISTÓVAM

ISSN 0807-8967

DEPÓSITO LEGAL N.º 18084/87

## COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

OFICINAS GRÁFICAS DE BARBOSA & XAVIER, LIMITADA  
RUA GABRIEL PEREIRA DE CASTRO, 31 A e C — 4700-385 BRAGA  
TELEFONES 253263063/253618916 • FAX 253615350  
E-MAIL: barbosa.xavier@sapo.pt

# ÍNDICE

NOTA DE APRESENTAÇÃO .....	5
----------------------------	---

## Secção I

### VARIAÇÃO E MUDANÇA NO PORTUGUÊS

<i>CONSECUTIO TEMPORUM</i> : TENDÊNCIAS EM CONFLITO NO COMPLEXO CONDICIONAL Helena Gryner .....	9
VARIAÇÃO MORFO-SINTÁCTICA EM DIALECTOS DO PORTUGUÊS EUROPEU: O GERÚNDIO FLEXIONADO Maria Lobo .....	25
MARCADORES TEMPORAIS NOS <i>EVANGELHOS E EPÍSTOLAS</i> <i>COM SUAS EXPOSIÇÕES EM ROMANCE</i> (PORTO, 1497) José Barbosa Machado .....	57
ORDEM RELATIVA DE CIRCUNSTANCIAIS NO PORTUGUÊS BRASI- LEIRO ESCRITO Maria da Conceição de Paiva .....	73
O SUJEITO PRONOMINAL DE 2. <sup>a</sup> PESSOA NA FALA CARIOCA: VARIAÇÃO E MUDANÇA Vera Lúcia Paredes Silva .....	93
LÍNGUA PORTUGUESA E AS NOVAS TECNOLOGIAS DE COMUNICA- ÇÃO: AS DINÂMICAS DA(S) ESCRITA(S) José Teixeira .....	107

## Secção II

### VARIA

DESLOCAÇÃO LOCAL, CLITICIZAÇÃO E <i>SPELL OUT</i> CÍCLICO Pilar Barbosa .....	131
TEXTO E FRAGMENTO TEXTUAL: PROCESSOS DE RE(CON)TEXTUALIZAÇÃO Teresa Castro .....	157
COMIC FAILURE IN WOODY ALLEN'S <i>MERE ANARCHY</i> : A CASE OF LINGUISTIC SUCCESS Isabel Ermida .....	185
LOS CARACTERIZADORES COMO UNIDADES GRAMATICALIZADAS Ivonete da Silva Isidoro .....	205
PERCEPTUAL TRAINING AND THE LEARNING OF FOREIGN LANGUAGE SOUNDS: A NEW PERSPECTIVE Denize Nobre-Oliveira .....	217
AN ACOUSTIC DESCRIPTION OF BRAZILIAN PORTUGUESE ORAL VOWELS Andréia Schurt Rauber .....	229
<i>A QUEDA DUM ANJO</i> COMO TEXTO DE POLÉMICA Sónia Valente Rodrigues .....	239

## NOTA DE APRESENTAÇÃO

O n.º 22 da revista *Diacrítica – série Ciências da Linguagem* – inclui um pequeno dossiê temático sobre questões de variação e mudança linguísticas. À excepção dos artigos dos Professores José Barbosa Machado e José Sousa Teixeira, esta secção reúne os textos de algumas das comunicações apresentadas no colóquio sobre *Variação e Mudança no Português* realizado na Universidade do Minho em Setembro de 2006. Segue-se uma secção de artigos sobre temática diversa da autoria de investigadores do Centro e de outras Universidades.



**SECÇÃO I**

**VARIAÇÃO E MUDANÇA  
NO PORTUGUÊS**





# ***Consecutio temporum*: tendências em conflito no complexo condicional \***

HELENA GRYNER  
(UFRJ)

## **Abstract**

This paper describes the variation and change of conditional verb forms in Brazilian Portuguese as spoken in Rio de Janeiro. Non-irreal conditional verbs show variation between future and present tense, in protasis (“subordinate” clause) as well as in the “apodosis” (“main” clause). Historically, the prototypical conditional structure is characterized by a combination among analogous verb forms, the so called *consecutio temporum*. Nevertheless, in spoken language, the most frequent combinations contradict the *consecutio temporum*.

Our hypothesis stand that *consecutio temporum* occurs whenever similar contexts obtain the same effects on the use of the verbal form (i.e. future vs present tense) of each clause.

Following Variation and Change labovian theories (Labov, 1972, 1994), and Functionalism theory (Givón, 1995), we analyse statistically the effect of semantic-cognitive and social pressures and we compare two historical moments, in real time: 1980 and 2000.

The results shows a constant tension between: (i) the tendency towards the *consecutio temporum* – as an effect of the epistemic scale and of the gender/sex of the informant – and (ii) the tendency towards the *non-consecutio* – as an effect of the scholar level. Furthermore, they also show the absence of relevant changes in the last decades of the XX century.

## **Introdução**

Desde o latim clássico, as orações constituintes do complexo condicional tendem a estabelecer um equilíbrio, aproximando as res-

---

\* Este trabalho é uma edição revista e atualizada de «Equilíbrio e desequilíbrio na evolução das estruturas condicionais», in PAIVA / DUARTE (orgs), 2003. Mudança Lingüística em Tempo Real. Contra Capa, Rio de Janeiro.

pectivas formas verbais – fenômeno referido na literatura como *consecutio temporum et modorum*. Entretanto, as mesmas orações têm-se revelado um contexto privilegiado para a variação nos usos da flexão verbal, correlacionando-se, à instabilidade e mudança destas formas. Com efeito, pode-se presenciar neste contexto tanto a conservação de formas obsoletas quanto o surgimento de inovações<sup>1</sup> e, conseqüentemente, a competição entre aproximação e afastamento inter-oracional.

Neste estudo analisamos as combinações destas orações na fala coloquial carioca. Através da comparação entre dois momentos, no final do século XX, procuramos identificar as tendências de estabilidade ou mudança no interior do complexo condicional (cf. exemplo (1), abaixo):

- (1) Eu pensava assim: s- eu gostei da fazenda, mas se ela *tiver* que ser minha, ninguém *vai comprar* ela (EVE 1980).

A condicional canônica do português, que se mantém desde o latim, é uma estrutura complexa, constituída por: a) um conectivo facultativo, prototipicamente a conjunção *se*; b) uma oração margem, obrigatória, que a gramática tradicional rotula como subordinada adverbial condicional (COND) ou prótase, e c) uma oração núcleo, facultativa, denominada principal (PRINC) ou apódose<sup>2</sup> (cf. exemplos ((2)-(4)), abaixo:

- (2) Só que ali, mais lá pra cima, bem longe mesmo, tem um negócio lá de coco. E *se pegar* (COND) coco lá, os <ca>... o cara *dá* (PRINC) tiro. (Rom 2000)
- (3) ...*se quer* (COND) fazer uma compra *tem* (PRINC) que ir a pé para o Porcão. (Dav 1980)
- (4) Você *mora* (COND) em apartamento, você não *faz* (PRINC) amizade. (Nad 2000)

---

<sup>1</sup> Além das formas atuais do futuro do indicativo, constam o aparecimento do futuro do subjuntivo e a manutenção da forma simples do mais que perfeito do indicativo, não tratados neste trabalho.

<sup>2</sup> Embora (cf. Gryner, 1995) uma análise mais acurada defina a relação entre o núcleo e a margem condicionais como hipotática e não de subordinação (Hopper e Traugott, 1993), para facilitar a identificação das orações, conservamos os rótulos tradicionais (condicional [prótase] e principal [apódose]).

O quadro (1), abaixo, ilustra a estrutura condicional prototípica:

ESTRUTURA CONDICIONAL		
CONECTIVO	CONDICIONAL prótase	PRINCIPAL apódose
(Se)	<i>tiver</i>	( <i>comprará</i> )

Quadro (1)

Este trabalho focaliza os complexos condicionais *potenciais* e *reais* (ou seja, as orações [-irreais]) que apresentam uma rede de combinações entre as formas verbais da condicional e as da principal, como se vê em (1)-(4), acima<sup>3</sup>.

Desde a origem da língua portuguesa – e mesmo antes – apesar da tendência mais forte a *consecutio temporum*, os verbos da estrutura condicional sempre apresentavam variação (Leão, 1961). Esta instabilidade reflete a pressão de forças contraditórias. De um lado, pressões favorecem, por exemplo, o uso do futuro (em detrimento do presente ou perfeito) ou o desfavorecem (favorecendo o presente ou perfeito) em ambas as orações, propiciando, assim, *consecutio temporum*, como em:

Futuro (subjuntivo) – Futuro (indicativo)  
 Presente (indicativo) – Presente (indicativo)  
 Perfeito (indicativo) – Perfeito (indicativo)

De outro, pressões favorecem o futuro em uma das orações e o desfavorecem em outra, configurando estruturas que se opõem à *consecutio temporum*, como por exemplo:

Futuro (subjuntivo) – Presente (indicativo)  
 Presente (indicativo) – Futuro (indicativo)  
 Perfeito (indicativo) – Presente (indicativo)

---

<sup>3</sup> Ressalve-se que uma terceira categoria epistêmica das condicionais, as [+ irreais], não foi incluída na análise, por constituir um subsistema em que a variabilidade se restringe às formas da oração principal.

A terceira possibilidade é a ausência de pressão em uma ou outra direção, o que indica a neutralização de pressões antagônicas.

Nas línguas românicas faladas atualmente, a não correlação é pressionada pela criação de um futuro do indicativo perifrástico na oração PRINC (v.g. *vou cantar*), derivado de um segundo ciclo de gramaticalização (Traugott e Heine, 1991)<sup>4</sup>. Neste contexto passa a ocorrer a variação entre o futuro perifrástico (do indicativo) e o presente (do indicativo) usado como futuro.

Em línguas românicas como o espanhol, o francês e o português, o futuro do indicativo é bloqueado em condicionais potenciais, sendo substituído pelo presente do indicativo<sup>5</sup>. Na oração COND do português, o futuro do indicativo pode ainda ser substituído pelo futuro do subjuntivo, uma forma de futuro restrita a contextos potenciais<sup>6</sup>. Neste contexto temos também uma variação entre o futuro (do subjuntivo) e o presente (do indicativo)<sup>7</sup>.

Este trabalho se insere teoricamente no modelo de Variação e Mudanças, Labov (1972, 1994) e no de Funcionalismo Linguístico (Givón, 1995).

Propõe-se a responder a duas questões de natureza distinta, mas interligadas:

- Do ponto de vista sincrônico, como as pressões lingüísticas e sociais atuam na escolha das variantes da COND e quais na da PRINC? Quais favorecem a *consecutio temporum*? Quais a desfavorecem?
- Do ponto de vista diacrônico, que tendências de mudança decorrem da atuação dessas pressões? Há evidências de estabilidade ou de mudança? Neste último caso, qual a direção da mudança: a de maior equilíbrio ou de maior desequilíbrio entre as formas verbais da COND e PRINC?

Para responder a estas perguntas levantamos hipóteses relacionadas à interferência de três variáveis independentes (operacionali-

<sup>4</sup> O mesmo ocorre na língua escrita com o futuro flexional originado do primeiro ciclo de gramaticalização (v.g. *cantarei*).

<sup>5</sup> Fenômeno que se insere entre os de redução dos modos verbais nas línguas românicas: subjuntivo > indicativo.

<sup>6</sup> A frequência de futuro do indicativo em condicionais reais é zero.

<sup>7</sup> A análise destas variáveis, contudo, apontam grande consistência, o que não nos cabe elucidar nos limites deste trabalho.

zadas como três grupos de fatores): uma variável estrutural e duas variáveis sociais. A elas foram correlacionadas estatisticamente as duas variantes de cada variável dependente em estudo. Para a forma verbal da COND, as variantes: futuro do subjuntivo *vs.* presente do indicativo; para a forma verbal da PRINC: as variantes futuro do indicativo *vs.* presente do indicativo.

Visando a testar a presença *vs.* a ausência da *consecutio temporum* no complexo condicional, as variantes futuro *vs.* presente foram analisadas em ambas as orações nos mesmos contextos. Para identificar as situações de continuidade ou de mudança lingüística, procedeu-se à análise em tempo real da evolução sociolingüística da comunidade. Foram testados os mesmos contextos para as duas amostras (1980 e 2000). Os resultados estatísticos correspondentes às três variáveis foram analisados quantitativamente, comparando-se o efeito dos contextos sobre o uso do futuro do subjuntivo (*vs.* presente do indicativo) na COND e sobre o uso do futuro do indicativo (*vs.* presente do indicativo) na PRINC. O cotejo entre os dois momentos pesquisados completa a análise quantitativa.

## Metodologia

Este estudo se baseia em entrevistas com falantes cariocas que constituem duas amostras elaboradas pela equipe do PEUL. A primeira foi realizada no início da década de 80 (1980) e a outra em torno da virada do milênio (2000). A comparação entre essas amostras permitiu identificar as tendências de mudança nos usos da *comunidade* do Rio de Janeiro. Analisamos 32 entrevistas (16 por amostra). Os informantes foram distribuídos regularmente por gênero/sexo, faixa etária e nível de escolaridade. A análise estatística segue os procedimentos metodológicos e a base teórica da Teoria da Variação de Labov (1972 e 1995), para o estudo dos fenômenos variáveis. No quadro da Teoria da Variação, os usos variáveis são explicados pela determinação de quais são e em que extensão atuam os contextos variáveis (estruturais ou sociais), quando se impõe aos falantes a escolha entre as duas ou mais variantes, isto é, entre duas ou mais as formas que «dizem a mesma coisa».

Para fins de comparação entre as variantes usadas na COND e as usadas na PRINC nos dois momentos, buscamos identificar: a) em que contextos lingüísticos e extralingüísticos ocorrem preferentemente as variantes da COND, em 1980 e em 2000 e b) em que os contextos ocorrem preferentemente as variantes da PRINC, em 1980 e 2000.

As amostras 1980 e 2000 foram analisadas em separado. A partir de cada uma delas procedeu-se a duas análises autônomas, incidindo sobre dois *corpora* distintos: o das COND e o das PRINC. Assim, conforme a oração e o momento histórico, analisamos separadamente quatro conjuntos de dados:

- a) a oração condicional em 1980; b) a oração condicional em 2000;
- c) a oração principal em 1980; d) a oração principal em 2000.

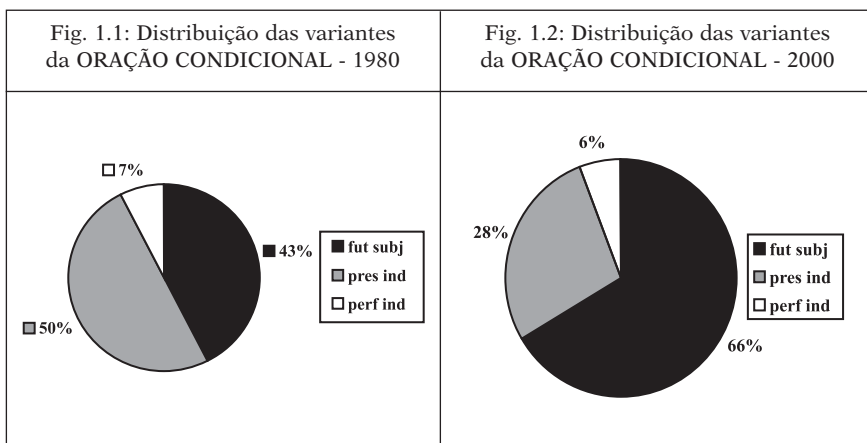
Embora resultantes de quatro análises estatísticas distintas, os índices correspondentes a cada uma delas são comparáveis, pois correspondem ao efeito dos mesmos grupos de fatores lingüísticos e extralingüísticos. Para facilitar a leitura, os resultados de cada análise foram apresentados lado a lado, numa mesma tabela. A comparação entre as duas épocas permitirá evidenciar as mudanças ocorridas tanto na COND quanto na PRINC, em separado; da mesma forma, a combinação dos resultados de COND e PRINC nas duas épocas apontará as tendências de combinação entre as formas. Observe-se ainda que a variante escolhida para a aplicação da regra, isto é, aquela a qual os resultados são referidos nas tabelas é o futuro (em contraposição ao presente). No caso da COND, o futuro do subjuntivo e, no caso da PRINC, o futuro do indicativo.

## **Análise quantitativa e interpretação dos resultados**

### *Variáveis dependentes*

- Variantes da oração condicional
  - a) futuro do subjuntivo FS ( cf. exemplo (5)):
    - (5) se eu *falar* FS e- espanhol, eu já vou ganhar não sei quanto. (Eri 2000)
  - b) presente do indicativo PI (cf. exemplo (6)):
    - (6) se você *fala* PI [que ganhou na loteria] vem todo mundo em cima de você. (Dav 2000)
  - c) perfeito do indicativo PFI (cf. exemplo (7)):
    - (7) Mas, não! [se] O cara se *formou* PFI professor de química orgânica, então ele vai ser professor de química orgânica. (Vas 1980)

As figuras (1.1) e (1.2), abaixo, descrevem a distribuição das três variantes da COND: a) *futuro do subjuntivo*, b) *presente do indicativo* e c) *perfeito do indicativo* – em dois momentos: 1980 (fig. 1.1) e 2000 (fig. 1.2). Pode-se observar que uma das três variantes correspondentes aos verbos da COND, especificamente, o perfeito do indicativo, nunca atinge a taxa de 10% dos dados, o que impôs a sua exclusão da análise quantitativa. A variável dependente fica, portanto, reduzida a duas variantes: o futuro do subjuntivo FS e o presente do indicativo PI. Comparando-se as taxas de 1980 e 2000, percebe-se que, em cerca de vinte anos, houve um incremento significativo das taxas do futuro do subjuntivo (Em 1980: FS = 43% vs. PI = 50%; em 2000: FS = 66% vs. PI = 28% ) em detrimento do presente do indicativo<sup>8</sup>.



- Variantes da oração principal

a) presente do indicativo PI (cf. exemplo (8):

(8) E se pegar coco lá, os <ca>... o cara dá PI tiro (Rom 2000).

b) futuro do indicativo FI (cf. exemplo (9):

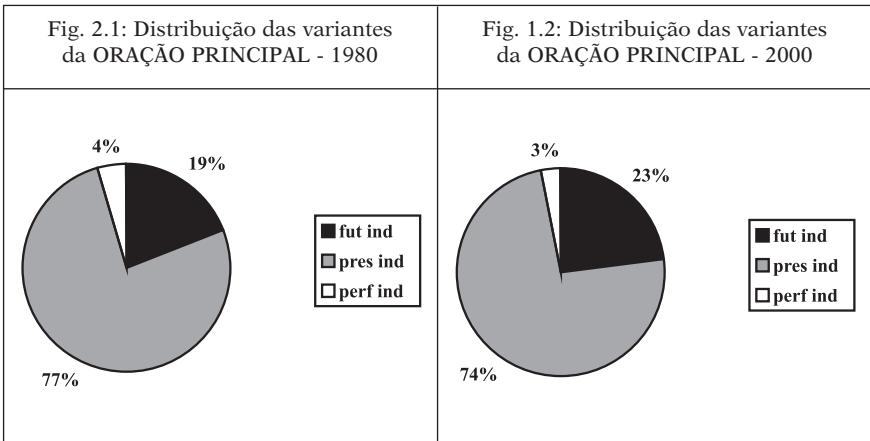
(9) se você fala [que ganhou na loteria] ... nego vai te assaltar FI, vai seqüestrar FI sua filha, vai- , tá entendendo? (Dav 2000)

<sup>8</sup> Este aumento na proporção de futuro de subjuntivo no português falado atualmente no Rio de Janeiro encontra paralelo naquele ocorrido no português literário do século XVIII (FS = 20% vs PI = 80) para o século XIX (FS 46% vs 54%) (fonte: Leão, 1961).

c) perfeito do indicativo Pfi (cf. exemplo (10)):

(10) Eu penso assim... [já que] separou, *separou* Pfi... (Jos 1980)

As figuras (2) abaixo descrevem os usos das três variantes da PRINC: a) futuro do presente perifrástico, b) presente do indicativo e c) perfeito do indicativo – em dois momentos: 1980 (fig. 2.1) e 2000 (fig. 2.2).



Observa-se, de novo, que os índices de perfeito do indicativo são insignificantes, reduzindo-se a menos de 5%. Aqui também a terceira variante da PRINC foi excluída. As figuras 2.1 e 2.2 revelam que, ao contrário do que ocorre na COND, os índices das duas variantes consideradas se mantiveram praticamente inalterados nos últimos vinte anos (1980: FS = 77% vs. PI = 19%; e 2000: FS = 74% vs. PI = 23%).

#### *Variáveis independentes*

- Variável estrutural: *a escala epistêmica*

A primeira variável independente analisada é uma variável estrutural de natureza semântico-pragmática e diz respeito à atitude epistêmica do falante em relação ao conteúdo veiculado pela forma verbal.

Na maioria das línguas do mundo, os complexos condicionais gramaticalizam diferentes categorias epistêmicas, correspondentes aos



diferentes graus de certeza do locutor em relação ao conteúdo enunciado (Bybee/Fleishman, 1995). Translingüisticamente os esquemas semântico-pragmáticos variam de um a cinco graus. Em trabalho anterior, postulamos (Gryner, 1998) que na condicional do português a escala é constituída por cinco graus codificados iconicamente, tanto pela forma verbal quanto pela distribuição estatística de seu uso. Retomamos aqui as três das categorias propostas naquele trabalho que são codificadas pelo presente e pelo futuro: as condicionais *reais*, as condicionais *potenciais prováveis* e as condicionais *potenciais possíveis*. A mesma categorização foi aplicada às orações principais correspondentes.

#### i - Reais

As orações *reais* (condicionais e principais) – também denominadas *fatuais* ou *certas* – pressupõem a afirmação do conteúdo proposicional veiculado. Podem ser parafraseadas por *já que* (cf. exemplo (11)):

- (11) Então, eu acho que é o seguinte: se [*já que*] você é PI um ser humano; então você *tem* PI o direito de falar o que você quiser, tá? (Vas 1980)

#### ii - Potenciais prováveis

Nos complexos condicionais potenciais as orações (condicionais e principais) potenciais não pressupõem a afirmação nem a negação do conteúdo proposicional veiculado. As *potenciais prováveis* – denominadas *habituais* ou *genéricas* – podem ser parafraseadas por *sempre que* (cf. exemplo (12)):

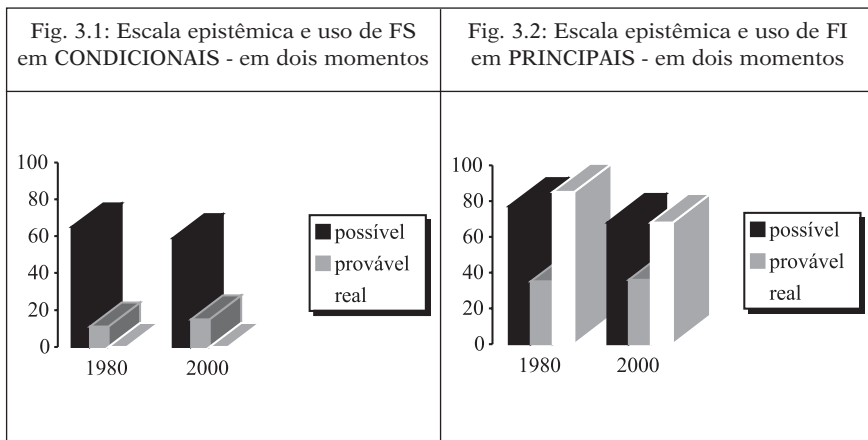
- (12) (...) se [= *sempre que*] *tem* PI uma pessoa doente, eu *vou* PI lá, *ministro* PI o johrei, porque a doença é um estado de espírito (Jos 2000).

#### iii - Potenciais possíveis

As orações *possíveis* – ou *eventuais* – podem ser parafraseadas por *se por acaso* (cf. exemplo (13)):

- (13) (...) eles (os pais) [fala-] ele fala se [*por acaso*] a gente não *passar* FS de ano eles não *dão* PI um vídeo-game pra gente, outra coisa é- (Rom 2000).

As figuras seguintes descrevem o efeito da escala epistêmica sobre o uso do futuro em COND (3.1) e PRINC (3.2) nos dois momentos.



A figura 3.1 revela que de 1980 a 2000 não há mudanças significativas quanto às COND nem quanto as PRINC. Nas orações COND, nos dois momentos, há uma nítida distinção entre as COND *possíveis* e as demais. COND *possíveis* tendem a favorecer o futuro do subjuntivo (1980: FS = .65 vs. PI = .35; 2000: FS = .59 vs. PI = .41). Observa-se que, no polo apostro, COND *reais* o futuro do subjuntivo é simplesmente bloqueado. Visto por outro ângulo, o uso de presente do indicativo em COND *reais* é categórico. As COND *prováveis* ficam próximas das *reais* e também tendem a desfavorecer o futuro do subjuntivo (1980: FS = .11 vs. PI = .89; 2000: FS = .15 vs. PI = .85).

É possível explicar funcionalmente a escala epistêmica: possível > provável > real. De acordo com os princípios da marcação e da iconicidade, conteúdos mais perceptíveis, cognitivamente mais acessíveis, são codificados por formas menos marcadas (Givón, 1995). Corroborando a atuação destes princípios (cf. Grynier, 1990, 1996 e 1998), a COND *possível*, que veicula conteúdos menos acessíveis, favorece o uso da forma mais marcada, o futuro do subjuntivo; a COND *provável* que veicula conteúdos habituais e genéricos, ocupa um lugar intermediário: embora admita o futuro do subjuntivo, favorece pronunciadamente o presente do indicativo. Por último, a COND *real*, que codifica informações recentes, disponíveis na memória de curto prazo e, portanto, facilmente acessíveis, exige como uso categórico a forma

não marcada, ou seja, o presente do indicativo. Assim, confirmando e expandindo os resultados obtidos em pesquisas independentes, atestamos que os mesmos princípios de marcação e iconicidade que atuavam na amostra 1980, continuam relevantes para a amostra 2000. O grau de complexidade das formas (PI vs. FS) e a escala de pesos relativos do uso da variante refletem iconicamente a escala de complexidade conceptual (possível, provável e certo), que se mantém nos últimos 20 anos (cf. Gryner, 1998).

Quanto às variantes da PRINC (cf. quadro 3.2), a oposição entre contextos *possíveis* e *prováveis* é semelhante à encontrada na COND. Condicionais *possíveis* favorecem o futuro do indicativo (FS = .77 vs. PI = .23; 2000: FS = .68 vs. PI = .32), enquanto as *prováveis* o desfavorecem (FS = .35 vs. PI = .65; 2000: FS = .36 vs. PI = .64). Os índices estatísticos revelam, portanto, que as motivações presentes no uso das COND em contextos *possíveis* e *prováveis* são válidas também para variantes da PRINC que ocorrem nestes contextos. Contrariando a expectativa, porém, os contextos *reais* não apresentam o mesmo paralelismo. Ao contrário das COND *reais*, as PRINC *reais* não bloqueiam o futuro. Ao contrário, em 1980 o índice de futuro do indicativo em PRINC *reais* era ainda mais elevado (FS = .85 vs. PI = .15) do que o de PRINC *possíveis* (FS = .77 vs. PI = .23); em 2000 os índices de ambas se equiparam (FS = .68 vs. PI = .32, tanto em contextos *possíveis* quanto em *reais*). O comportamento das PRINC *reais* em 1980 talvez possa estar ligado a uma interpretação modal do auxiliar IR, no presente, na estrutura IR seguido de infinitivo: o caráter assertivo do presente de IR explicaria o favorecimento da estrutura perifrástica em PRINC *reais*. Se esta hipótese for confirmada, poderíamos explicar o recuo dos índices de futuro das PRINC *reais*, em 2000, pelo avanço da gramaticalização do modal, o que teria levado, gradativamente, à interpretação do IR + Inf como futuro, e à conseqüente redução de seu uso no contexto *real*.

- ***As variáveis sociais: escolaridade e gênero/sexo***

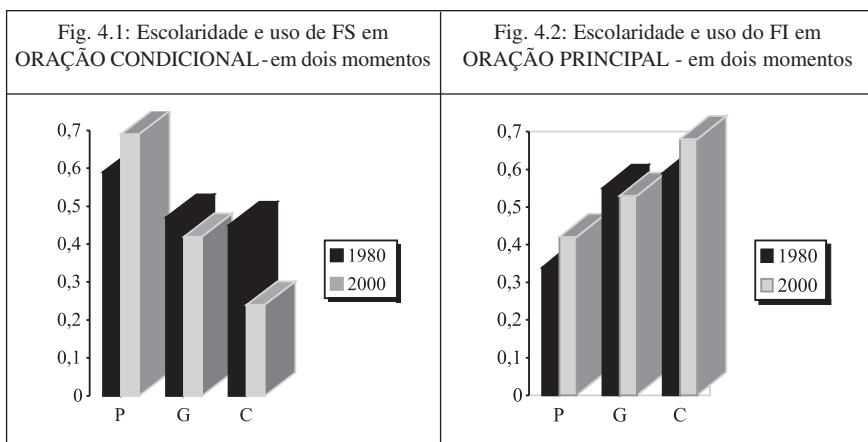
*Nível de escolaridade*

O primeiro grupo de fatores extra-lingüísticos que se revelou relevante para o uso do futuro do subjuntivo (vs. presente do indicativo) na COND foi a escolaridade. A figura. 4.1, abaixo, atesta que o incremento do futuro do subjuntivo na comunidade do Rio de Janeiro visto acima é liderado pelo grupo menos escolarizado. Ou seja, é uma tendência vinda das classes menos prestigiadas. A oposição entre falantes

mais escolarizados (colegial (.45), grau médio ou ginásial (.47) e menos escolarizados ou primário (.59), que já se delineava na década de 80, aprofunda-se acentuadamente vinte anos depois, com as taxas escalares de (.24); (.42) e (.69), respectivamente. Por outra perspectiva, o emprego do presente do indicativo na condicional aumenta à medida que se eleva o nível de escolaridade. A taxa de futuro do subjuntivo no lugar de presente do indicativo (ou vice-versa) tornou-se, nitidamente, um diferenciador de classes sociais.

Estes índices estatísticos surpreendem por dois motivos. Primeiro, porque contrariam ideologias correntes segundo as quais o subjuntivo estaria vinculado a discursos elaborados, planejados ou abstratos e, portanto, mais esperado em falantes de maior instrução formal. Em segundo lugar, porque contrariam a tendência diacrônica atestada nas línguas indo-européias, que leva a crer na obsolescência ou mesmo no desaparecimento de subjuntivo na fala informal.

As formas verbais da PRINC, embora menos marcadamente que as da COND, também são sensíveis à pressão da escolaridade dos falantes. Porém, ao contrário do que ocorre nas COND, o futuro do indicativo da PRINC tende a ser mais favorecido à proporção que os níveis de escolarização dos falantes aumenta (cf. fig. 4.2, abaixo).

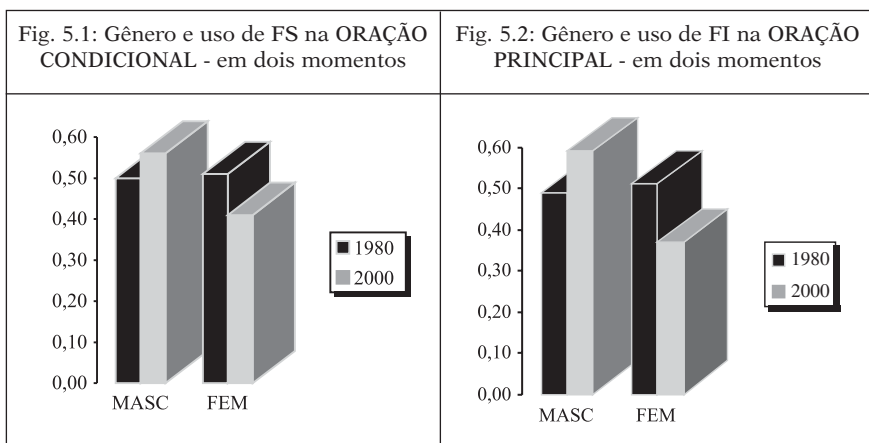


Os estudos sobre o futuro do presente (Santos, 2000) apontam a forma perifrástica IR + Infinitivo para expressão do futuro como própria da língua falada informal. Na evolução das formas de futuro, esta perífrase substitui a forma sintética como alternativa ao presente do indicativo. Os resultados da tabela 4.2 atestam que, ao contrário do

futuro do subjuntivo, esta forma inovadora de futuro, até hoje omitida nas gramáticas correntes, entrou no paradigma de sistema verbal justamente através das camadas mais instruídas, caracterizando-se como um processo que vem das classes mais prestigiadas. Observa-se que, apesar do ligeiro aumento na preferência pelo futuro perifrástico, a gradação entre os falantes dos três níveis de escolaridade se mantém inalterada nos últimos vinte anos.

### *Gênero/sexo*

A segunda variável social examinada refere-se à dimensão do gênero/sexo. Desde os primeiros trabalhos sociolinguísticos (Labov, 1966b), correlaciona-se o gênero do informante ao processo de mudança. No presente estudo, porém, a relevância do contexto gênero, tanto para a COND (fig. 5.1) quanto para a PRINC (fig. 5.2) se evidencia apenas nos anos mais recentes (amostra 2000).



Em torno de 2000, as taxas para gênero, até então muito próximas, passam a diferenciar-se. Enquanto os homens permanecem próximos ao ponto neutro (.56), as mulheres parecem desfavorecer o futuro do subjuntivo na COND (.41).

Observe-se que nada indica ser o futuro do subjuntivo uma forma desprestigiada. A opinião consensual, como vimos, é justamente a oposta. Assim, se confirmada a preferência feminina pelo presente do indicativo, deveremos pesquisar a possibilidade de um eventual pres-

tígio encoberto associado a esta forma que como vimos é mais popular. Seu caráter *assertivo* justificaria tal hipótese. As transformações da sociedade e a crescente participação da mulher na esfera pública favoreceriam o incremento de um estilo mais afirmativo.

O efeito do gênero sobre o futuro do indicativo da PRINC também é pouco marcado na década de 80. Entretanto, vinte anos depois, torna-se nítida a oposição entre homens (.59), que favorecem o futuro do indicativo, e mulheres, que o desfavorecem (.37). Como vimos, a inovação que introduz o uso do futuro perifrástico vem das classes mais escolarizadas. Portanto, ao desfavorecer o futuro do indicativo, as mulheres não estão imitando, mas sim afastando-se do modelo mais prestigiado, o que contradiz as hipóteses sobre a tendência de comportamento feminino.

### Comentários finais

Podemos finalmente verificar se os resultados obtidos respondem às questões que levantamos no início da pesquisa. Do ponto de vista sincrônico, confirmamos que pressões linguísticas e sociais atuam sistematicamente na escolha das variantes (i.e., na escolha entre as formas verbais de futuro ou presente) das orações condicionais e das principais. As mesmas variáveis independentes (escala epistêmica, nível de escolaridade e gênero) se mostraram relevantes tanto para as variantes da COND quanto da PRINC. Constatou-se que as variáveis: i- escala epistêmica e ii- gênero atuam, basicamente, na mesma direção para ambas as orações do complexo condicional (i.e. promovem a *consecutio temporum*). Complexos oracionais *possíveis* favorecem o futuro em ambas as orações, complexos oracionais *prováveis* desfavorecem o futuro em ambas as orações. A variável iii-nível de escolaridade mostra tendências opostas para COND e PRINC (i.e. contraria a *consecutio temporum*): nível primário (1.<sup>a</sup> fase do fundamental) favorece o futuro do subjuntivo + o presente do indicativo; nível secundário favorece o presente do indicativo + o futuro do presente. O caso mais excepcional se dá na escala epistêmica. O grau epistêmico *real* apresenta uma grande polarização, contrariando a *consecutio temporum*: presente do indicativo (categórico) + futuro do indicativo.

Do ponto de vista diacrônico verifica-se que os resultados obtidos em 2000 repetem os de 1980. Após vinte anos, a mudança estrutural mais interessante foi a redução das taxas de futuro do indicativo (vs. presente do indicativo) nas PRINC reais. Infelizmente o número de

dados impede qualquer conclusão sobre a sua motivação. Quanto às mudanças sociais, a mais significativa foi o efeito, em 2000, da variável *gênero*, ou seja, uma oposição antes inexistente entre as taxas de homens e mulheres. Atualmente as mulheres desfavorecem o futuro em ambas as orações; os homens, ao contrário, tendem a favorecer ligeiramente o futuro em ambas as orações. Apesar da atual polarização entre homens e mulheres, configura-se para ambos os gêneros uma situação de *consecutio temporum*.

Outro fenômeno igualmente sugestivo, embora menos perceptível, é o aprofundamento dos limites entre os três níveis de escolaridade. Note-se que o fato não altera, antes confirma, a tendência anterior, que contraria a *consecutio temporum*.

Em suma, o que foi dito acima sobre a presença ou não de *consecutio temporum* em 1980 continua válido para 2000. As evidências obtidas poderiam parecer suficientes para confirmar a estabilidade do sistema: as taxas de equilíbrio (*consecutio temporum*) ou desequilíbrio (não *consecutio temporum*) entre as formas verbais de condicionais e principais não apresentam mudanças significativas.

Poder-se-ia concluir que não está havendo mudança? Infelizmente a melhor resposta ainda é: – Não sabemos. A *consecutio temporum* atravessou séculos em meio a instabilidades. Sempre houve pressões em ambas as direções (favoráveis e desfavoráveis ao paralelismo entre os tempos verbais). Não se pode prever se e quais prevalecerão. Comparações de amostras que se distanciam em apenas vinte anos exigem cautela. É impossível afirmar com segurança se as tendências de mudança se cumprirão, cabe-nos, apenas, apontar os caminhos potenciais de mudança. É possível que, ao longo dos anos, alguns indícios se revelem como instabilidades passageiras ou, ao contrário, confirmem-se como mudanças em andamento. O que se impõe, portanto, é que, decorrido um intervalo maior de tempo, retorne-se ao tema. Talvez então possamos obter evidências suficientes para afirmar se está ou não ocorrendo mudança na atuação da *consecutio temporum* – e em que direção.

## Bibliografia

- BRIGHT, William (1997), «Social Factors in Language Change», in *The Handbook of Sociolinguistics*.
- COULMAS, Florian (1997), *The Handbook of Sociolinguistics*. Oxford, Basil Blackwell.
- BYBEE, Joan L; PERKINS, R. / PAGLIUCA, W (1994), *The evolution of grammar: tense, aspect and modality in the languages of the world*, Chicago, The University of Chicago Press.
- \_\_\_\_\_, / Suzanne Fleishman (1995), *Modality in grammar and discourse*, Amsterdam, John Benjamins.
- FISCHER, John L. (1958), «Social influences on the choice of a linguistic variable», *Word*, 14, pp. 47-56. In Hymes (1964).
- GIVÓN, Talmy (1990), *On understanding grammar*, New York, University Academic Press.
- \_\_\_\_\_, (1994), *Syntax: A functional-typological introduction*. Vol. 2, Amsterdam, Benjamins.
- \_\_\_\_\_, (1995), *Functionalism and Grammar: a prospectus*. Amsterdam, Benjamins.
- GRYNER, Helena (1990), *A Variação de tempo-modo e conexão nas orações condicionais do português*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, UFRJ [mimeo].
- \_\_\_\_\_, (1995), «Graus de vinculação nas orações condicionais», in Koch, I. e M. L. Braga (eds.), *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 28, Campinas, pp. 69-83.
- \_\_\_\_\_, (1996), «Concordância de tempos e vinculação entre as cláusulas condicionais», *Revista da Terceira Margem*, Ano 4, n. 4, UFRJ, pp. 37-50, Rio de Janeiro, UFRJ: Faculdade de Letras.
- \_\_\_\_\_, (1997), *De volta às origens do futuro: condicionais possíveis e a perífrase ir + infinitivo*, S. Paulo, Grupo de Estudos Lingüísticos.
- \_\_\_\_\_, (1998), «Variação e iconicidade: a representação morfo-sintática de uma hierarquia semântica», Belo Horizonte, *Revista de Estudos da Linguagem*.
- HEINE, Bernd. et alii (1991), *Grammaticalization. A conceptual framework*, Chicago, University of Chicago Press.
- HOPPER, Paul J. / TRAUOGOTT, Elizabeth (1993), *Grammaticalization*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LABOV, William, *Sociolinguistic Patterns* (1972), Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- \_\_\_\_\_, 1994, *Principles of Linguistic Change, I: Internal Factors*. Oxford, Blackwell.
- LEÃO, Ângela Vaz (1961), *O Período hipotético iniciado por SE*. Belo Horizonte. UFMG.
- PAIVA, Maria Conceição / DUARTE, Maria Eugênia L. (orgs.) (2003), *Mudança Linguística em Tempo Real*. Rio de Janeiro, Contra Capa.
- POPLACK, Shana / Danielle TURPIN (1999), *Does the FUTUR have a futur in (Canadian) French?* Canada, University of Ottawa.
- SANTOS, Josete (2000), *A Variação entre as formas de futuro do presente no português formal e informal falado no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, UFRJ. [mimeo].
- TRAUOGOTT, Elizabeth / HEINE, Bernd (1991), *Approaches to grammaticalization*. Vol. 1, Amsterdam, Benjamins.



# Variação morfo-sintáctica em dialectos do português europeu: o gerúndio flexionado

MARIA LOBO

(Universidade Nova de Lisboa)

## Abstract

This paper investigates a morpho-syntactic phenomenon of European Portuguese non-standard varieties – the inflected gerund – based mainly on data from a corpus of spontaneous production – Cordial-sin. Since non finite verbal forms inflected for person are rare in the languages of the world, the main goals of this paper are: i) to determine the geographic area in which the inflected gerund can be found; ii) to determine the syntactic contexts in which it is allowed; iii) to identify the role of person morphology on the gerund; iv) to contribute to the understanding of the nature and role of overt agreement morphemes in the grammar, particularly in a principles and parameters framework.

## 1. Introdução

Até há pouco tempo, a variação sintáctica existente nos dialectos do português europeu (PE) era praticamente desconhecida. Graças ao projecto Cordial-sin, Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe, desenvolvido no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL), o interesse pela sintaxe dialectal tem vindo a crescer. Com base predominantemente em dados do Cordial-sin, procura-se, neste artigo, descrever um fenómeno de sintaxe dialectal do PE ainda pouco conhecido: o gerúndio flexionado (GF). Trata-se de uma forma de gerúndio que, em variedades não standard do português, apresenta concordância de pessoa, à semelhança do que acontece com o infinitivo flexionado (IF) na variedade standard.

Sendo a existência de formas não finitas com morfologia de concordância de pessoa um fenómeno relativamente raro nas línguas do mundo, este artigo tem como objectivos:

- i) determinar a área geográfica em que é possível encontrar gerúndios flexionados;
- ii) determinar as condições que permitem o surgimento destas formas;
- iii) identificar qual o papel desempenhado pelo morfema de concordância na forma de gerúndio;
- iv) contribuir para a compreensão da natureza e função dos morfemas visíveis de concordância na teoria da gramática, em particular no modelo de princípios e parâmetros.

O artigo está organizado da seguinte forma: na secção 2, é apresentada a metodologia seguida; na secção 3, faz-se uma caracterização morfológica do gerúndio flexionado; na secção 4, é apresentada a sua distribuição geográfica tendo em conta os dados disponíveis; na secção 5, descreve-se a distribuição sintáctica das formas simples e flexionadas de gerúndio partindo dos dados do Cordial-sin; na secção 6, discute-se a natureza e função do morfema de concordância no gerúndio e na teoria da gramática em geral.

## 2. Questões metodológicas

Os dados em que este estudo se baseia provêm, na sua maioria, de excertos de fala espontânea ou semi-dirigida, recolhidos no âmbito de projectos de geografia linguística desenvolvidos no CLUL, que integram o Cordial-sin. Os excertos, transcritos ortograficamente, estão disponíveis online em diversos formatos, incluindo uma versão com anotação morfo-sintáctica<sup>1</sup>. Como é usual nos projectos de geografia linguística, os informantes correspondem a pessoas idosas, de meio rural, pouco escolarizadas, com estadias pouco prolongadas fora da zona de onde são naturais.

Para além destes dados, é também considerada informação recolhida em monografias dialectais maioritariamente inéditas (ver bibliografia) e em referências dispersas encontradas na literatura.

---

<sup>1</sup> Para mais informações sobre o Corpus, consulte-se:  
[http://www.clul.ul.pt/sectores/variacao/cordialsin/projecto\\_cordialsin.php](http://www.clul.ul.pt/sectores/variacao/cordialsin/projecto_cordialsin.php).

O facto de este estudo se basear em dados de fala espontânea tem a vantagem de permitir obter informação fidedigna, baseada em dados reais, não construídos. Contudo, levantam-se alguns problemas clássicos de quem trabalha com *corpora*, nomeadamente: i) o facto de uma construção não aparecer não significa necessariamente que ela não exista (pode simplesmente não ter aparecido no excerto em causa); ii) algumas construções são raras (e.g. os gerúndios predicativos) e dificilmente obtemos dados suficientes para perceber o seu funcionamento apenas com base em dados de produção espontânea; iii) algumas formas verbais são raras neste tipo de registo (e.g. a segunda pessoa do singular só é usada em contextos familiares e, portanto, o informante não a usa para se dirigir ao entrevistador; a segunda pessoa do plural não é usada no centro e sul do país; a primeira e terceira pessoas do singular não apresentam marcas explícitas de flexão).

A obtenção de dados com base em técnicas de elicitación permitiria obter informação sobre construções menos frequentes e confirmar a agramaticalidade de determinados usos e interpretações. Este tipo de metodologia tem, contudo, de ser aplicado com cautela, mais ainda em contextos como o da sintaxe dialectal do português, em que a variedade investigada difere minimamente da variedade standard. Como é sabido (cf. Henry 2005; Cornips & Poletto 2005; e.o.), os dados obtidos com técnicas de elicitación estão mais susceptíveis à influência da norma e à interferência de factores pragmáticos, sendo frequente que falantes não linguistas confundam gramaticalidade com adequação pragmática, por exemplo<sup>2</sup>.

### 3. Morfologia e origem do gerúndio flexionado

Começaremos por fazer uma caracterização das propriedades morfológicas do GF em português, comparando-o com o IF, por um lado, e com formas flexionadas do gerúndio registadas noutras variedades linguísticas, por outro lado.

Em português, são classificadas como não finitas três formas verbais: o infinitivo, o gerúndio e o particípio passado. Na variedade standard do português, o infinitivo pode, para além do morfema de

---

<sup>2</sup> Ribeiro (2002b) desenvolve um estudo sobre o GF na região de Évora recorrendo a técnicas de elicitación. É necessário, contudo, olhar para os dados obtidos com alguma reserva, uma vez que apresentam algumas inconsistências.

infinitivo *-r*, não apresentar outras marcas flexionais – é o chamado infinitivo simples (cf. (1)) – ou pode apresentar morfemas de concordância de pessoa – é o chamado infinitivo flexionado (cf. (2)):

- |                          |  |
|--------------------------|--|
| (1) a. (eu) quero cantar | d. (nós) queremos cantar                                       |
| b. (tu) queres cantar    | e. (vós) quereis cantar / (vocês) querem cantar                |
| c. (ele) quer cantar     | f. (eles) querem cantar  |
| (2) a. ...para eu cantar | d. ...para nós cantar <b>mos</b>                               |
| b. ...para tu cantares   | e. ...para vós cantar <b>des</b> / para vocês cantare <b>m</b> |
| c. ...para ele cantar    | f. ...para eles cantare <b>m</b>                               |

A forma flexionada e a não flexionada ocorrem geralmente em contextos sintácticos distintos (cf. Raposo 1987).

Em variedades não standard do PE, morfemas de concordância de pessoa podem estar também associados ao gerúndio, seguindo o morfema *-nd(o)* (cf. (3)<sup>3</sup>):

- |                 |                         |
|-----------------|-------------------------|
| (3) a. eu vindo | d. nós vínd <b>omos</b> |
| b. tu vindos    | e. vós vínd <b>eis</b>  |
| c. ele vindo    | f. eles vind <b>em</b>  |

Embora o IF esteja atestado desde os primeiros documentos escritos em português, o mesmo não acontece com o GF. A existência desta forma no português aparece registada em monografias dialectais realizadas em meados do século 20 e em algumas publicações do início daquele século (ver referências bibliográficas), não tendo sido encontradas, até à data, atestações em textos antigos. Mais recentemente, outros autores, como Mota (1997) e Ribeiro (2002b), dedicaram alguma atenção a este fenómeno.

Para além do português, a existência de formas de gerúndio flexionadas em pessoa está documentada também em variedades dialectais do galego (*Atlas Lingüístico Galego (ALGa)*: mapas 27-32, Carballo Calero 1966, 1975; Carré Alvarellos 1967; Longa 1993, 1994) e no napolitano antigo (Loporcaro 1986, Vincent 1996 e 1998). Os paradigmas do GF destas variedades linguísticas diferem ligeiramente do paradigma do português. No galego, só está registada concordância na primeira e segunda pessoas do plural (cf. (4)); no napolitano antigo, só está atestada concordância na primeira e terceira pessoas do plural (cf. (5)):

<sup>3</sup> Este paradigma foi retirado de uma monografia dialectal (Beira Baixa): Martins (1954).

- (4) galego (cf. Carballo 1975: 498; Longa 1993: 4)  
 (eu) vindo+Ø (nós) vindo+**mos**  
 (ti) vindo+Ø (vós) vindo+**des**  
 (el) vindo+Ø (eles) vindo+Ø
- (5) napolitano antigo (cf. Loporcaro 1986, Vincent 1996)  
 1p.pl. essendo**mo**  
 3p.pl. essendo**no**

Em napolitano antigo, de acordo com Loporcaro (1986) e Vincent (1996, 1998), a flexão de pessoa podia ocorrer em todas as formas não finitas – infinitivo, gerúndio e participio – embora com uma frequência variável, sendo mais frequente com o infinitivo e mais rara com o participio.

A inexistência de atestações de GF em textos do português antigo, a distribuição geográfica do GF em Portugal e a natureza analógica dos morfemas de concordância no gerúndio concorrem para que se possa pensar que, na nossa língua, o fenómeno é relativamente recente (cf. Martins 1999)<sup>4</sup>.

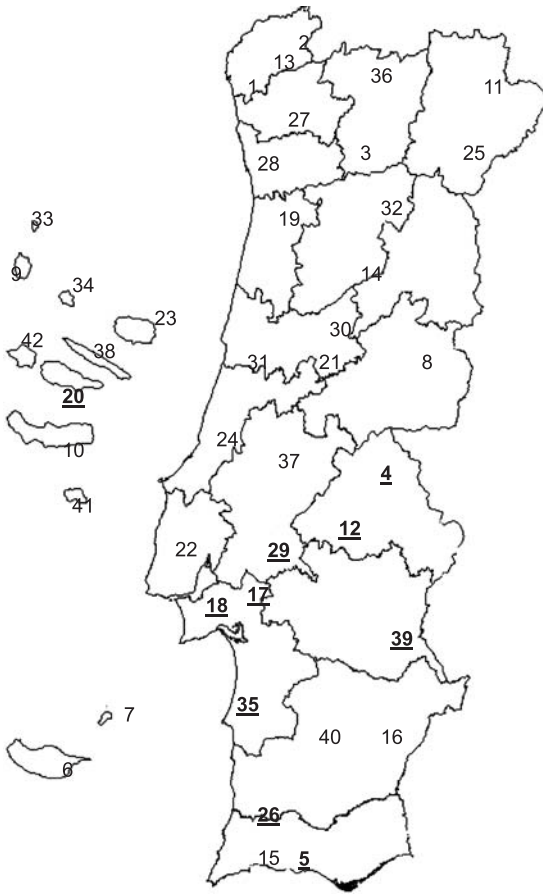
#### 4. Distribuição geográfica do gerúndio flexionado

Com base nas gravações que constituem o Cordial-sin e na informação disponível na literatura, procurar-se-á agora: i) identificar a distribuição geográfica do GF nas variedades do PE; ii) verificar se se trata de um fenómeno geograficamente delimitado ou, se, pelo contrário, corresponde a um fenómeno apenas socialmente circunscrito, transversal a todo o território português.

Nas gravações incluídas no Cordial-sin, estão atestadas formas flexionadas de gerúndio em 10 das 42 localidades ou micro-regiões que constituem o *corpus*, situadas em seis distritos de Portugal continental – Portalegre, Santarém, Setúbal, Évora, Beja e Faro – e na ilha do Pico nos Açores. Os pontos a negrito sublinhados no mapa 1 correspondem às localidades em que o fenómeno se encontra atestado<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> A forma *víndeis* registada na Beira Baixa, ao contrário da forma *víndodes*, só pode ser o resultado da adição analógica de morfemas de concordância à forma do gerúndio, e terá, portanto, de ser posterior ao século 15, época em que está datada a queda do *-d-*.

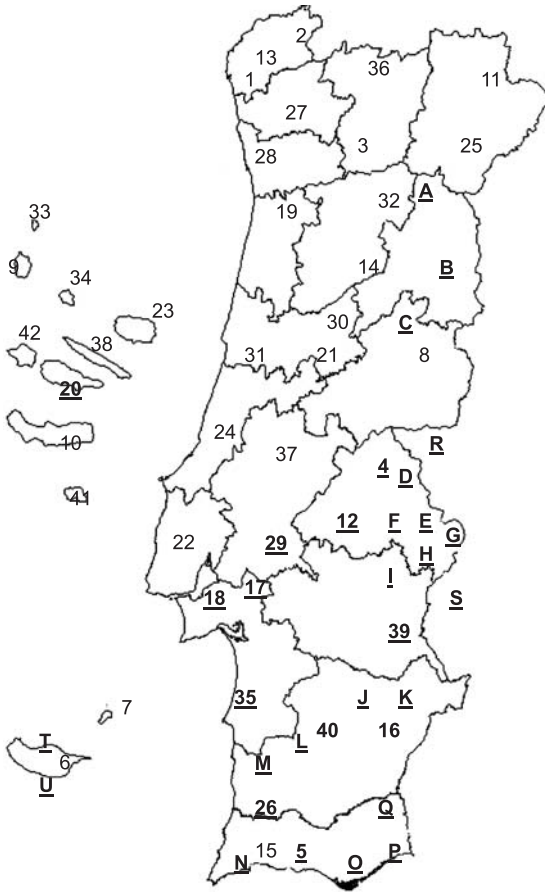
<sup>5</sup> Os pontos correspondem às seguintes localidades: **4** [Castelo de Vide, Porto da Espada, São Salvador da Aramenha, Sapeira, Alpalhão, Nisa]; **12** [Cabeço de Vide]; **29** [Santa Justa]; **18** [Alcochete]; **35** [Melides]; **17** [Lavre]; **39** [Carrapatelo]; **26** [Luzianes]; **5** [Porches, Alte]; **20** [Bandeiras, Cais do Pico].



Mapa 1 - Localidades em que se registou o gerúndio flexionado no Cordial-sin (sublinhadas a negro)

Nas localidades não assinaladas a negro no mapa, o GF não se encontra registado no *corpus*. No entanto, para a maioria das localidades não é possível afirmar que não existe GF, uma vez que nem sempre se encontram ocorrências de construções em que a forma flexionada do gerúndio pudesse aparecer.

Na realidade, se considerarmos as referências ao fenómeno feitas em monografias dialectais, verificamos que a área geográfica do GF aumenta ligeiramente. No mapa 2, foram acrescentadas letras que correspondem às referências feitas ao fenómeno em monografias dialectais.



**Mapa 2 – Localidades em que se registou o gerúndio flexionado (sublinhadas a negro) no Cordial-sin e em monografias dialectais**

A. Ervedosa do Douro (Azevedo 1928)	H. Elvas (Matias 1974)	O. Olhão (Palma 1967)
B. Quadrazais (Braga 1971)	I. Alandroal (Matias 1974)	P. Monte Gordo (Ratinho 1959)
C. Póvoa de Atalaia (Martins 1954)	J. Beja (Delgado 1951)	Q. Odeleite (Cruz 1969)
D. Nisa (Carreiro 1948)	K. Baleizão (Delgado 1970)	R. Cedillo (Vilhena 1965)
E. Escusa (Baptista 1967)	L. Ervidel (Aljustrel)	S. Olivença (Matias 1974)
F. Arronches (Paulino 1959)	M. Colos/Fornalhas (Guerreiro 1968)	T. Canhas (Rezende 1961)
G. Campo Maior (Matias 1974)	N. Lagos (Nunes 1902)	U. Câmara de Lobos (id.)

**Tabela 1 – Localidades com gerúndio flexionado (de acordo com monografias dialectais)**

Como se pode observar nos mapas 1 e 2, a área geográfica do GF insere-se, em larga medida, na dos dialectos portugueses centro-meridionais (cf. Cintra 1971), que apresentam geralmente características inovadoras relativamente aos dialectos do norte. O fenómeno estende-se a algumas localidades mais a norte nos distritos de Castelo Branco e da Guarda, de acordo com as monografias, e a uma localidade da ilha do Pico. Verificamos, contudo, que é mais produtivo nas regiões do Alentejo e Algarve.

Trata-se, portanto, de um fenómeno de sintaxe dialectal que poderá estar geograficamente circunscrito, ao contrário de outros fenómenos de «sintaxe popular», tais como ausências de concordância. São, no entanto, necessários mais dados para confirmar esta hipótese.

## 5. Distribuição sintáctica: gerúndio simples vs. gerúndio flexionado

Vejamos agora qual é a distribuição sintáctica da forma verbal de gerúndio nas variedades do PE em que se regista o GF (5.1.) e quais os contextos em que é possível encontrar a forma flexionada do gerúndio (5.2.).

### 5.1. Contextos de gerúndio em variedades dialectais do PE

Descrevem-se, de seguida, os contextos em que o gerúndio (simples ou flexionado) foi encontrado nas variedades do português em que foram registados gerúndios flexionados.

#### 5.1.1. Complexos verbais

Nas variedades que estamos a considerar, o gerúndio pode ocorrer em complexos verbais, como exemplificado em (6), seguindo verbos auxiliares temporais ou aspectuais como *ir*, *vir*, tal como na variedade standard, mas também outros verbos aspectuais como *andar*, *estar*, *ficar* ou *começar*, que na variedade standard são habitualmente seguidos de *a* + infinitivo:

(6) a. E então aqui vou fazendo aquilo que posso. [AAL35]<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Todas as siglas entre parênteses rectos correspondem a dados do Cordial-sin: código da localidade/micro-região seguido de número de identificação do excerto. AAL=Alto Alentejo; ALC=Alcochete; CBV=Cabeço de Vide; LVR=Lavre; PAL=Porches e Alte; MLD=Melides; LUZ=Luzianes; STJ=Santa Justa; CPT=Carrapatelo; PIC=Bandeiras, Cais do Pico (Horta).



- b. Mas, aprendeu a falar – iam ali para Lagos, para a tropa – e depois quando vinha a casa, a fim para aí de um mês ou dois, vinha falando a uso de Lisboa. [PAL05]
- c. Vou-me à praça e é mais barato do que andar trabalhando e coiso e tal. [PAL11]
- d. A mulher confirmou que, realmente, era verdade o que ele estava dizendo. [PAL14]
- e. É uma sobreira, fica sempre sendo sobreira, sempre à mesma. [PAL33]
- f. Até levava pilheiras e a gente começava dizendo uns aos outros para fazer um relheiro alto, para fazer uma coisa grande para as mudanças da máquina. [CBV21]

### 5.1.2. Orações adjuntas e parentéticas

Tal como acontece na variedade standard<sup>7</sup>, nestas variedades, o gerúndio pode ocorrer também em orações adjuntas (de predicado ou de frase), como exemplificado em (7). No entanto, ao contrário do que acontece na variedade standard, em que as orações gerundivas não são geralmente introduzidas por conectores<sup>8</sup>, nas variedades dialectais, o leque de conectores que pode introduzir estas orações é bastante mais diversificado.

- (7) a. E depois, em um começando com aquela palavra, todos vão empregar aquela palavra aonde é que não faz sentido, aonde é que não tem lugar. [PAL16]
- b. E em apanhando muita água, também sucede isso. [ALC16]
- c. E ele o lagarto, em bem se vendo apertado, volta-se contra a gente. [CBV73]
- d. Quando chegando o tempo das batatas, arranjo um taleguinho de batata – um saco de batatas –, vou dar aí a todas essas velhas que aí estão... [LVR24]
- e. Quando ele estando demais, já cheira a azedo. [PAL30]

<sup>7</sup> Para uma caracterização dos diferentes tipos de orações gerundivas do PE standard, ver Lobo 2002, 2003 e 2006.

<sup>8</sup> Exceptuam-se elementos de natureza adverbial como *mesmo* ou *embora*, e marginalmente o conector *em*:

- (i) (Embora) sendo (embora) baixo, o Pedro é, no entanto, um bom jogador de basquete.
- (ii) Mesmo estando com febre, o Pedro foi trabalhar.
- (iii) Em o tempo ficando bom, podemos pintar o muro.

- f. E eu, como sendo o mais velho, é que fui sempre o mais escravo. [AAL35]
- g. Quando se juntou, que faz maior, só sendo atada. [ALC07]
- h. E então, levantando a mão, chegava às oliveiras. [CBV60]
- i. Aquilo não se pode estar a tirar pelo calor porque elas galgam em cima deles, deitando dia. [ALC33]
- j. O gado estando habituado àquilo, conforme ouviam o toque do chocalho, do coiso, ia tudo atrás. [CBV50]

Como se pode verificar, nestas variedades, o gerúndio pode ocorrer em orações com conectores que introduzem tipicamente domínios não finitos, como *quando* temporal ou *como* explicativo. Existem também, mais raramente, gerúndios em contextos em que na variedade standard encontramos o infinitivo, como depois da preposição *inté* (=até).

O gerúndio ocorre ainda em orações parentéticas, como no seguinte caso:

- (8) E eu, no fim, quando foi aos dois anos, eu digo assim para o rapaz que estava a gramar o linho – que era o que ia por conta do tal mestre Antoliano –, eu digo assim: «Ó Antolino, eu gostava que tu me fizesses a mim – estândomos a gente a falar – o que vocês costumam a fazer aos gaiatos, bater-lhe com as maniotas na mão». [CBV41]

### 5.1.3. Estruturas predicativas

O gerúndio pode ainda ocorrer em estruturas predicativas, predicando sobre um dos constituintes da oração, como em (9), ou ainda em orações reduzidas, como em (10), como alternativa à construção de infinitivo preposicionado (*a* + infinitivo), mais produtiva na variedade standard do PE:

- (9) a. Fui daqui a Portalegre, procurando por um especialista de ossos. [CBV29]
- b. Mandaram parar uma camioneta – mesmo lá no auto-estrada, para lá de Vila Franca, já lá na coisa, já quase chegando ao aeroporto – onde ele foi ali roubado. [AAL34]
- c. O tempo que os homens estavam ali à espera contando aquilo... [LUZ16]
- d. E eu ensino-os a cantar e eles saírem por essas terras, cantando e dançando aquilo que lhe eu ensino! [CPT07]
- e. Mas com a ideia sempre pensando naquilo que a mulher tinha dito: «Quem lá vai, quem não vem»! [PIC20]

- (10) a. O homem começou a acenar com a cana e eu lendo. [CPT02]  
 b. Ele acenando e eu lendo. [CPT02]  
 c. Todos fazendo mangação de mim. [MLD20]

#### 5.1.4. *Estruturas oracionais independentes*

Finalmente, o gerúndio está atestado em estruturas oracionais independentes, como exemplificado em (11):

- (11) a. Eu não sabendo, mas daqueles novos! [CBV32]  
 d. Isso sendo com qualquer terra, mas assim próprio, próprio propriamente não é com qualquer terra. [LUZ18]

#### 5.1.5. *Conclusões*

Verifica-se, assim, que o gerúndio nas variedades dialectais aqui consideradas se caracteriza por: i) ser mais produtivo do que na variedade standard, quer em complexos verbais, quer em estruturas predicativas, constituindo uma alternativa à construção standard de *a* + infinitivo; ii) poder ocorrer em orações adjuntas introduzidas por um maior número de conectores; iii) poder ocorrer em orações não dependentes.

Tal como na variedade standard, não se registaram ocorrências de gerúndio em contextos de subcategorização, ao contrário das orações finitas e infinitivas e do que acontece com as formas em *-ing* do inglês (cf. (12)):

- (12) a. John prefers washing his car on weekends.  
 b. \*O João prefere lavando o carro no fim-de-semana.  
 b'. O João prefere lavar o carro no fim-de-semana.

## 5.2. *Contextos de gerúndio flexionado em variedades dialectais do PE*

Considerando agora a distribuição das formas simples e flexionadas de gerúndio, descreve-se, de seguida, a frequência e distribuição das formas simples e flexionadas nos diferentes contextos sintácticos.

O facto de as formas de primeira e terceira pessoa do singular não terem morfema visível de concordância leva a que estas formas sejam

ambíguas entre a forma flexionada e não flexionada. Sendo assim, considerar-se-ão apenas os casos não ambíguos em que temos um sujeito de segunda pessoa do singular, de primeira pessoa do plural ou terceira pessoa do plural<sup>9</sup>.

### 5.2.1. *Complexos verbais*

São praticamente inexistentes as formas flexionadas em complexos verbais (cf. (13)):

- (13) a. eles vão apertando isso [CBV08]  
 b. iam terrando, por ali acima [LUZ02]  
 c. O que as senhoras estão perguntando é nesse tempo [LUZ03]  
 d. As pessoas parece que estão pensando que isto tem tendência de acabar [MLD03]  
 e. E elas iam-me dizendo [STJ09]  
 f. mas vamos alteando à ponta de lá [STJ27]  
 g. Somos dois 'ladrões', andamos roubando. [PIC04]

Há uma única atestação clara de GF neste contexto (cf. (14)):

- (14) Estão me chamandem [CBV39]

Trata-se da única ocorrência de GF neste contexto, de um total de 106 formas passíveis de apresentar flexão.

### 5.2.2. *Orações adjuntas*

Em orações adjuntas, encontra-se geralmente a forma flexionada (cf. (15)):

- (15) a. E a alfavaca-de-cobra, as ovelhas, em bem comendem aquilo, morre tudo. [STJ08]  
 b. Mas, em se separândomos, o senhor pensa numa coisa e eu penso noutra. [CPT27]

---

<sup>9</sup> A forma de segunda pessoa do plural não é usada nas variedades centrais, meridionais e insulares do país. A ocorrência de 2.<sup>a</sup> pessoa do singular é rara no tipo de texto que estamos a considerar, tendo as formas flexionadas encontradas maioritariamente uma flexão de 3.<sup>a</sup> pessoa do plural.

- c. Em falandem no Albino carpinteiro das carroças, pronto, deixa que toda a gente (...) vai ter com ele. [AAL51]
- d. Em eles tendem a outra, já não querem aquela. [LVR05]
- e. Borregos é pequenos e quando sendem aí mais dum ano já é carneiros. [MLD52]
- f. É uma 'lobinha-a-deus' e sendem duas são duas 'lobinhas-a-deus'. [LUZ53]
- g. E tendem uma árvore, não há pássaro nenhum que poise no chão. [STJ30]
- h. E (...) em bem lhe partindem a casa, eles morrem. [CBV72]
- i. «Então estandes em pé e a pequena nascendo, ela morre-te!» [PIC27]

A par das formas flexionadas, é possível encontrar também casos de formas não flexionadas (cf. (16)):

- (16) a. Aquilo às vezes quando eles cantando à noite, aquilo quase sempre é 'sinales' ruins. [LUZ45]
- b. Indo ali em volta, púnhamos a lenha em forma, à volta, e os paus iam todos para a lenha... [LUZ17]
- c. Em lá indo, têm que lhe dar lá muitas saudades minhas. [CPT36]
- d. Onde é que eles mesmo trabalhendem, em ganhando o dinheiro, podiam semear alguma coisinha para eles. [PAL11]
- e. entrando àquelas mossas para dentro, já não saem. [CBV57]
- f. E quando sendo grandes, são cadelas [LUZ44]
- g. e depois quando vindo os nove dias de água, está assim podre. [LUZ21]
- h. Isso criavam às vezes, em não sendo anos de muitas invernas. [CPT49]
- i. Mas em sendo assim invernas grandes e de mais, perdia-se. [CPT49]
- j. Quer-se dizer, em não sendo coisas assim de grandes quantidades, coisas pequenas não ligam. [AAL35]
- k. Em sendo grandes, é uma pousa-loura grande. [AAL78]
- l. Sendo encardidas, velhas, não se podem ver. [PIC27]
- m. Que sendo dois, que aí podem fazer mal se se atacarem, se fizerem mal a ele; mas se não fere, o tubarão chega ao pé da gente, vem reparar, vem reconhecer o que é, e vai-se embora. [PIC35]

No entanto, como se pode observar nos dados acima, na maioria dos contextos em que não há flexão em orações adjuntas, temos um verbo inacusativo (*vir*) ou um verbo predicativo (*ser*) com um DP pós-

-verbal que corresponderia ao sujeito (cf. (16f)-(16k)). Ora, estes são contextos em que, em variedades não standard, incluindo as das localidades consideradas, pode não haver concordância com sujeito pós-verbal (cf. Carrilho 2003; e.o.), como se mostra em (17):

- (17) a. Era duas pessoas. [LUZ08]  
 b. Era umas cordas. [LUZ08]  
 c. Ali é as garagens, a casa (...) é lá mais acima, ao pé do Dom Pedro V. [AAL24]  
 d. E depois (...) já começa as árvores a rebentar; [AAL30]  
 e. Morre umas e vence outras. [ALV47]  
 f. É os cacos que se levantam atrás dela. [ALV49]  
 g. (...) era as agulhas que ele fazia. [CPT26]

A maioria destes gerúndios poderá, assim, corresponder a uma forma de 3.<sup>a</sup> pessoa do singular com um sujeito expletivo nulo e não a uma forma de 3.<sup>a</sup> pessoa do plural.

No entanto, a ausência de concordância manifestada nos exemplos (16b) a (16e) não pode ter a mesma origem. Neste caso, trata-se de orações gerundivas com sujeitos nulos co-referentes com o sujeito da oração principal. Curiosamente, também o IF é opcional neste tipo de contexto na variedade standard. De facto, em orações adjuntas infinitivas, podemos encontrar quer o IF, quer não flexionado, mas apenas quando o sujeito da infinitiva é nulo e co-referente com o sujeito da oração principal, como em (18b):

- (18) a. Os rapazes puseram o despertador para (eles) conseguirem chegar a horas.  
 b. Os rapazes puseram o despertador para [-] conseguir chegar a horas.  
 c. \*Os rapazes puseram o despertador para eles conseguir chegar a horas.

Assim, o único caso em que não aparece o GF, num contexto em que o esperaríamos encontrar, é o de (16a), uma vez que ocorre o gerúndio simples com um sujeito lexical pré-verbal.

### 5.2.3. *Outros contextos*

Nos restantes contextos, em particular em estruturas predicativas e em orações reduzidas, dada a escassez de ocorrências encontradas

no *corpus*, é difícil determinar se prevalecem as formas flexionadas ou não flexionadas. São certamente possíveis as formas flexionadas, como atestam os exemplos de (19), mas também há exemplos de formas não flexionadas, como em (20):

- (19) a. depois, às vezes, vão dormir pensandem (...) que são todas fêmeas e há (...) algum macho ali no meio! [PAL13]  
 b. Deixa que o teu pai logo te diz! Molhandes aí a cabeça toda, moço dum raio! (Guerreiro (1968))  
 c. Se for pessoas que não leram ontem o comunicado e não vieram hoje, amanhã também não vêm. E podendem vir! (ouvido em Lisboa, Ana M. Martins)  
 d. Isto os arrendamentos, já se sabe, que não há como as coisas estandem nas mãos dos donos, está a compreender. [AAL29]  
 e. E então, nessa altura, vieram dois rapazes fazendem parte, rapazes novos [PAL17]
- (20) a. Todos fazendo mangação de mim. [MLD21]  
 b. E depois abalavam por essas aldeias cantando e dancando e davam-lhe dinheiro. [CPT36]  
 c. Iam uns homens atrás, cortando aquilo a tudo traços pequenos, assim grandes, assim deste tamanho, pois, desses restos de sobreiras que ficavam das árvores, que a limpeza caía para o chão [LUZ17]

Mais uma vez, esta instabilidade na ocorrência do morfema de concordância não é estranha, uma vez que o mesmo acontece com as estruturas infinitivas com a mesma função, em que há alternância entre infinitivo flexionado e não flexionado:

- (21) a. Eu vi os meninos a coxear / a coxearem.  
 b. Não posso acreditar. Os meninos a copiar / a copiarem!

#### 5.2.4. Conclusões

Na tabela 2, mostram-se os resultados obtidos para as formas flexionadas e não flexionadas de gerúndio no contexto de complexos verbais e de orações adjuntas. Apresentam-se também os dados relativos aos restantes contextos sintáticos, embora o número reduzido de ocorrências não permita retirar conclusões robustas. Foram consideradas apenas as formas verbais em que o morfema de concordância é visível (com 2.<sup>a</sup> pessoa do singular, 1.<sup>a</sup> do plural e 3.<sup>a</sup> do plural).

	<b>Gerúndio simples</b>	<b>Gerúndio flexionado</b>
<b>Complexos verbais</b>	105/106 <b>99%</b>	1/106 1%
<b>Orações adjuntas e parentéticas</b>	16/55 (ou 8/47) 29% (ou 17%)	39/55 (ou 39/47) <b>71% (ou 83%)</b>
<b>Outros contextos</b>	12/15 80%	3/15 20%

**Tabela 2 – Distribuição de gerúndio simples vs. gerúndio flexionado no Cordial-sin com formas de 2.<sup>a</sup> sg., 1.<sup>a</sup> pl. e 3.<sup>a</sup> pl. em diferentes contextos sintáticos**

Como se pode ver, o gerúndio simples é praticamente categórico em complexos verbais. Pelo contrário, em orações adjuntas, são largamente predominantes as formas flexionadas, sobretudo se considerarmos que alguns dos casos de terceira pessoa do plural são, na realidade, casos de terceira pessoa do singular, isto é, se considerarmos a possibilidade de se tratar de contextos que manifestam o fenómeno, conhecido em variedades não standard, de concordância do verbo não com o sujeito pós-verbal, mas com um sujeito expletivo nulo.

Verifica-se, assim, que, significativamente, as formas flexionadas e não flexionadas de gerúndio não se distribuem indiferentemente pelos diferentes contextos sintáticos.

O morfema visível de concordância só aparece quando o gerúndio encabeça um domínio oracional, mas não quando o gerúndio forma um predicado complexo com um verbo auxiliar. Esta distribuição corresponde à que se verifica noutros sistemas linguísticos como o napolitano antigo (cf. Vincent 1998) e é compatível com a hipótese de que o morfema de concordância de pessoa só pode surgir em domínios em que existe uma predicação (cf. Guéron e Hoekstra 1995).

Tal como acontece com o infinitivo em orações adjuntas, podemos considerar a hipótese de o gerúndio ser opcionalmente flexionado quando a oração gerundiva tem um sujeito nulo co-referente com o sujeito da matriz, o que explica que haja alguma variação entre a forma flexionada e não flexionada neste contexto, embora pareça ser largamente preferida a forma flexionada<sup>10</sup>.

<sup>10</sup> Para além disso, factores sociolinguísticos poderão condicionar uma maior instabilidade do uso desta forma.



## 6. Morfema de concordância: natureza e função

O papel que a morfologia visível desempenha na gramática tem sido objecto de alguma controvérsia. A comparação entre variedades próximas que diferem minimamente pode ser esclarecedora a esse respeito. Assim, nesta secção, confrontando o funcionamento das orações gerundivas da variedade standard com as das variedades dialectais, procurar-se-á compreender, no quadro da Teoria de Princípios e Parâmetros, qual a natureza e função da morfologia de concordância na forma verbal de gerúndio e quais as implicações da presença de morfologia visível de concordância no funcionamento da gramática. Para isso, iremos ter em conta a distribuição das formas (flexionadas e não flexionadas) de gerúndio nas variedades dialectais e a ordem de palavras nas orações gerundivas adjuntas. Consideraremos o papel do morfema de concordância: i) no estabelecimento de uma relação de predicação e na especificação do grau de finitude da oração; ii) na identificação e legitimação do sujeito da oração gerundiva; iii) na posição do sujeito relativamente ao verbo.

### 6.1. *Predicação e Finitude*

Conforme foi descrito em 5.2, o morfema visível de concordância surge apenas em contextos em que temos um domínio oracional autónomo, mas não em estruturas verbais não oracionais seleccionadas por um verbo auxiliar. Assim, a ocorrência de um morfema de concordância de pessoa no gerúndio parece estar restringida a contextos em que este encabeça um domínio de predicação, tal como proposto em Guéron & Hoekstra (1995).

Nesta perspectiva, a função do morfema de concordância consiste em marcar uma relação de predicação que se estabelece entre um sujeito e um predicado.

Para além de marcar uma relação de predicação, o morfema visível de gerúndio parece ter consequências a outros níveis na gramática. De facto, tendo em conta os dados dialectais e o contraste existente entre as orações gerundivas da variedade standard do português e as das variedades dialectais com GF, é possível verificar que a morfologia de concordância parece ter repercussões na especificação da oração como sendo finita ou não finita. Como tem sido observado por vários autores (cf. Vincent 1998, Rizzi 1997, Ambar 1988; e.o.), não existe uma bipartição clara entre estruturas finitas e não finitas, sendo prefe-

rível falar numa escala de finitude, em que na base teríamos as orações infinitivas não flexionadas e no topo as orações com indicativo.

Na variedade standard do PE, as orações gerundivas geralmente não têm conectores. Nos casos em que os têm, trata-se de expressões de natureza adverbial (*mesmo*, *embora*) e, para alguns falantes, do conector temporal *em* (cf. (22)). Pelo contrário, nas variedades dialektais do português que estamos a considerar, as orações gerundivas, para além de poderem ser introduzidas por expressões como *em*, *em bem* ou *bem* (cf. (23)), podem ainda ser introduzidas por conectores que tipicamente introduzem domínios finitos, como a conjunção temporal *quando* (cf. (24)), a conjunção causal *como* (cf. (25)), as conjunções condicionais *se* ou *caso* (cf. (26)) e o advérbio relativo *onde* (com valor temporal ou locativo) (cf. (27)):

- (22) a. *Estando o bebé doente*, a mãe ficou em casa.  
 b. Mesmo *estando a chover*, fomos passear.  
 c. Embora *sendo tarde*, ficámos a dormir.  
 d. Em *chegando a casa*, telefonei-lhe.
- (23) a. Em *sendem crescidos*, levo-os a Lisboa. (Baleizão, in Delgado 1951)  
 b. Em *sendem muitos*, já se lhe chama uma vara. [AAL86]  
 c. Em bem *me não agradando a fatia*, venho-me embora [CBV15]  
 d. E a alfavaca-da-cobra, as ovelhas, em bem *comendem aquilo*, morre tudo. [STJ08]  
 e. Bem *a cruz estando rasa*, estava finto. [STJ43]  
 f. Bem *dormindo cinco horas*, estou satisfeito. [STJ72]
- (24) a. quando *sendo a lavrar com bestas*, é o almocreve [LUZ03]  
 b. quando *aquilo estando espremido com mais tempo* punha-se dentro duma peneira. [LUZ31]  
 c. Borregos é pequenos e quando *sendem aí mais dum ano* já é carneiros. [MLD52]  
 d. quando *sendo para fazer farinha*, põe-se aquele carroto para baixo, ou o outro. [MLD10]  
 e. Que ela quando *tendo de setenta centímetros de grosso*, já se pode tirar a cortiça virgem. [PAL32]
- (25) E depois, nós éramos quatro irmãos e ficámos só com a minha mãe e eu, como *sendo o mais velho*, é que fui sempre o mais escravo. [AAL35]
- (26) a. Aquilo, se *o homem não arrebentando...* (Olhão, in Palma (1967))  
 b. Ele caso *estando o bote também pegado*, pois se vai também bota. [PIC11]
- (27) a. Onde *estando a menina*, está alegria. (Nisa, in Carreiro (1948))  
 b. Onde *a gente morrendo*, a gente que cá estamos, os velhos, não deve de aparecer já cá mais nenhuns! [MLD21]

Esta possibilidade não tem a mesma vitalidade em todas as localidades consideradas, nem com todos os conectores, como se vê na Tabela 3:

conectores	n.º de ocorrências	localidades
em	70	4, 5, 12, 17, 18, 20, 26, 29, 39
quando	44	5, 17, 26, 35
em bem	7	12, 17, 29
bem	4	17, 29
caso	1	20
onde	1	35
como	1	4

**Tabela 3 – frequência de gerundivas introduzidas por diferentes conectores**

O conector *em* é, de longe, o mais produtivo, não estando o seu uso restringido às localidades com gerúndio flexionado<sup>11</sup>. Segue-se o conector *quando*, produtivo apenas em 4 das localidades consideradas. Ao contrário do que acontece com o conector *em*, encontrou-se uma única ocorrência de uma oração gerundiva introduzida por *quando* numa das localidades em que não foram encontradas ocorrências de GF – Calheta (ponto 38):

- (28) Por exemplo, a rês que é mais velha, que ele *quando sendo mais velha*, é maior, come mais, pagam mais. [CLH31]

Nesta mesma localidade, surge também uma oração gerundiva introduzida pela conjunção condicional *se*:

- (29) Pois, *se querendo endireitar o rego depois no outro a seguir*, ali é claro que tem que ir mais grossinho um bocadinho para endireitar o rego. [CLH34]

<sup>11</sup> As orações gerundivas introduzidas por *em*, como esperado, estão difundidas em todo o território nacional, tendo sido registadas nas seguintes localidades do *corpus*: Aljustrel (40), Alvor (15), Cedros (42), Câmara de Lobos e Caniçal (6), Covo (19), Corvo (33), Enxara do Bispo (22), Granjal (32), Larinho (25), Arcos de Valdevez, Bade e São Lourenço da Montaria (13), Monsanto (8), Moita do Martinho (24), Montalvo (37), Outeiro (11), Perafita (3), Camacha e Tanque (7), Porto de Vacas (21), Serpa (16), Santo André (36), Santo Espírito (41), Unhais da Serra (30), Vila Pouca do Campo (31).

Para além destes 2 casos, há apenas 1 ocorrência fora da zona considerada – em Figueiró da Serra (ponto 14):

- (30) Eu explico aos meus filhos tudo isto, mas eles não ligam nada.  
*Se não sendo este*, eu já lhe digo, senhor, eles não ligam nada [FIG23]

Assim, as orações gerundivas introduzidas por conectores típicos de domínios finitos parecem ocorrer preferencialmente em localidades em que está disponível o GF. As ocorrências encontradas fora destas localidades não constituem necessariamente uma excepção, uma vez que, surgindo apenas formas verbais sem morfologia visível de concordância nos contextos relevantes, os dados disponíveis não permitem afirmar que o GF não exista nestas localidades<sup>12</sup>.

O facto de a presença de morfologia visível de concordância facilitar a ocorrência de conectores típicos de domínios finitos não é estranho, uma vez que existe uma relação estrutural clara entre o domínio funcional C e o domínio flexional, como tem sido observado por vários autores (cf. Rouveret 1980, Kayne 1982, Ambar 1988, Rizzi 1997; e.o.).

Os dados dialectais, para além disso, corroboram a análise das orações gerundivas adjuntas como estruturas em que é projectado o domínio funcional C, e não apenas o domínio flexional (Tempo/Aspecto e Concordância).

## 6.2. *Legitimação e identificação do sujeito*

A função do morfema de concordância na legitimação do sujeito e na identificação de sujeitos nulos tem sido amplamente discutida na literatura, quer no âmbito da discussão em torno do infinitivo flexionado, quer no âmbito da discussão em torno do parâmetro do sujeito nulo.

Propostas como a de Raposo (1987) consideram que a concordância visível tem um papel importante na atribuição de Caso nominativo ao sujeito. Essa análise, proposta no quadro da teoria da regência e da ligação, baseia-se no funcionamento das orações infinitivas flexio-

---

<sup>12</sup> Se tivermos em conta as orações adjuntas com segunda pessoa do singular, primeira pessoa do plural ou terceira pessoa do plural, podemos verificar que não se encontram formas flexionadas de gerúndio nas seguintes localidades do Cordial-sin: 9, 10, 11, 15, 16, 25, 31, 32, 37, 40, 41, 42. Para as restantes localidades, não surgem os contextos relevantes.

nadas vs. infinitivas não flexionadas, uma vez que só as primeiras permitem sujeitos lexicais, como mostram os seguintes contrastes:

- (31) a. Penso estarmos todos de acordo.  
 b. \*Penso estar todos de acordo.
- (32) a. Antes de eles chegarem, aspirei a sala.  
 b. \*Antes de eles chegar, aspirei a sala.  
 c. \*Antes de chegar eles, aspirei a sala.

A ideia fundamental de Raposo (1987) é que em construções infinitivas (sem Tempo especificado), a categoria responsável pela atribuição de Caso é Concordância, desde que ela própria receba Caso.

No entanto, se considerarmos outras construções disponíveis quer no português, quer noutras línguas, verificamos que a presença de um morfema visível de concordância não parece ser essencial na atribuição de Caso nominativo.

Assim, como tem sido assinalado por vários autores, em espanhol está disponível a construção com infinitivo pessoal em orações não seleccionadas. Neste caso, embora o infinitivo não apresente quaisquer marcas de concordância e a forma verbal não seja finita, é possível ter sujeitos lexicais, geralmente em posição pós-verbal (cf. Rigau 1995; Sitaridou 2002; e.o.):

- (33) a. Antes de instalarte tú en casa, no discutíamos tanto (Hernanz 1999: 2305)  
 b. Antes de actuar Caballé, el público estaba expectante (Rigau 1995: 280)

A construção de infinitivo pessoal está restringida a posições não subcategorizadas, tais como a posição de sujeito ou de adjunto (cf. Rigau 1995; e.o.).

Também em italiano é possível encontrar estruturas infinitivas, com inversão auxiliar sujeito, em que são legítimos sujeitos lexicais (cf. Rizzi 1982; Ledgeway 2000; e.o.):

- (34) Ritengono non esser io in grado di affrontare la situazione. (Rizzi 1982: 129)

Ainda, na variedade standard do português, as orações gerundivas admitem sujeitos lexicais, geralmente em posição pós-verbal, sem que o gerúndio tenha quaisquer marcas de concordância:

- (35) Estando eles de férias, é melhor adiarmos a reunião.

Assim, a haver uma correlação entre a legitimação de sujeitos lexicais e a presença de morfologia de concordância, teria de se tratar de um morfema de concordância abstracto e não de morfologia visível. Na realidade, parece ser esta a proposta de Raposo (1987), que propõe que só é possível a legitimação de sujeitos lexicais neste contexto em línguas de sujeito nulo, que terão Agr (visível ou abstracto) capaz de receber Caso (cf. também Kornfilt 2000).

Contudo, esta hipótese, como observa Sitaridou (2002), não explica por que razão essa opção não está disponível para infinitivas completivas em espanhol, por exemplo. Em alternativa, e seguindo as hipóteses mais recentes sobre legitimação de sujeitos e atribuição de Caso nominativo, será Tempo a categoria responsável pela atribuição de Caso nominativo e pela legitimação de sujeitos lexicais, desde que tenha traços- $\phi$  completos (cf. Chomsky 2001). O problema que se coloca é saber se Tempo da oração gerundiva tem capacidade para legitimar sujeitos lexicais.

A hipótese de que é um determinado tipo de T (estabelecendo ou não uma relação apropriada com outras categorias) a categoria responsável pela atribuição de Caso nominativo explica melhor, por um lado, que a presença de morfologia de concordância nem sempre legitime sujeitos lexicais, como acontece em alguns dialectos italianos (cf. Ledgeway 2000)<sup>13</sup>, e, por outro lado, que a ausência de morfologia de concordância não determine necessariamente a impossibilidade de haver sujeitos lexicais, como nas construções infinitivas pessoais do espanhol e do italiano, por exemplo.

Contudo, independentemente de o elemento responsável pela atribuição de Caso ser Tempo ou Concordância, quer se trate de duas categorias independentes, quer haja uma só categoria (Flexão) com múltiplas especificações, é indiscutível que o facto de as orações gerundivas permitirem sujeitos pronominais nominativos pode ter favorecido o surgimento de morfologia de concordância neste contexto particular.

Quanto à função de identificação do morfema de concordância, são várias as propostas que referem a relação entre a presença de morfologia flexional rica e a identificação de sujeitos nulos. Assim,

---

<sup>13</sup> O mesmo parece acontecer em alguns dos contextos em que é possível encontrar GF nos dialectos do PE, nomeadamente em orações adjuntas de predicado e em gerúndios que estabelecem uma relação de predicação secundária com o sujeito. Os dados que temos até ao momento são, no entanto, insuficientes para retirar conclusões robustas.

esperar-se-ia que a presença de marcas de concordância no gerúndio tivesse algumas repercussões nas possibilidades de interpretação de sujeitos nulos. Não é fácil determinar até que ponto a presença de morfologia de concordância desempenha aqui um papel, uma vez que estamos perante um contexto de orações adjuntas. Nestas estruturas, mesmo quando não há flexão, não há um controlo estrutural: é possível a identificação de um sujeito nulo por diferentes argumentos, incluindo um tópico, um objecto indirecto experienciador, um sujeito...

Contudo, nas variedades dialectais com GF, as possibilidades de interpretação do sujeito nulo da oração gerundiva parecem estar menos dependentes do contexto do que na variedade standard, uma vez que a flexão permite identificar de forma menos ambígua a referência do sujeito nulo<sup>14</sup>. Assim, nas variedades dialectais, um sujeito nulo argumental de uma oração gerundiva poderá ter uma natureza pronominal, não necessariamente anafórica, o que não acontece nas orações gerundivas da variedade standard. Nos seguintes exemplos, se ocorresse a forma não flexionada do gerúndio, o sujeito poderia ter, nalguns casos, uma interpretação ambígua. A presença da flexão possibilita que a referência do sujeito nulo seja recuperada mais facilmente:

- (36) a. Em sendem crescidos, levo-os a Lisboa. (Baleizão, in Delgado 1951)  
 b. Só têm esse nome enquanto são novas; passandem (...) já a parir, (...) já não é borrega já é ovelha. [ALC26]  
 c. Em falandem no Albino carpinteiro das carroças, pronto, deixa que toda a gente vai ter com ele. [AAL51]  
 d. Em querendos ir, vamos. (Cedillo, in Vilhena 1965)  
 e. Em comendos a sopa, dou-te o bolo. (Alto Alentejo, in Matias 1974)

Assim, a flexão de concordância parece ter aqui um funcionamento semelhante àquele que tem nas línguas de sujeito nulo com flexão rica (cf. e.o. Rizzi 1986; Jaeggli & Safir 1989), permitindo legítimar e identificar sujeitos nulos.

Na realidade, o sujeito nulo destas orações tem todas as características do pronominal nulo típico de orações finitas – *pro* – e não do sujeito nulo típico de orações não finitas – PRO:<sup>15</sup> i) pode não ser controlado por nenhum argumento da oração principal, não tendo necessariamente uma interpretação arbitrária (cf. (37a)); ii) pode ter

<sup>14</sup> Ver Ribeiro (2002a) e (2002b) para uma posição contrária a esta.

<sup>15</sup> Ver Raposo 1992, entre outros, para uma caracterização dos dois tipos de sujeitos nulos.

como antecedente um argumento de uma oração mais distante ou um tópico (cf. (37b) e (37c)); iii) pode ser um expletivo (cf. (37d)); iv) pode ser co-referente quer com o sujeito quer com o objecto da oração principal (cf. (37e)-(37i)); v) pode ter múltiplos antecedentes (cf. (37j)):

- (37) a. E em apanhando muita água, também sucede isso. [ALC16]  
 b. Eles têm duas instalações. (...) Agora, em fazendem o resto das outras é que fica tudo ali junto, já. Fica já ali a garagem, fica casa para tudo, não é. [AAL24]  
 c. Tenho trabalhado muito; mas a gente, em tendo saúde, o trabalho não mata ninguém. [AAL35]  
 d. Porque (...) a azeitona é uma das coisas que, chove agora, e, em estando bom, (...) já se trabalha. [AAL30]  
 e. Em bem me não agradando a fatia, venho-me embora [CBV15]  
 f. Em sendem muitos, já se lhe chama uma vara. [AAL86]  
 g. E depois quando estando a arder, tapava-se tudo. [MLD47]  
 h. «Então estandes em pé e a pequena nascendo, ela morre-te!» [PIC27]  
 i. Quando estando constipadinho, a minha patroa arreda logo comigo. [LUZ32]  
 j. Mas em se separândomos, o senhor pensa numa coisa e eu penso noutra. [CPT27]

Estes dados sugerem que a morfologia visível de concordância é relevante na identificação do sujeito nulo, caracterizável como *pro*, embora não seja crucial na legitimação e atribuição de Caso ao sujeito.

### 6.3. *Ordem de palavras*

Um outro aspecto em que as gerundivas das variedades não standard se distinguem das gerundivas da variedade standard corresponde à ordem de palavras permitida na oração gerundiva. Assim, na variedade standard é geralmente exigida a inversão sujeito verbo (cf. (38)), excepto quando a oração gerundiva é introduzida pelo conector temporal *em*, como em (39), em que se encontra geralmente a ordem sujeito-verbo:

- (38) a. Estando a Ana doente, resolvemos adiar o jantar.  
 b. \*A Ana estando doente, resolvemos adiar o jantar.  
 (39) Em eles chegando a casa, telefono-te.



Pelo contrário, nas variedades dialectais que aqui estamos a considerar, podemos encontrar em orações adjuntas não introduzidas por conectores quer a ordem sujeito-verbo (cf. (40)), quer a ordem verbo-sujeito (cf. (41)):

- (40) a. eles tendem as coisas em casa, fazem a toda a hora. [AAL36]  
 b. A gente podendo-se defender, poupar o nosso corpinho, que a gente se possa defender, não há nada melhor. [MLD03]  
 c. Um caminho sendo ruim diz... [AAL94]  
 d. O gado estando habituado àquilo, conforme ouviam o toque do chocalho, do coiso, ia tudo atrás. [CBV50]
- (41) a. Acabando a gente os três, não deve de haver cá oleiro já mais nenhum. [MLD19]  
 b. Morrendo a mãe, ficaram os dois. [AAL54]  
 c. E chamava-lhe ele tomateiras, sendo ele criado aqui ... [PAL5]  
 d. Dizem que depois , vindem as águas novas, aparecem uns carochinhos . [LVR33]  
 e. Calandes-te tu, também eu me calo. (Colos, in Guerreiro 1968)

Em orações adjuntas com conectores, encontra-se também quer a ordem sujeito-verbo (cf. (42)), quer a ordem verbo-sujeito (cf. (43)):

- (42) a. quando aquilo estando espremido com mais tempo punha-se dentro numa peneira. [LUZ31]  
 b. Tomas outra nova vida quando um ano se passando [MLD25]  
 c. Quando ele estando demais, já cheira a azedo [PAL30]  
 d. Quando um galo cantando de noite, aquilo é 'sinales' ruins. [LUZ45]  
 e. Em eles tendem a outra, já não querem aquela. [LVR05]
- (43) a. Em chegando o tempo das pinhas, vou às pinhas [LVR24]  
 b. quando vindo a Primavera... (Baleizão, in Delgado 1970)  
 c. Em vindo meu irmão, almoçamos (Cedillo, in Vilhena 1965)  
 d. Hoje , em chegando a gente pouco depois de o sol posto, pregam com elas dentro – lá nas cancelas. [LVR11]

Dado o número relativamente reduzido (n=66) de orações adjuntas com sujeito expresso (num total de 246), podemos apenas formular algumas hipóteses quanto aos factores que condicionam a variação na ordem de palavras nestas orações. Com os dados disponíveis no corpus, verificamos que a ordem sujeito-verbo é preferencial, independentemente da classe verbal, da natureza do sujeito e da presença de um conector. No entanto, a inversão parece ser fortemente condi-

cionada pela classe verbal, i.e., em orações adjuntas, a inversão encontra-se praticamente restringida ao contexto de verbos inacusativos e predicativos:

	S-V	V-S
V inacusativo ou predicativo	26/46 57%	19/20 95%
Outras classes verbais	20/46 43%	1/20 5%

**Tabela 4 – Ordem de palavras e classe verbal**

Outros factores, como a natureza do sujeito (pronominal ou pleno) e a presença vs. ausência de conector aparentemente não se mostram tão significativos.

Vários autores têm relacionado a ordem de palavras em orações não finitas com diferentes fenómenos gramaticais. Barbosa (2002) propõe que existe uma relação entre a ordem sujeito-verbo em orações não finitas e a especificação do parâmetro do sujeito nulo: apenas nas línguas que fixam positivamente o parâmetro do sujeito nulo, teríamos inversão sujeito-verbo. No caso de termos morfologia visível de concordância, a análise da autora prevê que haja variação entre ordem sujeito-verbo e verbo-sujeito (cf. Barbosa 2002: 56). Também Sitaridou (2002) defende que existe uma correlação entre a presença de morfologia de concordância e a possibilidade de ocorrer um sujeito em posição pré-verbal em estruturas não finitas.

No entanto, existe evidência de que esta correlação nem sempre se verifica. De facto, na variedade brasileira do português, encontramos geralmente a ordem sujeito verbo em gerundivas apesar de não haver morfologia de concordância<sup>16</sup>, o que mostra que a morfologia de concordância não é determinante para haver ordem sujeito-verbo. Para além disso, dados do português antigo (cf. (44)), assim como dados dialectais de localidades em que não se encontra GF (cf. (45)), mostram que a ordem sujeito-verbo em orações não finitas pode não estar relacionada com o parâmetro do sujeito nulo ou com a presença de morfologia visível de concordância. De facto, encontramos, em

---

<sup>16</sup> Cf. Barbosa 2002, e.o.

ambos os casos, variação entre ordem S-V e ordem V-S em orações gerundivas não flexionadas:

- (44) a. & elos tenendo e auendo este Castello eu pusi meus preytos & myas co~uene~zas [CIPM, 1260, CA03, F 43vB]  
 b. e sse o fezesse~ contra seu deffendime~to auendoos elle ante rrogados e deffendudo que o no~ ffezessem [CIPM, s.14, PP]
- (45) a. Depois o fermento de batata estando bem lêvedo, faz-se o fermento de trigo, que é o fermento que é para pôr na massa. [CDR29]  
 b. Porque ele o tempo estando mais morno, há mais peixes e há mais produção. [AJT05]  
 c. e estando ainda aí o homem e essa coisa toda, havia alguém que lhe tirasse aquela fortuna? [AJT28]  
 d. Acabando a turra, cada um para sua casa. [CRV48]

Assim, de acordo com os dados disponíveis, parece-nos que a ordem de palavras nestas orações se relaciona preferencialmente com uma diferente especificação do domínio funcional C e não tanto com propriedades do domínio da Flexão. Será necessário um estudo mais aprofundado para confirmar esta hipótese.

Há, contudo, um contexto em que, de acordo com a evidência de que dispomos, encontramos sempre a ordem verbo sujeito: trata-se das orações gerundivas parentéticas ou intercaladas:

- (44) a. E então diziam: «Ah, mas»... Dizendo eu: «E quem trouxe essas sementes para aqui»? [PAL2]  
 b. Ele diz o mote dele e eu lhe disse o meu – sendo ele o mesmo [MLD27]  
 c. eu digo assim: «Ó Antolino, eu gostava que tu me fizesses a mim – estândomos a gente a falar – o que vocês costumam a fazer aos gaiatos, bater-lhe com as maniotas na mão». [CBV41]

Este corresponde a um contexto particular que parece desencadear sempre a subida do verbo.

## 7. Conclusões

A análise da distribuição do GF em variedades dialectais do português europeu permitiu-nos verificar que a morfologia de concordância:

- i) surge apenas em domínios de predicação – ocorre em domínios oracionais, mas não em complexos verbais;
- ii) facilita a ocorrência da oração gerundiva em contextos típicos de orações finitas – tais como orações independentes e orações introduzidas por conjunções;
- iii) não é essencial à legitimação de sujeitos lexicais;
- iv) permite a identificação de sujeitos nulos argumentais através de processos não anafóricos.

### Referências bibliográficas

- ALGA – *Atlas Lingüístico Galego*. Vol. I.1. *Morfología Verbal* (1990) La Coruña, Fundación «Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa» (coord. F. Fernández Rei).
- AMBAR, M. (1988). *Para uma Sintaxe da Inversão Sujeito Verbo em Português*, Diss. Doutoramento, Univ. Lisboa, Lisboa (publicada por Ed. Colibri, Lisboa, 1992).
- AZEVEDO, C. M. S. de (1928-29). «Linguagem popular de Ervedosa do Douro», *Revista Lusitana* XXVII.
- BAPTISTA, C. da S. C. (1967). *O Falar da Escusa*, Diss. Licenciatura, Lisboa, Fac. Letras Univ. Lisboa.
- BARBOSA, P. (2002). «A propriedade do sujeito nulo e o princípio da projecção alargado», in M. H. Mateus & C. N. Correia, orgs. *Saberes no Tempo. Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos*. Ed. Colibri. Lisboa, pp. 51-71.
- BRAGA, F. C. (1971). *Quadrazais. Etnografia e Linguagem*, Diss. Licenciatura, Lisboa, Fac. Letras Univ. Lisboa.
- CARBALLO CALERO, R. (1975). «No galego de Rianxo existe un xerundio flesional», *Grial* 50, pp. 497-499. [republicado como «Um exemplo de Gerúndio Flexional», in CARBALLO CALERO, R. (1981). *Problemas da Língua Galega*, Lisboa, Sá da Costa Ed., pp. 129-133].
- CARREIRO, M. E. V. (1948). *Monografia Lingüística de Nisa*. Diss. Licenciatura. Lisboa: Univ. de Lisboa.
- CARRÉ ALVARELLOS, L. (1967). *Gramática Gallega*. La Coruña: Ed. Moret.
- CARRILHO, E. (2003). «Ainda a ‘unidade e diversidade da língua portuguesa’: a sintaxe», in Ivo Castro e Inês Duarte (eds.), *Razões e Emoção. Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mira Mateus*, vol. 2, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 19-41.
- CHOMSKY, N. (2001). «Beyond Explanatory Adequacy», *MIT Occasional Papers in Linguistics* n.º 20, Cambridge MA.
- CINTRA, L. F. L. (1971). «Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses», *Boletim de Filologia* XXII, pp. 81-116 [republicado em Cintra (1983), *Estudos de Dialectologia Portuguesa*, Sá da Costa ed.].

- CIPM – Corpus Informatizado do Português Medieval, Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa <<http://cipm.fcsh.unl.pt>>
- CORNIPS, L. & C. Poletto (2005). «On standardising syntactic elicitation techniques (part 1)», *Lingua* 115, pp. 939-957.
- COSTA, J. (2000). Postverbal subjects and agreement in unaccusatives. Contexts in European Portuguese. *The Linguistic Review* 18.1, pp.1-17.
- CRUZ, L. S. da (1969). *O Falar de Odeleite*, Diss. Licenciatura, Lisboa, Univ. Lisboa [publicado por CLUL/INIC].
- DELGADO, M. C. S. (1970). *O Falar de Baleizão*, Diss. Licenciatura, Lisboa, Univ. Lisboa.
- DELGADO, M. J. (1951). *A Linguagem Popular do Baixo Alentejo e o Dialecto Barranquenho*, Beja, Ed. Assembleia Distrital de Beja [1983, 2.<sup>a</sup> ed.].
- GUÉRON, J. & T. Hoekstra (1995). «The Temporal Interpretation of Predication», in A. Cardinaletti & M. T. Guasti (eds.). *Syntax and Semantics*, vol. 28, *Small Clauses*, San Diego, Academic Press, pp. 77-107.
- GUERREIRO, A. M. (1968). *Colos (Alentejo) – Elementos Monográficos*, Diss. Licenciatura, Lisboa, Univ. Lisboa.
- HENRY, A. (2005). «Non-standard dialects and linguistic data», *Lingua* 115, pp. 1599-1617.
- HERNANZ, M. L. (1999). «El infinitivo», in I. Bosque & V. Demonte, orgs. *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, vol 2, *Las construcciones sintácticas fundamentales. Relaciones temporales, aspectuales y modales*, Espasa, Madrid, cap. 36.
- JAEGLI, O. & K. Safir (1989). *The Null Subject Parameter*. Kluwer. Dordrecht.
- KAYNE, R. (1982). «Predicates and Arguments, Verbs and Nouns», *5<sup>th</sup> Glow Colloquium*, Paris.
- KORNFILT, J. (2006). «Agreement: The (unique and local) syntactic and morphological licenser of subject Case», in J. Costa & M.C. Figueiredo Silva, eds. *Studies on Agreement*, John Benjamins, Amsterdam/Philadelphia, pp. 141-171.
- LEDGEWAY, A. (2000). *A Comparative Syntax of the Dialects of Southern Italy: A Minimalist Approach*. Publications of the Philological Society 33. Blackwell, Oxford/Boston.
- LOBO, Maria (2002). «Aspectos da sintaxe das orações gerundivas adjuntas do português», *Actas do XVII Encontro Nacional da APL (Lisboa, 2-4 Outubro 2001)*, APL, Lisboa; 247-265.
- LOBO, M. (2003). *Aspectos da Sintaxe das Orações Subordinadas Adverbiais do Português*. Diss. de Doutoramento, FCSH-UNL, Lisboa.
- LOBO, Maria (2006). «Dependências temporais: a sintaxe das orações subordinadas gerundivas do português», *Veredas* 10 (1-2), UFJF (21 pp.).
- LONGA, V. (1993). «Gerundios Gallegos, Posición de Sujetos y Concordancia», Comunicação apresentada ao *XXIII Simposio de la S.E.L.*, Lérida.

- LONGA, V. (1994). «The Galician Inflected Infinitive and the Theory of UG», *CatWPL* 4.1, pp. 23-44.
- LOPORCARO, M. (1986). «L'infinito coniugato nell'Italia centro-meridionale: ipotesi genetica e ricostruzione storica», *L'Italia dialettale* XLIX, pp. 173-240.
- MARTINS, A. M. (2001). «On the Origin of the Portuguese Inflected Infinitive: A New Perspective on an Enduring Debate», in Laurel J. Brinton (ed.), *Historical Linguistics 1999: Selected Papers from the 14th Conference on Historical Linguistics*, Amsterdam & Philadelphia, John Benjamins, pp. 207-222.
- MARTINS, M. J. D. (1954). *Etnografia, Linguagem e Folclore de uma Pequena região da Beira Baixa (Póvoa de Atalaia, Alcongosta, Tinalhas e Sobral do Campo)*, Diss. Licenciatura, Lisboa, Univ. Lisboa.
- MATIAS, M. de F. de R. F. (1974). *Bilinguismo e níveis sociolinguísticos numa região luso-espanhola (Concelhos do Alandroal, Campo Maior, Elvas e Olivença)*, Diss. Licenciatura, Coimbra, Univ. Coimbra [Publicado em 1984 como Separata da *Revista Portuguesa de Filologia* XVIII e XIX].
- MOTA, M. A. (1997). «Les traits nombre et personne/nombre en portugais – l'oral dans ses variétés», in M. Bilger & K. van den Eynde & F. Gadet (eds.), *Analyse Linguistique et approches de l'oral. Recueil d'études offert en hommage à Claire Blanche-Benveniste, Orbis/Supplementa*, Tome 10, Leuven-Paris, Peeters, pp. 339-345.
- NUNES, J. J. (1902). «Dialectos Algarvios», *Revista Lusitana* VII.
- PALMA, B. M. S. (1967). *O Falar dos Pescadores de Olhão*, Diss. Licenciatura, Lisboa, Univ. Lisboa.
- PAULINO, M. de L. S. (1959). *Arronches – estudo de linguagem e etnografia*, Diss. Licenciatura, Lisboa, Univ. Lisboa.
- RAPOSO, E. (1987). «Case Theory and Infl-to-Comp: The Inflected Infinitive in European Portuguese», *Linguistic Inquiry* 18.1, pp. 85-109.
- RAPOSO, E. (1992). *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*. Caminho, Lisboa.
- RATINHO, M. F. M. (1959). *Monte Gordo. Estudo Etnográfico e Linguístico*, Diss. Licenciatura, Lisboa, Univ. Lisboa.
- REZENDE (1961). *Canhas e Câmara de Lobos. Estudo monográfico e linguístico*, Diss. Licenciatura, Lisboa, Fac. Letras da Univ. Lisboa.
- RIBEIRO, Raquel (2002a). «Co-referência livre/obrigatória do DP sujeito da construção gerundiva», *Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Lisboa, Outubro 2001)*, APL/Colibri, pp. 399-406.
- RIBEIRO, Maria Raquel (2002b). *As ocorrências da forma de gerúndio na variedade padrão e numa variedade dialectal do Português Europeu*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Univ. Nova de Lisboa.
- RIGAU, Gemma (1995). «The properties of the temporal infinitive constructions in Catalan and Spanish», *Probus* 7, 279-301.
- RIZZI, L. (1982). *Issues in Italian Syntax*. Foris, Dordrecht.

- RIZZI, L. (1986). «Null Objects in Italian and the Theory of *pro*», *Linguistic Inquiry* 17.3, pp. 501-557.
- RIZZI, L. (1997). «The fine structure of the left periphery», in L. Haegeman, ed. *Elements of Grammar*, Kluwer, Dordrecht, pp. 281-337.
- ROUVERET, A. (1980). «Sur la Notion de Proposition Finie – Gouvernement et Inversion», *Langages* 60, pp. 75-107.
- SITARIDOU, Ioanna (2002). *The Synchrony and Diachrony of Romance Infinitives with Nominative*. Diss. doutoramento. Univ. Manchester.
- VILHENA, M. da C. (1965). *Falares de Herrera e Cedillo*, Diss. Licenciatura, Lisboa, Univ. Lisboa.
- VINCENT, N. (1996). «Appunti sulla sintassi dell'infinito coniugato in un testo napoletano del '300», in P. Benincà *et al.* (eds.), *Italiano e dialetti nel tempo. Saggi di Grammatica per G. Lepschy*, Roma, Bulzoni, pp. 387-496.
- VINCENT, N. (1998). «On the grammar of inflected non-finite forms (with special reference to Old Neapolitan)», in I. Korzen & M. Herslund (eds.), *Clause Combining and Text Structure*, (*Copenhagen Studies in Language* 22), Copenhagen, Samfundslitteratur, pp. 135-158.





# Marcadores temporais nos *Evangelhos e Epístolas com suas Exposições em Romance* (Porto, 1497)

JOSÉ BARBOSA MACHADO

(Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

jleon@utad.pt

## Resumo

Os *Evangelhos e Epístolas com suas Exposições em Romance* foram acabados de imprimir em Outubro de 1497 na oficina de Rodrigo Álvares no Porto. É uma das primeiras obras impressas em língua portuguesa e a sua importância reside no facto de ser um dos raros testemunhos da época da tradução em português de textos bíblicos. A versão portuguesa ter-se-á baseado numa edição espanhola (provavelmente a de Salamanca de 1493), traduzida esta do latim pouco antes por Gonzalo García de Santa María. A obra, com o título original de *Postilla super Epistolas et Evangelia*, terá sido redigida no século XV por Guilherme Parisiense.

No nosso estudo, confrontamos duas edições da obra (a de Salamanca de 1493 e a do Porto de 1497), verificando as soluções adoptadas pelos tradutores no que diz respeito a alguns marcadores temporais. Daremos destaque aos seguintes: *agora, já, já agora, até agora, daí a, daí adiante, daí em diante, daqui adiante, daqui por diante, daí a pouco, de cote, des, desde, des agora, des então, des aqui adiante e desde... até*.

## 1. Introdução

Os *Evangelhos e Epístolas com suas exposições em Romance* foram impressos pela primeira vez no Porto em 1497 por Rodrigo Álvares. Embora nos catálogos, sobretudo portugueses e castelhanos, surja como seu autor Guilherme Parisiense, a autoria da obra ainda não está de todo esclarecida, uma vez que em catálogos alemães a autoria é atribuída ao dominicano alemão Johannes Herolt. Quer o autor seja

---

<sup>1</sup> Acerca desta problemática, *vide* Manuel Cadafaz de Matos (1997: 15-18).

um, quer seja outro, a obra foi publicada em latim em várias cidades da Europa sob o título de *Postilla super Epistolas et Evangelia*<sup>1</sup>. A tradução do latim para castelhano foi feita por Gonzalo García de Santa María, entre 1479 e 1484, tal como é indicado no proémio da obra. A edição portuguesa baseou-se numa das edições castelhanas, provavelmente a de Salamanca de 1493, e foi feita por Rodrigo Álvares, o próprio impressor da obra, tal como vem expresso no cólofon: «E foy a suso dicta obra emprimida e trelladada em lingoajen portugues, e ha muy noble e sempre leal çidade do Porto per Rodrigalvarez».

A tradução da obra para o castelhano e o português era necessária devido à dificuldade crescente que havia na compreensão do latim, sobretudo por parte do clero, o principal público-alvo da obra, uma vez que era o mais alfabetizado da época. No parágrafo onde está inserido o cólofon, diz-se que se fez a tradução «a fym que os que a lingua latina nõ emtêdê nõ sejã priuados de tam exçellente e marauilhosa doutrina, a qual foy a de Christo nosso redemptor escripta nos euangelhos».

A obra destinava-se a ser lida em casa e servia de complemento à leitura dos textos sagrados da missa, nomeadamente o evangelho e a epístola. «E por que cada huum estando em sua casa despenda ho tempo antes em leer tam altos misterios: que em outros liuros de pouco fruyto», é dito no parágrafo do cólofon. A obra parafraseia os textos canónicos dos evangélicos e das epístolas, organizando-os de acordo com os tempos litúrgicos, seguidos de uma glosa, ou explanação.

No nosso estudo, confrontaremos a edição portuguesa de 1497 dos *Evangelhos e Epístolas*<sup>2</sup> com a edição de Salamanca de 1493<sup>3</sup>, verificando as soluções adoptadas pelos tradutores no que diz respeito aos marcadores discursivos temporais.

Sem nos determos na complexidade da problemática da definição do que são marcadores discursivos (MDs), utilizaremos no nosso estudo o termo *marcador discursivo*, ou *marcador do discurso*, para designar uma classe gramatical que inclui várias outras classes (advérbios, preposições, locuções conjuncionais e adverbiais, etc.) que actua como um operador dentro da significação textual e cuja função é a de codificar informação relacional por um lado e por outro a de realizar um valor instrucional<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Título original. *Euangelhos e epistolas con suas exposições en romãce*. Incunábulo n.º 533 existente na Biblioteca Nacional em Lisboa.

<sup>3</sup> Título original: *Euangelios e epistolas con sus exposiciones en romãce*. Incunábulo n.º 31: 278 existente na Biblioteca da Universidade de Upsala, Suécia.

<sup>4</sup> Sobre o conceito de marcador discursivo, vide Laurel J. Brinton (1996: 29-40); Salvador Pons Bordería (1998: 20-69); Maj-Britt Mosegaard Hansen (1998: 77-85); e Diane Blackemore (2002: 151-183).

Daremos especial destaque aos seguintes: *agora, já, já agora, até agora, daí a, daí adiante, daí em diante, daqui adiante, daqui por diante, daí a pouco, de cote, des, desde, des agora, des então, des aqui adiante e desde... até.*

## 2. Marcadores discursivos temporais

Os marcadores temporais *agora* e *já* têm uma frequência significativa na tradução portuguesa dos *Evangelhos e Epístolas*: *agora* (122) / *aguora* (1); *ia* (1) / *ja* (112). Na maioria dos contextos, estes marcadores introduzem na oração um sintagma adverbial ou, segundo a gramática tradicional, um complemento circunstancial de tempo. Transcrevemos dois exemplos de cada um: «*Ja non sooes ospedes*» / «*Ia nom sooes hospedes*»; «*Agora leixas senhor a teu seruo em paz segundo a tua pallaura*»; «*honde eu vou nõ me podes agora seguir*».

Em certos contextos, o marcador *agora*, que nas gramáticas é classificado como dêictico de localização temporal, contrapõe-se na oração em que está inserido a um sintagma em que o sentido remete para o passado ou para o futuro, criando-se dicotomias como estas: Presente (*agora*) / passado (*entam*): «*ho que faz agora ho bautpismo fez entam a circunçisam*». Presente (*agora*) / futuro (*na fym do mundo*): «*e agora esta lyado, mas na fym do mudo se soltara*».

O marcador *agora*, sem perder o seu valor nuclear no sintagma adverbial, pode vir antecedido do advérbio *assi – assy agora* (3) –, dos pronomes relativos *que* e *qual* – *que agora* (12); *o qual agora* (2); *ao qual agora* (1); *a qual agora* (2) –, da conjunção adversativa *mas – mas agora* (13) –, da conjunção copulativa *e – e agora* (11) – e das conjunções subordinativas *ca, que* e *porque – ca agora* (2); *que agora* (1); *por que agora* (1).

O marcador *já*, de valor temporal-aspectual quando sozinho, pode vir antecedido do pronome relativo – *que ja* (13) –, das conjunções adversativas *mas* e *empero – mas ja* (3); *empero ja* (2) –, da conjunção copulativa *e – e ja* (10) –, das conjunções subordinativas *ca, que* e *porque – ca ja* (3); *que ja* (1); *porque ja* (1); *por que ja* (1) – e da locução *de tal maneira que – de tal maneira que ja* (1).

No entanto, estes dois marcadores podem conjugar-se com outros e originar marcadores compostos de função nuclear. Na obra em análise, detectámos dois: *já agora* (1) e *até agora* (8).

No marcador discurso *já agora*, os dois advérbios reforçam-se mutuamente. A significação no único contexto em que aparece na obra

não é aquela que é dada normalmente pelos dicionários, ou seja, *visto isto* ou *afinal*, mas no *momento presente*, contrapondo-se ao passado, apresentando um valor temporal-aspectual. Transcrevemos o contexto da versão castelhana e portuguesa: «e si *ya agora* se cometẽ tãtos males quãtos enel tiẽpo del antechristo se cometerã»; «E assy *ja agora* se cometẽ tantos males quantos no tempo do antechristo se cometerã». Na versão portuguesa, há uma deficiência na tradução deste contexto, que leva a um distúrbio do sentido. A conjunção *si*, que introduz uma oração condicional, é erroneamente traduzida pelo advérbio *assy*, retirando por isso à primeira oração o valor condicional sem o qual o sentido da segunda oração se torna confuso. Ao lermos a frase, fica-se com a impressão de que o marcador *ja agora* está ali a mais.

Ao contrário do anterior, o marcador discurso *até agora* é composto por duas classes gramaticais diferentes: a preposição *até* e o advérbio *agora*. A preposição *até* acrescenta ao advérbio a significação de um prolongamento temporal em relação a um ponto algures no passado que conflui no presente discursivo. Num dos contextos, o marcador *até agora* é antecedido do marcador *des*, destacando-se bem a ideia de um prolongamento que vai do passado até ao presente: «*des* o princípio do mundo *atee agora* hordenou remedios para tirar ho peccado original».

Na versão castelhana, o marcador *até agora* é representado por *fasta agora* (7) e por *ata agora* (1). Há correspondência de todos os contextos entre a versão castelhana e a versão portuguesa, como podemos constatar pela seguinte tabela:

Salamanca	Lisboa
e tu has guardado <i>fasta agora</i> el buẽ vino	tu guardaste <i>atee agora</i> ho boon vinho
e tu has guardado el buẽ vino <i>ata agora</i>	E tu teẽs guardado ho boom vinho <i>atee agora</i> .
<i>Fasta agora</i> ningũa cosa pedistes en mi nõbre.	<i>Atee agora</i> nehuũa cousa pedistes em meu nome.
( <i>Fasta agora</i> ningũa cosa pedistes en mi nõbre)	( <i>Atee agora</i> nehũa cousa pedistes em meu nome.)
dẽdel pñcipio del mundo: <i>fasta agora</i> ordeno remedios para tirar el pecca[do] original.	des o princípio do mundo <i>atee agora</i> hordenou remedios para tirar ho peccado original.
mi <i>padre fasta agora</i> obra: e yo obro.	Meu padre <i>atee agora</i> obra e eu obro.
los quales <i>fasta agora</i> sõ testigos del pueblo.	os quaaes <i>atee agora</i> som testemunhas delle ao pouoo
mi padre <i>fasta agora</i> obra: e yo ton bien	Meu padre <i>atee agora</i> obra e eu tambem

Na obra em análise, surge um conjunto de marcadores discursos de valor temporal que são formados a partir dos deícticos de lugar *daí* e *daqui*. Detectámos os seguintes: *daí a – de hy a* (3); *dy a* (1) –, *daí adiante – de hy adiante* (2) –, *daí em diante – dy em diãte* (2) –, *daqui adiante – daqui adiante* (1) –, *daqui por diante – daquy por diante* (1) – e *daí a pouco – de hy a pouco* (2); *dy a pouco* (1). Nos *Evangelhos e Epístolas*, estes marcadores designam o momento em que se origina ou há-de começar a contar-se alguma coisa.

O marcador *daí a*, composto pelo deíctico de lugar *daí* e pela preposição *a*, ocorre quatro vezes na obra e em todas as suas ocorrências corresponde ao seu equivalente castelhano *dende a*. Os contextos são os seguintes:

Salamanca	Lisboa
<i>dēde a</i> .iij. dias fallarō lo enel tēplo	<i>de hy a</i> tres dias ho acharō no templo
e <i>dende a</i> dos dias salio: e fue se a Galilea.	E <i>de hy a</i> dous dias sayo e foyse a Gallilea
el estrago delos niños se fizo <i>dende a</i> vn año, e .iij. dias despues del nacimēto de Christo.	o destroço dos mininos se fez ainda <i>de hy a</i> huu año e .iij. dias depois do naçimēto de Christo.
E acaescio que <i>dēde a</i> tres dias le fallarō enel tēplo assêtado en medio delos doctores.	e aconteçeeo que <i>dy a</i> tres dias ho acharō en ho tēplo assentado em meeo dos doutores

O marcador *daí adiante*, composto pelo deíctico *daí* (*de hy*) e pelo advérbio *adiante*, ocorre duas vezes no mesmo contexto: «ho qual se perder o sabor *de hy adiante* cō que salgaremos: A nenhua cousa val *de hy adiante*: saluo que seja primeyro pisada pellos homeës». Na versão castelhana, o marcador é *dēde adelâte*, que ocorre apenas uma vez na passagem correspondente: «la qual si perdiere el sabor con que saleremos: a ningua cosa vale *dēde adelâte*: saluo que sea lãçada fuera e sea hollada por los hōbres». Esta passagem da versão castelhana difere, do ponto de vista sintáctico.

O marcador *daí em diante*, composto pelos deíctico *daí* (*dy*) e pelo advérbio *diante* ligados pela preposição *em*, ocorre duas vezes, ambas antecedidas pela conjunção *e*: «E *dy em diãte* refusou de fazer honrra a seus deoses»; «E *dy em diãte* ho conheçerees e ho vistes». Nos contextos correspondentes à versão castelhana, o marcador utilizado é *dende adelante*: «e *dēde adelâte* reuso de hazer onrra a sus dioses»; «e *dende adelante* lo conosceres: e lo vistes».

O marcador *daqui adiante*, composto pelo deíctico *daqui* e pelo advérbio *adiante*, ocorre uma vez: «*daqui adiante* seeras pescador de

homeês». Há correspondência com a versão castelhana: «*de aqui adelãte seras pescador de ombres*».

O marcador *daqui por diante*, composto pelo deíctico *daqui* e pelo advérbio *diante* ligados pela preposição *por*, ocorre também uma vez: «*daquy por diante me leixaras passar daquesta vida aa folgança do coração*». Na versão castelhana, o marcador utilizado é *dende aqui adelante*: «*dēde aqui adelãte me dexaras pasar de aquesta vida ala folgãça del coração*».

O marcador *daí a pouco*, composto pelo deíctico *daí* (*de hy / dy*) e pelo pronome indefinido *pouco* ligados pela preposição *a*, ocorre três vezes. Há uma correspondência directa com a versão castelhana, como podemos constatar pela seguinte tabela comparativa:

Salamanca	Lisboa
<i>dēde a poco</i> subo al padre	<i>de hy a pouco</i> subio ao padre
<i>dēde a poco</i> se sigue la presente.	<i>De hy a pouco</i> se segue a presente.
e <i>dēde a poco</i> se sigue la epistola de oy	E <i>dy a pouco</i> se segue a epistolla doje

O marcador *de cote*<sup>5</sup> – de cote (17); decote (3) –, com a significação de *continuamente, incessantemente*, ocorre vinte vezes. Os dicionários consideram-no uma locução adverbial, que significa *de uso quotidiano*, fazendo-o derivar do adjectivo *cotio*, este por sua vez originado na forma do latim tardio *cottidio* (por *cottidie*), com a significação de *todos os dias*. Na versão castelhana, o marcador utilizado é na maior parte dos contextos *de continuo*.

---

<sup>5</sup> Este marcador, bastante raro na língua portuguesa, ocorre nalgumas obras do século XV e início do século XVI. Aparece cinco vezes na *Primeira parte da Cronica delRei dom Joham* de Fernão Lopes e outras cinco na *Segunda Parte* da mesma crónica. Transcrevemos alguns contextos: «Em sua casa avia *de cote* doze e quize escudeiros» (I, cap. XXXV); «ca nom amdavom com elle mais que ataa dez ou doze que o acompanhavom *de cote*» (I, cap. LIII); «aquelas trezentas lamças que comsyguo *de cote* trazia» (II, cap. XXIII); «E loguo se foy a Estremoz com eses poucos que *de cote* trazia» (II, cap. CXXXII). Aparece uma vez na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* de Gomes Eanes de Zurara: «Escreverey a ell rrey de Tunez que me emvie suas galles que *de cote* traz armadas» (Cap. LXXXII). Aparece duas vezes na *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão: «de que mall peccado *decote* amdamos acompanhados» (Cap. XLV); «Era elRey muy magoado e *de cote* pemssoso em seu coração» (Cap. XXVII).

**Salamanca**

**Lisboa**

no praticaua quadaldia o *de cōtinuo* conellos:

non praticaua cada dia ou *decote* con elles

no busques las cosas mas altas de ti: mas piēsa *de cōtinuo* las que dios te mado

Nō busques as cousas mais altas de ty: mas cuyda *decote* as que deus te mandou.

los dañados enel infierno *de continuo* dan bozes.

os dapnados no jmferno *decote* dā vozes

e comia *de cōtinuo* sumptuosa e delicadamēte.

e comia *de cote* sumptuosa e delicadamēte

ca *de cōtinuo* vsan dela claridad de su visiō

ca *de cote* vsam da claridade da sua visan

*e de continuo* dia e noche estaua enlos cimiterios e enlos montes dando vozes e firindose

*e de cote* dia e noyte estaua nos adros e montes dando braados e ferindose com pedras

e comia *de cōtinuo* suptuosos e delicados mājares:

e comia *de cote* sumptuosos e delicados manjares

*Yo de continuo* do gracias a mi dios por vosotros

*Eu de cote* dou graças ao meu deus por vos outros

(*yo de cōtinuo* doy gracias)

(*Eu de cote* dou graças)

faziendo *de cōtinuo* gracias a dios por todos

fazendo *de cote* graças a deus por todos

en diuersos tormētos somos leuados ala muerte quasi *de continuo*:

em diuersos tormētos somos leuados aa morte *caso de cote*

del rico que vestia *de cōtinuo* escarlata e tela desgada

do ryco que vestia *de cote* panos de escarlata e leēços muy delgados

e a ella *de continuo* nos aparejemos.

e a ella *de cote* nos aparelhemos.

Em cinco contextos, em vez do marcador *de continuo*, na versão castelhana é utilizado o adjetivo *continuo*, que concorda com o substantivo que o segue ou antecede. Na versão portuguesa, o uso do marcador *de cote* nos mesmos contextos soa bastante artificial, na medida em que o substantivo exige um adjetivo para o qualificar e não um marcador na forma de uma locução adverbial. Transcrevemos esses contextos:

**Salamanca**

**Lisboa**

a saber es el cuydado *cōtinuo*, ni avn sola vna hora me dexa

cōuem a saber ao cuydado *de cote* nem ainda soo huua hora me leixa

ca mucho vale la oracion *continua* del justo

ca muyto val a oraçom *de cote* do justo

(la oracion *cōtinua* del justo)

(a oraçõ *de cote* do justo.)

teniêdo sobre todo *cõtina* caridad los vnos  
alos otros.

teendo sobre todo *de cote* caridade os huus aos  
outros

teniêdo *continua* caridad

teendo *de cote* caridade.

Em dois outros contextos, na versão castelhana é utilizado o advérbio *continuamente* como marcador temporal, vertido na versão portuguesa por *de cote*:

**Salamanca**

ca fazẽ *cõtínuamête* su volutad

assi que en aquellos quarêta dias *cõtina mête*  
estuuiesse con ellos

**Lisboa**

ca fazem *de cote* sua vontade

assy que em aquellos xl. dias *de cote* esteuesse  
cõ elles

Os marcadores *des* (do latim *de + ex*) e *desde* (*des + de*), classificados como preposições na gramática tradicional, têm uma frequência bastante significativa na obra. O marcador *des* surge 37 vezes e o marcador *desde* 35. Este último apresenta-se sob as seguintes formas: *desda* (1); *desde* (8); *des d'* (26). Ambos os marcadores designam o ponto no tempo ou o lugar em que se origina ou há-de começar a contar-se alguma coisa, podendo ter por isso um valor de tempo ou de lugar.

O valor de lugar pode ser encontrado em contextos como: «as molheres deuotas que seguirom a Jhesu *des* Gallilea»; «*desde* a borda do mar Christo disse a Pedro e aos filhos de Zebedeu»; «Em aquelle tempo ãuiarom os judeus *desde* Jherusalem clerigos e leuitas a Sam Joham»; «*ẽssynaua des do* nauyo aa gente»; «escreueo *des de* Roma no tempo de Claudio»; «nõ he de emtêder que *des* aquelle logar se podessẽ veer determinadamête todallas çidades e todollos regnos»; etc. Em três contextos, ao valor de lugar junta-se o valor temporal, uma vez que há a ideia de prolongamento no tempo: «o qual *des do* berço buscou ho regno de deus»; «*Des do* ventre de sua madre seera cheeo de espiritu-santo»; «e seera cheeo de spiritu sancto *des do* ventre de sua madre».

Como os marcadores de lugar não são o objecto principal do nosso estudo, cingir-nos-emos apenas às ocorrências dos marcadores *des* e *desde* com valor temporal e que introduzem um complemento circunstancial que certas gramáticas tradicionais classificam como *desde quando*<sup>6</sup>. Nos *Evangelhos e Epístolas*, estes marcadores designam

<sup>6</sup> Cfr. *v.b.* a *Gramática Latina* de Manuel Francisco de Miranda, 8.<sup>a</sup> ed., Braga, 1962, p. 246.



o momento em que se origina ou há-de começar a contar-se em horas, dias, meses, anos ou etapas da vida um facto (espiritual ou terreno), um desejo ou um propósito.

Os marcadores *des* e *desde* são, na sua maioria, a tradução do castelhano *dende* e, mais raramente, do seu equivalente *desde* (com apenas duas ocorrências), como podemos constatar nos vários contextos que apresentamos abaixo. As construções sintácticas com estes marcadores são variadas e podemos sistematizá-las do seguinte modo:

a) *des / desde* + determinante + substantivo

Esta construção com os marcadores referidos é a mais abundante da obra. Vem acompanhada de diversos substantivos, sendo o mais frequente o substantivo *começo*, antecedido por um artigo definido que o determina:

<b>Salamanca</b>	<b>Lisboa</b>
onde <i>dēdel</i> comiēço desseo ser semejāte a dios	hōde <i>des</i> o começo desejou seer semelhante a deus
era homicida homicida <i>dēde</i> el comienço.	era omeçida <i>des</i> ho começo
porque <i>dēde</i> el comiēço estays comigo.	por que <i>des</i> ho começo estaaes com mygo
(porque <i>dēde</i> el principio estays conmigo.)	(por que <i>des</i> ho começo estaaes comygo)
no es de entēder que estuuierō cō el <i>dende</i> el principio de su vida: mas <i>del</i> comienço dela predicacion suya	nō he de emtender que esteuerō com elle <i>des</i> ho começo de sua vida, mas <i>des</i> ho começo da preegaçõ sua
<i>dēde</i> el comiēço del mundo fue confirmada conellos.	<i>des</i> o começo do mundo foy cōfirmada com elles.
fue <i>dendel</i> comiēço del mudo entre los buenos e los malos.	foy <i>des</i> o começo do mundo antre os boons e os maaos
[...]	Vinde beentos do meu padre possuyr o regno pera vos guardado <i>des do</i> começo do mudo
salio <i>dēdel</i> comienço delos dias dela eternidad	Sayo <i>des do</i> começo dos dias da eternidade.

A correspondência com a versão castelhana é total, excepto em dois contextos. No primeiro, a versão castelhana apresenta *dende el principio* e a portuguesa *des ho começo*. No segundo, é impossível esta-

belecer a comparação, uma vez que ao incunábulo castelhano por nós consultado falta o fólio onde o mesmo ocorria. Igual problema temos com o contexto da versão portuguesa «ouue *des do* principio do mundo nem auera jamais», retirado do próémio da obra.

Há outros substantivos, menos frequentes, que acompanham os marcadores referidos. São eles *mocidade*, *menino*, *virgindade*, *Moisés*, *páscoa* e os que directamente pertencem ao campo semântico de tempo, como *hora*, *instante*, *ponto* e a própria palavra *tempo*.

Com os substantivos *mocidade* (4) – *moçedad* / *mocedad* no castelhano – e *menino* (3) – *niñez*, no castelhano –, temos:

<b>Salamanca</b>	<b>Lisboa</b>
si Christo <i>dēde</i> su moçedad uviase mostrado toda su sabiduria	se Christo <i>des de</i> sua moçidade mostrara toda sua sabedoria
todas las cosas guarde <i>dēde</i> mi moçedad:	todallas cousas guardey <i>des de</i> minha moçidade
a esta ame e busque <i>dende</i> mi mocedad:	A esta amei e busquei <i>des</i> a minha moçidade.
cõuiene asaber <i>dēde</i> la mocedad.	.s. <i>des</i> a moçidade
Santo Domingo el qual <i>dende</i> su niñez studio en seruir a nuestro señor.	Sancto Domigos o qual <i>desde</i> minino aprendeo en seruir a nosso senhor Jhesu Christo
Christo <i>dende</i> su niñez vuo cõplimiento de saber:	Christo <i>des de</i> minino ouue comprimêto de saber
Moyses: que <i>dende</i> ninēz fue tâ gracioso que todos le amauan:	Moyses que <i>desde</i> minino foy tâ gracioso que todos o amauan

Com os substantivos *virgindade*, *Moisés* e *páscoa*, com apenas uma ocorrência de cada um, temos:

<b>Salamanca</b>	<b>Lisboa</b>
auia viuido cõ su marido .vij. años <i>desde</i> su virginidad.	viuera com seu marido sete annos <i>desde</i> sua virgindade.
E comēçando <i>dende</i> Moysen e todos los prophetas declarauales las cosas que del eran en todas las escrituras	E começãdo <i>des de</i> Moyses e todollos prophetas decraraualhes as cousas que delle erã e todallas escripturas
contãdo <i>dēde</i> pascua de resurreciõ cincũeta dias	contãdo <i>des da</i> pascoa de resurreyçã çinquenta dias

No primeiro contexto, a versão castelhana apresenta excepcionalmente o marcador *desde* em vez de *dende*<sup>7</sup>.

Com os substantivos *hora* (2), *tempo* (2), *instante* (1) e *ponto* (1), pertencentes ao campo semântico de tempo, temos:

<b>Salamanca</b>	<b>Lisboa</b>
(E <i>dēde</i> aquel hora sano su fija)	(e <i>des</i> aquella ora saarou sua filha)
e <i>dēde</i> aquella hora sano la muger	E <i>des de</i> aquella hora reçebeo saude aquella molher.
<i>dende</i> el tiempo delos apóstoles mano la fee christiana a todas las partes de la tierra habitable	<i>des</i> ho tempo dos apóstollos cresceo ha ffe de Christo a todallas partes da terra abitaue
ca <i>dende</i> el tiēpo dela passiō de Christo: despues que fue abierta la puerta dela gloria:	Ca <i>des</i> ho tempo da paixam de Christo depoyos que foy aberta a porta da gloria
ca lleno fue de diuidad sapiēcia e sciēcia <i>dēdel</i> instāte de su cōcepciō	Ca cheo foy de diuindade sapiēçia e sciēçia <i>des do</i> instāte da sua cōçepçō
ca <i>dēde</i> el punto que fue encarnado fue el cuerpo de Jesu diuinal mente formado	<i>des</i> o pōto que foy encarnado foy o corpo de Jhesu diuinalmente formado

b) *des / desde* + advérbio

Há quatro contextos em que os marcadores vêm seguidos de déicticos ou advérbios, originando novos marcadores temporais: *desde então* (2) – *des de emtō* (1); *des entom* (1) –, *des agora* (1) e *des aquy adiante* (1). O marcador composto *desde então* designa um momento no passado que se prolonga no tempo. O marcador *des agora* designa um momento presente que se prolongará no futuro. A correspondência entre a versão castelhana e portuguesa é total, como podemos verificar na transcrição seguinte:

---

<sup>7</sup> Na versão castelhana, o marcador *desde* aparece mais algumas vezes, mas com valor de lugar: «el señor *desde* el viētre me llamo e *desde* el viētre de mi madre se recordo de mi nōbre» / «o senhor *des* o vētre de minha madre me chamou, e *des* do ventre de minha madre se lembrou do meu nome»; «(*desde* el vientre me llamo e *desde* etc.)» / «(*des* o vētre me chamou: e *des* etc.)».

**Salamanca**

E *dēde entōce* tuuierō los discipulos de Christo mas lleno conoscimiēto del misterio dela trinidad.

E assi *dēde entōce* fue tiempo perfecto de todas las sciencias e gracias

*dende agora* estoy aparejado a obedecerte en todas las cosas

**Lisboa**

E *des de emtō* teuerō os diçipollos de Christo mays cheo conheçimēto do misterio da trijndade.

E assy *des entom* foy Christo perfeyto de todallas sciencias e graças

*des agora* estou aparelhado a obedecerte ã todallas cousas

O marcador composto *des aquy adiante*, construído com um défctico de lugar (*aqui*) e um advérbio de tempo (*adiante*), tem duplo valor discursivo: designa por um lado o lugar e por outro o tempo. No texto castelhano, o marcador utilizado é *de aqui adelante*, não havendo por isso uma correspondência total com a tradução portuguesa. Transcrevemos o contexto das duas versões: «*de aqui adelante* ya dize el espiritu que fuelguen de sus trabajos»; «*des aquy adiante* ja diz ho spiritu que folguem de seus trabalho».

c) *des / desde + até*

Os marcadores *des* e *desde* surgem em diversos contextos seguidos da preposição *até*, originando uma construção sintáctica de dois termos. No primeiro, é apresentado o ponto onde se dá início uma coisa (*des / desde*), tal como nos contextos referidos atrás, e no segundo o ponto onde a mesma termina (*até*). Esta construção corresponde em todos os contextos da versão castelhana, excepto num, à construção *dende + fasta*. Na excepção, em vez de *dende + fasta*, é empregue *dende + ata*.

A construção com *des / desde + até* pode ter três configurações. Na primeira, a mais abundante, a preposição *até* antecede um substantivo ou um adjetivo com ou sem determinante:

**Salamanca**

por semejaēte su largueza se estiende *dende* el principio del mundo *fasta* la fin.

ca *dēdel* principio del mudo: segu Lyra *fasta* Noe passarō .M.dc.lvj. años

la qual se entiēde *dēde* el primer ombre justo que fue Abel *fasta* el postrero: que es por nascer

**Lisboa**

Por semelhãte sua largueza se estende *des* o principio do mundo *atee* a fym.

ca *des* o principio do mudo segundo Lira *atee* Noe passarō .m.cc.lvj. annos

a qual se entēde *des* o primeiro homē justo que foy Abel: *atee* o derradeiro que he por naçer

E esta viña tãtos pampanos ha producido: quãtos santos *dēdel* justo Abel *fasta* el postrero escogido

La hora de sexta fue *dēde* Abraã *fasta* Moysen e tãtos días quãtos passaron *dēde* el dia de nauidad *fasta* la pascuia siguiete

se entiēde el tiēpo *dende* la hora dela muerte *fasta* la resurreciō:

se entiēde el tiēpo *dēde* la hora dela resurreciō *fasta* subida alos cielos:

fue derramada sobre la tierra: *dēde* la sangre del justo Abel: *fasta* la sangre de Zacharias

vēga sobre vosotros toda la sangre que se derramo: *dēde* la sangre del justo Abel: *fasta* la sãgre de Zacharias

*dēde* la sangre del mas pequeno justo: *fasta* la sangre del mayor

ca luēgo tiēpo es *dēde* la subida de Christo al cielo *fasta* su venida al juzzio

esta tardança es el discurso del tiēpo *dēde* la ascension de Christo *fasta* al dia del juzzio:

*dēde* el primer rēglon *fasta* el postrero

E esta vinha tamtos gomos tem producidos quãtos sanctos *des* o justo Abel *atee* o derradeyro escolheito

A ora de sexta foy *des* Abraham *atee* Moyses

e tantos dias quãtos passarō *des* ho dia de natal *atee* a pascoa seguite

se entende o tēpo *desda* hora da morte *atee* a resurreiçō

Se entende o tēpo *des da* hora da resurreiçō *atee* a sobida aos çeos

foy derramado sobre a terra *des* do sãgre do justo Abel *atee* o sãgre de Zacharias

venha sobre vos todo o sangue que derramou *des* do sangue do justo Abel *atee* o sangue de Zacharias

*des* do sangue do mais pequeno justo *atee* o sangue do moor.

Ca longo tempo he *des* a subida de Christo ao çeeo *atee* sua vinda ao juizo.

Esta tardança he o discurso do tempo *des de* ha açensom de Christo *atee* ao dia do juzjo

*des de* a primeira regra *atee* a derradeira

Na segunda configuração, a preposição *até* é seguida de um advérbio ou deíctico de lugar ou de tempo, originando novos marcadores (*até agora*, *até ali*, *até então* e *até hoje*):

**Salamanca**

*dēdel* pricipio del mundo: *fasta agora* ordeno remedios para tirar el peccado original.

e assi *dēde* nauidad *fasta* alla ay nueue meses:

ca *del* principio del mundo *fasta* entonce no auion no auian curado trabajar en buenas obras.

he aqui entonce tribulacion qual no fue *dende* el principio del mundo *fasta oy* ni sera.

(*dēde* su virginidad) Ca *fasta* el matrimonio guardo sa virginidad

*dēde* el comiēço e ante delos siglos fuy criada: e *fasta* el siglo venidero no dexare de ser

**Lisboa**

*des* o principio do mundo *atee agora* hordenou remedios para tirar ho peccado original

e assy *desde* natiuidade *atee ally* ha ix. meses.

ca *des* o principio do mundo *atee entom* non tijnham procurado de trabalhar em boas obras.

Eis aqui en tam tribullaçō qual nō foy *des* o principio do mudo *atee oje* nē sera

(*des de* sua virgindade) *atee* o matrimonyo gardou sua virgindade

*des* do começo e ante dos mudos fuy criada e *atee* ho mudo vijndoyro nō leyxarey de seer

Na terceira configuração, com apenas um caso, a preposição *até* vem acompanhada da conjunção *que*, originando uma locução conjuncional ou um conector discursivo que introduz uma oração subordinada temporal. Esta construção encontra-se também na versão castelhana: «*dēde* la promessa fecha a Abraã *fasta que* fue dada a Moysen enel Mōte Sinay» / «*des* a promessa feyta a Abraam *atee que* foy dada a Moyses no Monte Synay».

O único caso, já referido, em que é empregue na versão castelhana *dende + ata* em vez de *dende + fasta*, insere-se num contexto que merece uma reflexão à parte. Apresentamo-lo «es asaber *dela* ninyez *fasta* la moçēdad e *dēde* la moçēdad *ata* la mancebia» / «conuem a saber da ydade *do* minino *atee* a moçidade e *des* a mocidade *atee* a mamçebia». Como podemos constatar, a oração é bipartida e ligada através da conjunção *e*. O primeiro membro é introduzido pela preposição *de*, em vez dos marcadores *des* / *desde*, seguida da preposição *até*. O segundo membro segue os casos anteriores: *des + até*.

### 3. Conclusão

Os marcadores que apresentámos foram na sua maioria estudados muito superficialmente pelos linguistas até ao momento. A alguns deles cabe apenas uma referência numa lista ou numa nota de rodapé. Dentro dos *Evangelhos e Epístolas*, são uma gota num copo. É pois importante estudar este e muitos outros ainda não identificados com maior profundidade. A sua sistematização e a compreensão do modo como marcam ou modificam o discurso são fundamentais para percebermos com maior nitidez o mecanismo da linguagem verbal. No caso dos *Evangelhos e Epístolas* (e de outros textos em português antigo), o interesse é redobrado, uma vez que, investigando os fenómenos linguísticos que se construíram no passado, compreenderemos a permanência, a evolução ou o desaparecimento desses fenómenos no presente.

Através da análise comparativa do uso dos marcadores discursivos com valor temporal na edição dos *Evangelhos e Epístolas* de 1497 e na edição de Salamanca de 1493 – que se pensa estar na origem da tradução portuguesa –, podemos asseverar que o tradutor português seguiu praticamente à letra as construções sintácticas da versão castelhana, com algumas adaptações pontuais, nomeadamente na substituição de certos marcadores da língua de origem por outros da língua de destino que lhes eram equivalentes.

## Referências bibliográficas

- BECHARA, Evanildo (2002), *Moderna Gramática Portuguesa*, 37.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, Editora Lucerna.
- BLAKEMORE, Diane (2002), *Relevance and Linguistic Meaning. The Semantics and Pragmatics of Discourse Markers*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BRINTON, Laurel J. (1996), *Pragmatic Markers in English – Grammaticalization and Discourse Functions*, Berlin, Mouton de Gruyter.
- CUNHA, Celso e Lindley Cintra (1987), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 4.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Edições Sá da Costa.
- Euangelhos e Epistolas con suas Exposições en Romãce*, Porto, 1497. Edição fac-similada do incunábulo n.º 533 existente na Biblioteca Nacional. Lisboa, Edições Távola Redonda, 1997.
- Euangelios e Epistolas con sus Exposiciones en Romãce*, Salamanca, 1493. Incunábulo n.º 31: 278 existente na Biblioteca da Universidade de Upsala, Suécia. Texto cedido em fotocópia pela mesma biblioteca.
- HANSEN, Maj-Britt Mosegaard (1998), *The Function of Discourse Particles. A Study with Special Reference to Spoken Standard French*, Amsterdam, John Benjamins.
- MATEUS, Maria Helena Mira *et alii* (2003), *Gramática da Língua Portuguesa*, 5.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Caminho.
- MATOS, Manuel Cadafaz de (1997), «Os *Evangelhos e Epístolas* – a edição portuense de Rodrigo Álvares, de 1497, e os inícios da actividade tipográfica na cidade do Porto (alguns dados para uma análise sumária da questão)», em *Evangelhos e Epistolas con suas Exposições en Romãce*, edição em fac-símile, Lisboa, Edições Távola Redonda.
- PONS BORDERÍA, Salvador (1998), «Conexión y conectores. Estudio de su relación en el registro informal de la lengua», Anexo n.º XXVII da revista *Cuadernos de Filología*. Universitat de València.
- VILELA, Mário (1999), *Gramática da Língua Portuguesa*, 2.<sup>a</sup> ed., Coimbra, Livraria Almedina.





# Ordem relativa de circunstanciais no português brasileiro escrito

MARIA DA CONCEIÇÃO DE PAIVA  
(UFRJ/CNPq)

## Abstract

This paper focuses on relative order of place, time and mood adverbials in Brazilian Portuguese. By analysing oral and written data, we try to identify the unmarked order of these constituents and the structural and functional factors associated to it. We discuss the hypothesis that the sequences mood-place-time is more natural, according to the centrality of these categories to the state of affairs. On the contrary, we attest a regular tendency to the sequences time- mood-place- as a result of the action of factors such as extension of the adverbial and syntactic complexity.

## 1. Introdução

Diversos trabalhos (Neves, 1992, Ilari et alii, 1992, Martelotta, 1994, Macedo e Santanché, 1998, Tarallo et alii, 1993, Rocha, 2001, Paiva, 2002, Cezário et alii, 2004, Cezário et alii, 2005a, Cezário et alii, 2005b, Brasil, 2005, Lessa, 2007, Paiva et alii, 2007, Paiva, 2008) já mostraram que, no português brasileiro, os circunstanciais locativos e temporais, tanto os advérbios como os sintagmas preposicionais, embora gozem de uma certa flexibilidade quanto à sua posição na oração, tendem a ocupar principalmente as margens da oração. Essa tendência se relativiza, no entanto, em função da categoria dêitica expressa pelo constituinte. Como já foi destacado por Paiva et alii (2007) e Paiva (2008), sistematicamente na modalidade falada e na modalidade escrita, os locativos se localizam predominantemente na

margem direita da oração e os temporais, embora apresentem maior variação, tendem a se situar, mais frequentemente, na margem esquerda.

A tendência acima parece ser inquestionável quando se considera um único constituinte circunstancial na oração. Uma questão interessante se refere à manutenção dessa tendência em orações onde locativos e/ou temporais co-existem entre si ou com circunstanciais de outras categorias semânticas, possibilidades exemplificadas de (1) a (5).

- (1) **No morro do Escondidinho, em Laranjeiras**, uma incursão feita por 10 homens do 2.º BPM resultou na apreensão de um fuzil, duas pistolas, cocaína e maconha. (Reportagem, Jornal do Brasil)
- (2) *Ontem, por volta das 17 h*, cerca de dez moradores de rua fumavam maconha **na Praça Luiz de Camões**. (Reportagem, Jornal do Brasil)
- (3) Um disco voador pousaria **lá no início da manhã de sábado**. (Crônica, O Globo)
- (4) *Ontem, em uma atitude inusitada*, depois de fugir do abrigo em que estava desde o dia 16 de outubro, o menor F., 12 anos, acompanhado de dois amigos, resolveu pedir socorro pessoalmente ao juiz. (Reportagem, Jornal do Brasil)
- (5) As seis principais centrais sindicais do país lançaram *ontem, em São Paulo*, a campanha unificada pela redução da jornada de trabalho. (Reportagem, Povo)<sup>1</sup>

Nos exemplos (1) e (2), verifica-se a mesma organização sintagmática com os dois circunstanciais, locativos em (1) e temporais em (2) situados na margem esquerda da oração. Em (3), a proforma locativa e o Sprep temporal se situam ambos na margem direita da oração. Em (4), o temporal localizado na periferia esquerda é imediatamente seguido pelo circunstancial de modo. E, finalmente, em (5), tanto o circunstancial de tempo como o de lugar se inserem entre o verbo e seu complemento. Nos exemplos citados haveria, em certa medida, possibilidade de outra ordenação relativa dos dois circunstanciais, o que resulta em um espectro bastante amplo de padrões de organização linear.

---

<sup>1</sup> A fim de distinguir as diferentes categorias semânticas, os circunstanciais temporais estão assinalados em itálico, os locativos, em negrito e os de modo se encontram sublinhados.

Essa variação sintagmática constitui o objeto central deste artigo. Procuramos identificar, a partir de uma análise de dados de língua escrita, os padrões de ordenação mais frequentes, os limites da variação possível e a ordenação relativa de diferentes categorias semânticas. Dada a sua frequência mais expressiva no uso da língua, limitamo-nos à discussão de circunstanciais de tempo, lugar e modo<sup>2</sup>.

As questões colocadas nesta análise se baseiam no conceito de marcação (Greenberg, 1966, Cróft, 1990, Dryer, 1995, Andersen, 1998), eixo central de outras pesquisas já desenvolvidas sobre a variação na ordem de palavras. Segundo esse conceito, os constituintes lingüísticos que admitem variação posicional tendem a apresentar uma ordem «default», mais freqüente e pragmaticamente menos marcada<sup>3</sup>. Um dos nossos objetivos é o de verificar se a ordem não marcada de locativos e temporais é influenciada pela sua co-ocorrência com outros circunstanciais, da mesma categoria ou de categoria semântica distinta. Nas orações em que co-ocorrem dois ou mais circunstanciais de categoria semântica distinta, discutimos a adequação do princípio de que, em línguas do tipo verbo inicial, a sequenciação mais natural é modo-lugar-tempo, como proposto por Quirk, 1985, para o inglês, e elevado à condição de parâmetro tipológico por Boisson, 1981. Mostramos que a diversidade de padrões que emerge na combinação entre essas categorias de circunstanciais contraria essa expectativa e sugere a ação de outros princípios sobre a ordenação relativa de múltiplos constituintes circunstanciais.

Concentramos nossa análise numa amostra de língua escrita composta de 155 textos extraídos de alguns jornais de grande circulação no Rio de Janeiro («O Globo», «JB», «Povo» e «Extra»), publicados no período de 2002 a 2004. Essa amostra compreende textos representativos de três gêneros jornalísticos distintos: crônicas, editoriais e reportagens<sup>4</sup>. Os dados foram submetidos a uma análise quantitativa através dos programas Goldvarb2001, que nos permitiu: a- identificar

---

<sup>2</sup> Apesar de ser uma decisão discutível, incluímos na categoria de modo, Spreps que apresentam uma superposição com as noções de meio e de instrumento, por acreditarmos que as fronteiras entre essas categorias são bastante tênues.

<sup>3</sup> Na sua versão mais tradicional (Cf. Givón, 1991), o conceito de marcação pressupõe três sub-princípios que envolvem: a frequência dos elementos lingüísticos, sua complexidade estrutural e sua complexidade cognitiva.

<sup>4</sup> Este artigo faz parte de um projeto mais amplo, em que comparamos a ordenação de circunstanciais na fala e na escrita, buscando identificar as convergências e diferenças entre essas duas modalidades.

as posições preferenciais de cada um dos tipos de circunstancial; b- a forma de sequenciação mais frequente das categorias de tempo, modo e lugar.

Este artigo está organizado da seguinte forma: na seção 2, focalizamos as configurações sintagmáticas depreendidas na língua escrita, sua incidência na amostra analisada e o padrão de ordenação não marcado. Na seção 3, verificamos com maior detalhe a adequação do princípio de sequenciação Modo-Lugar-Tempo aos dados do português brasileiro. Finalmente, levantamos algumas questões que, a nosso ver, merecem ser aprofundadas.

## 2. Configurações sintagmáticas de dois ou mais circunstanciais

Em orações onde se combinam dois ou mais circunstanciais, da mesma categoria ou de categorias semânticas distintas, podem ser identificados diversos padrões de ordenação que envolvem diferentes formas de combinação entre as posições marginais da oração (periferia esquerda e periferia direita) e as posições mediais (adjacência esquerda ou adjacência direita do verbo). Na tabela 1, exemplificamos esses padrões e mostramos a frequência de cada um deles na amostra examinada.

Desconsiderando a categoria dêitica do circunstancial, podemos constatar a predominância significativa desses constituintes na margem direita da oração, com uma frequência de 48,11%, num total de 398 dados. Na segunda configuração mais freqüente, os circunstanciais se distribuem simetricamente pelas margens da oração (23,92%). Confirma-se, assim, a tendência mais geral de circunstanciais locativos e temporais a se situarem nas periferias da sentença.

Essa tendência é ainda mais transparente, se consideramos a baixíssima produtividade de dois ou mais circunstanciais em posições internas, aquelas que rompem a adjacência entre o verbo e seus argumentos. Assim, na posição entre sujeito e verbo (configuração 9) verifica-se apenas 1,51% de ocorrência de dois ou mais circunstanciais. A posição entre verbo e objeto apresenta um comportamento similar, com um percentual de apenas 2,26%. Assim, exemplos como (6) são raros mesmo em registros linguísticos mais planejados, como é o caso dos textos da mídia jornalística.

- (6) A Xerox do Brasil lançou **ontem**, oficialmente, **na sede da FIRJAN**, o projeto Afro-Ascendente Xerox. (Editorial, Povo)

**Tabela 1 – Distribuição das configurações sintagmáticas de dois ou mais circunstanciais**

Configurações sintagmáticas	Exemplo	Frequência
1-Um na margem esquerda e um na margem direita	<i>Ontem</i> eles tiveram que voltar à cidade.	95 = 23,92%
2-Dois ou mais na margem esquerda	<b>Aqui, na polícia</b> , não precisamos dele para dar tiro em ninguém.	34 = 8,56%
3-Dois ou mais na margem direita	O guardião do Rio morreu <i>ontem, por volta das dezesseis horas</i> .	191 = 48,11%
4-Um ou mais na margem esquerda e um ou mais entre sujeito e verbo	<i>De 95 a 98</i> , os números, <i>nos quatro primeiros meses do ano</i> , tiveram pouca variação.	7 = 1,76%
5-Um ou mais na margem direita e um ou mais entre sujeito e verbo	O Fluminense, <i>depois</i> , enfrenta Americano e Olaria <b>no Maracanã</b> .	7 = 1,76%
6-Um ou mais na margem esquerda e um ou mais entre verbo e complemento	<i>Até o último treino, ontem à tarde</i> , pouco mais de 20 pessoas assistiram <b>em silêncio</b> à movimentação.	17 = 4,28%
7-Um ou mais na margem direita e um ou mais entre verbo e complemento	O atacante distribuiu <i>ontem</i> muitos autógrafos <b>numa casa lotérica</b> .	15 = 3,77%
8-Dois ou mais entre verbo e complemento	Real Madrid e Bayern de Munique decidem <i>hoje, na principal partida da liga dos campeões</i> , uma vaga nas quartas de final da competição.	9 = 2,26%
9-Dois ou mais entre sujeito e verbo	Realengo <i>ontem, pouco depois de entrar em vigor o estatuto do idoso</i> , foi palco de um ato bárbaro.	6 = 1,51%
10-Dois ou mais na margem esquerda e um na margem direita	Em fevereiro deste ano, durante o governo Garotinho, a PM entrou com 700 policiais <b>no Complexo do Alemão</b> .	10 = 2,51%
11-Um na margem esquerda e dois ou mais na margem direita	<i>Duas horas depois</i> começou o tiroteio, <b>no alto da favela, no local conhecido como Roupas Sujas</b> .	7 = 1,76%
Total		398

Dentre as posições mediais, a adjacência esquerda do verbo é mais restritiva. Mesmo em orações onde um dos circunstanciais se situa na margem esquerda da oração, se encontra ínfima ocorrência de um outro entre Sujeito e Verbo (apenas 1,76%). Os percentuais aumentam ligeiramente para as configurações que envolvem a proximidade direita do verbo, mas não chegam a ser expressivos. Confirma-se, assim, a restrição à inserção de constituintes circunstanciais nas fronteiras entre o verbo e seus argumentos, já destacada em diversos trabalhos (Martelota, 1994, Paiva, 2003, Paiva et alii, 2007, Rocha, 2001, Tarallo et alii, 2003, Cezário et alii, 2005a, Cezário et alii, 2005b). Uma restrição que pode ser explicada com referência a um princípio de coesão (Givón, 2001, Tomlin, 1986) o qual prevê maior proximidade entre o

verbo e seus argumentos. Em termos funcionais, esse princípio se traduz no que Givón (*op. cit.*) denomina o Subprincípio da integração, ou seja, a previsão de que conteúdos cognitivamente mais integrados tendem a ser sintaticamente mais ligados.

Embora a tabela 1 forneça um panorama bastante revelador das tendências menos marcadas da organização sintagmática de sentenças com dois ou mais circunstanciais, ela obscurece um aspecto importante dessa questão, qual seja, a classe semântica dos circunstanciais. Considerando que podem co-ocorrer dois ou mais circunstanciais da mesma classe semântica ou de classes semânticas distintas, emergem cinco combinações possíveis:

Tempo-tempo	lugar-lugar
Tempo-lugar	lugar-modo
Tempo-modo	

A tabela 2 permite mostrar que alguns dos padrões relacionados na tabela 1 são mais recorrentes para algumas combinações semânticas do que para outras.

Confirmando a tendência acima apreendida, destaca-se, na tabela 2, que a colocação de dois ou mais circunstanciais na margem direita da oração é independente da combinação semântica considerada. As diferenças mais importantes entre as diversas combinações dizem respeito à amplitude da variação sintagmática possível, à distribuição simétrica de constituintes em cada uma das margens da oração e à maior ou menor exploração de posições de adjacência ao núcleo verbal.

O índice mais expressivo (70,93%) de dois ou mais circunstanciais na margem direita está associado à co-ocorrência de dois locativos. Essa tendência, conforme ao que já foi observado em diversos trabalhos, parece se explicar, pelo menos em parte, pela própria natureza sintático-semântica da categoria de lugar (*cf. Paiva, 2002*). Diferentemente do traço de tempo, o traço de lugar pode ser inerente à estrutura argumental do verbo, sujeitando-se, assim, à ação do princípio que prevê maior coesão entre verbo e o seu argumento interno, e seu deslocamento para outras posições da oração opera sob condições similares àquelas que regulam o deslocamento de constituintes argumentais no geral.

Dois outros aspectos que, de certa forma se superpõem, podem colaborar para essa posição menos marcada dos locativos. Por um lado, de acordo com a interpretação de Paiva (2003), dois locativos sequenciados tendem a ser compreendidos como uma cadeia dêitica, em que

**Tabela 2 – Distribuição das configurações sintagmáticas de acordo com classes semânticas**

<b>Configuração sintagmática</b>	<b>Lugar/Lugar</b>	<b>Lugar/Tempo</b>	<b>Lugar/Modo</b>	<b>Tempo/Tempo</b>	<b>Tempo/Modo</b>
1-Um na margem esquerda e um na margem direita	3 = 3,5%	58 = <b>32,95%</b>	5 = <b>25%</b>	<b>22 = 26,50%</b>	7 = <b>21,21%</b>
2-dois ou mais na margem esquerda	<b>12 = 13,95%</b>	7 = 3,97%	2 = 10%	11 = 13,25%	2 = 6,06%
3-dois ou mais na margem direita	<b>61 = 70,93%</b>	<b>85 = 48,29%</b>	9 = <b>45%</b>	<b>24 = 28,91%</b>	<b>12 = 36,36%</b>
4-Um ou mais na margem esquerda e 1 ou mais entre sujeito e verbo	0	3 = 1,70%	0	4 = 4,70%	0
5-Um ou mais na margem direita e 1 ou mais entre sujeito e verbo.	0	1 = 0,56%	0	5 = 6,02%	1 = 3,03%
6-Um ou mais na margem esquerda e 1 ou mais entre verbo e complemento	0	3 = 1,70%	2 = 10%	6 = 7,22%	6 = 18,18%
7-Um ou mais na margem direita e 1 ou mais entre Verbo e complemento	4 = 4,65%	6 = 3,40%	0	2 = 2,40%	3 = 9,09%
8-Dois ou mais entre Verbo e complemento	0 =	2 = 1,13%	0	6 = 7,22%	1 = 3,03%
9-Dois ou mais entre Sujeito e verbo	1 = 1,16%	2 = 1,13%	1 = 5%	2 = 2,40%	0
10-Dois ou mais na margem esquerda e 1 na margem direita	3 = 3,48%	5 = 2,84%	1 = 5%	0	1 = 3,03%
11-Um na margem esquerda e 2 ou mais na margem direita.	2 = 2,32%	4 = 2,27%	0	1 = 1,20%	0
<b>Total</b>	86	176	20	83	33

o segundo constituinte possui a função de especificar ou de precisar a primeira coordenada temporal introduzida, como mostra o exemplo (7).

- (7) Sua mãe a deixou **na Avenida Presidente Vargas, no Centro, perto da Secretaria de Transportes.** (Reportagem, Extra)

No exemplo (7), encadeiam-se vários circunstanciais locativos, cada um deles provendo maior precisão das coordenadas espaciais em que se inscreve o estado de coisas descrito. O último locativo da cadeia acrescenta uma coordenada mais pontual que vem colaborar na identificação do ponto onde ocorre o acontecimento descrito. Ligados por tal relação, os dois constituintes se comportam como uma unidade indivisível, o que dificultaria sua separação em pontos diferentes da oração<sup>5</sup>.

Uma evidência favorável à interpretação acima é fornecida pelo índice um pouco mais relevante para a configuração 2 (dois ou mais na margem esquerda da oração), com (13,95%), mostrando que a seqüência dêitica locativa tende a se preservar como unidade.

Não se pode descartar, no entanto, a possibilidade de que, além da coesão semântica, o fator extensão intervenha nesse padrão de ordenação de uma seqüência de dois locativos. Sequências locativas semanticamente ligadas resultam em um constituinte mais extenso, mais pesado fonologicamente, um candidato mais natural à posição final da sentença, segundo a previsão de um princípio de quantidade (Givón, 2001), ou seja, de que constituintes mais leves precedem constituintes mais pesados. Essa questão será retomada na seção seguinte.

Um argumento adicional para considerar a margem direita da oração como posição não marcada de dois ou mais locativos é dado pela forte restrição desses constituintes em posições adjacentes ao verbo. Todos os padrões sintagmáticos que envolvem ruptura entre o verbo e seus argumentos parecem ser evitados, em especial a posição entre sujeito e verbo.

A distribuição dos padrões de ordenação se altera ligeiramente em sentenças nas quais co-habitam um locativo e um temporal. Nesse contexto, parece haver maior variabilidade entre a posição predominante (48,29% para locativo e temporal na margem direita da oração) e a configuração em que um adjuntos se situa na margem esquerda e o outro na margem direita (32,95%). Uma análise mais detalhada dos dados relativos a essa configuração revela um esquema de combinação bastante sistemático, ou seja, na margem esquerda da oração se encontra situado o circunstancial temporal e, na margem direita, o locativo, coadunando-se cada um deles com a sua tendência mais geral.

---

<sup>5</sup> Paiva (2003) destaca que essas seqüências são particularmente produtivas com as proformas adverbiais (*aqui, aí, ali, lá*) que, na maioria dos casos, requerem uma especificação. O exemplo seguinte é prototípico: ***Aqui na polícia*** não precisamos de ninguém para dar tiros.



As demais configurações apresentam resultados pouco expressivos, especialmente as que envolvem a inserção de um circunstancial entre sujeito e verbo. As únicas exceções ficam para a configuração em que os dois circunstanciais se situam na periferia esquerda da oração (3,97%), ou aquela em que um dos circunstanciais se situa na margem direita e o outro na posição entre verbo e objeto. Nessa última, constatou-se que o locativo tende a respeitar sua posição não marcada, situando-se na periferia direita da oração (3,40%), inserindo-se o temporal entre o verbo e seu complemento.

A co-ocorrência entre um circunstancial locativo e um circunstancial de modo não chega a alterar a tendência vista até aqui: persiste a frequência mais alta para a configuração 3 (dois circunstanciais na margem direita), com 45%, seguindo-se a distribuição dos constituintes pelas margens da oração (25%), como no exemplo (8).

- (8) **Do lado de fora da reunião de Washington** os protestos continuaram no mesmo tom de antes. (Editorial JB)

As configurações (6) (um ou mais na margem esquerda e um ou mais entre verbo e complemento), e 2 (dois circunstanciais na margem esquerda da oração) alcançam um percentual de 10% , mas o número de ocorrências excessivamente baixo dificulta uma generalização acerca da produtividade desses padrões.

Considerando as convergências entre as três combinações que envolvem a presença de um locativo, é possível concluir pela exploração maciça da margem direita da oração e da posposição em geral. Nos poucos casos em que se observa a inserção de constituintes adverbiais em posições internas à oração, ela se restringe à adjacência direita do verbo.

Alguns padrões se reiteram em sentenças com dois ou mais circunstanciais temporais ou com um circunstancial temporal e um de modo, embora se possam depreender algumas particularidades nos padrões relativos a essas duas combinações. Destacam-se dois pontos: a- a maior diversidade de configurações estruturais a elas associadas; b- uma produtividade um pouco maior da inserção de circunstanciais nas fronteiras entre constituintes maiores. Assim, podemos observar que, na combinação tempo/tempo não chega a haver diferença significativa entre as configurações 1 (um circunstancial na margem esquerda e um na margem direita) e 3 (dois circunstanciais na margem direita) com 26,50 e 28,91% , respectivamente.

A maior exploração da margem esquerda pelos constituintes temporais confirma-se no aumento do índice para a configuração 2 (dois ou mais na margem esquerda), com 13,25%. Os argumentos já apresentados para os locativos se aplicam igualmente a dois temporais consecutivos. Nesses contextos, instaura-se um encadeamento dêitico em que o primeiro circunstancial introduz uma coordenada temporal mais ampla que é, a seguir, especificada ou precisada pelo que o segue, como se pode constatar no exemplo (9)

- (9) Mendigos e camelôs voltam à Glória à *tarde*, após ação da prefeitura pela manhã. (Reportagem, Povo)

Um outro aspecto particulariza a combinação tempo/tempo, qual seja, o aumento nos índices associados às posições internas à oração, em especial à posição entre verbo e complemento. Considerando todas as configurações em que um circunstancial se insere entre o verbo e seu argumento interno, obtém-se uma frequência de 16.44%, significativamente mais importante do que a que se verificou em orações com locativos. Duas configurações concorrem nesse caso: os dois circunstanciais se colocam ambos na adjacência direita do verbo, como em (10), ou um dos circunstanciais se situa na periferia esquerda e o outro entre verbo e complemento, como em (11).

- (10) Real Madrid e Bayern de Munique decidem *hoje*, na principal partida da liga dos campeões, uma vaga nas quartas de final da competição. (Reportagem, JB)
- (11) Após a falha do goleiro Woward, Costinhou marcou, no penúltimo minuto de jogo, o gol que eliminou os ingleses. (Reportagem, JB)

A maior recorrência de dois temporais em posições internas tem uma evidência adicional no índice ligeiramente maior para configurações que envolvem a adjacência esquerda do verbo. Observa-se uma frequência de (6,02%) para a configuração 5 (um ou mais na margem direita e um ou mais entre sujeito e verbo), como no exemplo (12), e de 4,70%, para a configuração 4 (um ou mais na margem esquerda e um ou mais entre sujeito e verbo), como em (13).

- (12) O Rio, nesse início de ano, tem a maior média de carros levados por ladrões, desde 95. (Reportagem, Extra)
- (13) De 95 a 98, os números, nos quatro primeiros meses do ano, tiveram pouca variação. (Reportagem, Extra)

Na combinação tempo/modo, embora predomine a configuração 3 (36,36%), a configuração 1 alcança uma média expressiva (21,21%). Dessa forma, podemos afirmar que, na ausência de um constituinte locativo, a margem direita da oração perde sua expressividade e pode variar de forma mais nítida com a distribuição simétrica dos dois adjuntos pelas margens da oração.

A inserção de um circunstancial na adjacência direita do verbo é particularmente notável para a combinação tempo/modo, aumentando para 30,30%, se somarmos todas as configurações que envolvem essa fronteira. É de se observar, no entanto, que o padrão preferencial (18,18%) corresponde a 6, em que o circunstancial temporal se situa na periferia esquerda e o de modo na posição entre verbo e complemento, como em (14).

- (14) **Ontem**, os deputados aprovaram *por unanimidade* o fundo proposto por B. (Reportagem, O Globo)

Reitera-se, assim, a menor flexibilidade dos adjuntos de modo, que tendem a se situar na proximidade direita do verbo com que se relacionam, confirmando a afirmação de algumas gramáticas do português com relação à posição desses constituintes (cf. Cunha e Cintra, 1985). Aparentemente, confirma-se também a ação de um subprincípio de integração, visto que a categoria modo, diferentemente das categorias de tempo e de lugar parece ser mais inerentemente ligada à predicação. No entanto, retomaremos esse aspecto na seção seguinte.

Podemos concluir ainda que, de forma sistemática, a posição entre verbo e sujeito se revela menos disponível em todas as combinações analisadas, o que vem corroborar conclusões de trabalhos anteriores quanto à maior restrição do português brasileiro no licenciamento de constituintes locativos, temporais e de modo entre o verbo e seu argumento externo (Paiva, 2002, Cezário et alii, 2004, Cezário 2005a, 2005b). Como mostram alguns trabalhos, essa restrição se manifesta também sobre outras classes semânticas como os advérbios qualitativos e intensificadores (Moraes Pinto, 2002, Martelota, 2006, Martelotta/Vlcek, 2006)<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Para alguns autores (por ex., Martelotta, 2006), até o século XIX, a posição entre sujeito e verbo era muito mais produtiva para advérbios qualitativos e modalizadores.

### 3. Ordenação relativa de tempo, modo e lugar

Como antecipamos na introdução deste artigo, alguns autores propõem um princípio, considerado um universal tipológico, que prevê a ordem relativa de diferentes circunstanciais no interior da oração (Quirk, 1985, Boisson, 1981). Segundo esse princípio, línguas do tipo verbo inicial tendem a dispor os circunstanciais segundo a seqüência Modo-Lugar-Tempo (MLT) e línguas do tipo verbo final, na seqüência Tempo-Lugar-Modo (TLM). A esse princípio se associa o de que constituintes adjuntos são pospostos aos constituintes argumentais (Complements first). O argumento central para essa proposta é o de que a categoria de modo é mais central na caracterização dos estados de coisas do que a categoria de lugar que, por sua vez, é mais central do que a categoria de tempo. Essa hierarquia de centralidade corresponderia a uma forma de sequenciamento sintagmático icônico que manteria nas proximidades do verbo as noções mais centrais, ficando as categorias menos centrais relativamente mais afastadas.

Partilhamos parcialmente esse argumento, na medida em que, como assumimos na seção anterior, a colocação não marcada de constituintes de modo na adjacência direita do verbo pode ser explicada, pelo menos em parte, em termos de uma maior proximidade ou integração conceitual. Ao longo desta seção, mostramos, porém, que é difícil sustentar empiricamente uma relação icônica entre ordenação das diferentes classes de circunstancial e grau de centralidade de uma categoria semântica.

O princípio proposto acima se baseia na análise de Spreps que se situam em posição pós-verbal. O que por si mesmo é limitador, na medida em que, como foi destacado na seção anterior, a co-ocorrência de dois ou mais circunstanciais corresponde a múltiplas configurações estruturais. Assim, se quisermos dar conta dessa variedade, temos de estender o princípio acima delineado igualmente para as posições pré verbais (adjacência esquerda do verbo e margem esquerda da oração).

Evidentemente, dada a própria natureza dos nossos dados, concentrados na sua maioria na co-ocorrência de dois circunstanciais e, em particular, das categorias de tempo e de lugar, essa análise pode não fornecer evidências decisivas. Ela pode, porém, contribuir com alguns elementos de reflexão sobre a ordem relativa de diferentes classes de circunstancial, na medida em que mantemos a mesma hierarquia de centralidade proposta, ou seja: modo > lugar > tempo.

Evidências adicionais são providas pela comparação entre orações com três e orações com dois circunstanciais<sup>7</sup>.

Uma análise mais detalhada das configurações discutidas na seção anterior em termos da ordenação das categorias semânticas permite mostrar, mais uma vez, uma gama importante de possibilidades distintas e identificar algumas tendências na sequenciação das categorias de tempo, modo e lugar, observáveis na tabela 3.

**Tabela 3 – Ordem relativa das categorias tempo, lugar e modo**

<b>Orações com três circunstanciais</b>	
<b>Ordem relativa</b>	<b>Ocorrência</b>
Tempo-modo-lugar	6/9 = 66,66%
Modo-tempo-lugar	2/9 = 22,23%
Modo-lugar-tempo	1/9 = 11,11%
<b>Orações com dois circunstanciais</b>	
<b>Ordem relativa</b>	<b>Ocorrências</b>
Tempo-lugar	131/176 = 74,44%
Lugar-tempo	45/176 = 25,56%
Tempo-modo	19/33 = 57,57%
Modo-tempo	14/33 = 42,43%
Lugar-modo	7/20 = 35%
Modo-lugar	13/20 = 65%

Consideremos inicialmente a coexistência das categorias de tempo, lugar e modo, bastante escassa na amostra examinada, com apenas 9 dados. Mantida essa ressalva, podemos concluir pela falta de evidência favorável ao princípio de sequenciação modo-lugar-tempo (MLT), visto que essa ordenação se restringe à ocorrência (15):

- (15) O processo eleitoral transcorreu com normalidade, **no Rio**, *no primeiro turno*.

<sup>7</sup> Para essa análise, foram descartados os casos de dois ou mais circunstanciais da mesma categoria semântica.

Destaca-se, ao contrário, a predominância incontestável da sequenciação tempo-modo-lugar (66,66%), como nos seguintes exemplos:

- (16) *No ano passado*, R. também viajou às pressas **para a Europa**.  
 (17) O corpo da professora foi encontrado *na manhã de segunda-feira, com marcas de tiros, em Campo Grande*.

No exemplo (16), prototípico da configuração mais frequente, o temporal encabeça a oração, enquanto o circunstancial modal e o locativo se situam na posição pós-verbal, o primeiro mais próximo do verbo do que o segundo. Em (17), onde todos os circunstanciais se situam na posição pós-verbal, temos um contra-exemplo mais decisivo para questionar o princípio de sequenciação modo-lugar-tempo. Diferentemente do que se poderia esperar, o temporal, categoria de centralidade mais baixa na escala proposta, coloca-se na posição adjacente ao verbo e o modal, categoria mais central, se encontra mais distanciado do núcleo verbal. Contrariando igualmente o princípio, o locativo *Em Campo Grande* segue sua tendência *default*, situando-se na posição final da sentença.

A segunda possibilidade de sequenciação, modo-tempo-lugar como em (18), também contraria uma pressuposta relação icônica entre centralidade da categoria semântica do circunstancial e sua posição na sentença.

- (18) Em ritmo de treino, o Fluminense selou a vitória, *aos 33 minutos, no Maracanã*. (Reportagem, O Globo)

Uma análise das sentenças com dois circunstanciais corrobora a tendência de que os circunstanciais temporais anteceda as outras classes semânticas. Em orações onde co-habitam um circunstancial temporal e um circunstancial de modo, reitera-se a predominância da ordem relativa tempo-modo, como no exemplo (19), com 57,57% de frequência. Resta, no entanto, uma variação significativa com a ordenação modo-tempo, como em (20), com 42,43%.

- (19) O aeroporto Tom Jobim teve que operar *de manhã e à tarde* com o auxílio de aparelhos. (Reportagem, O Globo)  
 (20) O goleiro Oliver Khan faltou grosseiramente *no empate de 1 a 0 no jogo em Munique*.

A prioridade da categoria de tempo se faz ainda mais evidente na sua combinação com um circunstancial locativo, em que quase dois

terços dos dados (74,44%) correspondem ao padrão de ordenação tempo-lugar, como em (21).

(21) Walter foi preso *no fim da noite de anteontem* por policiais civis **numa das estradas do Morro do Guarabu**. (Reportagem, JB)

A combinação entre as categorias de modo e lugar reforça dois aspectos: a- a maior adjacência da primeira em relação ao núcleo verbal e b- a tendência dos segundos a se situarem na margem direita da oração. Assim, enquanto a sequenciação modo-lugar, como em (22), atinge um percentual de 65%, a sequenciação lugar-modo apresenta um índice sensivelmente mais modesto (35%).

(22) O professor foi assassinado a facadas **dentro da Secretaria**. (Reportagem, JB)

A adequação descritiva do princípio MLT pode, portanto, ser questionada com base nos resultados acima. Tudo indica, como já proposto por Hawkins (2000), que uma maior generalização pode ser alcançada, se considerarmos a influência de fatores que ultrapassam o nível gramatical<sup>8</sup>. Dentre esses fatores, o autor destaca a extensão e complexidade sintática dos constituintes circunstanciais e as relações de dependência entre verbos e as preposições que podem encabeçar os sintagmas preposicionais<sup>9</sup>. No que se refere à extensão, o autor defende que a sequenciação de constituintes adverbiais de categoria semântica distinta está sujeita a uma restrição mais geral, segundo a qual elementos menores tendem a ser antepostos e elementos maiores postostos.

Na seção 2, já aventamos a hipótese de que a predominância da configuração 3 (dois circunstanciais na margem direita), sobretudo para os locativos, decorra da maior extensão dessas sequências de coordenadas espaciais. Neste ponto, procuramos trazer outras evidên-

---

<sup>8</sup> O autor considera na análise da ordenação de Spreps em inglês diversos outros aspectos, tais como: estatuto informacional do circunstancial e a ambiguidade possível no nível hierárquico do Sprep que pode estar ligado a VP ou ao primeiro Sprep.

<sup>9</sup> A relação entre verbo e Sprep é tratada pelo autor em termos de dependência lexical, distinguindo-se os verbos que exigem um Sprep daqueles cuja interpretação sintático-semântico se sustenta sem a presença de um Sprep. Distingue ainda entre os casos em que a preposição depende do verbo para a sua interpretação daqueles em que a preposição pode ser interpretada independentemente do verbo.

cias para essa hipótese. Uma comparação entre os exemplos (19) e (20) acima reforça uma interpretação de que o fator extensão pode ser preponderante igualmente na disposição relativa de circunstanciais de categorias semânticas distintas, explicando a alternância entre diferentes padrões de ordenação. No exemplo (19), o temporal, que ocupa a posição mais próxima ao verbo, é menor, com base em um critério de número de sílabas, do que o circunstancial modal, situado na periferia direita da oração. No exemplo (20), a relação de extensão se inverte e o circunstancial de modo *grosseiramente* antecede o temporal, por sua vez mais extenso<sup>10</sup>.

Um último exemplo evidencia a validade de uma interpretação da ordenação relativa de dois ou mais circunstanciais em consonância a um princípio de que constituintes menores precedem constituintes maiores.

- (23) O dia internacional do meio ambiente foi comemorado *ontem com protestos, na colônia de pescadores da Lagoa* (Reportagem, O Globo)

No exemplo acima, verifica-se um certo isomorfismo entre extensão e maior ou menor proximidade do circunstancial em relação ao verbo. O circunstancial temporal, mais leve (2 sílabas), é colocado mais próximo do verbo, seguindo-se o modal, um pouco mais longo (4 sílabas) e finalmente o de lugar, bem mais extenso (12 sílabas). Dessa forma, se podemos falar em alguma disposição icônica dos circunstanciais, parece que ela é determinada muito mais pelo peso dos constituintes adverbiais do que por uma hierarquia de centralidade da noção semântica que eles expressam.

#### 4. Conclusões

Ao longo deste artigo, identificamos os diferentes padrões de organização linear que resultam da combinação de múltiplos circunstanciais, particularmente locativos, temporais e de modo. Com base no critério de frequência, um parâmetro central do conceito de marcação,

---

<sup>10</sup> Outros critérios podem ser utilizados para mensurar a extensão de um constituinte, como, por exemplo, o número de palavras. Optamos por tratar extensão em termos do número de sílabas, pela própria inclusão dos advérbios, elementos que apresentam um comportamento diferenciado em função do seu número de sílabas.



foi possível depreender uma forma de organização sintagmática não marcada na modalidade escrita, aqui representada por textos jornalísticos.

A análise tornou evidente a preponderância da margem direita, ponto preferencial de pouso de dois ou mais circunstanciais, em especial daqueles que pertencem à mesma classe semântica. Essa tendência parece ser mais geral, se estendendo igualmente para as diversas combinações analisadas (tempo/tempo, tempo/lugar, tempo/modo, lugar/lugar/lugar/modo). Foi possível observar, no entanto que, nesse caso, existem particularidades decorrentes da categoria semântica do circunstancial. Merece destaque a maior propensão de circunstanciais temporais e, sobretudo, modais, a operarem rupturas entre o verbo e seu argumento interno. Numa perspectiva mais gramatical, a disponibilização da adjacência direita do verbo para circunstanciais de modo pode ser interpretada com referência a um princípio de integração.

Através da análise das orações em que co-habitam dois ou mais circunstanciais de classes semânticas distintas, apresentamos evidências contrárias a um possível universal tipológico que prevê a sequenciação modo-lugar-tempo (MLT). Ao contrário, destacamos que, no português brasileiro escrito, predomina a sequenciação tempo-modo-lugar, enfraquecendo, assim, uma interpretação de que a ordenação de múltiplos circunstanciais corresponde iconicamente a uma hierarquia de centralidade de categorias semânticas. Mostramos que, ao contrário, uma generalização mais importante pode ser obtida se consideramos a extensão dos constituintes circunstanciais de tempo, lugar e modo. Há fortes indicações de que a disposição linear desses circunstanciais é regida por um princípio segundo o qual constituintes de menor extensão precedem constituintes de maior extensão.

Esse princípio, aqui convocado para explicar uma tendência não marcada de ordenação relativa de múltiplos circunstanciais, possui maior adequação descritiva, podendo contrariar, inclusive, o princípio de que constituintes satélite se situam após constituintes argumentais (complements first). A possibilidade de inserção de circunstanciais na fronteira entre verbo e complemento constitui uma evidência de que a coesão entre o verbo e constituintes nucleares pode ser rompida sob condições particulares.

Algumas questões, que merecem maior atenção, restam, porém, em aberto. Uma delas diz respeito à própria natureza do fator extensão e do nível em que ele opera. Uma outra se relaciona com a possível interação entre o princípio que prevê antecedência de constituintes menores e princípios que regem as relações de dependência entre verbo e posições, a fim de identificar o peso relativo de cada um deles.

## Bibliografia

- ANDERSEN, Henning. (1988), «Markedness theory: the first 150 years» in Olga M. Tomic (org), *Markedness in synchrony and diachrony*, Berlim, Mouton de Gruyter, pp. 11-46.
- BRAZIL, Angela Varela (2005), *Ordenação de circunstanciais em PB e PE*, Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ. Tese de doutorado.
- BOISSON, Claude (1981), «Hiérarchie universelle des spécifications de temps, de lieu et de manière», *Confluents*, 7, pp. 69-124.
- CEZÁRIO, Maria Maura et alii (2004), «Ordenação de advérbios em textos religiosos», *Matraga: Revista do Programa de Pós-graduação em Letras da UERJ*, 16, pp.177-201.
- \_\_\_\_\_, et alii (2005a), «Ordenação de adverbiais temporais ou aspectuais», *Transformar*, Revista do CenPE, 1, pp. 189-203.
- \_\_\_\_\_, et alii (2005b), «Ordenação de Adverbiais Temporais e Aspectuais» in Cláudio Cezar Henriques/Darcília Simões (org), *Língua Portuguesa: reflexões sobre descrição, pesquisa e ensino*, Rio de Janeiro, Europa, pp. 212-218.
- COSTA, João (2004), «A multifactorial approach to adverbial placement: assumptions, facts and problems», *Lingua* 114: 711-753.
- CROFT, William (1990), *Typology and universals*, Cambridge, Cambridge University Press.
- CUNHA, Celso e CINTRA, L. F. Lindley (1985), *A Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- DRYER, Mathew S. (1995), «Frequency and pragmatically unmarked word order» in Pamela Downing/Michael Noonan (ed) *Word Order in Discourse*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, pp. 105-135.
- FREITAS, Maura Alves (2001), *Adjuntos e adjunções em fronteiras de constituintes*, Campinas, Unicamp. Tese de doutorado
- GIVÓN, T. (1991), «Markedness in grammar: distributional, communicative and cognitive correlates of syntactic structure». *Studies in grammar*, 15, pp. 335-370.
- \_\_\_\_\_, *Syntax: an introduction* (2001), Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Co.
- GREENBERG, Joseph (1966), «Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements» in: \_\_\_\_\_, *Universals of language*, Cambridge, MIT Pres, pp. 40-70.
- GOMES, Danielle K (2006), A ordem dos circunstanciais temporais e locativos em cartas do séc. XVIII e XIX.
- HAWKINS, John A. (2000), «The relative order of prepositional phrases in English: going beyond Manner-Place-Time», *Language variation and change*, 11, pp. 231-266.

- ILARI, Rodolfo et alii. (1989), «*Considerações sobre a posição dos advérbios*» in: Ataliba Castilho (org), *Gramática do português falado*, Campinas, Ed. da UNICAMP, pp. 63-141.
- LESSA, Márcia (2007), *Ordenação circunstanciais temporais na escrita: uma comparação entre português e inglês*. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ. Dissertação de Mestrado.
- MARTELOTTA, Mário E. T. (1994), *Os Circunstanciadores temporais e sua ordenação: uma visão funcional*, Rio de Janeiro, UFRJ. Tese de Doutorado.
- \_\_\_\_\_, (2006), «Ordenação dos advérbios qualitativos em -mente no Português escrito no Brasil nos séculos XVIII e XIX», *Gragoatá*, 11, pp. 11-26.
- \_\_\_\_\_, /Nathalie Vlcek (2007), «Advérbios qualitativos em -mente em cartas de jornais do século XIX». *Linguística*, 2, pp. 5-21.
- MORAES PINTO, Deise Cristina de (2002), *Os Advérbios Qualitativos e Modalizadores em -mente e sua Ordenação: Uma Abordagem Histórica*, Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ. Dissertação de Mestrado.
- NEVES, Maria Helena Moura (1992), «*Os advérbios circunstanciais de lugar e tempo*» in Rodolfo Ilari (org), *Gramática do português falado*, v. 2, Campinas, Ed. da UNICAMP, pp. 261-296.
- PAGOTO, Emílio. *A posição dos advérbios*. Mimeo.
- PAIVA, Maria da Conceição de (2002), «A ordem não marcada dos circunstanciais locativos» in Maria da Penha Pereira Lins/Lilian Yacovenko (org), *Caminhos em Linguística*, Vitória: NUPLES/DLL/UFES, pp. 16-34.
- \_\_\_\_\_, (2003), «*Proformas adverbiais e encadeamento dêitico*» in Cláudia Roncarati/Jussara Abraçado, *Português Brasileiro – contato linguístico, heterogeneidade e história*, Rio de Janeiro, Editora 7 Letras/Faperj, pp. 132-143.
- \_\_\_\_\_, (2007), «Padrão não marcado de ordenação de circunstancias temporais: regularidades e divergências entre fala e escrita». *Linguística: Revista do Programa de Pós-graduação em Linguística*, UFRJ, v. 3, n. 1, pp. 69-88.
- \_\_\_\_\_, (2008), «Ordem não marcada de circunstanciais locativos e temporais» in Sebastião Votre/Cláudia Roncarati (orgs), *Anthony Naro e a linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica*, Rio de Janeiro, 7 Letras, pp. 254-264.
- QUIRK, Randolph et alii (1985), *A comprehensive grammar of the English language*. London, Longman.
- TARALLO, Fernando et alii (1993), «Preenchimentos em fronteiras de constituintes» in Rodolfo Ilari (org), *Gramática do português falado*, v. II: *Níveis de análise linguística*, 2. ed. Campinas, Editora da Unicamp, pp. 315-356.
- TOMLIN, Russel (1986), *Basic word order: functional principles*, London, Croom Elm.



# O sujeito pronominal de 2.<sup>a</sup> pessoa na fala carioca: variação e mudança

VERA LÚCIA PAREDES SILVA  
(UFRJ/CNPq)

## Abstract

This article discusses the variable use of second person subject pronouns in Brazilian Portuguese as nowadays spoken in Rio de Janeiro. Three forms are shown in competition: *você*, the preferred one in most discourse genres; *ce*, a cliticization of the former; and *tu*, the conventional pronoun which now shows off in a non-standard usage, followed by third person verbal inflexion. The paper presents quantitative results obtained in the analysis of several *corpora* (from different genres and modalities) and argues the innovating character of the non-standard form.

## Introdução

A questão do sujeito pronominal no português leva-nos de imediato a pensar no seu caráter de língua *pro-drop* – parâmetro dentro do qual se insere, juntamente com o espanhol e o italiano, por exemplo. Alguns estudos sobre o português brasileiro nessa perspectiva têm procurado mostrar, entretanto, uma possível mudança em andamento, tendo em vista o aumento crescente de sujeitos expressos (cf. Duarte, 2003).

Nossa abordagem vai em outra direção. Considerando-se que a lingüística atual tem duas grandes vertentes, a formalista, representada em especial pelos gerativistas, e a funcionalista, mais voltada para as relações entre formas e seus contextos de uso, é à última que este trabalho se vincula. Mais precisamente, ao chamado funcionalismo americano desenvolvido na costa oeste dos Estados Unidos, por lingüistas como Talmy Givón (1990, 1995), Sandra Thompson (1992), Wallace Chafe (1987), entre outros.

As abordagens funcionalistas, de um modo geral, buscam correlacionar as expressões lingüísticas às funções que realizam na interação social. Situam fora da língua, nos propósitos comunicativos, as explicações para os fatos da gramática. Associam o estudo da estrutura à função/propósito que ela desempenha. Desse modo, as pressões decorrentes do uso moldariam a gramática, que é vista não como um sistema autônomo, mas como um mecanismo adaptativo, sensível às necessidades comunicativas do falante (cf. Moura Neves, 2001, *Votre/Naro*, 1989, Nichols, 1984).

A perspectiva funcionalista se concilia muito bem com o tratamento quantitativo dos dados, na linha variacionista laboviana (cf. Labov, 1972). Ou seja, considerando-se que a chamada «homogeneidade» da língua não passa de uma ficção, como afirma Lyons (1977: 35), buscamos entender a variedade nos usos, que, por sua vez, é passível de sistematização, já que não é aleatória, mas organizada, estruturada. Assim, formulamos hipóteses de natureza funcional sobre as motivações da escolha desta ou daquela forma de expressão (as variantes). O tratamento estatístico permite confirmar quais os contextos favorecedores ou desfavorecedores das variantes, uma vez que os grupos de fatores (ou variáveis) sejam postulados adequadamente.

Ao mesmo tempo, essa análise permite ainda que se vislumbre a direção da mudança lingüística, uma vez que esta não se faz de forma abrupta, mas sempre se segue a um período de variação entre formas.

Essa perspectiva de análise tem sido adotada pela maioria dos pesquisadores que se filiam ao Projeto PEUL (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua), com sede na Universidade Federal do Rio de Janeiro<sup>1</sup>.

Assim, utilizamos em nossas análises dados obtidos em situações reais de comunicação. Com relação à modalidade falada, o acervo se compõe de um corpus de entrevistas sociolingüísticas, representativas de dois momentos da comunidade de falantes cariocas (década de 80 e cerca de 20 anos mais tarde), aqui identificadas como Amostra 80 C e Amostra 00 C, constituídas visando a um estudo de Tendência (cf. Labov, 1994); além disso, há um conjunto de interações mais espontâneas (Banco de Dados Interacionais –BDI<sup>2</sup>). Com relação à escrita,

---

<sup>1</sup> Cf. Paiva, M. C. / Duarte, M. Eugenia (2003), que congrega vários trabalhos de pesquisadores do grupo.

<sup>2</sup> Por exemplo, conversas entre alunos no restaurante da faculdade ou no alojamento da universidade, de professores nos seus intervalos de aula, entre mães e seus filhos na praia, etc.

mais recentemente constitui-se um banco de dados com diversos gêneros jornalísticos (notícias, crônicas, artigos de opinião, cartas de leitores, etc.) coletados em jornais cariocas dirigidos a um público leitor diferenciado. Dispomos, ainda, de um corpus de cartas pessoais de cariocas e de escritores brasileiros modernos.

## O Problema

No que diz respeito ao uso do sujeito pronominal, o primeiro aspecto a salientar, numa perspectiva variacionista, é a necessidade de um tratamento separado para cada pessoa gramatical, que constamos em nosso primeiro trabalho sobre o fenômeno de variação no sujeito, na língua escrita informal – cartas pessoais de cariocas (cf. Paredes Silva, 1988).

Ali encontramos uma forte tendência à omissão do pronome sujeito na 1.<sup>a</sup> pessoa (77%), mas taxas bem mais baixas de sujeito zero na segunda pessoa (30%) e uma posição intermediária para a terceira pessoa (50%).

Além disso, é necessário destacar o caráter distinto da terceira pessoa. Lembrando Benveniste (1975), na verdade trata-se da não-pessoa e seu comportamento se assemelha ao do nome, com flexão de gênero e número. Do ponto de vista da variação, inclusive, nesse caso passa-se a ter uma variável ternária, uma vez que entra em jogo a possibilidade de retomar o referente por um SN, fato que não se vê ocorrer no português brasileiro com os verdadeiros pronomes – os que designam os participantes da interlocução.

A propósito, aqui já podemos apontar um traço bem interessante a separar a variedade do português brasileiro da variedade européia: a possibilidade, nesta última, de também haver essa alternância entre SN's nominais e pronominais na referência ao ouvinte, i.e., a possibilidade de o interlocutor evitar o pronome, ao usar diretamente o nome, precedido de artigo definido, como no exemplo abaixo:

(1) *A Vera quer um chá?*

Tal pergunta, no português brasileiro, certamente seria interpretada como referente a uma outra pessoa, não participante direta da interlocução (de quem se fala).

Assim, o foco deste artigo são os sujeitos pronominais de 2.<sup>a</sup> pessoa, usados, na fala carioca, para tratamento não cerimonioso do

ouvinte<sup>3</sup>. Serão aqui apresentados resultados obtidos através de várias pesquisas, em diferentes *corpora* (Paredes Silva, 1988, 1998, 2000, 2003). Pretendo ainda mostrar que ao longo dos últimos vinte anos uma mudança parece estar em curso no português brasileiro, mais precisamente o carioca – o retorno do pronome *tu*, disputando espaço com *você*.

### Sujeitos pronominais de 2.<sup>a</sup> pessoa e gêneros de discurso

Como já foi dito, nosso interesse pelo uso de pronomes desenvolveu-se inicialmente na escrita informal, em cartas pessoais (cf. Paredes Silva, 1988). Naquela investigação, feita num total de 70 cartas<sup>4</sup>, as orações com sujeito de 2.<sup>a</sup> pessoa eram bem menos frequentes do que as de sujeito de 1.<sup>a</sup> (o que se explica pelo caráter egocêntrico de uma carta pessoal) ou de 3.<sup>a</sup> pessoa. A partir dos dados obtidos, constatamos a alternância de duas variantes para o sujeito de 2.<sup>a</sup> pessoa: *you* e *zero*<sup>5</sup>, assim distribuídas:

Variantes	N	%
Você	302	= 70%
Zero	132	= 30%
Total	435	= 100%

**Tabela 1 – Sujeitos de 2.<sup>a</sup> pessoa em cartas pessoais (Paredes Silva, 1988)**

O material de língua escrita informal da década de 80 do século passado aparentava uma situação de variação estável. A variável *idade*<sup>6</sup>, que permitiria especular sobre alguma tendência à mudança, conside-

<sup>3</sup> Para tratamento cerimonioso temos a forma *o senhor* e flexões.

<sup>4</sup> Quanto às variáveis sociais, os emissores das cartas tinham um grau de instrução relativamente alto – todos tinham o nível correspondente ao liceu, pelo menos. Pertenciam a duas faixas etárias: 17 a 24 anos; 26 a 38. Desse conjunto, 24 eram mulheres e 18 homens. As cartas datam do começo dos anos 80.

<sup>5</sup> Note-se que as orações com verbo no imperativo foram excluídas desse cálculo, uma vez que a ausência de pronome sujeito nessas circunstâncias é praticamente categórica.

<sup>6</sup> Ressalve-se que trabalhamos com apenas duas faixas etárias.



rando-se o tempo aparente, não se revelou relevante para a escolha entre *você* e *zero*.

Entretanto, quero extrair daquela amostra um apontamento sobre o uso do pronome *tu*, meu foco neste artigo. Ele aparece em menos de seis ocorrências, concentradas especialmente num informante da faixa etária mais velha que naquele momento vivia em França, o que sugeria uma influência da língua que o cercava. Ressalte-se ainda que essas ocorrências eram acompanhadas da flexão verbal correspondente (*se tu puderes, não achas?*, etc.) – o esperado em um informante com instrução superior, como era o caso.

Ao mesmo tempo, no começo da década de 90, já era possível ouvir em usos do dia-a-dia à nossa volta construções que surpreendiam, como a de um aluno de Graduação da Faculdade de Letras que assim formulou sua pergunta:

(2) Vera, *tu vai pedir* isso na prova?

Ou no seguinte *slogan* de uma rádio carioca:

(3) *Você* liga, é só sucesso. *Tu* não pára de dançar.

As descrições do português brasileiro atual dão conta da permanência do pronome *tu* seguido da flexão verbal correspondente, nos dialetos sulistas e em algumas áreas do Norte ou Nordeste do país (cf. Ilari et alii 1996), mas não no Rio de Janeiro, em que desde a segunda metade do século passado prevalece a forma *você* para o tratamento íntimo do ouvinte (cf. Paredes Silva, 2000), fato já atestado por Mattoso Câmara em seu estudo descritivo do início dos anos 70. Afirma o autor:

«Outra possibilidade, que é a que funciona no dialeto culto da área do Rio de Janeiro, é usar para o ouvinte o verbo na terceira pessoa e marcar a posição do ouvinte, em relação ao falante, pelas palavras *você* (tratamento íntimo) e *o senhor* (feminino em *-a*) para tratamento mais cerimonioso» (Câmara Jr. 1970: 109).

Note-se que, ainda naquela época, o autor se furtava a atribuir a *você* o caráter de pronome, muito embora, em outro trabalho reconhecesse as restrições ao uso do «verdadeiro» pronome: «a série de *tu* subsistiu (no português brasileiro) com limitação variável, conforme a região, na distribuição do emprego» (Câmara Jr. 1979: 94).

Assim, interessava-nos investigar um fato aparentemente novo: o ressurgimento de *tu* como pronome sujeito na fala carioca, agora com a flexão verbal não padrão, como nos exemplos (2) e (3) acima.

A pesquisa começou nas entrevistas sociolinguísticas da década de 80, do Projeto PEUL/UFRJ (Amostra 80 C). Esse material, porém, não oferecia um número de dados significativo de sujeitos referenciais de segunda pessoa. Como o propósito, nessas circunstâncias, não é estabelecer propriamente um diálogo, mas sim provocar a fala mais fluente e natural possível do entrevistado, para dele obter a variante vernacular (cf. Labov, 1972) não há muito espaço para a interação propriamente dita, favorecedora das orações em segunda pessoa.

Ao mesmo tempo, ali encontramos o novo emprego de sujeitos pronominais de 2.<sup>a</sup> pessoa em contextos de valor genérico, como em (4):

- (4) –É uma coisa que... fica guardado na memória, né? *Tu vai* para ver um espetáculo, *tu sai* de lá parece que tá saindo de... um ringue (Isap. 5).

Ou ainda no discurso citado, como no exemplo abaixo, em que a informante relata sua vitória num concurso de dança de que participou:

- (5) Aí os jurado: «Já ganhou, que não sei o quê, que não sei o quê». Aí o diretor do clube: «Pó, Cristina, *tu já ganhou*». Fazendo assim (gesto) pra mim: «*Tu já ganhou*». Aí eu sambando lá (Ana 40).

Apesar de reconhecer nesse uso também um crescimento da forma *tu* (cf. seção seguinte), esses casos não refletiam o espectro de usos com que nos defrontávamos no dia-a-dia.

Assim, passamos à investigação de um material mais espontâneo: o Banco de Dados Interacionais (BDI) do Projeto PEUL. As gravações do BDI foram realizadas em ambientes em que as pessoas habitualmente se reuniam, sem ter naquele momento a atenção voltada diretamente à linguagem, mas à atividade realizada<sup>7</sup>. Mas como algumas vezes os participantes tiveram conhecimento prévio da gravação, isso parece ter inibido o uso de *tu* não padrão que esperávamos. De fato, os casos de sujeito *tu* eram todos sem a flexão verbal correspondente, porém foram ainda em número insignificante<sup>8</sup>.

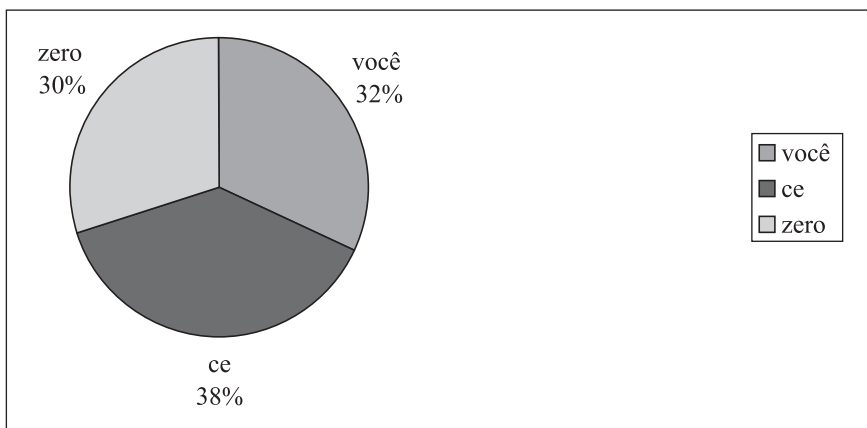
<sup>7</sup> Vide nota 2 supra.

<sup>8</sup> No total, menos de 10 ocorrências em seis interações de cerca de 25 minutos.

A investigação no BDI, no entanto, permitiu distinguir um aspecto da 2.<sup>a</sup> pessoa com mais clareza: a alternância *você/ce*, ou seja, a cliticização do sujeito de segunda pessoa, foneticamente muito enfraquecido<sup>9</sup>.

A análise evidenciou um equilíbrio entre as variantes, com ligeira predominância das formas clíticas na conversa, como se vê no gráfico abaixo:

**Sujeitos de 2.<sup>a</sup> pessoa no Banco de Dados Interacionais – PEUL/UFRJ**  
(Paredes Silva, 1998)



Ainda assim, a análise não havia captado o uso não-padrão mais atual, como o dos exemplos (2) e (3) supra. Para obter contextos de interação mais espontânea, optamos por constituir um novo corpus de conversas face-a-face entre entrevistadora e um ou dois participantes, com gravações feitas sem consentimento prévio<sup>10</sup>. Só nessas circunstâncias captamos um número significativo de dados de sujeito *tu*, seguido de verbo em terceira pessoa, tal como ouvíamos nas ruas.

Pode-se dizer, desse modo, que essa variável tem relação não só com o gênero de discurso (conversa face-a-face), para que se obtenha orações com sujeito de 2.<sup>a</sup> pessoa referencial, mas também com a situação de fala (informalidade).

<sup>9</sup> Para realizar esse trabalho todas as gravações foram ouvidas para confrontá-las com as transcrições.

<sup>10</sup> Essa tarefa foi realizada com a colaboração da bolsista Gilda Moreira dos Santos. As gravações eram depois, naturalmente, submetidas aos entrevistados, que podiam concordar ou não com a sua utilização na pesquisa.

## A análise: o ressurgimento do *tu*

A hipótese do retorno de *tu* ao sistema pronominal em uso na fala carioca segue a mesma direção funcionalista da proposta de Barrenechea e Alonso (1987), que estudaram presença/ausência de pronome sujeito no espanhol de Buenos Aires. Ao encontrar maior incidência de pronomes explícitos na segunda pessoa, as autoras interpretam o fato como resultante de razões comunicativas: o falante quer, a todo momento, dar sinais ao ouvinte de que a interação está mantida. Daí os vocativos e também a predominância da expressão explícita da segunda pessoa, se comparada às demais.

Pode-se dizer que no português brasileiro se observa fato semelhante: o pronome sujeito de segunda pessoa é o que se apresenta explícito em taxas mais elevadas. Além disso, na fala carioca tínhamos uma forma tônica para referência ao ouvinte, *você*; ela vem sofrendo um processo de cliticização, passando a *ce*: está o caminho aberto para a recuperação de um pronome mais forte – *tu* – quando se deseja destacar a referência ao interlocutor.

Assim, esse processo ilustra o que Givón (1995) chama de *ciclo funcional*: na história das línguas haveria um processo de evolução das formas, seguindo a direção:

Discurso – sintaxe – morfologia – morfofonêmica – zero

Como o processo é cíclico, quando a forma se torna esmaecida, pode-se recuperar a função através de outra forma que se encontre em outro nível da escala<sup>11</sup>.

Todos sabemos da origem do pronome *você*, através de uma gramaticalização da forma de tratamento *Vossa Mercê*, passando por várias etapas de redução como *vosmecê*, *vancê*, até chegar a *você*, e assistimos mais recentemente a sua cliticização como *ce*<sup>12</sup>.

Nesse processo de erosão, a necessidade, principalmente, de interpelar o ouvinte de forma mais incisiva<sup>13</sup> faz trazer de volta ao sistema de pronomes carioca o pronome *tu*, desacompanhado, no entanto, da flexão verbal correspondente, num uso claramente não padrão.

<sup>11</sup> Cf este processo com o relatado por Gillian Sankoff, a respeito do Tok Pisin da Nova Guiné.

<sup>12</sup> No dialeto mineiro existe ainda a forma *ocê* (cf. Ramos, 1997).

<sup>13</sup> As orações interrogativas são o ambiente sintático preferencial das orações de *tu*.

Para comprovar se o uso de *tu* em variação com *você*, ainda que incipiente em nosso levantamento sistemático inicial<sup>14</sup>, seria realmente indicativo de uma mudança em curso, como sugeria nossa observação dos fatos, buscamos dois tipos de evidências.

Por um lado, o estudo em tempo real de curta duração, comparativo da comunidade de fala carioca em dois momentos (com um intervalo de cerca de 20 anos), aqui identificados como Amostras 80 (C) e 00 (C), não constatou aumento na freqüência de uso de *tu* no período analisado. Vale ressaltar, no entanto, que duas variáveis sociais foram selecionadas pelo programa VARBRUL como relevantes para o uso do pronome *tu* nos dois períodos: o *sexo* e a *idade* do informante.

O fato de o falante ser do sexo masculino favoreceu a escolha da forma não padrão, como se vê nas tabelas abaixo:

	N/Total	%	Peso Relativo
homens	37/339	11%	.72
mulheres	5/347	1%	.29
Total	42/686	6%	

**Tabela 2 – Influência do sexo do uso do pronome *tu* vs. *você* – Amostra 80 C**

	N/Total	%	Peso Relativo
homens	34/267	13%	.72
mulheres	7/312	2%	.31
Total	41/579	7%	

**Tabela 3 – Influência do sexo do uso do pronome *tu* vs. *você* – Amostra 00 C**

Ao comparar os resultados da análise estatística verificamos que não só os percentuais se assemelham, como os pesos relativos, estes bastante polarizados.

Quanto ao fator *idade*, as amostras foram constituídas considerando quatro faixas etárias: 7 a 14; 15 a 25; 26 a 49; 50 em diante. No entanto, é digno de nota o fato de os falantes pertencentes à última

<sup>14</sup> Ainda que, como já dissemos, chegasse aos nossos ouvidos no dia-a-dia.

faixa etária não terem produzido qualquer exemplo de uso não padrão de *tu*, em ambas as amostras. As tabelas abaixo expõem os resultados numéricos:

Faixas etárias	N/Total	%	Peso Relativo
7-14	14/65	22%	.61
15-25	21/213	10%	.61
26-49	7/211	3%	.36
Total	42/489	9%	

**Tabela 4 – Influência da idade no uso do pronome *tu* vs. *você* – Amostra 80 C**

Faixas etárias	N/Total	%	Peso Relativo
7-14	1/61	2%	.16
15-25	26/195	13%	.64
26-49	13/167	8%	.50
Total	40/423	9%	

**Tabela 5 – Influência da idade no uso do pronome *tu* vs. *você* – Amostra 00 C**

Em ambas as amostras observa-se uma queda do uso pela faixa 3 (e até o desaparecimento, no caso da faixa 4). Seria esse, portanto, apenas um fenômeno geracional?

Se nos fixarmos apenas na tabela 4, pode-nos parecer que há uma mudança em curso, pela maior incidência do fenômeno nos mais jovens (análise no tempo aparente). Mas a escassez de dados na primeira faixa da tabela 5 não permitiria sustentar essa interpretação. Por outro lado, se pensarmos que os informantes das faixas 2 e 3 na Amostra 00 correspondem aos que na Amostra 80 ocupavam as faixas 1 e 2, respectivamente, vemos que a média de uso foi relativamente mantida (não seria, portanto, uma variação geracional).

Ao compararmos esses resultados com os referentes a outro gênero e estilo de discurso, obtido nas gravações mais espontâneas<sup>15</sup>,

<sup>15</sup> Observe-se que estas gravações foram feitas com apenas 12 informantes e muitas não tinham mais do que meia-hora de duração. As entrevistas do Projeto PEUL, por sua vez, eram 32 em cada período e correspondem todas a uma hora de gravação.

não só obtemos maior incidência de orações em segunda pessoa, como também forte supremacia no uso de *tu*, comprovando nossas observações intuitivas. A apreensão de uma tendência à mudança, nessa amostra, só pode ser feita com base no tempo aparente, isto é, no comportamento dos falantes observando-se o efeito da variável *idade*, igualmente bem selecionada pelo programa computacional:

Faixas etárias	N/Total	%	Peso relativo
10-19	69/106	65%	.50
20-29	130/185	70%	.60
30-39	36/77	47%	.28
Total	235/368	68%	

**Tabela 6 – Influência da *idade* no uso de *tu* vs. *você* – Amostra Paredes 96**

Mais uma vez se confirma a preferência dos jovens pela forma. Além disso, são também os homens que tendem mais a usá-la, o que poderia também ser tomado como um indicativo de mudança em curso: os homens tendem a liderar mudanças que vão na direção do não-padrão. Veja-se a tabela 7 abaixo:

	N/Total	%	Peso Relativo
homens	132/192	69%	.57
mulheres	103/176	59%	.43
Total	235/368	68%	

**Tabela 7 – Influência do sexo do uso do pronome *tu* vs. *você* – Amostra Paredes 96**

### Considerações finais

A competição entre *você* e *tu* como formas para tratamento íntimo do ouvinte sugere uma mudança em curso? Parece que sim, embora ainda restrita a alguns grupos sociais e contextos discursivos.

Como evidência adicional, podemos finalizar esta exposição com uma seqüência extraída de uma crônica do consagrado escritor João Ubaldo Ribeiro, membro da Academia Brasileira de Letras e cola-

borador semanal do jornal O Globo. Nessas contribuições semanais, esporadicamente o autor se dedica a temas da atualidade apresentando-os como discutidos «num boteco do Leblon». Este locativo parece funcionar como uma senha para a informalidade e o aparecimento do uso não padrão de *tu*, tal como aqui o discutimos. Veja-se a seqüência abaixo:

–**Você** vai me desculpar eu te fazer mais uma perguntinha, mas perguntar não ofende. **Tu** pode me dizer em quem foi que **tu** votou pra deputado?

–Pra deputado? Estadual ou federal?

–Não enrola, cara, pode ser qualquer um dos dois. Mas pra não ter queixa, vamos lá: em quem **tu** votou pra deputado federal?

(João Ubaldo Ribeiro – Dando o troco num boteco do Leblon, 23/04/2006)

Numa pequena amostra de cerca de vinte crônicas desse teor, conseguimos levantar 363 referências à segunda pessoa, sendo 65% expressas pelo pronome *tu* seguido de flexão não padrão vs. 20% de *você* e 14% de zero. Curiosamente, a frequência de sujeito *tu* coincide com a da amostra Paredes 96, de interações espontâneas.

Sem querer adotar uma postura normativa e tomar os chamados «grandes escritores» como avalistas das formas gramaticais, à maneira das gramáticas tradicionais, não podemos ficar indiferentes a essa escolha do escritor, como comprovadora de uma tendência atual da fala carioca, e ao que tudo indica, de uma mudança em curso.

## Bibliografia

- BARRENECHEA, Ana Maria / ALONSO, Alicia (1987), «Cuantificación del uso de los pronombres personales sujetos en español» *Atas do II Congresso Internacional da ALFAL*. São Paulo, USP: 153-172.
- BENVENISTE, Emile (1975), *Problemas de Lingüística General*. Trad. de Juan Almela. México, Siglo Veintiuno.
- CÂMARA Jr. J. Mattoso (1970), *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, Ed. Vozes.
- , (1979), *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Padrão.
- CHAFE, Wallace (1987), «Cognitive constraints on information flow» in R. Tomlin (ed) *Coherence and grounding in discourse*. Amsterdam, John Benjamins.
- DUARTE, M. Eugenia Lamoglia (2003), «A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos». In M. Conceição Paiva / M. Eugenia Duarte (orgs.), *Mudança lingüística em tempo real*. Rio de Janeiro, Contra Capa.



- GIVÓN, Talmy (1990), *Syntax: a functional-typological introduction*, vol. 2. Amsterdam, John Benjamins.
- , (1995), *Functionalism and grammar*. Amsterdam, John Benjamins.
- ILARI, R. et alii (1996), «Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para análise». In Ataliba Castilho e Margarida Basílio (orgs.), *Gramática do Português Falado IV*. Campinas, Editora da Unicamp.
- LABOV, William (1972), *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia, Univ. of Pennsylvania Press.
- , (1994), *Principles of linguistic change*, vol. 1: *internal factors*. Cambridge, Blackwell.
- LYONS, John (1977), *Lingua(gem) e Lingüística*. Rio de Janeiro, Editora Zahar.
- NEVES, M. Helena Moura (2001), *A gramática funcional*. São Paulo, Martins Fontes.
- NICHOLS, Johanna (1984), «Functional Theories of Grammar» *Annual Review Antropol.* Berkeley, pp. 97-113.
- PAIVA, M. Conceição / DUARTE, M. Eugenia (2003), *Mudança Lingüística em tempo real*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria Ltda.
- PAREDES SILVA, Vera L. (1988), *Cartas cariocas; a variação do sujeito na escrita informal*. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, UFRJ.
- , (1998), Variação e funcionalidade no uso de pronomes de segunda pessoa do singular no português carioca. *Revista de Estudos da Linguagem*, vol. 7, n.º 2, pp.121-138, Belo Horizonte.
- , (2003), «O retorno do pronome tu à fala carioca». In: RONCARATI, Cláudia / ABRAÇADO, Jussara. *Português Brasileiro; contato lingüístico, heterogeneidade, história*. Rio de Janeiro, 7 Letras, pp.160-169.
- , (2000), «A distribuição dos pronomes de segunda pessoa na fala carioca ao longo do século XX». *Anais do II Congresso Nacional da ABRALIN* (CD-rom), Florianópolis.
- RAMOS, Jânia, «O uso das formas *você, ocê* e *ce* no dialeto mineiro». In Dermeval da Hora (org.) *Diversidade Lingüística no Brasil*. João Pessoa, Idéia Editora.
- VOTRE, Sebastião / NARO, Anthony (1989), «Mecanismos funcionais do uso da língua», *DELTA*, vol. 6, n.º 2.



# Língua Portuguesa e as Novas Tecnologias de Comunicação: as dinâmicas da(s) escrita(s)<sup>1</sup>

JOSÉ TEIXEIRA

(ILCH - Universidade do Minho)  
jsteixeira@ilch.uminho.pt

## Abstract

The fascination for modern information technologies is well-known, especially considering the younger generation(s). This evidence implies a lot of consequences generated upon the written forms that are used in linguistic communication.

This paper shows how the uses of new technologies may result in a lot of changes and consequences for the Portuguese written language. Consequently, it results in changes for the Portuguese language as a global language demanding its place among the most used languages of the world.

## 1. «A língua é só uma»: A falácia da unidade linguística

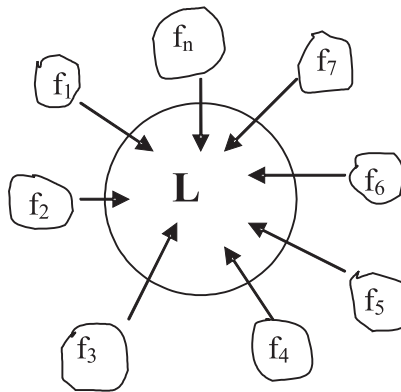
As primeiras visões científicas das línguas naturais, iniciadas com o estruturalismo saussureano e continuadas nas teorias generativistas, partem da ideia de que cada língua é uma estrutura, em si mesma unitária. As suas manifestações serão apenas a parte visível, epifenómenos de uma única entidade com valor, ou melhor, de uma entidade de «valores», na concepção original de Saussure. Por isso, à fala, à *parole* saussureana não é atribuível papel de verdadeiro objecto da nova ciência a construir. O que interessa é o modelo que é suposto

---

<sup>1</sup> O texto que se segue retoma, reformulando, a temática presente em José Teixeira, 2003, «O Q É Q É + IMPORTT N1 MSG?» (Mensagens SMS e novos usos da escrita), *Diacrítica*, Série Ciências da Linguagem, n.º 17/1, Universidade do Minho, Braga.

todos seguirem. Desta forma, os usos concretos são vistos como tentativas de imitação do modelo colectivo e assim sendo, à ciência interessará descrever o modelo e não as tentativas individuais diferenciadas.

Num esquema ilustrativo, o círculo central «**L**» representará a idealização do modelo «Língua», enquanto as figuras que o cercam representam as tentativas cheias de «imperfeições» das várias «falas» ( $f_1$ - $f_n$ ) em imitarem **L**:



Assim, à língua da Linguística interessarão apenas os mecanismos padronizados que no seu conjunto constituem as regras da norma da língua-padrão.

Como é evidente, o estruturalismo aceitava que não era possível observar o modelo **L** (língua) e que só lá se conseguiria chegar através das várias falas. Só que isto traz um problema metodológico: se se quer elaborar **L** a partir de  $f_1$ - $f_n$ , tem que se decidir o que é que em  $f_1$ - $f_n$  faz ou não faz parte de **L**. Por outras palavras, se em  $f_1$ - $f_n$  se encontrarem duas regras alternativas uma da outra, qual é que deve ser considerada a de **L** e qual a que deve ser vista como particularidade não pertencente ao modelo colectivo, mas devida à especificidade individual da fala? E a resposta tendia a identificar o modelo da Língua com a tradição da norma. A pressuposição de que o critério era o estatístico (do género «é da norma o que a maioria dos falantes utiliza») é uma falácia que não resiste a uma simples análise superficial: em que língua se fizeram estatísticas para decretar as regras da norma? E assim, por muito que a linguística estruturalista sempre se tenha reclamado não subserviente em relação à norma linguística, as suas finalidades sempre foram

desaguar na língua enquanto «estrutura»/modelo colectivo padrão. As noções de «erro», «desvio», «variantes» comprovam-no.

À primeira vista, o generativismo, ao valorizar a competência e o desempenho do falante, pode parecer ter recuperado a «fala» que o estruturalismo europeu arrumara. No entanto, na prática, a chamada «intuição linguística do falante» paradoxalmente só era válida se o linguista a aceitasse como tal. Caso contrário, punha-lhe um asterisco (uma espécie de estrela de David em ponto pequeno...) e a forma era «não-gramatical» ou «não-aceitável». O ideal era ainda o mesmo: construir um modelo ge(ne)rativo das formas «aceitáveis»<sup>2</sup>.

## 2. Escrita e estudos linguísticos

Por estas e outras razões, a Linguística nunca se interessou especificamente pela língua enquanto uso real, pelos actos linguísticos mais fundamentais, mais comuns e os únicos que verdadeiramente todos os falantes utilizam: a comunicação verbal na oralidade. Sempre foi a escrita a matéria de que a Linguística se serviu para as suas buscas, as suas análises e as suas teorias. O exemplário que serve de base de análise (ou *o/s corpus/corpora* que se vai vendo) é invariavelmente constituído por frases habitualmente de contexto não real, mas inventadas pelo linguista e inevitavelmente obedientes aos códigos do registo escrito. Por isso, como alguém disse, a Linguística tem sido uma espécie de Botânica que se tem dedicado a estudar... flores de plástico.

Deste modo, a língua que tem interessado à Linguística tem sido sobretudo a língua padronizada, a língua enquanto modelo. Os actos linguísticos concretos, apenas se filtrados pela normatividade (identificada com normalidade) da escrita. E se não se pode questionar que estes são os âmbitos mais sofisticados e mais trabalhados do fenómeno linguístico, também não deixa de ser verdade que uma ciência deve estar aberta à totalidade da realidade que investiga e não apenas a uma parte, por muito aristocrática que seja. Não se podem idealizar os fenómenos: a ciência tem que, na medida do possível, observar o observável e não observar o que antes idealizou.

---

<sup>2</sup> Recorde-se que o ideal da Gramática Generativa e Transformacional (pelo menos na sua fase clássica) era construir um modelo de geração de frases que gerasse todas as frases aceitáveis de uma língua e não gerasse frases «inaceitáveis».

### 3. A escrita não espelha a língua

Embora a escrita possa ser vista como o retrato da língua, é sempre um retrato retocado, que limpa os actos orais de muita, muita coisa que os caracteriza. Por isso é que quando a escrita pretende representar verdadeiramente a oralidade, dificilmente o consegue. O texto fica esquisito, «feito», menos «nobre» que o texto escrito habitual. Fica mesmo repleto de incorrecções linguísticas. Acabará sendo um texto semeado de estrelinhas ou asteriscos da agramaticalidade. Veja-se, a título exemplificativo, um excerto da transcrição de um registo oral (o entrevistado tem 20 anos e possui o bacharelato):

- portanto, pertences a um... grupo de futebol, tens os treinos mais ou menos diários, é?
- > sim. normalmente. depende de, vá, da qualidade do clube, do cal[...], da qualidade do campeonato que está a disputar.
- hum, hum, hum, hum. e esse treino, portanto há uma parte que é mesmo igual para todos, então, não é?
- > é. há o treino conjunto que é
- ah, pois. [...]
- > pois, futebol, e há o treino técnico específico, que é jogadas ensaiadas, tipo livres, directos, cantos, e depois há outro treino técnico mas... de, da própria técnica em si, tipo aquilo que eu lhe disse há bocado.

(Nascimento, «Jogar futebol», CD ROM *Português Falado*  
- *Documentos Autênticos*)

Mas nem esta transcrição retrata fielmente o registo oral, estando já ela normalizada e simplificada<sup>3</sup>. Ora isto não é um «defeito» da escrita. A escrita não existe para espelhar a nossa comunicação linguística. Sendo esta essencialmente oral, só a própria oralidade é a oralidade. A escrita é uma sublimação da oralidade. É a oralidade reflectida, trabalhada sempre, mais ou menos, artisticamente.

A própria história da escrita é, sobre isso, sintomática. O sagrado («hieroglífico», no sentido primitivo) e o artístico estão desde as origens indissociavelmente ligados à escrita, tanto egípcia, como chinesa ou árabe. Ainda hoje, as centenas de tipos de letra que podemos ter à nossa disposição num qualquer processador de texto não existem só por razões práticas, mas estéticas.

---

<sup>3</sup> Como se pode comprovar nas «Normas de Transcrição Utilizadas» publicadas no próprio CD-ROM (Nascimento 2001).

A escrita, mais do que espelho, é o filtro que olha para a língua e que lhe apara as imperfeições. E só neste âmbito é que deixamos que ela exista. As repetições, os truncamentos, as não concordâncias, as elisões e todos os «defeitos» da oralidade não podem reflectir-se na escrita.

#### **4. A dessacralização da escrita**


Assim sendo, a língua da escrita não se pode fazer equivaler à língua oralmente realizada. E se, a esta, a tradição pedagógico-gramatical admitia variações e níveis, conforme os contextos situacionais e pessoais do falante (assim os conceitos de linguagem coloquial, linguagem familiar, linguagem formal, etc...), por tradição, à escrita não é admissível que não esteja sempre na forma ideal. Isto levou a que a escrita fosse sempre identificada com as realizações ideais dos actos linguísticos e por isso, ela própria, teria que estar no mesmo patamar de exigência. Não seriam possíveis, por isso, «níveis de escrita», já que ao contrário do que acontece na oralidade, no processo gráfico não são admissíveis os «defeitos da oralidade» (cortes, repetições, não concordâncias, elisões, ...). Por isso, se numa mensagem oral é sobretudo no conteúdo comunicativo que reside a motivação primária, num texto escrito a forma pode contar tanto ou mais do que o conteúdo. Aliás, usualmente é isto mesmo que acontece. Não é por acaso que o domínio das técnicas e das formas da escrita sempre foi um sinal de prestígio social e que a tradição cultural sempre fez da literatura (que assenta na(s) forma(s) da linguagem escrita) o alicerce da educação escolar.

Consequentemente, mais do que espelhar a oralidade da linguagem verbal, o processo gráfico destinou-se a ser um meio excepcional de comunicação. Ao princípio dominado e exclusivo de elites reduzi-díssimas. No percurso de três a quatro mil anos que já leva, só nos últimos duzentos é que começou a ser popularizado. E nestes últimos duzentos anos tem servido exactamente para marcar a diferença entre o não escolarizado e o escolarizado e dentro deste grupo hierarquizar os níveis, graus ou patamares de escolarização, que o mesmo é dizer o escalão e estatuto social.

O processo altera-se radicalmente nas últimas dezenas de anos.

A primeira causa reside no facto de praticamente todos os falantes actualmente dominarem a técnica da escrita. O carácter «hieroglífico»/sagrado da grafia vai, pouco a pouco, sendo relegado para segundo plano. Este facto é visível, por exemplo, no decréscimo de importância que a escola (que reflecte a sociedade) dá ao desenho das letras da

escrita. A «Caligrafia», (literalmente «escrita bonita») que era uma disciplina e um aspecto fundamental para o mestre-escola avaliar a qualidade do estudante, vai gradualmente perdendo importância. O «não ter letra bonita» deixa de ser, na escola, altamente penalizador (mas ainda há poucas dezenas de anos o era!). A escola desinteressou-se do aspecto gráfico na comunicação escrita, de tal forma que mesmo aspectos fundamentais, como a legibilidade da mesma, são secundarizados. Mesmo em situações formais de escrita, como por exemplo num teste na Universidade, muitas vezes o aluno escreve com o mesmo tipo de letra com que tira apontamentos. É mais a-minha-letra do que letra-para-o-outro. Repare-se, a título meramente exemplificativo, numa palavra<sup>4</sup> que neste caso até não é difícil de conseguir ler:

  
«nomeadamente»

O que o leitor faz é «adivinhar» as letras: a segunda letra, embora sendo um «c» invertido é para ser lido como um «o», o que deveria ser o primeiro e o terceiro «m» são pequenos prolongamentos da primeira ou da segunda «perna» do «e», o «m» que inicia a sílaba tónica não existe, o «d» também poderia representar «cl» e no «t» o travessão característico é substituído por uma curva.

Aceitar a normalidade deste processo gráfico (normalidade aceite quer por quem escreve, quer pelo leitor) significa exactamente que na grafia tudo é permitido desde que se atinja a finalidade da comunicação. Por isso é que o próprio sistema gráfico pode ser bastante alterado e a escola «nem dar por ela»! Por exemplo, quando não se diferenciam maiúsculas e minúsculas. Há alunos que fazem todo o seu percurso escolar (ou pelo menos a última fase pré-universitária) escrevendo apenas em maiúsculas<sup>5</sup>:

PARA O LINGUISTA COMPREENDER MELHOR A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA, DEVE APOIAR A SUA ANÁLISE PARA O DESTAQUE, POIS SÓ ASSIM INDEPENDENTE E COMPREENDE O SISTEMA LINGUE DE CADA FALAN

<sup>4</sup> Escrita de um teste de Introdução aos Estudos Linguísticos (Setembro de 2002).

<sup>5</sup> Escrita de um teste de Introdução aos Estudos Linguísticos (Setembro de 2002).



Esta escrita nunca conseguirá representar oposições que a grafia oficial considera importantes, tais como a diferença entre nomes comuns e próprios (*o coelho* e *o [Sr.] Coelho*), a diferença entre realidades objectuais e entidades sociais (*a igreja branca* e *a Igreja*), a diferença entre a globalidade e a particularidade (*a linguística do autor x* e *a Linguística*) e tantas outras oposições que, por muito que se possa duvidar da sua utilidade fazem parte das regras do código escrito. Para além disso, ao não informar onde começa cada frase (uma das funções visuais mais importantes das maiúsculas na grafia manual), dificulta bastante o processo de leitura. E talvez seja por isso que, neste caso concreto, o escrevente faça coincidir frase e parágrafo, já que, por norma, não usa duas frases num mesmo parágrafo.

Ora se o aluno fez (com sucesso) todo o seu percurso escolar com esta escrita, é porque a escola a considerou adequada, ou pelo menos, aceitável.

Mas o principal factor da actual dessacralização da escrita prende-se com o facto de se terem alterado os processos físicos da mesma. Esta deixou de ser constituída por materiais físicos sólidos (sulcos na pedra, na madeira, na argila, tinta no papiro, no pergaminho ou no papel) e passou a ser constituída pela diferença de luminosidade apresentada por um ecrã: ao princípio a televisão, depois o computador e na actualidade o telemóvel e instrumentos similares com visor.

É pacificamente aceite que os materiais que se utilizam na escrita acabam por influenciar todo o processo. Se o material é raro, de difícil execução (pedra, argila) ou caro (papiro, pergaminho) escrever-se-á menos, com mais cuidado, muito mais formalmente, já que o acto da escrita é especial, fica dispendioso e é apenas destinado a celebrar grandes momentos. Como é evidente, a simplificação do processo físico acaba por se reflectir na própria escrita. No entanto, esta simplificação nunca atingiu a vulgarização. Nem sequer com o surgir do computador, onde o texto escrito cumpria essencialmente as mesmas funções e se destinava aos mesmos fins da forma clássica em papel. Aliás, a escrita normal num processador de texto destinava-se habitualmente a ser impressa em papel.

O processo só se altera quando o texto escrito não se destina a ser imprimido. Isto começa com a troca de mensagens por correio electrónico, mas sobretudo com as mensagens de troca instantânea em tempo real. Será o telemóvel, em pouquíssimo tempo, a causar uma verdadeira revolução na área das comunicações interpessoais. Ao início, na área das comunicações orais, mas nos últimos anos no âmbito das comunicações escritas.

## 5. O surgir da escrita SMS

O telemóvel, que foi vulgarizado tendo por finalidade a comunicação oral, vem multiplicar por milhões uma nova dinâmica da escrita individual, constituída apenas por mensagens curtas com um máximo de 160 caracteres e designadas mensagens SMS<sup>6</sup>. E por que razão este tipo de texto escrito por norma apenas com o polegar se impôs tão generalizada e rapidamente, sobretudo entre a camada mais jovem, conhecida pela relutância relativamente à escrita? Essencialmente porque a escrita SMS é radicalmente diferente da escrita tradicional que a mesma geração está a aprender na escola. E talvez seja por isso que a geração do predomínio da imagem e do oral se está a transformar naquilo que alguns sociólogos já chamam a «generation text»<sup>7</sup>. E são precisamente as características novas e diferentes que fazem das mensagens SMS uma das novas formas de comunicação social e mesmo a principal forma de comunicação escrita de uma determinada faixa etária.

A primeira diferença reside na instantaneidade do efeito comunicativo. Numa sociedade de mudanças frequentes e vertiginosas, a instantaneidade é um valor altamente atractivo. As mensagens SMS têm esta particularidade, sendo quase simultâneo o processo de escrita e a sua recepção. A escrita tradicional, ao contrário, demora muito tempo a atingir o receptor.

A regra de ouro de o processo de comunicação linguística assentar no máximo de eficácia com o mínimo de esforço favorece as mensagens SMS: quase não dão trabalho, não necessitam de elementos materiais físicos (papel, caneta) para além do próprio telemóvel e todo o processo é muito rápido, já que a escrita de uma mensagem gasta muitíssimo pouco tempo, ao invés da actividade custosa e demorada da escrita tradicional.

---

<sup>6</sup> O surgimento das mensagens SMS (*Short Messaging System*) fica a dever-se a uma particularidade secundária das comunicações móveis. Para o bom funcionamento do sistema, é necessário saber sempre o paradeiro de cada aparelho. Assim, os engenheiros puseram cada telemóvel a emitir, segundo a segundo, um determinado sinal informativo sobre si próprio. A antena que melhor captasse esse sinal ficaria encarregada de fazer as ligações a esse aparelho. No entanto, a informação relativa a cada telemóvel ocupa poucos caracteres, restando a possibilidade de o mesmo ficar com cerca de 160 caracteres livres ainda para enviar. Foi a possibilidade de uso desses 160 caracteres que não acarretava praticamente nenhum custo para a operadora de telecomunicações que levou à divulgação generalizada (e lucrativa) das mensagens SMS.

<sup>7</sup> Ver *Expresso (Vidas)* de 20/7/2002, pág. 42-43.

Com as SMS atinge-se facilmente o receptor pretendido. Não é necessária a «direcção» ou qualquer outro conhecimento sobre a localização de quem queremos que receba a informação escrita.

Um outro grande factor de sucesso das mensagens SMS prende-se com o cerne do funcionamento do próprio fenómeno linguístico: facilitar as interacções sociais. Sendo o discurso oral a forma clássica de interpelação pessoal, ele implica determinados códigos sociais ou sócio-linguísticos que restringem a possibilidade de comunicação. Não é «normal» e por isso não é muito bem aceite socialmente, alguém fazer declarações de amor, tentar meter conversa ou mandar piropos a pessoas com as quais não se tem algum conhecimento ou familiaridade. Muito menos se o emissor o tenta fazer com várias pessoas simultaneamente. Mesmo apenas entre duas pessoas mais ou menos desconhecidas, as tentativas de aproximação, através da interacção verbal, envolvem sempre uma componente de pudor que o face-a-face físico acentua. Eu, para saber a receptividade que o outro pode ter para comigo, tenho que me expor à sua presença. Ora as mensagens SMS alteram radicalmente isto tudo. Pode-se falar com o outro(a) sem nos expormos fisicamente; pode-se ocultar a identidade de quem envia a mensagem e podem-se contactar várias pessoas (quase) simultaneamente. O acto linguístico feito através das SMSs foge a muitos dos condicionamentos ilocutórios e perlocutórios de um enunciado, quer escrito, quer em presença. Ou seja, as mensagens SMS embora escritas, não possuem as inaceitáveis limitações do clássico processo de escrita, possuindo todas as vantagens da oralidade sem os riscos da exposição pessoal. Assim como o catolicismo inventou, através da confissão onde o confessor e o confessando não se vêem, um processo em que o penitente expõe a sua interioridade a alguém sem o face-a-face físico, as mensagens SMS também permitem «confissões» íntimas sem o pudor da exposição física. Daí uma das causas do seu grande sucesso, sobretudo entre os adolescentes.

Uma outra possibilidade que as mensagens SMS oferecem é a de permitirem que o seu autor tenha acesso a meios de comunicação tão apetecíveis e com tanto prestígio social como as estações de televisão. Inúmeros programas de televisão (sobretudo os voltados para o público juvenil) passam em rodapé mensagens SMS. Ora «aparecer» na televisão é extremamente aliciante, mormente numa idade em que o dar nas vistas é prioritário. Conseguir que uma sua mensagem, com a sua identificação, passe num programa de televisão é ter a certeza que será lida por muitos milhares ou milhões de pessoas. Por isso é que são

tão frequentes declarações de amor em mensagens SMS televisivas: o adolescente considera um enorme prestígio social «aparecer» na televisão e aproveita a oportunidade para cativar quem mais deseja.

Por estes motivos, (e porque só se podem usar 160 caracteres em cada uma) porque são na sua essência diferentes das formas de escrita tradicional, é que as mensagens SMS não sentem obrigação de cumprir os cânones normativos clássicos da escrita. A única função é comunicar e não, como na escrita escolar, mostrar que se sabe comunicar através da escrita. A forma é totalmente secundária em relação à finalidade e ao conteúdo.

## **6. O conceito de «nível de escrita»**

Na continuidade de uma longa tradição em que à língua estudada na aula pouco interessa a língua da rua, o escrevente juvenil sente que a escola não tem nada a ver com a forma como ele tecla.

Perante este fenómeno, a escola pode tomar a atitude tradicional de considerar que a sua missão, no domínio linguístico, é a de apenas impor a forma escrita padronizada e que a comunicação do dia-a-dia pouco interesse terá. Mas talvez fosse uma atitude mais inteligente aproveitar a realidade para fazer pensar e entender o funcionamento das línguas em todos os seus aspectos: quer a língua formal das comunicações escritas tradicionais, quer a língua de comunicação não formal, habitualmente apenas oral mas que agora já começa a aparecer em tipos e formas especiais da escrita teclada.

Esta forma de escrita pode parecer estranha ao professor de língua, mas é altamente atractiva e prestigiante no seio do grupo no qual o adolescente se integra. Em vez de ignorar isto, a aula de língua poderia aproveitar a ocasião para fazer ver que uma língua tem mais do que um estrato ou nível e que cada um dos níveis tem a sua função comunicativa e social. Ninguém melhor do que o aluno para saber por que é que usa aquele tipo de comunicação linguística e não escreve como os autores dos textos que lhe apresentam na aulas. O professor deve, então, fazer-lhe ver que há contextos e finalidades sócio-linguísticas diferentes e que por isso mesmo devemos dominar mais do que um registo ou nível linguístico. Quando a escola não traz para a sala de aula os registos que realmente o aluno usa por os considerar sem interesse de análise e lhe apresenta apenas o registo ideal, quase sempre através do texto literário, faz com que o aluno fique com a ideia que a

disciplina de língua da escola não tem nada a ver com a verdadeira língua que ele usa<sup>8</sup>.

É certo que a didáctica da língua, no percurso escolar do aluno, vai fazendo referências aos vários níveis de língua. Só que se entende sempre este conceito como referindo basicamente o nível da oralidade. Até ao aparecimento e uso generalizado das mais recentes formas de comunicação escrita, este registo coincidia com situações dotadas sempre de alguma formalidade e não presenciais entre emissor-receptor. Estas últimas formas de escrita alteraram o processo. E por isso talvez seja justificável que a noção de «nível de língua» com tendência a ser (quase sempre) identificado com certas situações da oralidade se possa aplicar à escrita. O conceito de **nível de escrita** poderá ser didacticamente útil na medida em que permite que o professor de língua não escorrace para fora da sala o tipo de escrita que os seus alunos mais utilizam. Só assim terá oportunidade, não apenas de fazer com que se possa admitir dentro da sua especificidade este «nível de escrita», como, a partir dele, mostrar alguns dos aspectos do funcionamento da próprio sistema linguístico e mesmo até (embora talvez alguns puristas considerem isso escandaloso) corrigi-lo para o melhorar.

Por que não, para começar, tentar aportuguesar este sistema de escrita? Tal como existe, é uma miscelânea estranha, quer para o inglês quer para o português. O aportuguesamento poderia começar por um grupo de pronomes muito utilizado (*que, quem, qualquer, quando, qual*) e que enxameiam as mensagens de «kk», uma letra ainda um pouco estranha ao nosso alfabeto.

## 7. Escrita SMS, chates e blogues

### 7.1. A escrita de polegar

A expressão «escrita de polegar» talvez seja mais adequada do que «escrita SMS», já que ela indica a forma de escrita responsável pelos

---

<sup>8</sup> A ideia de que a língua real de comunicação do dia a dia não tem grande interesse, quer para a escola, quer para a ciência permanece nos alunos até à entrada na Universidade, mesmo naqueles que vão estudar línguas vivas! Num pequeno teste diagnóstico feito aos alunos do 1.º ano dos cursos de letras da Universidade do Minho, em Outubro de 2002, perante a questão «O que pensa que a Linguística deve estudar?» diante de três opções, só cerca de 20% escolheu a opção «O funcionamento normal da língua do dia a dia». A maioria de 80% repartiu-se entre «A língua portuguesa correcta» (60%) e «A língua portuguesa correcta sobretudo a dos textos literários» (20%)!

processos mais radicais de uma determinada forma de grafia de caracteres. Na verdade, pode escrever-se SMS em teclado de computador, ou seja, nem todos os SMS são «escrita de polegar».

São precisamente as condições físicas da sua execução (com o polegar num teclado minúsculo e muito limitado em número de teclas) que vão propiciar os processos de maior alteração nas formas de escrita.

As suas principais características decorrem deste facto. As mais visíveis são:

- mensagens muito breves
- os elementos redundantes tendem a desaparecer.
- linguagem coloquial
- mistura do código oral com o escrito
- mistura de palavras em inglês
- predomina a síntese, a sintaxe abreviada
- uso de acrónimos
- eliminação de vogais
- redução do alfabeto: substituição, só por um, de vários grafemas que representam sons semelhantes (x = s, ss, ch, c, ç; K = c, q)
- desaparecimento de muitos conectores e artigos
- a ausência de acentos
- desaparecimento da oposição maiúsculas/minúsculas
- a utilização de abreviaturas
- o uso de ícones, construídos com os sinais extra-alfabeto (sinais de pontuação, parêntesis, aspas)
- a mistura de números e letras

Um exemplo de mensagem<sup>9</sup>:

<b>Texto SMS</b>	<b>Escrita tradicional</b>
oi td bem?	Oi (= Olá), tudo bem?
hj vo ver 1 film co manel	Hoje vou ver um filme com o Manuel
e depois vamx pra nait pox copx	e depois vamos para a «night» para os copos.

<sup>9</sup> Em anexo, uma recolha.

O inglês, para além de língua de prestígio, é língua de referência, quer quanto a processos, quer mesmo quanto a expressões importadas (*Cul8er = see you later; 4ever = forever*). Existem mesmos *sites* que fazem a tradução «escrita normal-SMS» (em inglês: <http://transl8it.com/cgi-win/index.pl>)

## 7.2. Escrita de polegar e escrita teclada

A escrita simplificada que começou por ser «de polegar», inicialmente utilizada nas SMS dos telemóveis, vai passar (pelo menos em parte) para outras formas de comunicação tecladas que mantêm algumas semelhanças com as SMS, nomeadamente os chates e os agora universais blogues.

Costuma-se, por vezes, dizer que a tipologia da escrita SMS se deve simplesmente ao facto de o utilizador ter um teclado extremamente reduzido e incómodo e a imperiosa necessidade de utilizar apenas 160 caracteres. Quase sempre, as explicações simples acabam por ser simplistas e não focar aspectos importantes da questão, como neste caso. O que é mais correcto dizer é que as condições em que nasceram as SMS favoreceram o incremento de uma determinada forma de escrita, mais simplificada, com tendência a contagiar a representação gráfica dos discursos da oralidade, concretamente quando o texto vale sobretudo como transcrição da fala («conversa escrita») e não como «escrita de raiz» (comunicado formal, escrito literário ou científico, etc.).

Exemplos perfeitos disto mesmo são os chates e blogues, onde a escrita é feita em teclados normais de computador e onde não há limites de caracteres. São os benefícios da rapidez e a áurea de modernidade e pertença de grupo que vão estender a simplificação da escrita para muitos dos usos ligados à conversação teclada.

Há que notar, no entanto, que a simplificação da escrita teclada, por oposição à escrita de polegar, é muito menor. As abreviaturas, substituições e demais particularidades SMS aparecem em muito menor quantidade. Ao invés, aparecem outras que vão, não reduzir, mas aumentar a extensão textual. A expressividade das emoções é muito valorizada nestas mensagens que pretendem, na medida do possível, espelhar mais a oralidade, incluindo, nas mesmas mensagens, aspectos contextuais ligados aos estados emotivos do emissor:

☺ *Foi mto bom [...]* ☹ *Eu e Carla desapontadas*

Todos os «dicionários» de SMS (e encontram-se vários, quer na Internet, quer mesmo em papel<sup>10</sup>) têm uma listagem destas formas icónicas:

- :-) (sorrindo)
- (-: (também a sorrir)
- :) (sorrindo sem nariz)
- :' (chorar a rir)
- :-() (rir de boca aberta)
- 8-) (sorrindo com óculos)
- [:-) (a sorrir com walkman (a ouvir música))
- ;-) (piscar olhos)
- :-\* (beijo)
- :-( (triste)
- :'-( (a chorar)
- :-O (espanto)

(Dicionário SMS, portal SAPO.pt<sup>11</sup>)

A complexidade dos ícones pode ser muito diversificada:



e muitos outros do género, para retratar alegria, tristeza, vergonha, sonolência, raiva, medo, carinho, etc.

Ou seja, é mais importante para o escrevente transmitir o seu estado de espírito do que o reconhecimento, pelo receptor, da competência no domínio do sistema gráfico tradicional.

A informação sobre os estados emotivos do emissor, para além de elementos icónicos como estes, serve-se igualmente (e com bastante frequência) de uma particularidade que contradiz o cerne do processo: em vez de escrita simplificada e reduzida temos uma «escrita prolongada». O processo consiste em repetir algumas letras (normalmente da sílaba tónica) para espelhar determinados aspectos de intensidade emotiva («muiiiiiiiiito feliiiiiiiiizzzzzz»; «Beijjjjjjjiiiiiiinho graaaaaaande!»; «RRRRRRRRRRRaiva!»)

<sup>10</sup> Benedito, Joviana, 2003, *Dicionário para chat, SMS e e-mail*, Edições Centro Atlântico.

<sup>11</sup> [http://ajuda.sapo.pt/comunicacao/sms/utilizacao\\_do\\_servico/Dicion\\_rio\\_de\\_abreviaturas\\_SMS.html](http://ajuda.sapo.pt/comunicacao/sms/utilizacao_do_servico/Dicion_rio_de_abreviaturas_SMS.html)



Estes e outros processos (que aumentam os caracteres que teria a mensagem em escrita canónica) evidenciam que a finalidade prioritária da escrita teclada não é tanto o poupar caracteres, mas utilizar um sistema identificador de uma nova forma de escrita que pretende demonstrar identificação de grupo, simplicidade e valorização de aspectos suprasegmentais (intensidade de emoções, criatividade anti-norma<sup>12</sup>) que a escrita padrão não comporta.

### 7.3. *Novas formas de escrita?*

Pode dizer-se que estas formas de escrita representam um código novo ou uma nova modalidade de escrita?

Em boa verdade, não.

Em primeiro lugar, não há *uma* forma de escrita, mas várias.

Não há regras comuns, mas hábitos e tendências mais ou menos implantadas ou popularizadas. Dentro da mesma mensagem ou texto não há uniformidade de critérios. A mesma palavra pode aparecer umas vezes abreviada e outras por extenso; quando a palavra é abreviada, pode adquirir formas várias: *qualquer = qquer, qqer, qlqer, qq, ...* Isto implica que o texto final pode conter um grau de desvio gráfico muito grande ou praticamente nulo.

Depois, o código em que assentam (mesmo as mais radicais, na escrita de polegar) é o código escrito tradicional que é respeitado (quando é conhecido) mesmo nos aspectos puramente etimológicos (ato/acto; o «h», que nunca se lê, usa-se; o «m» final, que nunca é consoante, escreve-se, ...). É que, na realidade, o verdadeiro código-suporte em que assentam todas as alterações é o código gráfico tradicional. É ele o cimento que agarra e suporta as alterações mais ou menos criativas, mais ou menos divergentes. E por isso mesmo, as regras mais fundamentais em que assenta esse código não são violadas. A escrita não transforma o paradigma em que se alicerça – etimológico – em escrita fonética. Se o fizesse, pouparia muitos caracteres e facilitaria a vida a quem não domina o sistema tradicional – só que não é esta a sua finalidade.

Questão diferente se porá num futuro muito próximo. Vamos poder escrever com a boca, através dos programas de síntese de fala, a partir dos quais iremos interagir oralmente com as máquinas. Com

---

<sup>12</sup> Daí a atractividade que para a publicidade tem este tipo de escrita.

os telemóveis e outros aparelhos que exijam pequenas sequências orais, a possibilidade já é real, mas será sobretudo com a implantação do processo nos processadores de texto que poderá haver profundas alterações na forma como iremos encarar a escrita. O próximo passo será a construção de programas que transformem o discurso oral em texto padronizado. Como iremos reagir nós e o sistema de ensino perante esta possibilidade? Um discurso oral despreocupado que o computador transformará em texto escrito cada vez de maior qualidade e mais aceitável? Penso que será, então, que o processo tradicional de escrita se deparará, verdadeiramente, com um novo paradigma na relação oralidade-escrita.

#### 7.4. *A escrita teclada tem alguma importância?*

Estas escritas múltiplas e multifacetadas não serão demasiadamente anárquicas, desregradas, difíceis de perceber e complicadas?

Para quem as usa, não podem ser, já que quem utiliza um qualquer sistema diferente do padrão o faz com a justificação de assim ser mais fácil comunicar. Na verdade, a anarquia (múltiplas formas para o mesmo efeito) é simultaneamente maleabilidade: possibilidade de adaptação a qualquer grau de alteração que os usuários queiram; o desregramento (mais aparente que real) permite a contínua criatividade. Como não há regras definitivas, é possível a contínua busca de novos processos para os fins pretendidos. Cada sistema de escrita só será difícil de perceber (e complicado) para quem for um iniciado sem qualquer experiência. Mas, rapidamente, qualquer um entra facilmente dentro do «sistema», o assimila e re-utiliza.

Como não há maior prova do que os factos e as evidências, o uso tão generalizado que, por exemplo, a escrita SMS detém, sobretudo em determinadas faixas etárias, mostra precisamente o seu alto grau de atractividade. Por causa das mensagens SMS, uma geração que praticamente não utiliza a escrita formal aparece, por vezes, denominada como «generation text»<sup>13</sup>. Para além do reconhecimento dos próprios de que escrevem muitíssimo mais SMS do que escrita formal, muitos admitem que a escrita SMS foi importante para adquirirem à-vontade nos domínios escritos (canónicos) da língua.

---

<sup>13</sup> A título de exemplo, uma adolescente (13 anos) disse-me que escrevia, por dia, entre 100 mensagens (nos dias de aulas) e 500 (nos dias sem aulas).

E para a língua, encarada como entidade cultural e sociológica? Esta deturpação das regras não é perniciosa? Não ficarão viciados nesta forma de escrita os adolescentes, tendo, depois, dificuldade em usarem o sistema tradicional?

É natural que, por vezes, sobretudo em idades de adolescência, a mão fuja para a simplificação. No entanto, a presença avassaladora das formas de escrita normativas e as imposições sociais reporão as coisas no seu devido lugar.

Esta escrita cumpre, assim, finalidades essencialmente comunicativas em contextos de transcrição de oralidade, sabendo os falantes adequar a novas situações de comunicação mais formais outros registos de escrita. Por isso, a necessidade de a escola e a tradição gramatical começar a distinguir (e aceitar como naturais) vários usos ou níveis de escrita conforme as várias situações de comunicação gráfica, à semelhança do que acontece com os níveis (orais) de língua. Só que para a tradição gramatical, a escrita é só uma, já que a mesma tradição encara todas as situações do uso do código escrito como situações formais de comunicação. Se nos últimos séculos (ou milénios) isto assim era, com o surgir das novas tecnologias a situação alterou-se radicalmente, desempenhando hoje, a escrita, funcionalidades diversas e diversificadas relativamente ao cânone tradicional.

Defende-se, portanto, não apenas que nas línguas modernas não há somente uma escrita, mas que a diversidade dos utensílios tecnológicos e das situações de comunicação implicam a aceitação de níveis de maior ou menor formalidade, traduzida em participações de grau variável no respeito pelo cânone gráfico oficial (que deverá continuar a manter-se único).

Na verdade, pode notar-se já como, na prática, os falantes vão assimilando as novas naturezas da escrita, facilitando no uso do cânone. Ou seja, mesmo em indivíduos dotados de grande domínio do mesmo cânone, aparecem simplificações, contaminações, se quisermos usar a palavra, das formas de escrita simplificada.

Nos *mails* entre colegas universitários há uma tolerância que o registo escrito tradicional não suportava:

- menos cuidado na correcção de gralhas (*é possível; os locais decentes* = os locais decentes)
- abreviaturas (*José Teix; p.ex.; até aos 40; Bjs. H.*)
- uso de ícones: **Dois abraços**☺
- menos cuidado com a distinção maiúscula-minúscula: (início de *mail* = *então era isso... boa pescada me saiu! agora tenho notas do 2.º semestre e nada do 1.º*)

Mas a principal «utilidade» (se quisermos usar a palavra) que esta escrita (melhor, estas formas de escrita plurais) tem pode passar despercebida de tão óbvia – e fundamental – que é: demonstra a vitalidade de uma língua, a sua capacidade de adaptação a novas realidades comunicativas. As línguas mortas ou as línguas a que lhes falte dimensão global não têm uma necessidade tão premente de resolverem os seus conflitos com as novas gerações e as novas tecnologias. São línguas muito mais estáveis, quer na vertente oral, quer na escrita. A dinâmica e a globalização de uma língua acarretam necessariamente tensões de diversificação. A forma de impedir a dispersão linguística não é uma política de proibição normativa das novas formas de comunicação. Isto sempre foi e será inútil. Nas línguas, tudo o que mostra vitalidade e favorece as formas mais prestigiadas de comunicação sempre se impõe e sempre se irá impor. O que há a fazer é reconhecer as novas formas de comunicação prestigiadas pelos falantes, como formas decorrentes da dinâmica da língua e integrá-las dentro dos sistemas aceites. Por isso, penso que para a dinâmica e permanência do português como uma das grandes línguas mundiais da globalização é necessário aceitar que as novas tecnologias de comunicação permitem contextos, instrumentos novos que necessariamente acarretam usos de escrita também novos. Sendo assim, em vez de um purismo que se agarre ao código gráfico canónico e que vê na forma ortográfica tradicional a única forma de escrita aceitável, penso ser útil que a norma, a gramática e a escola reconheçam validade na vitalidade que, para a língua, estas novas formas de escrita demonstram.

Obviamente, não se trata de substituir o sistema gráfico canónico por um qualquer caótico sistema sem regras ou com metodologias de instantaneidade. O cânone sempre será o cânone. Sempre será o traje formal. Só que nem sempre o traje formal é o mais adequado. Por vezes, uma roupa mais desportiva (ou mais íntima) não faz mal a ninguém.

No mundo globalizado, a Internet aparece cada vez mais como um dos campos do jogo das línguas. O prestígio, a importância e a influência que as mesmas línguas querem exercer nas comunicações internacionais e no mercado linguístico é cada vez mais medido. E a percentagem de uso na Internet é, senão o primeiro a ser medido, um dos mais importantes. Ou seja, para o prestígio e imposição, hoje em dia, de uma língua como língua global conta, e muito, por pouco romântico que seja, mais a quantidade bruta dos milhões de usuários do que os monumentos culturais e literários que a história dessa língua possui. Isto implica que para essa importância e para esse prestígio

contribui, quer se queira ou não, tudo – mas mesmo tudo – o que nessa língua é escrito.

Um outro aspecto que manifesta a importância da presença das línguas na Web (de tão recente, é muitas vezes esquecido por muitos estudiosos do fenómeno linguístico) é o facto de cada vez mais ser a Rede o mostruário da língua. Quando queremos saber se uma palavra ou expressão está consagrada pelos clássicos, vamos ao dicionário, mas se quisermos saber se ela efectivamente se usa, e inclusivamente se se usa muito ou pouco, vamos à Net. É da rede que se recolhem os textos que actualmente permitem as actualizações lexicográficas, as terminologias técnicas, as bases de dados lexicais, as traduções automáticas. Ou seja, as bases mais importantes a partir das quais hoje se trabalha profissional, empresarial e academicamente a língua são as que são constituídas a partir do que está na Net (embora muita gente ainda não se tenha dado conta desse facto).

É deste uso efectivo que depende o futuro e a imposição da língua na globalização. O resto do mundo só se interessará suficientemente pela língua Portuguesa se ela se impuser no mercado global. Para isso, muito contará o seu efectivo uso e a escrita: não apenas a escrita das grandes obras de cultura ou a escrita diária da imprensa digitalizada, mas igualmente a escrita mais ou menos canónica e oralizante dos nossos *mails*, dos nossos blogues e dos nossos SMSs, que suportam esse novo navegar, que está a mudar as comunicações, as línguas e o mundo. E estou convencido que até Camões apoiaria este novo «navegar», que tal como nos tempos de Vasco da Gama é a nova forma para novos descobrimentos.

## Fontes referidas

- AURÉLIO (Buarque de Holanda Ferreira), *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (2.<sup>a</sup> ed.).
- BENEDITO, Joviana, 2003, *Dicionário para chat, SMS e e-mail*, Edições Centro Atlântico.
- NASCIMENTO, Maria F. Bacelar, 2001, (coord.), «Jogar futebol», CD ROM *Português Falado – Documentos Autênticos*, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa e Instituto Camões, Lisboa.
- QUERIDO, Paulo, 2002, «SMS, a nova categoria literária», in *Expresso-Vidas* (20/7/2002), pp. 42-43.
- TEIXEIRA, José, 2003, «O Q É Q É + IMPORTTT N1 MSG?» (Mensagens SMS e novos usos da escrita), *Diacrítica*, Série Ciências da Linguagem, n.º 17/1, Universidade do Minho, Braga.

## ANEXOS

Apresentam-se numeradas, a seguir, como base exemplificativa, alguns SMS:<sup>14</sup>

1. Oi Sol. És a melhor companhia. ... Bjo
2. OI SOL! ADORAVA Q ACTUASSEM EM PORTUGAL BRYAN ADAMS E BONJOVI, HÁ MUITO QUE NÃO VEM CÁ.BJOS
3. ... Sou maluka pelo clip e pela musica ...
4. oi ppl!! Eu curtia bue de ver o EMINEM actuar em Portugal.fikem bem!AMO-TE DIANA!
5. GOSTO MUITO DO SOL GOSTARIA QUE FIZESSE UM PROGRAMA DE MUSICA DE DISCOTECA AMO-TE MT VANDA.
6. Oi voces são os melhores ... Um jinho para ...
7. (Kika, Estoril) Nunca tive muito tempo separada de qq namorado meu...
8. Tudo bem pple? passem um special...
9. Oi ppl do sol! Gostava mt k passarem cenas d smoke city! Um bj mt grand pa td o ppl d telheiras!
10. O melhor video-clip do momento é korn, pf passem mais sobre eles. Parabéns a sol musica, 1 abraço p/todos vos.Amo-t liliana
11. ... odeio-t zezao, odeio-t duarte! Bedzos
12. Boas ppl do sol, ...
13. UM GRANDE BEIJO PRA TI ... ADORO-TE XAU
14. oi ppl!a minha banda preferida é ... podiam passar mais cenas deles.quero mandar um big kiss pro ANGELBOY e para o ppl do candal
15. ... tou com vontade de ouvir a musica ...
16. (Bé,Guimaraes) boas pobo!! So passei por aki pa mandar um beijinho a todas as girls k kurtem SLIPKNOT. AMO-TE NOKAS!!
17. ... JINHOS ADORO-TE
18. ... a todos os motards ke estão...
19. ... o vosso canal é muito fixe ... Bjos para o Mac
20. Oi ppl de coimbra ...
21. GOSTO MT DO VOSSO PROGRAMA.ABRAÇOS PARA A UNIVERSIDADE DA CERVEJA.CURTO BUE DA WEASEL.
22. Oi ppl! o melhor video ...
23. ... Bjx para todos os mkos e mkas que conheço!
24. ... jinhos silvy e um ola migos albertina mario
25. Oi malta, td bem, gostava ... Amo-te mt,mt,mt,mt ...
26. p mim a melhor banda ... bjs escaldantes p a catia
27. EI PESSOAS!

---

<sup>14</sup> Recolha feita em Agosto e Setembro de 2002 em dois canais de televisão por cabo. As reticências (...) indicam que a mensagem não foi totalmente transcrita.

28. OI PPL DO SOL MUSIKA. MELHOR KLIP ...
29. APPOCALYPTICA FOI O MELHOR CONCERTO Q VG NA MINHA 1 QUEIMA DAS FITAS EM COIMBRA. MANDEM MSG MULHERES
30. Oi ppl do c 21! por onde anda o ppl do xat, ... ? fikem bem. SLB4EVER
31. FCP 4 EVER. SLBS NÃO FALEM MAL DO FCP ... BJ P FCPS.
32. (CrAzYmAc amo te mto!jinhos fofos para o ppl da gaf.encarnação.
33. Ois o canal está excelente ...
34. kika vê-se mesmo que não pensas. Desde quando é ke 1 jogador ...
35. OI PESSOAL DE PORTUGAL! O MELHOR VIDEO CLIP ..., PA MIM ...
36. Tass, curto mil o vosso canal mas era fixe que passassem bandas como... Abraços po ppl d covas!
37. Olá gosto mt de celin dion, adorava vela em portugal. A sol musica é baril, um beijo pra vos ...
38. ... ELES ROKAM MEMO A FORÇA TODA!ABRAÇOS E JINHOX PO PPL DA AMUROSA
39. parabéns granda canal!Bj para o meu mor ...
40. OI PESSOAL DO SOL TD FIXE!GOSTAVA BUE VER UM ESPECIAL «SPLIPKNOT» PLEASE.
41. Oi people do sol, tudo bem?
42. Oi sol, ... adorei ve-los em paredes de coura.Beijos para todo o ppl k lá teve. 1 especial ...
43. OI PPL DO SOL! MANDO ESTA MSG PARA VOS PEDIR K PASSEM ...
44. KERIA DIZER AH FILIPA KE A ADORO!UM OLA PO PPL DE ALMADA
45. Oi ppl do Sol ! curto bués o vosso canal! curtia k passassem ...
46. O vosso canal é altamente ...
47. Hail! ... Punk e grunge foreva ... Ñ comercializem o punk.
48. ACHO Q ACIMA D QUALQUER SENTIMENTO ESTA A MUSICA POIS ELA ENVOLVE TODOS ELES. JÁ Q FUI INFELIZ N AMOR Ñ M PREOCUPO AINDA TENHO A VOSSA MUSICA
49. (Pika, Braga) oix ppl do Sol!passem ... tou mesmo a precisar!passem-na hj.fiko a espera! AMO\*TE MARIA JOAO!, 1 grande bj pra ti
50. Quanto aos 4-0 só tenho ama coisa a dizer-SCP 4EVER!!!podia ter levado 20 k eu NNK mudava pa SLB ou FCP!ser SCP é lindo!jinhox pás leoas
51. SLB's, FCP, SLB e SCP jogaram contra o CELTA!e so 1a ekipa ganhou!kem foi?kem havia de ser?SCP RULLEEZZZ!!!fikem bm e parem de tc mal do SCP!





**SECÇÃO II**

***VARIA***



# Deslocação Local, Cliticização e *Spell Out* cíclico

PILAR BARBOSA  
(Universidade do Minho)

## Abstract

This paper examines the intricate pattern of clitic placement in European Portuguese and argues in favour of an approach that relies on two key ideas that have recently been explored in the framework of generative grammar: the idea that *Spell Out* is cyclic, at the *Phase* level (Chomsky, 2000), and the idea that there are movement operations that occur after the syntactic derivation, in the PF component, post Vocabulary Insertion/linearization, as is proposed in the model of Distributed Morphology (Embick/Noyer, 2001).

## 1. Introdução

É sabido que o padrão de colocação dos pronomes clíticos em português europeu (PE) é altamente complexo: nuns casos, o pronome precede o verbo flexionado; noutros, segue-o. Em trabalho anterior, desenvolvido no quadro da Teoria dos Princípios e Parâmetros de Chomsky, 1981, 1986, 1995, propus que a generalização que se segue descreve adequadamente os contextos de ocorrência de ênclise e próclise em PE<sup>1</sup>:

---

<sup>1</sup> O problema da colocação dos clíticos pronominais em PE tem sido estudado por vários autores no quadro da Teoria dos Princípios e Parâmetros. Para visões diferentes do mesmo fenómeno, consultar, entre outros, Duarte, 1983; Rouveret, 1992; Madeira, 1992; Martins, 1994; Uriagereka, 1995; Raposo, 2000; Duarte/Matos, 2000; Costa/Martins, 2003; Raposo/Uriagereka, 2005.

(1) **Generalização** (Barbosa, 1993, 1996, 2000)

Ênclise se e só se nenhum elemento com matriz fonética precede o complexo verbal no interior do CP mínimo que o contém (ou TP, se e só se CP não projecta). Próclise em todos os outros casos.

Conforme argumentado nos trabalhos referidos, os contextos de ênclise em que o complexo verbal não está em posição inicial absoluta envolvem adjunção de base a CP (ou TP se e só se CP não projecta) – é o caso dos advérbios de frase, das expressões em Deslocação à Esquerda Clítica (sujeitos ou argumentos internos) e da Topicalização em frases raiz.

Nesses mesmos trabalhos, defendi que (1) se deve a um efeito de «segunda posição». Este fenómeno, que é bastante comum e recorrente nos sistemas clíticos do mundo (cf. Halpern/Zwicky, 1996), consiste na impossibilidade de uma forma clítica ser o primeiro elemento de um dado domínio. No caso particular das formas clíticas pronominais do PE, propus que o domínio em causa seria o Sintagma Entoacional (IntP) e sugeri que esta restrição fosse formulada sob a forma de um Filtro actuando no nível da interface entre a Sintaxe e a Forma Fonética (FF):

(2)  $*[_{\text{IntP}} \text{cl V} \dots]$  IntP = *Intonational Phrase* ‘Sintagma Entoacional’

No que respeita à sintaxe, propus que o pronome clítico é invariavelmente colocado à esquerda do núcleo flexional que contém o verbo, T, por hipótese:

(3) *Sintaxe*:  $[_{\text{TP}} [ \text{cl} ] [_{\text{T}} [_{\text{T}} \text{V} [ \text{T} ] ] ] [_{\text{VP}} \dots ]]$ 

Assumindo a teoria dos domínios prosódicos proposta por Selkirk, 1984, 1986, 1993; Nespor/Vogel, 1986, entre outros, propus que a fronteira esquerda de CP seria inicialmente alinhada com uma fronteira de IntP (podendo este processamento inicial estar sujeito a posterior reestruturação). Se o pronome é precedido, no interior do CP mínimo que o contém, por um elemento com matriz fonética, a derivação procede com próclise (cf. (4)). É o caso do exemplo (5):

(4) a. *Sintaxe* b. *Estrutura Prosódica*  
 $[_{\text{CP}} \text{X cl V} \dots]$  em que X tem matriz fonética.  $\Rightarrow$   $[_{\text{IntP}} \text{X cl Y}]$



acessível e determina o domínio do qual o pronome clítico não pode ser o primeiro elemento (CP ou TP se e só se C não projecta). Este facto exige uma reapreciação do modelo proposto.

Um outro aspecto que merece atenção é o que se prende com o facto de, neste modelo, a ênclise ser a opção escolhida em último recurso. Tal como notam Duarte/Matos/Faria, 1995, os dados de aquisição revelam que, apesar de haver produções de ênclise em contextos de próclise, o contrário não se verifica. A ausência de próclise em contextos de ênclise encaixa bem no modelo proposto e não é problemática. O que não decorre tão facilmente deste modelo é a emergência supérflua de uma configuração de último recurso.

O meu objectivo neste artigo é apresentar uma teoria alternativa de (1) que não incorre nos problemas mencionados.

## 2. Padrões de colocação do clítico e configurações sintácticas

Nesta secção faço uma breve descrição dos padrões de colocação do pronomes clíticos em PE em orações de tempo finito e examino as configurações sintácticas associadas a cada um deles concluindo que a generalização apresentada em (1) é empiricamente motivada.

### 2.1. Breve sinopse dos padrões de colocação dos pronomes clíticos em orações de tempo finito

Nesta subsecção apresento dados relevantes para a discussão posterior.

#### 2.1.1. Ênclise

A ordem V-cl ocorre nos seguintes contextos.

- Verbo em posição inicial:

(9) Vimo-**lo** ontem.

- Construções SV(O), excluindo os casos em que o sujeito pertence a um conjunto restrito de expressões não referenciais quantificadas (ver abaixo):

(10) a. Ele/A Maria viu-**o**.

b. Alguns estudantes disseram-**me** que não podiam aparecer.

- Articulação Tópico/Comentário

- (11) a. *Deslocação à Esquerda Clítica* Esses livros, dou-**tos** só amanhã.  
 b. *Topicalização:* Esses livros, dou-**te** *cv* só amanhã.

- Advérbios de Frase (*Frame adverbials*)

- (12) Agora/normalmente vejo-**a** todos os dias de manhã.

### 2.1.2. *Próclise*

Os contextos de ocorrência da ordem cl-V são os que a seguir se descrevem.

I. Orações subordinadas introduzidas por um complementador:

- (13) Eu duvido que ele **a** visse. (Cf. Lamento terem-**na** visto)

II. Sempre que os seguintes elementos precedem o verbo no interior do CP mínimo que o contém:

- Sintagmas-Qu

- (14) Quem **o** viu?

- Expressões não referenciais quantificadas (ENRQ)

- (15) *Quantificadores indefinidos não específicos*

a. **Sujeitos:** Alguém/algum aluno **o** viu.

b. **Objectos:** Alguma coisa **lhe** disseram, mas não sei o quê.

- (16) *Quantificadores negativos*

a. **Sujeitos:** Nenhum aluno **se** esqueceu do livro

b. **Objectos:** Nenhum destes livros **te** posso dar.

- (17) *Quantificador universal*

a. **Sujeitos:** Todos **se** esqueceram do livro

b. **Objectos:** Tudo **me** recusaram.

(18) *DPs modificados por partículas de foco:*

- a. **Sujeitos:** Só o Pedro **o** viu.
- b. **Objectos:** Só isto **te** posso dizer agora.

- Negação frásica

(19) O João não/nunca **a** viu.

- Advérbios aspectuais

- (20) a. O Pedro já **o** viu.  
 b. Ela ainda **se** engana nas contas.  
 c. Ela sempre **se** enganou.

## 2.2. Configurações sintácticas

Nesta secção faço uma breve apresentação do que considero serem as configurações sintácticas associadas a cada um dos padrões de colocação dos pronomes clíticos. Começarei por abordar as frases raiz com a estrutura  $XP(cl)V(cl)$  em que  $XP$  é um argumento interno, i.e., construções que envolvem a colocação de um objecto no início da frase.

### 2.2.1. Frases raiz com a estrutura $XP(cl)V(cl)$ em que $XP$ é um argumento interno

No que respeita a estes contextos, há que fazer duas observações. Em primeiro lugar, verificamos que a ênclise é o padrão observado nas construções de Tópico-Comentário, sejam elas a Deslocação à Esquerda Clítica (DEC) (cf. 11a) ou a Topicalização (cf. (11b)). Em segundo lugar, verificamos que o conjunto de expressões que desencadeia a próclise – independentemente do seu estatuto enquanto sujeitos ou objectos – coincide com o conjunto de expressões que não podem ocorrer em DEC: sintagmas quantificacionais com um quantificador universal (cf. (21a)), negativo (cf. (21b)) ou existencial não específico (cf. (21c)) e expressões nominais introduzidas por operadores de foco (cf. (21d)) não podem ocorrer em construções de redobro, como se indica a seguir:



- (21) a. \*Tudo **mo** recusaram.  
 b. \*Nenhuma resposta **ma** deram até hoje.  
 c. \*Alguém / algum aluno ela **o** viu, mas não sei quem.  
 d. \*Até o Pedro, **o** vi ontem.

Apesar de estas expressões não poderem ocorrer em DEC, podem ser antepostas (deixando uma categoria vazia na posição de base). Neste caso, a próclise é a única opção possível:

- (22) a. Tudo<sub>i</sub> me recusaram  $cv_i$   
 b. Nenhuma resposta<sub>i</sub> me deram  $cv_i$  até hoje.  
 c. Alguém<sub>i</sub> / algum aluno<sub>i</sub> ela viu  $cv_i$ , mas não sei quem.  
 d. Até o Pedro<sub>i</sub> vi  $cv_i$  ontem.

Os dados em (21-22) têm uma explicação simples: uma vez que estas expressões não têm valor referencial, não podem ser usadas como tópicos discursivos nem podem estabelecer uma relação de co-referência com o redobro pronominal; i.e., nem podem ser topicalizadas nem ocorrer em DEC. Em Barbosa, 1996, 2000, adopto a análise da DEC de Chomsky, 1977, I. Duarte, 1987, Iatridou, 1991, Raposo, 1994, 1996, segundo a qual os DPs em DEC são **gerados na base** numa posição de adjunção, podendo ocorrer em adjunção a CP ou TP:

(23) *Adjunção a CP:*

[<sub>CP</sub>[Este livro]<sub>i</sub> [<sub>CP</sub> quando é que **o**<sub>i</sub> vais ler ]]

(24) *Adjunção a TP:*

Disseram-me que [<sub>TP</sub>[este livro]<sub>i</sub> [<sub>TP</sub> **o**<sub>i</sub> vão ler amanhã]]

No que se refere à Topicalização, adopto a análise de Raposo, 1996 que defende que o tópico também é gerado na base numa posição de adjunção e o que se move é um operador nulo<sup>2</sup>:

(25) *Topicalização:* [DP]<sub>k</sub> [<sub>CP/TP</sub> Op<sub>k</sub> V v<sub>k</sub> ... ]

(26) [O livro]<sub>k</sub> [<sub>CP/TP</sub> Op<sub>k</sub> dou-te v<sub>k</sub> amanhã ]

<sup>2</sup> I. Duarte, 1987, no seu estudo detalhado da Topicalização, propõe também que a Topicalização envolve adjunção a CP ou TP, embora rejeite a ideia de que há movimento de um operador nulo.

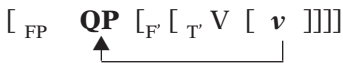
Para Raposo, tanto a DEC como a Topicalização envolvem um tópico gerado na base numa posição de adjunção a TP ou CP. O tópico é interpretado por «regras de predicação» sendo que TP ou CP contêm uma posição «aberta», necessária para que o constituinte oracional possa ser interpretado como um predicado. O que distingue a Topicalização da DEC é o movimento do operador nulo (cf. também Chomsky, 1977). Na DEC, não há movimento na sintaxe: o clítico fornece a posição aberta necessária (cf. (23/24)). Na Topicalização, há movimento de uma categoria pronominal – um D<sup>0</sup> na proposta de Raposo, 1996 – da posição em que é gerada para uma posição A-barra (cf. (25/26)).

Reconsideremos agora os exemplos com expressões quantificadas não referenciais, como (22). Estes são semelhantes aos exemplos com extracção de constituintes interrogativos, que também são incompatíveis com um clítico e exigem a próclise:

(27) \*Que resposta ta deram?

Por esta razão, em Barbosa, 1993, propus que exemplos como os transcritos em (22) envolvem extracção (isto é, movimento A-barra) do objecto para uma posição de especificador na periferia esquerda da frase<sup>3</sup>. Desta forma, as frases em (22) do PE terão a seguinte representação abstracta em que o quantificador se move por substituição para a posição de especificador de uma projecção funcional situada na periferia esquerda da frase.

(28) *Anteposição de expressões não referenciais quantificadas (ENRQ)*



<sup>3</sup> Todos os autores que trabalharam acerca de construções do tipo exemplificado em (22) acima têm convergido em torno da ideia de que há extracção nestes casos embora haja divergências quanto às designações usadas para referir este tipo de movimento. Assim, para Raposo, 1994, 1996 (e também Zubizarreta, 1998) trata-se de movimento enfático; Martins, 1994 e Uriagereka, 1995 adoptam a designação de Movimento de Foco e Barbosa, 2000, na esteira de Vallduvi, 1992, usa simplesmente a designação genérica de movimento A-barra.

Sem querer entrar em detalhes acerca das motivações para estas divergências, o que importa salientar aqui é que estas expressões não referenciais quantificadas são antepostas por movimento para uma posição na periferia esquerda da frase, facto que explica a sensibilidade a ilhas fracas (cf. ib)) contrariamente ao que sucede com a DEC ou a Topicalização (cf. ii):

- (i) a. Já sei quem não quer fazer nada.  
b. \*Nada já sei quem não quer fazer.
- (ii) Esse trabalho, já sei quem (o) quer fazer.

A anteposição de expressões não referenciais quantificadas (ENRQ) distingue-se claramente da DEC e da Topicalização por não configurar a articulação Tópico-Comentário. Com efeito, o que caracteriza este tipo de movimento é afectar unicamente as expressões que não têm valor referencial e que, por conseguinte, não podem ser tópicos discursivos.

Em síntese, são propostas as seguintes configurações sintácticas para os diferentes processos de «colocação» de um argumento interno na periferia esquerda da frase em português (para mais argumentos em favor das estruturas propostas, consultar Barbosa, 2000, 2001, 2006b):

(29) *Extracção A-barra – restrita a expressões não referenciais quantificadas (ENRQ)*

$$[_{FP} \text{QP} [_{F'} [_{T'} V [v]]]]$$

(30) DEC:  $[DP]_i [_{TP/CP} [_{T'} V cl_i \dots]]$

Topicalização:  $[DP] [_{CP/TP} Op_k [V \dots v_k \dots]]$

Desta forma, podemos reduzir às seguintes configurações os contextos de ocorrência da próclise e da ênclise em frases raiz com um objecto em posição inicial (em (31A) deixamos em aberto a possibilidade de as frases raiz não projectarem um CP, mas esse ponto não é crucial para a questão em apreço):

(31)

		<b>Padrão</b>	<b>Estrutura</b>
<b>A</b>	DEC Topicalização	V-cl	$[XP] [_{CP/TP} V \dots]$
<b>B</b>	Movimento de ENRQ Movimento <i>Qu</i>	cl-V	$[_{CP} XP_i [V \dots v_i \dots]]$

O Padrão A corresponde à ênclise: o DP que antecede o complexo verbal é gerado na base numa posição de adjunção a CP (ou TP sse as frases raiz não projectam até ao nível de CP). O Padrão B ocorre nos casos em que há movimento *Qu* ou movimento de ENRQ. Como

vimos, as ENRQ movem-se para a posição de Especificador de uma projecção funcional situada na periferia esquerda da oração, no interior de CP (a posição exacta do ponto de chegada deste movimento não é directamente relevante aqui; basta observar que, seja qual for a referida posição, está situada no interior de CP).

### 2.2.2. *Sujeitos pré-verbais*

Reconsideremos agora os sujeitos. Afirmámos acima que as expressões que desencadeiam a próclise são as mesmas que são incompatíveis com a DEC, mas mencionámos apenas exemplos com a DEC de objectos; porém, o mesmo se verifica relativamente à DEC de sujeitos. Assim, quando consideramos uma língua como o francês, em que a DEC de sujeito é visível através da realização do redobro pronominal, verificamos que as expressões referenciais podem ocorrer em DEC; as expressões não referenciais, como *quelq'un* 'alguém' ou *personne* 'ninguém', não podem:

(32) Pierre, il n'a rien dit.

(33) a. \**Quelq'un* il vien.  
b. *Quelq'un* vien.

(34) a. \**Personne* il n'a rien dit.  
b. *Personne* n'a rien dit.

Os mesmos contrastes se verificam em Português do Brasil (PB), língua em que a DEC de sujeito é frequente (Duarte, 1995).

- *Português do Brasil*

(35) a. A Clarinha ela cozinha que é uma maravilha.  
b. \*Ninguém ele disse isso.

A correlação entre a ênclise e a compatibilidade com a DEC é particularmente visível em PB no caso das descrições indefinidas e das relativas livres. Em PE, estas expressões desencadeiam a ênclise (cf. *Um homem comum engana-se frequentemente* ou *O que é bom agrada-me*). Do mesmo modo, estas expressões podem ocorrer em construções de redobro em PB:

(36) *Exemplos de Duarte (1995)*

- a. Eu acho que um trabalho ele teria que começar por aí.
- b. Um homem comum ele tem um conforto compatível com a dignidade de uma pessoa humana, entendeu?
- c. O que é bom, o que é de qualidade ele fica; o que é ruim ele se perde. (Rádio CBN)

Estes dados levantam as seguintes questões:

- por que razão há esta correlação, i.e., por que razão será a colocação do pronome sensível ao grau de referencialidade do sujeito?
- se os sujeitos pré-verbais se movem para a posição canónica, Spec-TP, como podem ser explicadas as diferenças entre os dois tipos de expressões?

Uma variedade de estudos (Rigau, 1987; Vallduví, 1990, 1992; Barbosa, 1993, 1995, 1996, 2000; Alexiadou/Anagnostopoulou, 1998; Pollock, 1997; Kato, 1999) tem vindo a argumentar que as construções SV(O) nas Línguas de Sujeito Nulo (LSN) diferem das construções SV(O) nas línguas sem sujeito nulo não apenas do ponto de vista informacional, mas também de um ponto de vista estritamente estrutural. Para estes autores, a verdadeira posição temática do sujeito nas LSN é a posição pós-verbal. As construções SV(O) nestas línguas não envolvem nunca movimento-A do sujeito para [Spec,TP] e são antes o resultado da aplicação de mecanismos independentemente atestados de anteposição de argumentos, tais como a Deslocação à Esquerda do sujeito ou o movimento A-barra.

Em Barbosa, 1995, 1996, 2000, 2006a apresentei argumentos de vária ordem a favor desta análise. Em particular, defendi a ideia de que em (37a) abaixo o DP *o João* é o sujeito temático e que em (37b) não o é.

- (37) a. Telefonou o João
- b. O João telefonou.

A derivação de (37a) envolve elevação do verbo para T e o sujeito permanece na posição de base na sintaxe visível (Ordóñez, 1998 e Costa, 1998, entre muitos outros, argumentam a favor da ideia de que o sujeito pós-verbal permanece na posição em que é gerado na base tanto na ordem VOS como na ordem VSO):

- (38) [ <sub>TP</sub> [ <sub>T'</sub> telefonou<sub>i</sub> [ <sub>SV</sub> o João t<sub>i</sub> ] ] ]

(37b) deverá ser analisada tal como se ilustra em (39): o DP *o João* está numa posição de Deslocação à Esquerda, i.e., é *gerado na base* numa posição de adjunção a TP ou CP e é redobrado por *pro*, o verdadeiro sujeito argumental<sup>4</sup>:

(39) [ <sub>TP/CP</sub> o João<sub>i</sub> [ <sub>TP/CP</sub> telefonou [ <sub>VP</sub> *pro*<sub>i</sub> ... ] ] ]

Em (39), o DP *o João* é legitimado por «regras de predicação» na aceção de Chomsky, 1977: TP contém uma posição «aberta» (*pro*, uma categoria pronominal sem referência independente) satisfeita pela entidade referida pelo DP em DE.

Para Barbosa, 1995 a não elevação do sujeito para [Spec, TP] nas LSN deve-se ao facto de a concordância verbal nestas línguas ser nominal ([+N]). Sendo [+N], é capaz de verificar o traço D/N de T (ou, por outras palavras, o *Extended Projection Principle* (EPP)). Por esta razão, o sujeito lexical não é atraído para [Spec,TP] na sintaxe visível. Sendo assim, os sujeitos pré-verbais têm apenas duas alternativas: ou estão em posição de DEC (sendo redobrados por uma categoria vazia em posição argumental, *pro*), à qual corresponde a ênclise

(40) a. A Maria viu-o.  
b. [A Maria]<sub>i</sub> [ <sub>CP</sub> /<sub>TP</sub> viu-o *pro*<sub>i</sub> ]

ou, se fazem parte do conjunto de expressões que não podem ser deslocadas, são movidos para a posição pré-verbal por movimento A-barras, configuração que corresponde à próclise (cf. (41b) (em (41b) utilizamos o termo neutro FP para designar a projecção funcional que serve de ponto de chegada ao movimento do quantificador; para efeitos da presente discussão, basta perceber que, em (41b), o quantificador ocupa uma posição interna a CP)<sup>5</sup>:

(41) a. Ninguém o viu.  
b. [ <sub>FP</sub> [ Ninguém ] o viu *v* ]  
  ↑  
  └──────────────────────────────────┘

<sup>4</sup> Sempre que falamos em Deslocação à Esquerda numa língua como o PE estamos tecnicamente a referir-nos à construção com as propriedades da Deslocação à Esquerda Clítica (DEC) descrita por Cinque, 1990.

<sup>5</sup> Para detalhes sobre a análise, consultar Barbosa, 1995, 2000; e para uma resposta aos contra-argumentos de Costa, 2001 e Costa e Duarte, 2002, consultar Barbosa, 2006a.

Esta hipótese tem a enorme vantagem de reduzir drasticamente os contextos indutores de próclise e ênclise: (40b) é configuracionalmente idêntica à estrutura apresentada na coluna direita de A em (31); (41b) reduz-se a B. Desta forma, chegamos à seguinte simplificação dos contextos indutores de ênclise e próclise nos exemplos até aqui mencionados:

(42)

	<b>Padrão</b>	<b>Estrutura</b>
<b>A</b>	V-cl	[ <b>XP</b> ] [ <sub>CP/TP</sub> ... V <b>cl</b> ... ]
<b>B</b>	cl-V	[ <sub>CP</sub> <b>XP</b> ... <b>cl</b> V ... ]

### 2.2.3. Advérbios

Tal como sucede com os argumentos, os advérbios dividem-se em dois grupos consoante desencadeiam próclise ou ênclise:

- (43) a. Amanhã vejo-a / \* a vejo  
 b. Nunca / já a vi / \*vi-a

*Grosso modo*, poder-se-á afirmar que os advérbios de âmbito frásico desencadeiam a ênclise e os aspectuais, como *já* ou *ainda*, exigem próclise. Em Barbosa, 2000, noto que os advérbios que desencadeiam a ênclise podem ocorrer em estruturas de recomplementação (cf. 44a); os advérbios que desencadeiam a próclise não podem ocorrer neste tipo de construção (cf. (44b)):

- (44) a. Acho **que** amanhã/hoje **que** vai haver reunião.  
 b. \*Acho **que** nunca/já **que** a vi.

No referido artigo, mostro que os constituintes que podem ocorrer entre os dois complementadores em estruturas de recomplementação são os tópicos discursivos, nomeadamente sujeitos ou objectos em DEC, objectos topicalizados e advérbios de âmbito frásico (*frame*

*adverbials*) (veja-se também Raposo, 1996). Dito por outras palavras, surgem em estruturas de recomplementação os elementos que podem ocorrer em posição de adjunção à projecção frásica que deles é predicada. Com efeito, uma rápida busca nos *corpora* de fala do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa revela que a recomplementação com sujeitos e advérbios é extremamente frequente na fala. A seguir, transcrevo alguns dos exemplos encontrados no *corpus* do Português Fundamental (PF) (*Corpus* de Referência do Português Contemporâneo, CLUL):

- *Sujeitos*

- (45) a. ele disse que *o pai* que tinha muitas coisas dessas lá em casa (PF – 0032)  
 b. acho que *uma pessoa* que deve desfrutar da vida o melhor que puder (PF 0130)  
 c. eu julgo que *o senhor professor* que esteve no seminário (PF 0012)  
 d. eu acho que *ele* que não tem é grande queda para estudar (PF 0520)

- *Advérbios*

- (46) a. dizem que *hoje* que é a melhor máquina que há aí (PF)  
 b. nem disseram que *lá fora* que lhes disseram para não vir (PF)  
 c. e ele diz que não, que *agora* que fica cá [ortot.txt, *corpus* do DCP (Dicionário de Combinatórias do Português), CRPF]

É interessante verificar que, de um total de 52 ocorrências de recomplementação, 39 são com sujeitos. Os outros casos são com expressões adverbiais (Barbosa, 2006). Desta forma, a análise proposta para (43a) acima é a indicada em (47), em que o advérbio está numa posição de adjunção à projecção frásica que dele é predicada, tal como sucede com os sujeitos referenciais. Como no caso dos tópicos, o advérbio pode estar em adjunção a CP ou TP. Deixando em aberto a possibilidade de as frases raiz poderem não projectar até ao nível de CP, chegamos à seguinte representação:

- (47) [Amanhã] [<sub>CP/TP</sub> ...V ...]



A configuração em (47) corresponde ao padrão A da tabela (42). Os advérbios que não podem ocorrer em estruturas de recomplementação, como os aspectuais *já*, *ainda*, ou de negação, *nunca*, *jamais*, etc.) ocupam uma posição no interior de CP. Por conseguinte, (43b) acima tem a estrutura que se segue:

(48) [<sub>CP</sub> Nunca a vi]

(48) corresponde ao padrão B da tabela (42). Integrando assim as estruturas com expressões adverbiais, obtemos a tabela em (49), que reduz a duas configurações sintáticas as diversas opções de frases raiz com a forma *XP (cl) V (cl)*.

(49) *Configurações sintáticas e colocação do clítico em frases raiz com a forma XP (cl) V (cl)*

		<b>Padrão</b>	<b>Estrutura</b>
<b>A</b>	DEC Topicalização Advérbios de Frase	V-cl	[ <b>XP</b> ] [ <sub>CP/TP</sub> ... V ... ]
<b>B</b>	Movimento de ENRQ Movimento Q Advérbios aspectuais	cl-V	[ <sub>CP</sub> <b>XP</b> ... V ... ]

#### 2.2.4. Outras construções

Como vimos, a ênclise é a única opção sempre que o complexo verbal ocorre em posição inicial absoluta e a próclise é o padrão verificado em orações introduzidas por um complementador com realização lexical.

(50) *Complexo verbal em posição inicial:*

\***O** viu / viu-**O** o João.

(51) *Orações introduzidas por um complementador:*

- Eu duvido que **a** tenham/ \* tenham-**na** visto.
- Eles que **a** tragam / \*tragam-**na**.

Os contextos referidos correspondem, respectivamente, às seguintes configurações abstractas:

- (52) a. *Configuração correspondente a (50)*:  $[_{CP/TP} \mathbf{V} \dots ]$   
 b. *Configuração correspondente a (51)*:  $[_{CP} \mathbf{Comp} \dots \mathbf{V} \dots ]$

Integrando (52a,b), obtemos as seguintes configurações sintácticas abstractas para cada um dos padrões de colocação do clítico:

(53)

Ênclise	Próclise
I. $[ \mathbf{XP} ] [_{CP/TP} \mathbf{V} \dots ]$	I. $[_{CP} \mathbf{XP} \dots \mathbf{V} ]$
II. $[_{CP/TP} \mathbf{V} \dots ]$	II. $[_{CP} \mathbf{Comp} \dots \mathbf{V} ]$

Como se pode verificar, o que distingue as configurações da coluna direita das da coluna esquerda é a presença *vs.* ausência de um constituinte com matriz fonética à esquerda do complexo verbal no interior do CP mínimo que o contém (ou TP, no caso de C não projectar). Desta forma, chegamos à generalização empírica introduzida na introdução e aqui repetida em (54):

- (54) Ênclise sse nenhum elemento com matriz fonética precede o complexo verbal no interior do CP mínimo que o contém (ou TP, sse CP não projecta). Próclise em todos os outros casos.

Uma vez estabelecido que a generalização em (54) é empiricamente adequada, passo à apresentação de uma nova proposta de análise que não incorre nos problemas mencionados na Introdução a propósito da análise de Barbosa, 1996, 2000.

### 3. Uma nova proposta de análise

#### 3.1. Assunções

Nesta subsecção apresento os pressupostos teóricos em que assenta a análise que proponho na subsecção 3.2.

Em primeiro lugar, adopto a sugestão de Chomsky, 2000, 2001 de que a derivação sintáctica é construída de baixo para cima sendo que a passagem da Sintaxe para a Forma Fonética (FF) se dá de forma cíclica, por domínios sintácticos denominados **Fases** (CP e vP).

Em segundo lugar, assumo os pressupostos da **Morfologia Distribuída** (MD) (Halle/Marantz, 1993, Embick/Noyer, 2001). Neste modelo, os nós terminais da derivação sintáctica (**Morfemas**) são feixes de traços abstractos relevantes apenas para a sintaxe, sem informação fonológica ou morfológica. É só no momento de *Spell Out* que são inseridas as matrizes fonológicas de cada morfema consoante os **Itens Vocabulares** da língua. Este processo toma a designação de **Inserção Vocabular**.

No momento da Inserção Vocabular, a estrutura hierárquica gerada pela sintaxe é linearizada e há um pequeno conjunto de operações que podem alterar a ordem dos morfemas gerada pela sintaxe. Uma destas operações é a **Deslocação Local**, que consiste na afixação de um nó terminal a outro que com ele estabeleça a relação de adjacência. O processo de fusão morfológica por Deslocação Local aplica-se sobre estruturas já linearizadas (i.e., após a linearização) e substitui uma relação de adjacência por uma relação hierárquica como se indica a seguir:

(55)  $X*Y \rightarrow [[Y] X]$  (\* indica a relação de adjacência)

Os átomos manipulados pela operação de Deslocação Local são de dois tipos, a **Palavra Morfológica** (Palavra-M) e a **Sub-palavra**, assim definidas:

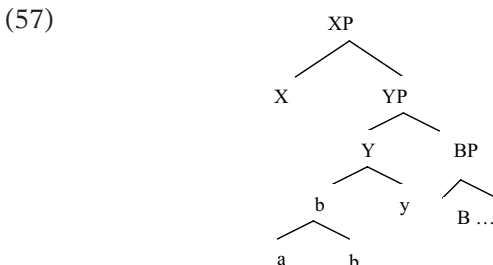
(56) a. *Palavra Morfológica – Palavra-M*

Núcleo (potencialmente complexo) não dominado por outro núcleo.

b. *Sub-palavra*

Nó terminal contido numa Palavra-M

Na representação em (57), X e Y são Palavras-M; y, a e b são Sub-palavras:



Um aspecto central da proposta de Embick/Noyer, 2001 é que a fusão por Deslocação Local pode apenas relacionar morfemas do mesmo tipo: uma Palavra-M só se pode fundir com outra Palavra-M e uma Sub-palavra só se pode fundir com outra Sub-palavra. Assumindo que X e Y em (54) são duas Palavras-M, a Deslocação Local introduz a informação hierárquica de que Y está em adjunção a X; em consequência, X deixa de ser uma Palavra-M para passar a ser uma Sub-palavra.

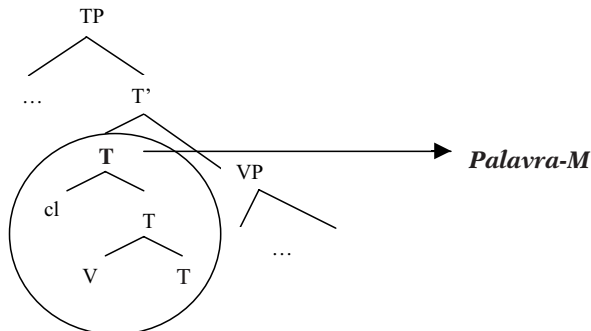
### 3.2. Análise

Regressando agora aos clíticos pronominais em PE, assumo que, na Sintaxe, as formas clíticas pronominais ocorrem à esquerda de T (cf. Raposo, 2000, Raposo/Uriagereka, 2005; Martins, 1994; Costa e Martins, 2004, entre outros):

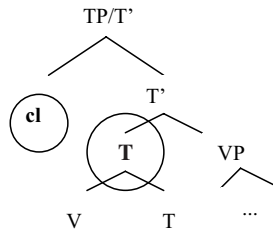
(58) *Sintaxe*: [<sub>TP</sub> cl [<sub>T</sub> [<sub>T</sub> V [ T ] ] [ <sub>VP</sub> ... ] ]]

Na linha de Barbosa, 1993, 1996, proponho que o que distingue os pronomes clíticos do PE dos do espanhol ou do italiano é o facto de não serem dominados pelo núcleo que contém o verbo (T) (note-se que assumo que V sobe para T nas línguas românicas); por outras palavras, o clítico e a flexão verbal não formam uma Palavra-M (cf. também Magro, 2008). (59) ilustra a colocação do pronome clítico em línguas como o italiano ou espanhol. Como proposto por Kayne, 1991, a forma clítica está em adjunção ao núcleo que contém o verbo (T). Por conseguinte, o clítico e V em T formam uma única Palavra-M.

(59) *Italiano ou espanhol (Kayne, 1991): o clítico e V em T formam uma única Palavra-M*



(60) PE: o clítico e T não formam uma única Palavra-M



Em Barbosa, 1996 adopto a ideia de que o clítico está em adjunção a TP, mas uma outra possibilidade é a de estar em Spec-TP. Em qualquer dos casos, a ideia de que não há adjunção ao núcleo funcional que contém o verbo tem o potencial de explicar a possibilidade de interpolação da negação em PE por oposição às restantes línguas românicas de Sujeito Nulo (para uma discussão mais detalhada deste assunto, consultar Barbosa, 1993, 1996 e Magro, 2008):

- (61) a. Gostaria que o não fizesses. [Exemplo citado em Vigário, 2003]  
 b. Apenas te não digo uma coisa.

A proposta que quero fazer neste artigo é a seguinte. Precisamente por não formar, na sintaxe, uma palavra morfológica com o núcleo funcional que contém o verbo, é no nível pós-sintático que o clítico se vai colocar numa posição de adjunção à Palavra-M que o segue imediatamente (constituída pelos nós terminais dominados por T, o verbo e seus afixos); i.e., o clítico está sujeito a Deslocação Local:

(62)  $cl*[_T V+T] \rightarrow [[_T V+T] cl]$

O resultado desta operação é a ênclise. Crucialmente, este processo de fusão por Deslocação Local tem lugar depois da linearização, no momento da Inserção Vocabular, uma vez que é sensível a propriedades que são fornecidas apenas após a Inserção Vocabular: no caso da terceira pessoa da forma acusativa, a escolha do alomorfo apropriado, *lo(s)/no(s)/os*, é contextualmente determinada e sensível aos traços fonológicos do segmento final da forma verbal (cf. Vigário, 2003).

Nas secções anteriores, procurei demonstrar que a ênclise ocorre apenas nos contextos em que o clítico é o primeiro elemento com matriz fonética no interior de CP. Assumindo, nos termos de Chomsky,

2000, que CP constitui uma Fase, então podemos afirmar que (62) apenas se aplica no contexto em que o clítico está situado na periferia da Fase.

A ideia de que o processo de afixação do clítico é definido sobre estruturas linearizadas tem a potencialidade de explicar esta distribuição restrita da ênclise. Na sua formulação original do processo de afixação morfológica sob adjacência, Marantz, 1988 procura restringir este processo aos casos em que o elemento que troca de posição ocupa uma posição periférica. A motivação para esta restrição está em que é apenas nestes casos que a operação não destrói as relações de adjacência previamente estabelecidas entre o afixo/clítico e um elemento à sua esquerda/direita. Considere-se a estrutura em (63):

- (63) a. (X\* (Y\*Z...  
 b. (W\*(X\*Y...

Nos termos de Marantz, 1988, X pode afixar-se a Y em (63a) sendo que o resultado é [Y [X]]\*Z; em (63b), porém, há um problema: a relação de adjacência entre W\*X é destruída se X é colocado em adjunção a Y, à sua direita, uma vez que, depois da afixação, X não está em posição de satisfazer essa relação:

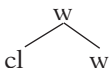
- (64)  $\bullet$  W\*[Y [X]]

Embick (2006) formula a restrição em causa nos seguintes termos:

- (65) **Consistência:** as relações de concatenação são mantidas e não podem contradizer-se.

Por hipótese, a gramática do português obedece a (65). Daí a generalização em (54): a Deslocação Local é bloqueada nos casos em que, no interior da Fase, o clítico é precedido por um elemento com matriz fonética. Para estas situações proponho que a adjunção se dá num nível mais tardio da derivação, o nível Prosódico. Neste caso, por hipótese, o clítico adjunge à Palavra Prosódica que o segue, tal como sucede com as outras formas clíticas não pronominais como proposto em Vigário (2003)).

- (66)



Nos casos em que o clítico ocupa a periferia esquerda da Fase, a Deslocação Local pode aplicar-se sem que haja violação da Consistência. Neste ponto, a ideia de que *Spell Out* é cíclico e procede por Fases torna-se crucial. Embick, 2006 nota que há casos de Deslocação Local com alteração da ordem dos nós terminais em posições não periféricas, mas deixa em aberto a possibilidade de tais casos poderem ser explicados em termos da teoria das Fases e é essa a ideia que eu pretendo explorar aqui. Uma vez que a passagem para a FF (*Spell Out*) é cíclica, todo o material que está fora da Fase – isto é, acima de CP ou acima da projecção funcional mais alta sse C não projecta – é incorporado em ciclos posteriores. Por conseguinte, é irrelevante para a aplicação da Deslocação Local: no momento em que a Deslocação Local tem lugar, o clítico não estabelece uma relação de adjacência com qualquer elemento à sua esquerda.

### 3.3. *Consequências para a aquisição*

Recorde-se que os dados da aquisição de Duarte/Matos/Faria, 1995 revelam uma tendência para o uso da ênclise em contextos de próclise e não o contrário. No quadro da abordagem aqui proposta, a opção pela ênclise pode ser explicada em termos da assunção de que o princípio da Consistência (65) é adquirido numa fase tardia do processo de aquisição.

Esta sugestão permite ainda dar conta de outro tipo de dados de aquisição mencionados em Duarte/Matos/Faria, 1995. As autoras mencionam exemplos com reduplicação da forma clítica como os que se indicam a seguir (a este propósito, ver também Magro, 2008).

(67) *Reduplicação* (Duarte/Matos/Faria, 1995):

Não te engasgas-te nada! (29 meses)

No quadro da abordagem aqui proposta, a reduplicação surge como uma forma de satisfazer simultaneamente (62) e (65): graças à reduplicação, o processo de afixação tem lugar sem que haja violação do Princípio da Consistência.

### 3.4. *Por quê Deslocação Local com adjunção à direita?*

No modelo da MD, o processo de fusão por Deslocação Local não implica necessariamente a alteração da ordem dos morfemas. Assim,

a Deslocação Local pode não dar lugar a inversão, como se indica a seguir:

(68)  $X*Y \rightarrow [X [Y]]$

Em (68) há afixação «vácuca» do núcleo X a Y. Deste modo, uma questão que se levanta é saber por que razão a adjunção à direita é a opção escolhida no momento de aplicação da DL. A resposta que apresento para esta questão baseia-se na intuição de que a opção pela adjunção à direita se deve a restrições de ordem prosódica.

Como foi referido na Introdução, em trabalhos anteriores propus a existência de um Filtro Prosódico em PE segundo o qual as formas clíticas pronominais não poderiam ocupar a primeira posição do Sintagma Entoacional. Porém, como vimos, a tentativa de derivação da ênclise directamente a partir do referido filtro enfrenta problemas, alguns dos quais foram mencionados na Introdução. Não obstante isto, Frota, 2000, Frota e Vigário, 2000 e Vigário, 2003 apresentam evidência que sugere que a posição inicial de IntP é, de facto, uma posição «forte». Mais concretamente, certos morfemas funcionais assumem uma realização «forte» quando situados à direita de uma fronteira de IntP e uma realização «fraca» quando situados no interior de IntP. Vigário, 2003: 311 coloca a hipótese de este facto estar relacionado com a emergência da ênclise em PE: «... our hypothesis is that I-initial prominence may have played a role in the emergence of the enclitic pattern presently found in EP».

Do mesmo modo, sugiro que a emergência em PE de uma regra de Deslocação Local com adjunção à direita está relacionada com a proeminência da posição inicial de IntP. Uma vez que, em PE, há uma grande número de frases com sujeito nulo e verbo em posição inicial, seriam numerosos os contextos em que a forma clítica ocuparia a posição inicial de IntP caso não houvesse adjunção à direita. Porém, contrariamente ao proposto em Barbosa, 2000, não assumo que a gramática do PE contém qualquer mecanismo que relacione directamente a estrutura prosódica com a linearização da forma clítica pronominal. A minha sugestão é que a gramática do PE contém a regra de fusão morfológica por Deslocação Local tal como ela está formulada em (62), e é tudo. Factores independentes (o Princípio da Consistência) restringem a aplicação de (62) à periferia da Fase.



#### 4. Conclusões

Em síntese, as conclusões deste artigo são as seguintes:

Na sintaxe, os clíticos pronominais do PE são núcleos não dominados por outro núcleo, i.e., são Palavras-M e não Sub-palavras (contrariamente aos clíticos do castelhano, italiano, etc.).

(68) *Sintaxe*: [<sub>TP</sub> cl [<sub>Tr</sub> [<sub>T</sub> V [ T ] ] [<sub>VP</sub> ... ] ] ]

A adjunção do clítico ao hospedeiro dá-se no nível pós-sintático:

1. No momento da Inserção Vocabular, imediatamente após a linearização:

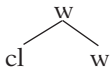
(69) *Adjunção a T, à direita, sob adjacência*:

cl\*[<sub>T</sub>V+T] -> [ [ <sub>T</sub>V+T ] cl ]

O resultado deste movimento é a colocação do pronome à direita dos núcleos dominados por T, i.e., à direita do verbo e seus afixos. Este movimento restringe-se aos casos em que o clítico ocupa a fronteira esquerda da Fase, devido ao princípio da Consistência.

2. Nos casos em que a regra (69) é bloqueada, isto é, sempre que, no interior da Fase, o clítico é precedido por um elemento com matriz fonética, a adjunção dá-se num nível mais tardio, após a construção de domínios prosódicos (cf. Vigário, 2003):

(70)



#### Bibliografia

- ALEXIADOU, Alexiadou / Elena Anagnostopoulou (1998), «Parametrizing AGR: Word Order, V-Movement and EPP-Checking», *NLLT* 16, pp. 491-539.
- BARBOSA, Pilar (1993), «Clitic Placement in Old Romance and European Portuguese», in *CLS 29: Papers from the Twenty-Ninth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago, University of Chicago.
- \_\_\_\_\_, (1995), *Null Subjects*, Ph.D. dissertation, MIT, MITWPL, Cambridge, Mass.

- BARBOSA, Pilar (1996), «Clitic Placement in European Portuguese and the Position of Subjects», in A. Halpern and A. Zwicky (eds.), *Approaching Second: Second Position Clitics and Related Phenomena*, pp. 1-40, Stanford, Calif., CSLI Publications.
- \_\_\_\_\_, (2000), «Clitics: a Window into the Null Subject Property», in João Costa (org.), *Essays in Portuguese Comparative Syntax*, New York, Oxford Press.
- \_\_\_\_\_, (2001), «On Inversion in *Wh*-questions in Romance», in A. Hulk e J.-Y. Pollock (orgs.), *Romance Inversion*, New York, Oxford Press, pp. 20-90.
- \_\_\_\_\_, (2006a), «Ainda a questão dos sujeitos pré-verbais em Português Europeu: uma resposta a Costa (2001)», in *Revista D.E.L.T.A.* n.º 22, n.º 2, pp. 345-402, S. Paulo, PUC-SP-LAEL.
- \_\_\_\_\_, (2006b), «Minimalidade e Predicação», in Fátima Oliveira e Joaquim Barbosa (orgs.), *XXI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística. Textos seleccionados*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 183-201.
- CHOMSKY, Noam (1977), «On *wh*-Movement», in Peter Culicover, T. Wasow and A. Akmajian (eds.), *Formal Syntax* 71-132, New-York, Academic Press.
- CHOMSKY, Noam (1981), *Lectures on Government and Binding*, Foris.
- CHOMSKY, Noam (1986), *Knowledge of Language*, Praeger.
- CHOMSKY, Noam (1995), *A Minimalist Program for Linguistic Theory*, Cambridge, MIT Press.
- CHOMSKY, Noam (2000), «Minimalist Inquiries: The Framework», in R. Martin, D. Michaels & J. Uriagereka (eds.) *Step by Step: Essays on Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik*. Cambridge, Mass., MIT Press, pp. 89-156.
- CHOMSKY, Noam (2001), «Derivation by Phase», in M. Kenstowicz (ed.) *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge, Mass., MIT Press, pp. 1-52.
- CINQUE, Guglielmo (1990), *Types of A'-dependencies*, The MIT Press, Cambridge.
- COSTA, João (1998), *Word Order Variation. A Constraint-based Approach*. The Hague: Holland Academic Graphics.
- \_\_\_\_\_, (2001), Spec, IP ou Deslocado? Prós e contras das duas análises dos sujeitos pré-verbais, *DELTA*, 17(1), 283-304.
- COSTA, João / Inês Duarte (2002), «Preverbal subjects in null subject languages are not necessarily dislocated», *Journal of Portuguese Linguistics*, 2, pp.159-176.
- COSTA, João / Ana Maria Martins (2003), Clitic placement across grammar components, artigo apresentado no encontro Going Romance 2003 (Seventeenth Conference on Romance Linguistics). Nijmegen.
- DUARTE, Inês (1983), Variação Paramétrica e Ordem dos Clíticos. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa* 50: 158-78.
- \_\_\_\_\_, (1987), «A Construção de Topicalização na Gramática do Português: Regência, Ligação e Condições sobre Movimento». Dissertação de Doutorado, Universidade de Lisboa.

- DUARTE, Inês / Gabriela Matos / Isabel Faria (1995), «Specificity of European Portuguese Clitics in Romance», in Isabel Faria / M. João Freitas (orgs.), *Studies in the Acquisition of Portuguese*, pp. 129-154, Lisboa, APL/Colibri.
- DUARTE, Inês / Gabriela Matos (2000), «Romance Clitics and the Minimalist Program», in João Costa (ed.), *Essays in Portuguese Comparative Syntax*, pp.116-142, New York, Oxford Press.
- DUARTE, Maria Eugenia L. (1995), *A Perda do Princípio «Evite pronome» no Português Brasileiro*. Dissertação de Doutorado, UNICAMP.
- EMBICK, David (2006), «Linearization and Local Dislocation: Derivational Mechanics and Interactions», Ms. University of Pennsylvania.
- EMBICK, David / Ralph Noyer (2001), «Movement Operations after Syntax». *Linguistic Inquiry* 32: 4, pp. 555-596.
- FROTA, Sónia (2000), *Prosody and Focus in European Portuguese. Phonological Phrasing and Intonation*, New York, Garland Publishing.
- FROTA, Sónia / Marina Vigário (2000), «Aspectos de Prosódia Comparada: Ritmo e Entoação no PE e no PB», in Rui Vieira de Castro / Pilar Barbosa (eds.), *Actas do XV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 533-555.
- FROTA, Sónia / Marina Vigário (2000), «Efeitos de Peso no Português Europeu», in Maria Helena Mira Mateus / Clara Nunes Correia (eds.), *Saberes no Tempo. Homenagem a Henriqueta Costa Campos*, pp. 315-333, Lisboa, Edições Colibri.
- HALLE, Morris / Alec Marantz (1993), «Distributed Morphology and the Pieces of Inflection», *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*, The MIT Press.
- HALPERN, Aaron (1995), *Topics in the Placement and Morphology of Clitics*. Stanford, Calif., CSLI Publications.
- HALPERN, Aaron / Arnold Zwicky (eds.) (1996), *Approaching Second: Second Position Clitics and Related Phenomena*. Stanford, Calif., CSLI Publications.
- IATRIDOU, Sabine (1991), *Clitics and Island Effects*. Ms. MIT.
- KAYNE, R. (1991), «Romance Clitics, Verb Movement and PRO». *Linguistic Inquiry* 22: 647-686.
- MADEIRA, Ana Maria (1992), «On Clitic Placement in European Portuguese», in H. van Koot (ed.), *UCL Working Papers in Linguistics 4*, London, University College, pp. 95-122.
- MAGRO, Catarina (2008), «Clíticos: Variações sobre o Tema», Dissertação de Doutorado, Universidade de Lisboa.
- MARANTZ, Alec (1988), «Clitics, Morphological Merger, and the Mapping to Phonological Structure», in M. Hammond and M. Noonan (eds.), *Theoretical Morphology*, New York, Academic Press.
- MARTINS, Ana Maria (1994), *Clíticos na História do Português*, Dissertação de Doutorado, Universidade de Lisboa.
- KATO, Mary A. (1999), «Strong and Weak Pronominals in the Null Subject Parameter». *Probus* 11, pp. 1-37, The Netherlands, Walter de Gruyter.

- NESPOR, Marina / Irene Vogel (1986), *Prosodic Phonology*, Dordrecht, Foris.
- ORDÓÑEZ, Francisco (1998), «Post-verbal asymmetries in Spanish». *NLLT* 16, pp. 313-346.
- POLLOCK, Jean-Yves (1997), *Langage et Cognition: Introduction au Programme Minimaliste de la Grammaire Générative*, Paris, Presses Universitaires de France.
- RAPOSO, Eduardo (1994), «Affective Operators and Clausal Structure in European Portuguese and European Spanish», ms., University of California at Santa Barbara.
- \_\_\_\_\_. (1996), «Definite/Zero Alternations in Portuguese: Towards a Unification of Topic Constructions», in A. Schwegler, B. Tranel and M. Uribe-Etxebarria (eds.) *Romance Linguistics: Theoretical Perspectives*, pp. 197-212, John Benjamins Co., Amsterdam.
- \_\_\_\_\_. (2000), «Clitic Positions and Verb Movement», in *Portuguese Syntax: New Comparative Studies*, ed. by J. Costa, pp. 266-297. New York, Oxford University Press.
- RAPOSO, Eduardo & URIAGEREKA, Juan (2005), «Clitic Placement in Western Iberian: A minimalist view», in *Handbook of Comparative Syntax*, ed. by Guglielmo Cinque / Richard Kayne, pp. 639-697. Oxford, Oxford University Press.
- RIGAU, Gemma (1987), «Sobre el Carácter Quantificador de los Pronombres Tónicos en Catalán», in Violeta Demonte and Marina Fernández Lagunilla (eds.), *Sintaxis de las lenguas Románicas*, Madrid, Textos Universitarios.
- ROUVERET, Alain (1992), «Clitic Placement, Focus and the Wackernagel Position in European Portuguese», ms., University of Paris-8.
- SELKIRK, Elizabeth (1984), *Phonology and Syntax*, Cambridge, MIT Press.
- \_\_\_\_\_. (1986), «On Derived Domains in Sentence Phonology», *Phonology Yearbook*, Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. (1993), «The Prosodic Structure of Function Words», ms. University of Massachusetts/Amherst.
- URIAGEREKA, Juan (1995), «Aspects of the Syntax of Clitic Placement in Western Romance». *LI* 26, pp. 79-123.
- VALLDUVÍ, Enric (1990), *The Informational Component*, Dissertação de Doutorado. University of Pennsylvania.
- \_\_\_\_\_. (1992), «A Preverbal Landing Site for Quantificational Operators». In *Catalan Working Papers in Linguistics 1992*, pp. 319-344, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona.
- VIGÁRIO, Marina (2003), *The Prosodic Word in European Portuguese*, Berlin, Mouton de Gruyter.
- ZUBIZARRETA, Maria Luisa (1998), *Word Order, Prosody and Focus*, Cambridge, MIT Press.

# Texto e fragmento textual: processos de re(con)textualização

TERESA CASTRO

(Mestre em Linguística pela Universidade do Minho)

e-mail: tecastro@iol.pt

## Résumé

Ce travail a pour objectif d'analyser l'organisation textuelle d'extraits de manuels scolaires de Portugais pour le Cours Moyen 2<sup>ème</sup> année. Nous considérons que l'extrait, malgré la relation avec le texte-origine, possède une autonomie (con)textuelle qui fait de lui un autre texte. La recontextualisation de l'extrait constitue un premier procédé de retextualisation mais n'est pas le seul. Différents procédés de retextualisation font de l'extrait un nouveau texte, bien qu'il soit en rapport de dépendance avec le texte-origine. C'est pour cette raison, que nous le considérons dans ce double aspect comme texte/extrait.

Dans cette relation autonomie/dépendance que l'extrait établit avec le texte-origine, la question de la configurationnalité textuelle se pose, et en particulier la question des liens de cohésions établis entre les différentes parties du texte-origine à casser par la délimitation de l'extrait. Nous avons cherché à comprendre comment cette nouvelle unité textuelle se construit, et, en particulier, comment sont résolus les problèmes de continuité discursive et de structure compositionnelle. Nous cherchons ainsi à identifier les marques linguistiques de recontextualisation et de retextualisation qui permettent au lecteur d'apprendre le(les) nouveau(x) sens du texte/extrait. Nous avons accordé de l'importance à la reprise discursive et à la manière dont elle a été ou pas résolue, sans remettre en question la cohésion et la cohérence textuelles et l'organisation compositionnelle. Nous avons tenu compte du fait qu'en étant inséré dans un manuel scolaire, le texte/extrait assume un nouveau statut – il passe à intégrer le genre didactique – ce qui va contribuer au sens général du texte.

**Palavras-chave:** Texto, excerto textual, discurso pedagógico, manuais escolares, recontextualização, retextualização e unidade textual.

## 1. Introdução

«A actividade discursiva é uma actividade partilhada e co-gerida pelo locutor e alocutário, revelando-se deste modo o discurso como *co-construção*».

(Fonseca, J., 1994: 120)

O presente artigo ocorre no seguimento do trabalho de dissertação com o título «Texto e Fragmento Textual: Processos de Re(con)textualização», apresentado em Junho de 2007, no âmbito do Mestrado em Linguística<sup>1</sup>.

Propomo-nos, no presente estudo, dar conta das estratégias discursivas utilizadas pelos autores de manuais escolares de português na selecção e organização dos excertos de textos, literários e não literários, aquando da feitura dos manuais.

Interessa-nos a organização textual dos excertos que constituem os manuais escolares de português, tendo em consideração que o texto/discurso é uma unidade configuracional, percorrida por nexos coesivos, por isotopias que podem ser «quebradas» no excerto.

Pretendemos analisar os processo de recontextualização e retextualização que permitem ao leitor apreender o(s) sentido(s) do excerto como um todo semântico-pragmático, como novo texto; porque entendemos os textos/discursos de forma global, como configuração de diferentes planos organizacionais.

Baseados nos estudos de Adam (1992), procuraremos descobrir de que forma os excertos se constroem como uma unidade textual. Partindo do princípio de que criam uma autonomia em relação ao texto original, procuraremos perceber como se resolve no cotexto a questão da continuidade discursiva do texto-origem.

## 2. Algumas questões teórico-metodológicas

Numa perspectiva ampla, integramos o presente estudo na Teoria da Análise (Linguística) do Discurso enquanto

«sinónimo de linguística do discurso – linguística do uso por oposição a linguística do sistema estruturalista e gerativista – e que agrega disciplinas marcadas pelo princípio do estudo da linguagem em contexto» (Marques, 2001: 281).

---

<sup>1</sup> Trabalho realizado sob a orientação da Professora Doutora Aldina Marques, professora do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho.

## 2.1. Alguns conceitos fundamentais

Partilhando da visão de Adam, entendemos os textos/discursos<sup>2</sup> como unidades de comunicação, profundamente heterogêneas. Desta forma, um texto é entendido como

«un objet complexe mais en même temps cohérent. Dans cette perspective, les textes apparaissent comme **configurations réglées par des plans d'organisation en constante interaction**» (Adam, 1996: 31).

Dos planos de organização textual, vamos dar particular relevo, no nosso trabalho, à textura transfrástica:

«Cette texture transphrastique met en jeu des marques qui déclenchent des instructions en vue de l'établissement, par l'interprétant, de relations entre les unités linguistiques» (idem: 32).

Adam retoma, assim, dois conceitos fundamentais na Linguística do Texto: coesão e coerência. Centrar-nos-emos no conceito de coesão, importante na articulação textual, contemplado por Adam no plano da textura e desenvolvido por Halliday e Hasan (1990 (1976))<sup>3</sup>.

Contemplando a distinção entre coesão e coerência, Charaudeau e Maingueneau chamam a atenção para os meios linguísticos envolvidos na marcação da coesão:

«a palavra **coesão** designa, a partir de *Cohesion in English* de Halliday e Hasan (1976), o conjunto dos meios lingüísticos que asseguram as ligações intra- e interfrásticas que permitam a um enunciado oral ou escrito aparecer como um texto. A linguística transfrástica e a gramática de texto insistem nos marcadores (ligações coesivas) responsáveis por um tal efeito de coesão (anáforas pronominais e definidas, co-referência, anáfora retórica, conectores, sucessão dos tempos verbais, pressuposição, nominalização etc.) (...). Todo texto apresenta um equilíbrio entre informações pressupostas e informações retomadas de frase em

<sup>2</sup> Embora existam divergências quanto à utilização de cada um destes termos, no presente estudo não faremos distinção entre eles.

<sup>3</sup> «Coesão» é um conceito amplo e nele, Halliday e Hassan, englobam o que outros autores vão denominar de coerência, distinta de coesão. A coerência é um conceito ambíguo e complexo. Começou por ser um conceito semântico, o que deu origem a discussões sobre a sua pertinência teórica. Segundo os autores, «a text is a passage of discourse which is coherent in these two regards: it is coherent with respect to the context of situation and therefore consistent in register; and it is coherent with respect to itself, and therefore cohesive (idem: 23).

frase, sobre as quais os novos enunciados se apóiam (*princípio de coesão-repetição* assegurado pelos temas), de um lado, e a contribuição de novas informações (*princípio de progressão* assegurado pelas remas), do outro» (2006: 98).

São esses marcadores de coesão, a par de outros, que fornecem ao alocutário (ALOC), aquando do seu trabalho interpretativo, indícios de uma coesão (e coerência) textuais que lhe permitem construir o sentido global do texto. Nomeadamente, e como referem Calsamigla-Blancafort e Tusón-Valls (2004), o referente textual pode ser mantido através do léxico recorrendo a: repetições, substituições por sinónimos ou quase sinónimos, substituições por hipónimos ou por hiperónimos e por antónimos, substituições por metonímia, substituição por qualificações valorativas e substituições por proformas léxicas. Pode ser, ainda, mantido através de procedimentos gramaticais: referências deícticas e anafóricas.

Em suma, coesão tem a ver com a continuidade e, simultaneamente, com a progressão: «así como el mantenimiento de los referentes asegura un grado de continuidad nel contenido del texto, la progresión temática permite que la información avance» (idem: 240).

Finalmente, é importante sublinhar que, para que um texto seja considerado como uma unidade, não é possível deixar de considerar o contexto. Este não é, como foi inicialmente proposto, algo estático, algo pressuposto, exterior e anterior ao texto. É uma parte da construção (no sentido dinâmico, portanto) do sentido no discurso como preconiza Kerbrat-Orecchioni (2005).

## 2. 2. *Heterogeneidade textual e tipos de textos*

Consideramos o género discursivo como uma dimensão fundamental no estudo dos textos, uma vez que cada texto é elaborado segundo modelos relativamente estáveis de utilização da língua em determinado contexto situacional. Como refere Bakhtine, considerando enunciado como sinónimo de texto/discurso,

«tout énoncé pris isolément est, bien entendu, individuel, mais chaque sphère d'utilisation de la langue élabore ses *types relativement stables* d'énoncés, et c'est ce que nous appelons les *genres du discours*» (1984 (1979): 265).

Segundo Bakhtine (1984 (1979): 268-271), são os géneros discursivos que organizam o nosso discurso, tal como o organizam as formas



gramaticais. Uma vez que não falamos por palavras isoladas, aprender a falar não é mais que aprender a construir enunciados ou, por outras palavras, textos/discursos. Nos discursos que produzimos, ao escolhermos uma construção linguística, fazemo-lo atendendo à totalidade do enunciado, recorrendo à nossa memória e imaginação discursivas.

Sendo os géneros de natureza dinâmica, apesar de possuírem uma função reguladora, por vezes, as realizações textuais apresentam produtos surpreendentes em relação ao género a que pertencem. Como referem Adam e Lorda,

«recorrir al género discursivo para classificar los textos implica optar por un principio de tipologización abierto; esta opción, tanto desde el punto de vista de la didáctica de las lenguas como desde el de la investigación lingüística, implica una actitud igualmente abierta, de constante exploración» (1999: 179-180)<sup>4</sup>.

Tradicionalmente, pretende-se que os textos sejam classificados em tipologias homogéneas e estudados tendo por base esse princípio. Adam (1992) contesta as tipologias tradicionais e a homogeneidade que pressupõem nos textos. Distinguindo género de tipo, desenhou uma tipologia textual assente, por um lado, na heterogeneidade do texto e, por outro, no conceito de protótipo.

A esse propósito, referem Adam e Lorda que, através da lógica da Teoria dos Protótipos,

«se comprende mejor que un texto pueda considerarse un relato, una descripción, una argumentación de índole más o menos típica, según su menor o mayor alejamiento de un prototipo de referencia» (1999: 35).

Adam (1992), mostra que os textos homogéneos são pouco comuns. Os textos são heterogéneos, nomeadamente no que concerne à sua composicionalidade e, por isso este autor, considera que todos são constituídos por sequências diferentes, que agrupa em cinco tipos

---

<sup>4</sup> Este conceito de prototipicidade é elaborado a partir da Teoria do Caos que parte do princípio de que «ínfimas variações entre fenómenos sucessivos podem acarretar grandes variações finais. Ou seja, quando em fenómenos concatenados intervinham múltiplos factores, o processo resultante pode ser imprevisível. Ora na língua, em cada instante, há uma multiplicidade de factores que intervêm no processo de codificação/descodificação dos conceitos e dos significados que os representam: a competência diversificada de cada falante, as suas configurações mentais anteriores, o seu armazém cultural, o seu universo de crenças e toda a variabilidade que cada uso, porque num contexto, implica» (Teixeira, 2004: 200).

prototípicos que se realizam de formas diferentes em cada texto/discurso: narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialogal.

«Ma conception de la séquentialité part du fait qu'un lecteur confère une certaine cohésion à une suite textuelle en s'appuyant partiellement sur une opération de classification. Pour affirmer que telle suite est plutôt descriptive ou narrative ou argumentative ou explicative ou dialogale, il faut qu'existent des schémas prototypiques abstraits, culturellement transmis» (idem: 196).

### 2.3. O excerto textual

Segundo o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa, **excerto** é uma «passagem retirada de um texto, discurso, livro ou obra» e é equivalente a «EXTRACTO, FRAGMENTO, TRECHO».

Em divergência com esta definição de excerto como mero fragmento, consideramos que um excerto é, também, um texto novo, desde logo pelo processo de recontextualização a que é submetido. No caso que nos interessa, o excerto retirado de obras literárias, de jornais, de textos de divulgação, torna-se parte de um manual escolar, um novo contexto situacional e ideológico com objectivos, interlocutores e espaços muito específicos. Ao ser colocado num manual, o excerto é modificado por elementos que não lhe eram próximos no contexto e cotexto do texto-origem: modificam-se os interlocutores, o suporte físico e as condições de utilização. Quando um excerto é colocado num manual, são alterados os objectivos que subjazem à sua utilização, passa a ter a função de fazer-saber e, até, fazer-fazer.

O sujeito que escolhe determinado excerto em detrimento de outro, fá-lo em função de determinado(s) objectivo(s). A escolha não é um mero acaso, muito pelo contrário, serve os objectivos estabelecidos. Esta recontextualização constitui o «primeiro» elemento de um processo geral de retextualização, um conceito que foi desenvolvido por Marcuschi (2001) a propósito da passagem de um texto oral para um texto escrito. Defende, o autor, que o texto (na passagem da oralidade para a escrita) é refeito pela intervenção de operações linguísticas textuais/discursivas e cognitivas. Consideramos que a inserção de um excerto num manual dá origem ao mesmo tipo de operações.

Na constituição do excerto, isto é, quando se procede à delimitação de um excerto a partir de um texto-origem, é particularmente importante atender a questões da organização textual/discursiva: muitas

das expressões linguísticas ficam destituídas de sentido o que poderá levar a criança/leitora a um desinteresse pelo texto e, até talvez, a um desinteresse pela leitura, por leituras que não fazem sentido para si. É que,

«a *textualidade* não é um resultado de relações estáticas mas de relações dinâmicas: para podermos falar de *texto*, é indispensável que a sequencialidade se oriente significativamente para uma finalidade global, o que lhe confere uma *configuração* específica.

A obtenção do efeito de coerência no movimento semântico do texto supõe a capacidade de articular a *permanência* e a *progressão* do sentido estabelecendo um equilíbrio entre a repetição e a introdução de elementos novos» (Fonseca, F. I., 1994 (1991): 161-162).

Os excertos que constituem o *corpus* que serve de base ao nosso estudo, ao serem retirados de obras relativamente extensas, vão ser interpretados pelos alunos de forma muito diversa em relação à interpretação que fariam se estivessem diante da totalidade da obra.

Na presente análise, ganha particular importância o texto entendido numa dimensão sequencial, ou seja, como uma «unidade de relações sequenciais, cuja textualização é, em grande medida, suportada pelos mecanismos inerentes à progressão textual (...) e à conseqüente produção de sentido» (Silva, F., 2004: 630), que reforça a criação de um novo universo discursivo, iniciado pela recontextualização (no espaço pedagógico-didático).

### 3. Delimitação e descrição do *corpus*

Os excertos que constituem o nosso *corpus* são textos/excertos, na sua maioria, retirados de obras literárias, com predominância dos textos narrativos<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Consideramos que todos os elementos paratextuais são importantes para a construção do sentido de um texto. Não querendo alongar-nos neste assunto, por não ser esse o objectivo deste trabalho, apenas referiremos um exemplo de como esses elementos paratextuais ajudam a construir o sentido do texto. As ilustrações são uma forma importante de recontextualização e, portanto, de retextualização.

Na página 50 do manual *Amiguinhos*, encontramos um texto/excerto que fala da liberdade conquistada pelo povo português, sem nunca referir a data de 25 de Abril. Essa informação é fornecida pela ilustração que rodeia todo o texto – um friso de cravos vermelhos.

Escolhemos os manuais escolares de português, para a selecção do nosso *corpus*, por entendermos que são um material de larga utilização por parte dos elementos que constituem a comunidade educativa<sup>6</sup>. Não os consideramos um material indispensável, mas sim um entre outros.

«De facto, os manuais escolares não passam de instrumentos de apoio ao processo de ensino-aprendizagem, que professores e alunos podem e devem usar com critério e, se necessário, com distanciamento crítico» (Ramos, 2005: 382-383).

Seja qual for a posição que os profissionais da educação assumam perante os manuais escolares, estes continuam a ser os materiais pedagógicos mais utilizados diariamente na esmagadora maioria das escolas portuguesas.

Fica clara a importância que atribuímos aos textos presentes nos manuais de português, uma vez que são aqueles com os quais os alunos mais contactarão no decorrer da sua escolaridade. Em suma, «directa ou indirectamente, os manuais escolares determinam muito do que se passa no interior de cada sala de aula» (Morgado, 2004: 45), bem como o que se passa junto das famílias, no pouco tempo que os pais e/ou encarregados de educação passam com as crianças, acompanhando os seus progressos educativos, seja através dos trabalhos de casa ou de outro tipo de actividade educativa. Fazendo nossas as palavras de A. P. Brito, «o manual escolar é um instrumento de suporte destinado ao ensino/aprendizagem e, naturalmente, desempenha um papel importante para o sucesso educativo» (1999: 147).

Optámos pelos manuais do 4.º ano de escolaridade por dois motivos: em primeiro lugar, porque é neste nível do 1.º ciclo que os textos têm maior dimensão; em segundo lugar, porque este ano de escolaridade representa o fim do primeiro ciclo da escolaridade obrigatória em Portugal e a transição para uma nova etapa no percurso escolar dos estudantes.

---

<sup>6</sup> Por limitação de espaço, colocamos em anexo apenas alguns dos textos aqui referidos.

Assim, foram seleccionados os seguintes manuais<sup>7</sup>:

- PEREIRA, C. *et al* (2006): *Pasta Mágica – Língua Portuguesa 4.º ano*. Porto: Areal Editores (doravante *Pasta Mágica*)
- ROCHA, A. *et al* (2006): *Amiguinhos – Língua Portuguesa 4.º ano*. Lisboa: Texto Editores (doravante *Amiguinhos*)
- SILVA, C. V. e MONTEIRO, M. L. (2006): *Júnior – Língua Portuguesa 4.º ano*. Lisboa: Texto Editores (doravante *Júnior*)

#### 4. A (re)construção dos textos/excertos

##### 4.1. Recontextualização

Passaremos a analisar os textos/excertos, atendendo à sua localização dentro do texto-origem<sup>8</sup>. Procuraremos encontrar as marcas linguísticas que mostram que o «recorte» de um excerto, quer ele sofra alterações posteriores quer não, em relação ao texto original, é, só por si, promotor de recontextualização e retextualização.

Ao ser criado um novo contexto, o texto/excerto será entendido pelo leitor por um outro prisma, a sua leitura não será a mesma que seria se a criança se deparasse com o texto original. A maioria dos excertos foi retirada de contos infantis, que têm como objectivo proporcionar às crianças momentos de deleite e prazer. Quando uma criança lê ou ouve ler uma história, fá-lo de forma lúdica e despreocupada. Ora, os manuais escolares constituem um outro tipo de «material textual», com objectivos muito específicos. Os manuais escolares fazem parte de uma instituição que é o «sistema de ensino». Logo, inscrevem-se no género didáctico, estão ao serviço do saber transmitido pela escola. Na sua função de livro de leitura, o manual de português

«medeia e organiza as relações entre textos e leitores (aprendizes) definindo, por um lado, os textos que em contexto pedagógico se reconhecem como válidos e, por outro, induzindo, através das actividades que propõe, formas de atenção particulares» (Sousa, 1999: 495).

---

<sup>7</sup> Foram estes os manuais escolares seleccionados por serem os mais utilizados nas escolas do 1.º Ciclo do Concelho de Braga. Estes manuais foram utilizados, diariamente, por um universo de 1434 alunos do 4.º ano de escolaridade no ano lectivo 2006/2007.

<sup>8</sup> Verificamos que os autores dos manuais escolheram, preferencialmente, retirar os excertos do início ou meio dos textos originais. Assim, no total dos 34 textos/excertos que constituem o nosso *corpus*, 15 dos excertos foram retirados do início dos textos que lhes deram origem, igual número pertence ao meio dos textos e apenas 1 foi retirado do final do texto original.

Desta forma, numa primeira análise, podemos dizer que o texto/excerto é «transformado» num outro texto, ou seja, é recontextualizado. O texto deixa de fazer parte de uma obra mais longa e passa a constituir, só por si, uma nova unidade configuracional. Ao fazer parte de um manual, passa a pertencer ao género didáctico que possui objectivos muito próprios que diferem, em larga medida, dos objectivos da obra que lhe deu origem.

Do mesmo modo, a instância de locução é alterada. A par do Locutor (LOC) que escreveu o texto, passa a coexistir o LOC que concebeu o manual, que é responsável pela sua organização, disposição gráfica, escolha de determinados textos em detrimento de outros, escolha dos exercícios propostos, etc. O texto passa a ser um «enunciado» encaixado num outro «enunciado» – o do manual escolar, num processo que se aproxima do discurso relatado, porque é enunciação dentro de enunciação. Citaremos, a propósito, as palavras de I. M. Duarte:

«Na reprodução de discurso, uma enunciação inclui uma outra, reproduz-a. Mas a maior parte dos discursos reproduzidos é fictícia (...). É, frequentemente, uma representação aproximada, em que o locutor reproduz o essencial do conteúdo ou da forma do discurso que quer relatar, mas *a selecção que faz depende das suas próprias estratégias comunicativas, ou seja, as intenções comunicativas do locutor-relator condicionam o seu relato*» (2003:186) (itálico nosso).

#### 4.2. *Estatuto e funções do título*

Quando escolhemos um dos numerosos livros que repousam nas estantes da livraria ou quando seleccionamos os artigos que pretendemos ler de entre os muitos que constituem uma revista ou um jornal, é o título que os nossos olhos procuram em primeiro lugar. Assim, o título, como refere R. L. Silva (1999), funciona como «uma espécie de nome próprio» de um texto qualquer, tal como acontece com o nome das pessoas. No mesmo sentido vão as palavras de Vigner, quando diz que «on peut considérer le titre comme “le nom propre” de l’oeuvre» (1980: 30). Se assim é, o título funciona como o bilhete de identidade da obra que apresenta e é ele que introduz, na maior parte dos casos, o tema geral ou o género do texto<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> A mesma ideia é apresentada por Peñalver-Vicea ao referir-se aos títulos dos filmes: «le titre d’un film peut avoir la fonction de “nom propre” du film qu’il identifie et qui lui accorde un nom, une identité. C’est à travers lui que le film sera identifié pour

O título<sup>10</sup> surge aos olhos do leitor «como anúncio e rótulo. Ele não surge por si só, mas para referir algo que lhe é exterior». Neste sentido, «ele é um metatexto, um texto que se refere e relaciona com outro texto» (Silva, 1999: 67), por isso possui uma certa autonomia, uma certa existência própria relativamente ao texto.

O título apresenta o tema geral do texto, condicionando a sua descodificação, «funciona como uma espécie de hipertema, ou seja, um vínculo semântico condicionador do desenvolvimento temático discursivo» e «amplifica o universo de expectativas», funcionando como «quadro programático» (Pinto: 1998: 80-81). Ao mesmo tempo, evoca a enciclopédia de saberes do ALOC, remetendo para uma intertextualidade, onde os enunciados se cruzam e os textos remetem para outros textos anteriores.

Esta ideia, de considerar os títulos como informação concentrada num curto espaço, também é defendida por Vigner que diz: «le titre (...) doit justement ramasser le maximum d'informations dans la formulation la plus concise» (1980: 38).

No caso dos títulos em análise, não nos parece que os autores estejam preocupados em apresentar muita informação, mas antes em apresentar de forma clara (para serem rapidamente entendidos), simples (para serem facilmente entendidos), sucinta (característica da generalidade dos títulos) e, ao mesmo tempo, atraente, o conteúdo do texto que se irá seguir, como se o título fosse uma janela que se abre sobre o texto, deixando vislumbrar um pouco do cenário ou da acção que se encontra para além dessa mesma janela.

O título é, assim, um poderoso mecanismo de retextualização, que justifica que, na totalidade dos 34 excertos estudados, apenas 7 deles mantenham o título original.

#### 4.2.1. *Características sintáticas do título*

Podemos verificar que apenas 3 títulos são constituídos por uma frase completa: *O que é um Conto Popular?*, *Netos Precisam-se* e *Era a Liberdade!* Existe, portanto, um predomínio de títulos elípticos, com-

---

toujours. Dans ce sens, il a le même rapport avec le film qu'il identifie que d'un livre avec son référent: il est là, d'abord pour annoncer une histoire puis pour la rappeler (2001: 797).

<sup>10</sup> O título aparece com uma mancha gráfica de maior destaque, quer pela sua forma gráfica, quer pelo seu tamanho, quer pelo espaço físico que o separa do resto do texto com o objectivo de lhe conferir maior realce.

postos por expressões do tipo SN e SP. Alguns deles apenas são constituídos por nomes, como se fossem o efectivo bilhete de identidade dos textos que se seguem – *João-Flor e Joana-Amor, Inverno, Retrato, Fogo, Superstição*.

Ao contrário do que acontece com a utilização de nomes próprios, o emprego de verbos na construção sintáctica dos títulos é quase nulo. Porque se trata do núcleo da frase, apenas encontramos 3 formas verbais («era», «é» e «precisam-se») nos 29 títulos referentes aos excertos em estudo<sup>11</sup>.

R. L. Silva, num estudo sobre os títulos de imprensa, apresenta algumas conclusões que se adaptam aos títulos dos excertos em estudo. Assim, diz a autora:

«seja qual for a configuração sintáctica do título, em todos eles encontramos uma grande concentração lexical, com a omissão, sempre que possível, de elementos de menor valor informativo, tais como especificadores e verbos auxiliares. Esta densidade (...) prende-se (...) com a necessidade de apresentar o máximo de informação no mínimo de espaço possível» (1999: 213).

#### 4.2.2. *Alteração do Título*

Por fim, gostaríamos de salientar um aspecto que nos parece importante nesta abordagem dos títulos e, para isso, retomamos um facto já apresentado: apenas 7 títulos dos 31 que constituem as obras de origem se mantêm inalterados<sup>12</sup>. Este aspecto parece-nos importante, na medida em que a alteração ou omissão do título original funciona como meio de recontextualização e retextualização.

Como nos diz a Peñalver-Vicea, «le lecteur (...) ignore tout jusqu'au moment où le titre lui est donné» (2001: 802) e, por isso, títulos diferentes conduzem, necessariamente, a interpretações diferentes.

Damos como exemplo o título *A Caixa Mágica* (texto em anexo I). Este texto é um excerto retirado do conto de Sophia de Mello Breyner

<sup>11</sup> Quanto à marcação gráfica com sinais de pontuação, apenas encontramos duas situações assinaladas, uma com um ponto de interrogação e outra com reticências. Aliás, a ausência de sinais de pontuação é comum em quase todos os títulos, sejam textos publicitários, textos literários, textos de imprensa, etc.

<sup>12</sup> Os textos/excertos que mantêm o título inalterado foram, quase todos, retirados do início dos textos originais. Os autores dos manuais não sentiram necessidade de alterar estes títulos, por haver uma coincidência temática.



Andresen – *A Menina do Mar* –, mas dificilmente o leitor ligará o novo título (e o texto) ao mar. Pelo contrário, *A Caixa Mágica*, privilegia uma dimensão temática que não tem relevo no texto original criado por Sophia, promovendo, assim, uma retextualização «completa».

*A Caixa Mágica*, num universo infantil, pode ser a caixa de um ilusionista, a caixa de um tesouro, a caixa de música ou, simplesmente, uma caixa misteriosa. Na verdade, o leitor verificará que todo o mistério está contido no poder do fogo – «uma coisa maravilhosa, linda e alegre que se chama o fogo» (linhas 6 e 7 do anexo); «é um sol pequenino» (linha 11 do anexo) –, pois a caixa não é mais que «uma caixa de fósforos» (linha 4 do anexo). De resto, todo o texto/excerto remete para a importância e perigo do fogo: «o fogo é alegre mas queima» (linha 10 do anexo); «não se lhe pode tocar» (linha 12 do anexo); «enquanto é pequeno qualquer sopro o apaga. Mas depois de crescido pode devorar florestas e cidades» (linhas 15 e 16 do anexo); «enquanto o fogo é pequeno e tem juízo é o maior amigo do homem: aquece-o no Inverno, cozinha-lhe a comida, alumia-o durante a noite. Mas quando o fogo cresce de mais, zanga-se, enlouquece e fica ávido, mais cruel e mais perigoso do que todos os animais ferozes» (linhas 18-21 do anexo).

Ora, esta é a única sequência do conto onde se fala do fogo, sendo o mar e a vida no mar que serve de fundo à narrativa original. Salientamos, ainda, o facto de este excerto ser um dos poucos que não sofreram qualquer tipo de alterações «materiais», quer ao nível lexical quer ao nível organizacional, por parte dos autores dos manuais escolares. De qualquer forma, mesmo sem alterações desse tipo, o texto/excerto presente no manual constitui um universo discursivo diferente; os sentidos do texto/excerto são novos. Já não se trata, por isso, de um «excerto», trata-se de um novo «texto», de uma nova unidade configuracional.

A análise que realizámos mostra que a titulação de cada texto é um acto fundamental para a criação da unidade textual, mas é, também, uma actividade nem sempre conseguida. Quando tal ocorre (como em *O Circo da Lua*, manual *Amiguinhos*, p. 70) o título torna-se factor de incoerência ou gerador de expectativas não inteiramente cumpridas.

O título *O Circo da Lua* (texto em anexo II), não tem «continuidade» no corpo do texto/excerto. É que as referências ao circo não aparecem no texto/excerto, só aparecem na narrativa original (*O Circo da Lua*):

- «e foi assim que nasceram os palhaços» (p. 20);
- «e foi assim que nasceram os acrobatas» (p. 23);
- «e foi assim que nasceram os trapezistas» (p. 24);

- «e nasceu o equilibrista» (p. 27);
- «e foi assim que nasceu o ilusionista» (p. 28);
- «e foi assim que nasceram os malabaristas» (p. 35);
- «e foi assim que nasceu o circo» (p. 43).

Ou seja, este título aponta para pistas de interpretação que não se concretizam. Assim, torna-se factor de incoerência, uma vez que o leitor-utilizador do manual não encontra no texto nenhuma referência ao circo.

### 4.3. *Os excertos como «outros» textos*

#### 4.3.1. *A criação de novos sentidos – o mundo discursivo dos textos/excertos*

Todos os textos/excertos mostram, de forma muito clara, a construção de novos sentidos, a partir de mecanismos linguísticos e textuais diversos<sup>13</sup>.

O texto do manual *Amiguinhos* (p. 134), sem título (texto em anexo III), é um excerto retirado do meio da história «*Uma Aventura na Terra e no Mar*» de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada. É um texto que apresenta graves problemas relativamente à textura transfrástica, uma vez que possui relações coesivas que não são consideradas, nomeadamente porque no corpo do texto/excerto falta imenso texto, sem que apareça referência a esse facto.

Com efeito, várias supressões do texto original, não assinaladas, permitem encurtar o texto, mas reduzem, simultaneamente, o número de personagens.

---

<sup>13</sup> De todos os textos/excertos incluídos no nosso *corpus*, apenas dois se destacam, pelo facto de serem textos com características particulares. A objectividade pretendida, própria de textos informativos, faz com que os excertos, ainda que menos informativos, fiquem muito próximos do texto-origem. É o caso do texto *O Que é um Conto Popular?* e o texto *Mosteiro da Batalha*. No primeiro caso, verificamos que, do texto original, apenas falta o último parágrafo onde se acrescentam alguns pormenores sobre um tipo específico de conto popular – a fábula. No segundo caso, o texto/excerto possui várias expressões alteradas e muito texto suprimido, sem indicação do facto. Mas não encontramos marcas de alterações de sentido em relação ao texto-origem. Estes textos/excertos não levantam questões de continuidade textual ou de novas interpretações.

Enquanto no texto/excerto se faz referência ao Pedro e ao Chico, no texto-origem, as personagens são: o Pedro, o Chico, o João, a Teresa e a Luísa (as gémeas) e o Faial (um cão).

A par da redução das personagens, criam-se novos sentidos. Enquanto no texto/excerto aparece

«[O Pedro e o Chico] equiparam-se a rigor e, agora, mal se conseguiam mexer dentro das capas de oleado e das botas, três números acima do que calçavam» (linhas 13 e 14 do anexo);

no texto-origem encontramos:

«O João e as gémeas equiparam-se a rigor e agora, encostados à amurada, mal se conseguiam mexer dentro das capas de oleado e das botas, três números acima do que calçavam» (p. 13).

Desta forma, para além de alterar a pontuação, o manual alterou completamente o sentido do texto. A referência ao tamanho exagerado dos oleados é mais adequado tratando-se do João e das gémeas que tratando-se do Pedro e do Chico, pois os segundos são mais velhos que os primeiros.

Quanto a outras alterações de sentido, referiremos, ainda, uma expressão, presente no primeiro parágrafo, que queda sem explicação no cotexto do excerto:

«Mas não se via quase nada» (linha 3 do anexo).

Um leitor atento, ao ler isto, pensará que não se via nada por causa do nevoeiro ou da chuva, uma vez que não encontra explicação para a má visibilidade, até através da referência aos «oleados». Só o texto-origem explica essa falta de visibilidade:

«O mar estava calmo como um rio, mas a noite escura como breu» (p. 12).

Todas estas alterações, são marcas de um processo de retextualização que está na base do que, por isso, consideramos um novo texto. Assim, o cenário deixa de ser a noite para ser algo indefinido, o grupo dos cinco aventureiros (mais o cão) resume-se a dois e os «oleados» e as «botas de borracha» deixam de ser grandes ao «João» e às «gémeas» para ficarem grandes ao «Pedro» e ao «Chico». Mas para perceber toda esta informação é necessário ser leitor assíduo dos livros desta

colecção. Com isto contam, aliás, as autoras dos textos originais, já que não têm preocupação em actualizar todas as informações na enunciação em cada novo livro. É que, na verdade, se trata de um caso de partilha de saberes, bem como de uma negociação continuada e reciprocamente influenciada entre LOC e ALOC que as autoras dão como adquirida. Como refere Ramos:

«o uso da linguagem verbal revela-se em todas as situações um processo económico, dispensando a constante explicitação extensiva de tudo quanto os interlocutores pretendem significar. Para isso, recorre-se constantemente à activação, como produtores e como receptores de discursos, de implícitos» (2002: 98).

#### 4.3.2. *Textos/excertos Incompletos*

A independência e autonomia nem sempre são conseguidas com o mesmo grau de sucesso. Organizaremos os textos/excertos segundo as características que os atravessam de forma transversal, embora tenhamos consciência de que essa divisão não poderá ser considerada exclusiva, nem estanque.

Desta forma, a análise encontra-se organizada segundo os seguintes critérios:

- textos/excertos assumidos como incompletos;
- textos/excertos com estrutura textual incompleta;
- outros casos.

Como dissemos, esta divisão não pode ser exclusiva, pelo que consideramos que um texto/excerto pode enquadrar-se numa ou várias categorias ao mesmo tempo.

##### 4.3.2.1. *Textos/excertos assumidos como incompletos*

Alguns dos excertos que constituem o nosso *corpus*, apresentam-se explicitamente como textos incompletos, pelo uso das reticências. Neste caso, efectivamente, são mais «excertos» que «textos» e assumem-se como tal. Sendo impossível apresentar neste artigo a totalidade de análises realizadas por nós aquando da elaboração do trabalho de dissertação, apenas daremos um ou outro exemplo para ilustrar essas características.

Assim, o texto *Uma Onda Curiosa* (manual *Amiguinhos*, p. 82), apesar de manter o título original, está muito incompleto em relação ao texto-origem. Os próprios autores do manual assinalaram essa incompletude ao decidirem terminar o texto com reticências. Desta forma, o texto/excerto assume-se como fragmento. Esta incompletude marca a ausência de desfecho na narrativa:

«Quando quis regressar ao jogo de avança-recua das suas irmãs, sentiu que ficava presa na cova do rochedo; faltavam-lhe as forças para sair a correr...» (linhas 13-15 do manual).

Segundo o esquema proposto por Adam (1992), para que esta sequência narrativa se encontre completa, falta apresentar a resolução do problema e a situação final. Surgiu uma situação inicial, uma complicação, mas não uma resolução. Assim, o texto/excerto surge como um objecto «cortado», incompleto. Este «corte» e esta transformação, podem contribuir para a criação de novas leituras e novas interpretações, criando novos contextos.

#### 4.3.2.2. *Textos/excertos com estrutura textual incompleta*

Enquanto nos textos/excertos da análise anterior ocorria o uso de reticências para marcar a sua incompletude, o mesmo não acontece em todos os textos que se apresentam incompletos e que agora consideramos. Efectivamente, a muitos deles falta (pelo menos) uma parte do esquema proposto por Adam (1992) para os textos narrativos, o que os transforma em narrativas incompletas, quando não em meras sequências descritivas. Daremos, de seguida, um exemplo dessa incompletude.

O texto do manual *Pasta Mágica* (p. 8), sem título (texto em anexo IV), corresponde ao início da narrativa *A Menina do Mar*, escrita por Sophia de Mello Breyner Andresen. Neste excerto é apresentada ao leitor a casa onde mora o rapaz protagonista da história. Para além da descrição da casa, encontramos a descrição da praia onde esta se situa, bem como a caracterização da personagem já referida. Como parte de uma narrativa, o texto/excerto tem a abertura própria do conto tradicional, o marcador discursivo «era uma vez», que introduz a criança/leitora no mundo do imaginário, da ficção e da narrativa.

Sendo o texto/excerto retirado do início do texto original, nele não são encontradas referências anafóricas ou referentes textuais a serem

interpretados de modo diverso. No entanto, o marcador discursivo «era uma vez» abre perspectivas de um texto narrativo que são defraudadas, uma vez que ele não existe. O texto/excerto é, apenas, um texto descritivo, um conjunto de sequências descritivas com função introdutória que são, segundo Revaz (1997: 24), citado por Adam e Lorda, «elementos explicativos del texto, [que] al crear una coherencia, proporcionan los elementos básicos necesarios para crear una intriga» (1999: 137). Ora, essa intriga nunca chegará a ter lugar no novo texto.

Segundo o esquema de Adam (1992), a abertura deste texto pertence à situação inicial, pelo que se espera que se realizem as restantes situações: complicação, acção, resolução e situação final. Logo, a coerência de que fala Adam não se realiza. «Era uma vez» abre portas para uma narrativa que não se realiza.

#### 4.3.2.3. Alterações gráficas e lexicais

O texto do manual *Pasta Mágica* (p. 122), também sem título, tem como texto-origem uma enciclopédia de Geografia Universal. O texto/excerto inicia-se com a utilização do pronome possessivo «nossa» (não existente no texto-origem) que, estando na primeira pessoa do plural, pretende criar no leitor a ideia de pertença a um grupo. Esta é uma estratégia de aproximação entre LOC e ALOC que volta a ser evocada na última frase do texto quando se refere «a capital» (linha 20 do manual) (no texto-origem, «a cidade» (p. 122)). O uso do artigo definido marca a continuação referencial. O manual redimensiona a enunciação, convocando a noção de pertença a um grupo como forma de aproximar o discurso do público-alvo.

No que parece ser uma estratégia de simplificação do discurso e para o tornar mais curto, no manual são omitidas várias sequências textuais e outras alteradas. A título de exemplo, apresentaremos a expressão do texto original, seguida da expressão que ocorre no texto/excerto:

«(...) centro industrial» (p. 122),

«(...) centro de várias indústrias» (linha 16 do manual);

«(...) a cidade desenvolve também uma função comercial importante» (p. 122),

«(...) a cidade tem um importante papel comercial» (linha 19 do manual);

«(...) cidade» (p. 122),

«(...) capital» (linha 20 do manual).

Quanto ao texto suprimido, tratando-se de uma extensão considerável, não o transcreveremos. Apenas referiremos que, quer as alterações, quer as supressões textuais, não estão marcadas na superfície textual do excerto.

### **Alteração/supressão/adição de vírgulas**

As correcções de que daremos conta agora, revelam o que parece ser uma preocupação correctiva, onde a «norma» do registo escrito é claramente seguida ou, noutros casos, são gralhas que «empobrecem» a nível sintáctico o texto. Apenas serão aqui registadas as alterações de sentido pontuais, que não provocam alteração ao nível do mundo discursivo. Ou seja, constituem alterações avulsas, pontuais, com pertinência pouco visível.

No texto *No País das Palavras* (Manual Júnior, p. 8), em todas as ocorrências de discurso directo, as falas das personagens foram colocadas entre travessões, em vez de entre vírgulas, como aparece no original:

«Percebi sim. – disse a Vanessa cheia de admiração por aquelas letrinhas todas. – E já agora diz-me: quando estavas no País das Palavras trabalhavas muito?» (linhas 6-8 do manual)

«Percebi sim, disse a Vanessa cheia de admiração por aquelas letrinhas todas. E já agora diz-me: quando estavas no País das Palavras trabalhavas muito?» (p. 26) (sublinhados nossos).

Esta poderá ser uma preocupação normativa, aproximando a apresentação do texto à forma de registo ensinado na escola. A este respeito, referimos, ainda, a colocação de uma vírgula na última frase do texto/excerto, separando o conector e cortando a entoação rápida que se poderia fazer na leitura (permitindo mostrar de forma mais sentimental o horror face à guerra, como nos parece ter sido a ideia do autor do conto):

«Por outro lado, não gostava nada de entrar na palavra guerra» (linha 14 do manual)

«Por outro lado não gostava nada de entrar na palavra guerra» (p. 27) (sublinhados nossos).

### **Alteração/supressão/adição de léxico**

Quanto ao texto, sem título, do manual *Júnior* (p. 51), logo na primeira frase apresentada, o lexema «adora» em

«O Pai Natal é uma figura que toda a gente adora» (p. 24)

foi substituído por «gosta»

«O Pai Natal é uma figura de que toda a gente gosta» (linhas 1-3 do manual).

Embora os dois lexemas sejam facilmente entendidos pelas crianças/leitoras, parece ter havido uma tentativa de simplificação, que é redutora.

No primeiro parágrafo da segunda parte do texto/excerto, mais uma vez utilizando uma estratégia de simplificação, o lexema «predominantes» foi substituído por «mais usadas»

«As cores predominantes nas decorações de Natal» (p. 21)

«As cores mais usadas nas decorações de Natal» (linha 21 do manual).

A expressão «cinco continentes» foi trocada por «todo o mundo»

«Quem viajar em Dezembro encontrará certamente os mesmos enfeites nos cinco continentes» (p. 21)

«Quem viajar em Dezembro encontrará certamente os mesmos por todo o mundo» (linhas 22 e 23 do manual).

### **Alteração/supressão/adição de parágrafos**

O texto *Era a Liberdade!* (manual *Amiguinhos*, p. 50), apresenta a supressão gráfica de um parágrafo. No texto original, a 3.<sup>a</sup> frase constitui, por si só, um parágrafo, dando mais ênfase à expressão:

«o povo é quem mais ordena...» (p. 147).

No entanto, no texto/excerto, a referida expressão aparece na mesma linha, na sequência da frase anterior. Colocamos como hipótese que assim sucede por uma questão de economia de espaço ou por mero lapso. Esta ideia sai reforçada quando percorremos o texto/excerto,



pois no 4.º parágrafo, a expressão repete-se, desta vez, constituindo um parágrafo isolado, à semelhança do que acontece no texto-origem.

As transformações que acabámos de apresentar serviram, essencialmente, para encurtar e simplificar o discurso e corrigir expressões consideradas incorrectas. Outras parecem-nos gralhas ou uma interpretação abusiva do que é a norma. Todas estas modificações, produzidas no texto/excerto, têm como efeito criar um texto mais curto, sem dúvida, mas também, e como não podia deixar de ser, diferente. Muitos pormenores discursivos desapareceram, muito conteúdo a nível informativo ficou escondido. Sublinhamos que muitas destas substituições são «gratuitas», na medida em que não «melhoram» o texto/excerto, ou então, produzem um empobrecimento de vocabulário e não um alargamento de horizontes, como seria esperado de um texto didáctico.

## 5. Conclusão

Tendo presente que a Análise do Discurso põe em relevo a «relação texto/contexto», analisámos os processos de recontextualização e retextualização verificados nos excertos que constituem os manuais escolares de português. Procurámos perceber de que forma os excertos constroem uma nova unidade textual e como se tornam (in)dependentes em relação ao texto-origem. Nesta medida, interessou-nos perceber se todos os excertos atingem esta autonomia textual ou se, pelo contrário, ela nem sempre é conseguida.

Nesta análise, tomámos como hipótese de trabalho que qualquer excerto, ao ser inserido num manual escolar é recontextualizado e assume, por isso, um novo estatuto – integrado no género didáctico. Consideramos que esta é uma primeira forma de retextualização que leva ao «novo texto». O «isolamento» do excerto cria novos sentidos, um novo mundo discursivo, por isso o referimos como texto/excerto. Neste processo global de recontextualização e retextualização, a relação situacional altera-se: LOC e ALOC ganham características específicas. O ALOC não é o público infantil em geral, mas um público infantil em determinada idade e em determinado espaço: o da sala de aula.

Embora o texto/excerto não deixe de estar ligado ao texto-origem (até porque o nome do autor aparece na página do manual, em rodapé), é para o leitor um novo texto, dotado de características próprias, mesmo ao nível da estrutura textual.

São vários os mecanismos linguísticos e discursivos ao serviço dessa retextualização. Uma das primeiras estratégias consiste na alteração do título. A decisão de alterar o título original prende-se com a necessidade de apontar um sentido básico para o texto/excerto.

Quanto ao corpo do texto/excerto, dos 34 excertos em estudo, apenas 4 não sofreram qualquer tipo de alteração em relação ao texto-origem, o que corresponde a uma percentagem de 11,7%<sup>14</sup>.

Muitos dos textos/excertos apresentam vários tipos de alterações (22 textos). Alguns sofreram alterações a nível da pontuação (3 textos), 1 sofreu alterações a nível da sequencialização de parágrafos, 4 sofreram alterações ao nível supressão de texto (lexemas, frases ou parágrafos) ou substituição de lexemas.

As alterações realizadas verificam-se ao nível da organização formal dos textos, ao nível do léxico e da estrutura sequencial. Muitas das alterações apresentadas servem, essencialmente, para encurtar e simplificar o discurso. Esta, que parece ser uma política editorial, mostra-se como uma preocupação constante dos manuais: por um lado fazer caber a maior quantidade de texto possível num menor espaço possível e, por outro lado, simplificar o vocabulário. Para que este objectivo seja alcançado, suprime-se grande quantidade de texto e alteram-se pontuação e léxico.

Na construção dos manuais, a selecção dos textos obedece a uma simplificação estrutural e lexical que «desvirtua» o texto e os seus sentidos.

É de salientar, também, que alguns excertos são, manifestamente, textos incompletos. Esta incompletude verifica-se a vários níveis: uns apresentam-se com uma estrutura textual incompleta e defraudam as expectativas dos leitores; outros assumem-se como textos incompletos, através da utilização de reticências.

A incompletude é, ainda, criada ao nível da sequencialização linguístico-textual. Alguns textos/excertos contêm referências que reenviam ao texto-origem, anáforas, conectores, deícticos, expressões definidas, etc. Estes são mecanismos linguísticos que, assegurando a continuidade discursiva, trazem, pela não realização do nexos coesivo que mostram, alguma inconsistência ao texto/excerto. Ora, colocando em causa essa continuidade discursiva, coloca-se em causa a unidade textual.

---

<sup>14</sup> É de salientar que os manuais em estudo apresentam textos assinalados como sendo adaptados e/ou contendo supressões. Estes textos ficaram de fora da nossa selecção. Apenas consideramos para o presente estudo os textos apresentados como sendo «fiéis» ao texto-origem.

Finalmente, criam-se novos mundos discursivos. Esta criação é conseguida através de vários mecanismos linguísticos: alteração e/ou redução das personagens, alteração dos espaços em que decorre a diegese, resumo de partes do texto-origem, diminuição da carga emotiva presente no texto-origem, etc. Se é verdade que estas alterações têm o poder de encurtar o texto/excerto, não é menos verdade que, não raras vezes, empobrecem o texto/discurso e chegam a provocar alteração quanto ao género e tipo de texto a que pertence o texto/excerto.

## Referências bibliográficas

### Bibliografia activa

- ANDRESEN, S. M. B. (1998): *A Menina do Mar*, 37.<sup>a</sup> edição. Porto: Figueirinhas.
- GAGO, A. (2002): *O Circo da Lua*. Lisboa: Difel.
- LAMAS, M. (1975): «25 de Abril» in *Abril, Abril – Textos de Escritores Comunistas*. Lisboa: Edições Avante, pp. 147-148.
- MAGALHÃES, A. (1982): *Uma História Com Muitas Letras*. Livros Horizonte.
- MAGALHÃES, A. M. e ALÇADA, I. (1983): *Uma Aventura na Terra e no Mar*, 10.<sup>a</sup> edição. Lisboa: Caminho.
- MAGALHÃES, A. M. e ALÇADA, I. (2004): *O Natal na Europa*. Lisboa: Centro de Informação Europeia Jacques Delors.
- PEREIRA, C. et al (2006): *Pasta Mágica – Língua Portuguesa 4.º ano*. Porto: Areal Editores.
- ROCHA, A. et al (2006): *Amiguinhos – Língua Portuguesa 4.º ano*. Lisboa: Texto Editores.
- ROCHA, N. (1989): «Uma Onda Curiosa» in ROCHA, N., 1989, *Contos de Agosto*. Porto: Desabrochar, pp. 3-5.
- SACCO, M. (coord.) (2005): *Geografia Universal – Europa Ocidental*, vol. 1. Lisboa: Planeta de Agostini, pp. 121-122.
- SILVA, C. V. e MONTEIRO, M. L. (2006): *Júnior – Língua Portuguesa 4.º ano*. Lisboa: Texto Editores.

### Bibliografia passiva

- ADAM, J.-M. (1992): *Les textes: types et prototypes*. Liège: Mardaga.
- ADAM, J.-M. (1996): «L'argumentation dans le dialogue» in *Langue Française*, n.º 112. Borda: Larousse, pp. 31-49.

- ADAM, J.-M. e LORDA, C.-U. (1999): *Lingüística de los textos narrativos*. Barcelona: Ariel Linguística.
- BAKHTINE, Mikhaïl (1984 (1979)): *Esthétique de la Création Verbale*. Paris: Gaillimard (tradução francesa).
- BRITO, A. P. (1999): «A Problemática da adoção dos Manuais Escolares – Critérios e Reflexões» in CASTRO, R. V. *et al* (org.), 1999, pp. 139-148.
- BRONCKART, J.-P. (1996): «Activité Langagière, Textes et Discours. Une Approche de Psychologie du Langage» in *Langue Française* 07, pp. 3-13.
- CALSAMIGLA-BLANCAFORT, H. e TUSÓN-VALLS, A. (2004): *Las Cosas del Decir*. Barcelona: Ariel.
- CHARAUDEAU, P. e MAINGUENEAU, D. (2006): *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Editora Contexto (tradução brasileira).
- DUARTE, I. M. (2003): «O Relato de Discurso na Crónica de D. João I (I parte) de Fernão Lopes» in FONSECA, F. I. *et al* (org.), 2003, pp. 185-198.
- FONSECA, F. I. (1994 (1991)): «A Urgência de uma Pedagogia da Escrita» in FONSECA, F. I. (1994): *Gramática e Pragmática – Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*. Porto: Porto Editora, pp. 147-176.
- FONSECA, J. (1994): «Dimensão Accional da Linguagem e Construção do Discurso» in FONSECA, J., (1994): *Pragmática Linguística – Introdução, Teoria e Descrição do Português*. Porto: Porto Editora, pp. 105-131.
- HALLIDAY, M. e HASAN, R. (1990 (1976)): *Cohesion in English*. London: Longman.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (2005): *Os Atos de Linguagem no Discurso – Teoria e Funcionamento*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense (Tradução brasileira).
- MARCUSCHI, L. A. (2001): *Da Fala Para a Escrita – Atividades de Retextualização*. São Paulo: Cortez Editora.
- MARQUES, M. Aldina (2001): «Percursos de Análise do Discurso» in *Diacrítica*, n.º 16. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, pp. 279-287.
- MORGADO, J. C. (2004): *Manuais Escolares – Contributo para uma Análise*. Porto: Porto Editora.
- PEÑALVER-VICEA, M. I. P. (2001): «Les Titres de Films – Une Approche Pragmatique» in *Lengua, Discurso, Texto / I Simpósio Internacional de Análise del Discurso*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid / Université Paris XIII.
- PINTO, A. G. (1998): «“O Fruto Proibido”: discurso, interdiscurso, argumentação» in FONSECA, J. (org.), 1998, p. 79-107.
- RAMOS, R. (2002): «Linguística e Ensino da Língua Materna – Evidências e Projectos no IEC» in CARVALHO, G. S. *et al* (org.), 2003, pp. 87-102.
- RAMOS, R. (2005): *Aspectos do Discurso do Ambientalismo nos Media Escritos*. Porto: Faculdade de Letras (Tese de Doutoramento, não publicada).
- REVAZ, F. (1997): «Le récit dans la presse écrite» in *Pratiques*, n.º 94 (*Les genres de la presse écrite*). Metz, pp. 19-33.

- SILVA, R. L. T. C. C. (1999): *Estudos Linguísticos dos Títulos de Imprensa em Portugal – a Linguagem Metafórica*. Aveiro: Universidade de Aveiro (Tese de Doutoramento, não publicada).
- SILVA, F. (2004): «Merónímia: do Léxico ao Texto» in OLIVEIRA, F. e Duarte, I. M. (org.), 2004, pp. 623-638.
- SOUSA, M. L. D. (1999): «Níveis de Estruturação e Dimensões de Transmissão dos Livros de Português» in CASTRO, R. V. *et al* (org.), 1999, pp. 495-505.
- TEIXEIRA, José (2004): «O equilíbrio caótico do significado linguístico» in *Diacrítica* Série Ciências da Linguagem, n.º 18/1. Braga: Universidade do Minho, pp. 189-207.
- VIGNER, G. (1980): «Une Unité Discursive Restreinte: Le Titre» in *Le Français dans le Monde*, n.º 156, Octobre, 1980. Paris: Hachette/Larousse, pp. 30-60.

## ANEXOS

### I

#### A CAIXA MÁGICA

(Texto retirado do manual *Pasta Mágica* (p. 140))

– Bom-dia disse a Menina. – O que é que me trouxeste hoje?

O rapaz pegou na Menina do Mar. Sentou-a numa rocha e ajoelhou-se a seu lado.

– Trouxe-te isto – disse. É uma caixa de fósforos.

– Não é muito bonito – disse a Menina.

– Não; mas tem lá dentro uma coisa maravilhosa, linda e alegre que se chama fogo. Vais ver.

E o rapaz abriu a caixa e acendeu um fósforo.

A Menina deu palmas de alegria e pediu para tocar o fogo.

– Isso – disse o rapaz – é impossível. O fogo é alegre mas queima.

– É um sol pequenino – disse a Menina do Mar.

– Sim – disse o rapaz – mas não se lhe pode tocar.

– E o rapaz soprou o fósforo e o fogo apagou-se.

– Tu és bruxo – disse a Menina – sopras e as coisas desaparecem.

– Não sou bruxo. O fogo é assim. Enquanto é pequeno qualquer sopro o apaga. Mas depois de crescido pode devorar florestas e cidades.

– Então o fogo é pior do que a Raia? – perguntou a Menina.

– É conforme. Enquanto o fogo é pequeno e tem juízo é o maior amigo do homem: aquece-o no Inverno, cozinha-lhe a comida, alumia-o durante a noite. Mas quando o fogo cresce de mais, zanga-se, enlouquece e fica mais ávido, mais cruel e mais perigoso do que todos os animais ferozes.

Sophia de Mello Breyner Andresen, *A Menina do Mar*, Figueirinhas

### II

#### O CIRCO DA LUA

(Texto retirado do manual *Amiguinhos* (p. 70))

Há muito, muito tempo, mesmo muito, mesmo antes do tempo em que os animais falavam, a Terra e o céu estavam quase, quase a tocar um no outro.

Os pastores, quando subiam a uma montanha, tinham de andar curvados, e os animais também. As girafas tinham muitas dores de pescoço, e a Lua estava tão juntinho ao chão que só os gatos conseguiam passar por debaixo dela, como se se estivessem a espreguiçar.

O céu estava tão pertinho que bastava subir a uma árvore e esticar um dedo quase se conseguir tocar nele. E a Lua tão próxima do chão e tão pequena que se podia subir para cima dela e ficar lá sentado a pensar.

Era tão pequenina que duas pessoas só cabiam nela se estivessem abraçadas uma à outra.

Como a Lua estava mesmo ao pé da Terra, podia-se respirar nela à vontade. E toda a gente gostava muito daquela bola, sempre cheia e luminosa, a flutuar rente às ervinhas.

Nesses tempos, as casas eram muito baixas, para não baterem no céu. Não havia prédios, nem escadas compridas para subir, nem vizinhos de baixo ou de cima.

Mas toda a gente cabia à vontade nesse mundo.

André Gago, *O Circo da Lua*, Difel

### III

(Texto retirado do manual *Amiguinhos* (p. 134))

O Pedro, debruçado na popa da traineira, esforçava-se por acompanhar os movimentos de três homens. Estavam encarregados de estender a rede de pesca. Mas não se via quase nada. Apenas as vozes roucas dos pescadores e o «chap, chap» da água indicavam que a faina prosseguia.

Ao seu lado, o Chico debruçava-se também. A ideia de irem à pesca numa traineira tinha sido ideia dele.

Assim, desde que se instalaram para passar uma semana de férias no Algarve e a tia Francisca os apresentou a um vizinho que era pescador, nunca mais parou de pedir:

– «Leve-nos à pesca! Queremos ir ao mar!»

Enfim, depois de muita insistência acabou por convencer o mestre da traineira a aceitá-los como convidados.

Equiparam-se a rigor e, agora, mal se conseguiam mexer dentro das capas de oleado e das botas de borracha, três números acima do que calçavam!

O movimento a bordo era muito intenso, cada homem entregue às suas tarefas. Não percebendo exactamente o que eles faziam, procuravam sobretudo não incomodar.

O Pedro respirou fundo, para saborear melhor aquele cheiro húmido a mar, algas, conchas, óleos, cordas e madeira envernizada.

Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada, *Uma Aventura no Deserto*,  
Editorial Caminho

## IV

(Texto retirado do manual *Pasta Mágica* (p. 8))

Era uma vez uma casa branca nas dunas, voltada para o mar. Tinha uma porta, sete janelas e uma varanda de madeira pintada de verde. Em roda da casa havia um jardim de areia onde cresciam lírios brancos e uma planta que dava flores brancas, amarelas e roxas.

Nessa casa morava um rapazito que passava os dias a brincar na praia.

Era uma praia muito grande e quase deserta onde havia rochedos maravilhosos. Mas durante a maré alta os rochedos estavam cobertos de água. Só se viam as ondas que vinham crescendo de longe até quebrarem na areia com um barulho de palmas. Mas na maré vazia as rochas apareciam cobertas de limo, de búzios, de anémonas, de lapas, de algas e de ouriços. Havia poças de água, rios, caminhos, grutas, arcos, cascatas. Havia pedras de todas as cores e feitios, pequeninas e macias, polidas pelas ondas. E a água do mar era transparente e fria. Às vezes passava um peixe, mas tão rápido que mal se via. Dizia-se «*Vai ali um peixe*» e já não se via nada. Mas as vinagreiras passavam devagar, majestosamente, abrindo e fechando o seu manto roxo. E os caranguejos corriam por todos os lados com uma cara furiosa e um ar muito apressado.

O rapazinho da casa branca adorava as rochas. Adorava o verde das algas, o cheiro a maresia, a frescura transparente das águas. E por isso tinha imensa pena de não ser um peixe para poder ir até ao fundo do mar sem se afogar. E tinha inveja das algas que baloiçavam ao sabor das correntes com um ar tão leve e feliz.

Sophia de Mello Breyner Andresen, *A Menina do Mar*, Figueirinhas



# Comic failure in Woody Allen's *Mere Anarchy*: A case of linguistic success

ISABEL ERMIDA  
(University of Minho)

## Resumo

Publicada em 2007, a mais recente colectânea de contos de Woody Allen, *Mere Anarchy*, recorda-nos sabiamente não só que o fracasso e a desgraça se podem revestir de potencial cómico, mas também que o riso se revela tantas vezes imune a sentimentos de compaixão e a julgamentos de teor moral. Estas frenéticas narrativas urbanas consistem em relatos autodiegéticos de uma sequência de peripécias hilariantes, nas quais os protagonistas – variações da figura do «falhado» – ilustram o fosso que separa o tentar do conseguir, ou o sonho da desilusão. Entre uma frustração e outra, os heróis debatem-se com diversas emoções negativas, desde a humilhação ao engano, passando pelo abatimento e pela perda, conseguindo paradoxalmente fazer-nos rir. Trata-se, pois, de um conjunto de histórias que se pautam por uma combinação bem-sucedida de dois tipos de humor: o humor situacional («de re») e o humor linguístico («de dicto»). O presente artigo visa investigar esta combinação analisando os mecanismos semânticos e estilísticos que estruturam a incongruência cômica e que dão corpo à situação risível. Pretende assim evidenciar que o segredo de Allen reside na linguagem, através da qual consegue comunicar de forma iniludivelmente cômica situações potencialmente trágicas.

## Introduction

Allen's latest collection of short stories, *Mere Anarchy* (2007), is a keen reminder not only that human failure and disgrace can have comic potential, but also that laughter is often immune to compassion and moral correctness. The heroes in these frantic urban tales are quintessential losers who express, in first-person narratives and

throughout a hilarious set of misadventures, a successful combination of situational ('de re') and linguistic ('de dicto') humour. By experiencing a variety of negative emotions, ranging from humiliation to deceit, through frustration and loss, the protagonists illustrate the gap existing between attempt and achievement, or between dream and delusion, all the while making us laugh. Allen's secret, it seems, lies in language, namely in the semantic and stylistic mechanisms that convey comic incongruity.

This paper aims at analysing these mechanisms and at discussing how Allen's language succeeds in communicating humour and in turning potentially tragic situations into comic ones. In order to achieve these goals, I will begin by discussing the themes of the stories, which are variations on failure from different perspectives and to different degrees, and then the characters, which are by extension, to use a phrase which Allen employs in one of the stories, "an array of losers of every description". I will then introduce the notions of comic incongruity and script opposition, and examine a few illustrative cases in the texts under focus. Next I will analyse the stylistic strategies which Allen uses to convey comic incongruity by focusing on simile, understatement and irony. At the same time, I will sketch a semantic analysis of the oppositions underlying these figures of speech.

## 1. Thematic variations on failure

The range of themes to be found in Allen's collection, varied as they are, is unmistakably failure-oriented. Most of them evolve around the systematically unfulfilled wish for money – or, alternatively, the wish for success, fame and recognition. Never is there any wish, say, for love or interpersonal fulfilment. The desire that Allen portrays is therefore materialistic and selfish, which is a first step to making the readers distance themselves from the doomed fate of the characters. Within this frame, and despite the refreshing variety of plots and situations, some recurring sub-themes can be traced.

A major sub-theme is professional failure, which evolves around aspirant artists' unacknowledged "brilliance". Would-be writers, would-be actors, would-be stars – all of them full of themselves but on the dole – are forced to compromise their self-proclaimed genius to make ends meet. A good example of this is "This Nib for Hire", a story about second-rate writing jobs in "novelisation", which means, turning block-busters into cheap paperbacks. Along the same lines, "Glory

Hallelujah, Sold” tells the tale of a “psalm scrivener”, that is, a writer of prayers for cash that gets into trouble when his prayers are not answered. Likewise, “Tandoori Ransom” is about a substitute actor with prima-donna dreams. It takes place in distant India, where a film crew is shooting, and where the hero is mistakenly kidnapped for the star, ending up having his body “diagrammed on a chart” by a roomful of frenzied fanatics.

Another sub-theme is the shallow frustrations of the rich. Even though most of the stories picture people in need of a few extra dollars, some focus on well-off characters, who nevertheless also have something to lose – their pride and honour, for instance, or... their money. In “Nanny Dearest”, Allen tells us the only-too-frequent story of a Park Avenue nanny who threatens to publish her employers’ memoirs, in which she refers to her boss as a “witless boor wearing a toupee” and to his wife as a “portly ice queen with tapioca thighs” (59). Manhattan high society is also the topic of “The Rejection”, a story about a couple who can’t get their three-year-old accepted into one of the best Upper-East-Side preschools, because in the tests he was “tentative with blocks”. More dramatic still is the plot in “Attention Geniuses: Cash Only”, where Dr Skeeze Feebleman, a shrink owning two Ferraris, dreams of the financial gains Dr Gachet’s free treatment of Van Gogh must have gained him, and accepts to treat a lunatic composer in exchange for songs, eventually going bankrupt. Big money is also present in “Calisthenics, Poison Ivy, Final Cut” – an epistolary story about greed, or, wanting more and getting less. It reproduces the initially polite but later ferocious letters exchanged between the parents of an adolescent whose experimental movie is bought by Miramax and the owners of the summer film camp where the movie was made, both of whom want to pocket the profit alone.

Conning and deceit are another lavish sub-theme in Allen’s stories. The very first one, whose telling title is nothing but “To Err is Human – To Float Divine” is about a man who is tricked into taking a course in super-natural powers, ranging from levitation to translocation through omniscience, so as to foretell the lottery. Tricksters are also present in “How Deadly Your Taste Buds, My Sweet”, which reports on auction bidding for a fake rare white truffle and the fix a private-eye is lured into by a ravishing blonde. In “Sam, You Made the Pants Too Fragrant”, a vain American is persuaded to visit a posh British tailor in Savile Road, specializing in high-tech/gadget suits, the problem being that they either set on fire or send their wearers ricocheting. The ultimate charlatan can be seen in “Sing, You Sacher Tortes”, a story about a

theatre manager specializing in colossal failures who succeeds in getting credulous acquaintances of his to foot the bill. But it is perhaps in “On a Bad Day You Can See Forever” that lying and cheating are best rendered. It is about getting a house redone while living in it—with the daily company of the workers, whose minor excuse for constant delays is getting dengue fever in Machu Picchu.

No matter how desperate the characters’ situation may become, the important point to bear in mind is that the stories never have a truly bad ending. Nobody dies, for a start, or gets into really serious trouble. Instead, they somehow manage to “save their neck”, as the phrase goes, in extremis. True enough, they always fail whatever their intention or dream initially was, but their failure is by no means tragic. And the fact that most stories are first-person narratives also confirms that they are tales of survival, which *is* after all a form of success. But, as we shall see, it is language that signals the humorous mode which accordingly leads to a comic resolution.

## 2. The figure of the loser and other character correlates

The figure of the loser, a person who is regularly unsuccessful, is the quintessential character in Allen’s fictional world. His stories are peopled mostly by men (female characters are usually cast in supporting roles) struggling to be someone in a frantic, competitive, ruthless New York, and systematically faced with all sorts of threats, risks and pressures. Around these comically doomed protagonists whirls a range of other characters, equally in distress. There is a passage in the first story of Allen’s collection where he describes the people gathering at the Sublime Ascension Centre, a supernatural power facility run by a decadent clairvoyant named Galaxie Sunstroke, in a way that might well apply to the gallery of characters in the very stories:

As far as I could discern, the compound was awash with losers of every description: poltroons and nudniks, actresses who guided their each move by the planets, the overweight, a man who had been involved in some kind of taxidermy scandal, a midget in denial. (10)

The explicit reference to “losers” is indeed telling as to the human material Allen caricatures. But the variety of losers, as well as the degree of losing, differs considerably from story to story. There are working-class and uneducated losers, like a night watchman at a wax museum and a private detective, and there are middle-class, college

educated ones, like Dr Feebleman, the psychiatrist who makes the mistake of accepting original songs of dubious quality as therapy payment (117), and Benno Duckworth, a former poetry editor of a *Dry Heaves: A Journal of Opinion* and present author of a volume on anapestic dimeter (31). They can be poor, like the wannabe actor taking a humiliating job as lighting double to Harvey Afflatus, and aspirant writers who go around on the verge of starvation, like Flanders Mealworm (35). But they can also be wealthy, like Winston Snell and Monroe Varnishke, Manhattan upper-class big shots, or Harvey Bidnick, friend to Dr Diverticulinsky, the Birdwings and the Offals (59). The characters' psychological portrait also varies a great deal. Some are gullible low-profile citizens dreaming about the numbers of New York State Lottery, whereas others are arrogant and pretentious pseudo intellectuals and artists who compare themselves to Dostoyevsky (35), or think they have been "graced by the gods with (...) vivid and abundant gifts for the arts" (13).

Despite their diversity, all the characters share the characteristic of falling victim to some trickster or another, or just to the circumstances of fate. Within the sham scheme format, examples of charlatans are legion. For instance, Mr Binky Peplum, a self-proclaimed "postmodern" tailor (31), tries to sell fabrics that reject odours, garments that are mood elevators and suits that recharge the customer's cellular phones, only to send them to intensive care. E. Coli Biggs, a film producer who stays incognito in luxury hotels with secretaries-cum-masseuses clad in garter belts, does justice to his bacterial name: he is the ultimate con man, escaping at the last minute from whatever imbroglio he produced under yet another alias (43). Another perfect swindler is Max Arbogast, a building contractor whose deadlines "keep receding like a six-pack in the desert" and whose alibis "rival *The Arabian Nights*" (113). One final example of a trickster is Wolf Silverglide, a music producer resembling "a ferret in gabardine" (124), who publishes the songs written by a psychiatric patient as a form of payment to his shrink, Dr Feebleman. The affair ends disgracefully:

Silverglide folded his extravaganza like a deck chair and blew town photon-fast, leaving me to deal with the avalanche of plagiary suits that poured in. (124)

There are also outright criminals in Allen's gallery, like murderers and child abusers, as is the case, respectively, of Veerappan, the leader of an Indian gang, a "legendary brigand, quick to slaughter" (19), and

a nanny – a “Swedish woman resembling Stanley Ketchel” – who was caught bouncing her employers’ son “horizontally across her shoulders in what wrestlers call the Argentine backbreaker” (57). But most other secondary characters are just inoffensive liars, like Reg Millipede, who claims to be “vice-president in charge of customer relations for one of the biggest charnel houses on the Isle of Wight” (26), or Galaxie Sunstroke, the psychic, who, “oddly unomniscient for a creature of her reputed majesty”, asks the hero what he does for a living (9).

Whatever the relationships these secondary characters establish with the protagonists in the stories, the fact is that the latter fall victim to the former’s manipulation and dishonesty, and also to their own ingenuity, ambition or bad luck. As a result, whatever plans, strategies, or schemes they devise systematically fail. A good sum-up of this dynamic of failure is the passage where a group of would-be actors tries to help a colleague double, kidnapped for mistake in India:

When news of my light appeared as a filler in the rear pages of *Backstage*, a group of politically active extras deemed it an outrage and swore to hold a midnight vigil but could not jimmy loose sufficient capital to purchase the required candles. (21)

\*

So far, the plots and the characters we have reviewed illustrate a type of humour that is usually called “situational”. Indeed, some of the situations just described might well be played, say, in silent films, or in mime routines, exactly because they are non-linguistic, or, to use Cicero’s terminology, “de re”. The house renovation sequence, for instance, with the owners taking boiling showers that make them look like lobsters, could well be pantomimed.

But “linguistic”, or “de dicto”, humour is also a lavish source of comicality in Allen’s collection. What is more, I claim that it is *through* language that the potentially tragic material of the plots is comically harboured. The characters’ names, for one thing, are safe comic hints, and so is the assortment of figures of speech which are used to convey comic incongruity. But it is the principle of semantic opposition, detectable in lexical items or extended lexical sequences, that pervades through *Mere Anarchy*, giving it an unmistakable humorous flavour. Next I offer a few introductory remarks about the incongruous nature of linguistic humour.

### 3. Linguistic humour and incongruity

As most theories of linguistic humour acknowledge, incongruity is the key to comic effect. In other words, a discrepancy between two meanings which overlap, and corresponding surprise, is what establishes the humorous nature of an utterance. Before we analyse the expression of this principle in Allen's collection, a brief historical preamble is necessary.

The relationship between laughter, incongruity and surprise was, not surprisingly, first remarked by Aristotle in *Rhetoric* (3.11), where he states:

'Novelties of expression' arise when there is an element of surprise, and (...) the thing turns out contrary to what we were expecting, like the jokes found in comic writers, produced by deceptive alterations in words, and by unexpected words in verse, where the listener anticipates one thing and hears another.

Forerunners of the incongruity theory of humour can also be found in Latin Antiquity, with Cicero and Quintilian. The former claimed that "when we are expecting to hear a particular phrase, and something different is uttered (...) our own mistake even makes us laugh ourselves (*De Oratore*, II.lxiii.255). And the latter asserted in *Institutio Oratoria*: "The adaptation to one thing of a circumstance which usually applies to something else [is] a type of jest which we may regard as being an ingenious form of fiction. (cf. VI-iii, 61).

The element of surprise is also present in some interesting writings by Renaissance authors. In *De Ridiculis* (1550), Madius echoes Cicero's distinction between *de dicto* and *de re* humour, establishing surprise (*admiratio*) as one of comedy's driving forces (*apud Attardo*, 1994). Along similar lines, Giangiorgio Trissino (1562) defends, in Aristotle's vein, that the comic effect derives from one's frustrated expectations (*ibid.*).

In the 18<sup>th</sup> century, two authors rescued the theory of incongruity from oblivion. In 1764, James Beattie elaborated on the notion of humorous incongruity as follows: "Laughter arises from the view of two or more inconsistent, unsuitable, or incongruous parts or circumstances, considered as united in one complex object or assemblage". And in 1790, Kant stated: "The joke must always contain something that may deceive." (238). In 1818, the idea was taken up by Schopenhauer, who claimed that laughter "results from the suddenly perceived incongruity between a concept and the real objects".

In the 20<sup>th</sup> century, two important names helped to establish the incongruity theory of humour. The first is Bergson (1900: 74), who defined the humorous situation as follows: “A situation is always comic whenever it simultaneously belongs to two absolutely independent series of events that hide two different sets of meanings”. And Freud (1905: 365) introduced an important distinction between funniness and strangeness: “The comic phenomenon results from contrasting representations, yes, but only insofar as they give rise to a comic effect and not to a strange one”.

No matter how decisive these contributions were to the comprehension of the humorous phenomenon, the explanation of its strictly linguistic nature would have to wait a few more decades to be delivered. Indeed, it was only twenty-odd years ago that Raskin (1985) put forth what quickly became an established semantic theory of humour. Up till then, only scattered and unsystematic contributions to the understanding of verbal humour were available. According to Raskin, two premises are necessary and sufficient for humour to occur in a given text: a) there have to be two opposing scripts; and b) the scripts have to overlap, partially or completely. (By *script* is meant “a large chunk of information surrounding a word or evoked by it”. 1985: 81) The impact this theory has had on the analysis of linguistic humour is so great that ever since only small additions have proven effective, while the bulk of the theory remains valid.

The linguistic humour in Allen’s collection is, to a great extent, based on lexically evoked semantic oppositions which overlap and cause surprise. A glimpse at the stories will unveil a large amount of examples illustrating this strategy, a sample of which is shown next.

#### 4. Script oppositions in *Mere Anarchy*

As they constitute the very essence of comicality, occurrences of script oppositions are so numerous in Allen’s collection that we cannot but cover a small amount. All of them can be read, in lexical terms, as instances of antonymy, i.e. as an inherently incompatible binary contrast (which implies that *male*, for instance, entails *not female* – cf. Murphy, 2003). In stylistic terms, on the other hand, the oppositions can be read as instances of antithesis, a rhetorical device which I regard as the quintessential incongruity operator. In other words, it is as if antithesis were the leading figure in a stylistic approach to a comic literary text, absorbing, or merging into, all the others. In the



next section we shall see that similes, understatements and ironies also exhibit an underlying antithetical architecture.

An interesting script opposition takes place in the introductory story, when the hero is going through a "tsunami of junk mail" and reads ads regarding psychic advice of various sorts:

Naturally, at the end of all these trips to the centre of the soul, a small emolument to cover stamps and any other expenses the guru may have incurred in another life is in order. (4)

The antithesis is here established between a reference to the soul and another to petty earthly worries. If we were to apply script theory to this extract, we would have two opposing scripts that overlap, namely SPIRIT VS. MATTER. The same semantic opposition between the spiritual and the material and mundane takes place further on in the same story, when Max Endorphine is telling the hero all about his success in Vegas ever since he acquired supernatural powers:

If I'm ever unsure about a nag or whether to hit or stick at blackjack, there's this tiny consortium of angels I tap into. I mean, just 'cause someone's got wings and is made of ectoplasm don't mean they can't handicap. (8)

The soul is also under focus in another story, where an unemployed writer, Hamish Specter, takes a job as a writer of prayers, after reading an ad that specified "No atheists please". He reflects:

Skeptic that I was as an adolescent, I had recently come to believe in a Supreme Being after thumbing through a Victoria's Secret catalogue. (74)

The script opposition in this extract is between SOUL and BODY, or more drastically still, between SACRED and PROFANE, and it is the incongruity of the combination that makes us laugh. When Specter meets Moe Bottomfeeder, the Prayer Jockey, the following dialogue takes place:

- "What can I do for you?"  
 - "I saw your ad" I wheezed. "In *The Voice*. Right under the Vassar coeds who specialise in body rubs."  
 - "Right, right," Bottomfeeder said, licking his fingers. "So, you want to be a psalm scrivener... Any experience?"  
 - "I did do a TV pilot called *Nun For Me, Thanks*, about some devout sisters in a convent who build a neutron bomb." (75)

The passage reveals two antithetical situations: an advertisement for prayers being placed next to one for erotic massage; and pious nuns building a mass deadly weapon. In script analysis terms, there are two overlapping oppositions, respectively: SOUL vs. BODY (or SACRED vs. PROFANE) in the first case, and GOODNESS vs. EVIL in the second.

The topic of finding neutral information published contiguously to more personal and private one is also explored in the passage where Flanders Mealworm, the writer on the dole, receives a call from E. Coli Biggs. The exchange that follows places the IDENTITY script antithetically against the SCATOLOGY one, establishing an opposition between PUBLIC and PRIVATE:

- “Where did you get my number?” I inquired. “It’s unlisted.”
  - “From the Internet. It’s there alongside the x-rays of your colonoscopy.”
- (36)

Humorous script oppositions can be found where least expected, such as in secondary passages or in introductory links to the action moments. The following extract establishes an opposition between using a paper shredder and organising data alphabetically:

- As I was carefully filling the new postal arrivals alphabetically in the paper shredder...I noticed there was an unsolicited little journal (...) (3)

The incongruity in the extract obviously springs from the absurd alphabetical procedure used to get rid of junk mail, which one uses when storing information, and not when disposing of it. Script-wise, there is an overlapping opposition between, say, GARBAGE and STORAGE.

The antithesis between NIMBLENESS and CLUMSINESS – or between COMPETENCE and INEPTNESS – is present in the side-splitting story where the cinema double is abducted. The actual kidnapping moment, which is also a perfect illustration of the topic of failure, is rendered as follows:

- As the martial arts were part of my acting background, I suddenly snapped to the ground and uncoiled, sending forth a lightning-power kick, which fortunately for my abductors hit air and caused me to fall directly into the open trunk of a waiting Plymouth, where the door was promptly locked. (18)

- Using deep-breathing exercises I had mastered in acting class, I managed to retain my composure for at least eight seconds before emitting a medley of bloodcurdling bleats and hyperventilated into oblivion. (19)

Perhaps the best example of a humorous script opposition in Allen's collection is an existential one. In "Sing, You Sacher Tortes", Fabian Wunch, the perfect shyster, expresses a hilarious solution to the worst fear in a human being's LIFE: DEATH. The antithesis is blatant, and so is a parallel script opposition between TRIUMPH (explicitly phrased) and FAILURE (death's ultimate synonym). The passage takes place when Wunch, trying to convince the narrator to help him finance another of his Broadway flops, reports on the plot to be staged (an intricate and farfetched tale gathering all the major intellectual figures in Vienna at the *belle époque*), and says:

"Freud unblocks Mahler so he can write again and as a result Mahler triumphs over his lifelong fear of death."

"How does Mahler triumph over his lifelong fear of death?" I asked.  
 "By dying. I figured it out – it's really the only way." (104)

## 5. Stylistic devices conveying comic incongruity

If we look at the generous array of rhetorical devices used in Allen's collection, we will realise that they are based on semantic oppositions that can be handled in script theory terms. Indeed, the employment of figures of speech is either aimed at introducing a new script opposition and corresponding incongruity effect, or at reinforcing an existing opposition in a certain narrative passage. For want of space, we shall concentrate on three figures of speech only: simile, understatement and irony.

### 5.1. *Simile*

Similes are an abundant source of comicality in Allen's *Mere Anarchy*. Strictly speaking, they are words or phrases that establish a comparison using the connectives *as* or *like*. But other syntactic formulations are also possible, such as the use of the verb *resemble* or the adjective *comparable*. More often than not, similes in Allen's stories occur in combination with other devices, like antithesis or hyperbole. They lend themselves to a script opposition analysis, since the comparisons they set up can be read as contrasts. Indeed, as Ross (1998: 35) claims, similes can be classed as "apparent contradictions" and as a type of "semantic incongruity", insofar as the image they evoke "is bizarre or awkwardly incongruous".

The story about the shrink that goes bankrupt starts with a hilarious reference to jogging as a health risk and not as a health enhancer, combined with a historical simile, which sets an opposition between HEALTH and DISEASE:

Jogging along Fifth Avenue last summer as part of a fitness program designed to reduce my life expectancy *to that of a nineteenth-century coal miner*, I paused at an outdoor café ... to renovate my flagging respiratory system with a chilled screwdriver. [Italics mine, henceforth]

In the next sentence, another simile appears, this time regarding one of the Disney films, which establishes an incongruity between the ADROITNESS vs. CLUMSINESS scripts:

Orange juice being well up on my prescribed regimen, I quaffed several rounds and upon rising managed to execute a series of corybantic figures, *not unlike the infant Bambi taking his first steps*. (117)

An obviously incongruous humorous simile takes place in a physics-inspired little story, “Strung out”, where an office clerk compares himself to Einstein, only to add a small correction:

The big bang, black holes and the primordial soup turn up every Tuesday in the science section of the Times, and as a result my grasp of general relativity and quantum mechanics now *equal Einstein's-Einstein Moomjy*, that is, the rug seller. (127)

Obviously, the script opposition underlying the simile is between KNOWLEDGE and IGNORANCE, while there is another humorous contrast set between the important questions of the universe and the limited and accessible reality of a section in a paper, or of rug selling.

The story about the fraudulent building contractor leading the narrator and his wife to madness and bankruptcy has a range of humorous similes, one of which sets a script opposition between HONESTY and DISHONESTY:

I discovered that a series of tax shelters structured to maximise my earnings had begun to strike the IRS as curiously *similar to those of Al Capone*. (123)

In the same passage, when the narrator gathers the courage to complain about the budget inflation, the contractor attributes the fault to him, in what can be regarded as a script opposition between

COMPLAINT and ACCUSATION. The simile, combined with a hyperbole, makes the extract all the funnier:

When I confronted Arbogast with my disenchantment over cost overruns *that were challenging the German inflation of the 1920s*, he laid it off to my “psychotic demand for change orders.” (114)

Later that night, hearing a sound downstairs, the narrator gets out of bed and, stepping on his glasses, bolts face-first into an expensive porphyry dolphin Arbogast had bought. The slapstick passage – a universal laughter stimulant according to Giora (1994: 6) – contains yet another humorous simile, all the while setting another opposition between DEXTERITY and CLUMSINESS:

The blow caused my middle ear to ring *like the Arthur Rank logo* and rewarded me as well with an unimpeded view of the Aurora Borealis. (115)

The story closes under utter failure in the form of bankruptcy, due not only to Arbogast's expenditure, but also to the building inspectors' safety violation charges, which are sanctioned in court. The extract contains a simile which signals the switch from the VICTIM to the OFFENDER scripts:

I also have some dim recall of sitting before a judge who sat glowering *like an El Greco cardinal* as he mulched me to the tune of many zeroes. (115)

But the funniest similes in Allen's collection are perhaps the ones in the story about the theatrical production of *Fun de Siècle*. Their exaggeration and farfetchedness is so great that the reader cannot but laugh. Here is a sample, taken from the beginning of the story, just as the narrator runs into that “peerless purveyor of schlock Fabian Wunch”. After each quote I suggest an underlying script opposition:

- Bald, cheroot-sucking, and *as phlegmatic as the Wall of China*, Wunch is a producer of the old school... (99) [HUMAN vs. NON-HUMAN]
- Given the consistency and dimensions of his exaltation of flops, it has remained a puzzle *on a par with string theory* how he manages to raise money for each fresh theatrical holocaust. (99) [SCIENCE vs. BANALITY]
- Hence, when a beefy arm in a Sy Syms suit curled itself around my shoulder blades, (...) I could feel the wallet in my pocket instinctively clenching *like an endangered abalone*. (99) [ANIMATE vs. INANIMATE]

- “(...) I got an undiscovered genius mints hit songs *like the Japs roll off Toyotas*. Right now the kid walks dogs for a living (...)” (100)  
[ARTISTIC/CREATIVE vs. TECHNICAL/MECHANICAL]

## 5.2. *Understatement*

The stylistic device whereby events and circumstances are made to seem less important, impressive or serious than they really are is a plentiful one in Allen’s writing. Understatement, which Nash (1985: 152) regards as a form of sarcasm, is yet another strategy Allen employs to set overlapping semantic oppositions and thus establish comic incongruity.

The story about the cinema double’s ransom begins with the hero taking a plane to India, in which the VIOLENT TURBULENCE script is understated as follows:

The trip was uneventful save for some “light chop”, which caused the passengers to ricochet off the cabin wall like boiled atoms. (16)

During his long abduction predicament, the narrator never fails to trust his colleagues’ efforts to rescue him, up until the following moment:

After five days of no response, however, in which Veerappan’s spies told him the writer had reworked the script and the film was now being pulled up stakes and relocated in Auckland, *I began to feel uneasy*. (21)

The adjective “uneasy” obviously understates the legitimate despair anyone would feel under such extreme circumstances, and it is humorous qua dislocated and insufficient. In script analysis, the opposition is between TERROR and UNEASINESS.

The story about the shrink who receives “sheet songs” in exchange for therapy has a few hilarious understatements, whose comicality lies in the fact that the narrator does not seem to notice that he made a very bad deal. For a few months, Dr Feebleman’s “faith in [Pepkin’s] genius abode undiminished”, and he received “over a kilo of songs”, but no “suggestion of the green and crinkly” (122). At a certain point he finally conceded:

That not a single music maven I visited could find a molecule of promise in a hot cabaret number like “Make with the Hormones” or the sublime ballad “Early Alzheimer’s” has given me *fleeting intimations that Pepkin may not be the next Irving Berlin*. (122)

The blatant understatement puts forth a comic script opposition between EXCELLENCE and WORTHLESSNESS, which pervades through the story. Later on in the text, Feebleman finally manages to stage a few of Pepkin's songs, with the help of a fraudulent producer, Silverglide. Here is what follows:

The show opened with *mixed* notices. *The Poultryman's Journal* enjoyed it, as did *Cigar Magazine*. The dailies, along with *Time* and *Newsweek*, were *more reserved*, forming a consensus best summed up by the critic who called it "a black hole of imbecility." (124)

Once again, Feebleman fails to report objectively on the critics' opinions, which are overwhelmingly negative, and instead he mentions two ridiculously anonymous publications to counterbalance them. The use of the adjective *mixed* instead of *near-consensual*, and *reserved* instead of *devastating* are two obvious signs of understatement.

A similar adjectival hitch is present in the story about the clerk with philosophical worries, who says:

Because the concept of up and down is relative, the elevator I got went to the roof, where it was very *difficult* to hail a taxi. (128)

"Difficult" is hardly the adjective one would choose to describe such a situation, in which "impossible" or "unthinkable" or "farfetched" would be more adequate alternatives.

One last example of understatement takes place in the first story, in which Galaxie Sunstroke, the psychic, asks the narrator what he does for a living. He answers:

"Night watchman at a wax museum", I replied, "but it's not as fulfilling as it sounds." (9)

Obviously, saying that such a job "sounds fulfilling" is humorous because it is implausible. Actually, the understatement conceals a script opposition between FRUSTRATION and FULFILMENT, or an incongruity between BOREDOM vs. EXCITEMENT.

### 5.3. Irony

The debate around irony and its relation with humour is too intricate for us to tackle here (but vd. Ermida, 2003 & Frthc.). Suffice it to

say that, as opposed to sarcasm or understatement, which are based on the use of a “pro-code” (“a set of lexical forms that are blatantly equivalent to the ‘maternal proposition’ in terms of denotation”), irony is a trope based on the employment of a “counter-code” (cf. Nash, 1985: 152). In traditional rhetoric, irony also consists in saying the opposite of what the orator means. On the other hand, the pragmatic tradition established by Grice (1975) views irony as an infringement of the maxim of quality which stipulates that the speaker should always tell the truth so as to obey the cooperative principle. By flouting the maxim, Grice adds, the speaker is conveying an implicature aimed at providing additional, non-literal, semantic effects. Humorous communication typically illustrates this particular mechanism of maxim flouting and non-literality. In Allen’s *Mere Anarchy* (like elsewhere in his work – cf. Ermida, 2005), the use of irony can not only be read as a case of Gricean implicature, but also as yet another strategy to convey comic incongruity, and as such it deserves our attention here.

Let us again begin by looking at “Tandoori Ransom”. The lighting double to Afflatus is told that there is no room for him with the film crew on the charter flight to India, the reason being that the leading lady made a last-minute decision to bring her rottweiler along. He reports on the situation by using an adverb and an adjective that are exactly the opposite of what one might expect to hear given the negative – indeed, utterly unfair – circumstances. The incongruity of their use is therefore comic, while the corresponding irony is obvious. In script analysis terms, the irony sets an opposition between GOOD FORTUNE VS. MISFORTUNE, and FASCINATION VS. REPULSION:

*Fortunately* there was room for me aboard a return flight carrying a convention of beggars, and though I couldn’t parse a word of Urdu I was *fascinated* as they compared afflictions and examined one another’s bowls. (16)

Further on in the same story, when the situation becomes critical (i.e., when the abductors find out their mistake and realise that the actor they kidnapped is not the “movie idol” they had in mind), Veerappan, the gang leader, insults the protagonist in a very significant way, saying that he is “the type that drives a cab or works at an answering service waiting for that one big break that never comes”. Besides the fact that nowhere else in the story is the definition for failure given in such eloquent tones, the typically American cultural



references are absurd qua dislocated, and therefore comic. The protagonist reacts in the following way:

“Now, wait a minute”, I *yelled*, despite eight inches of black masking tape across my mouth, but before I could *really warm up to my theme* I received a wallop in the scone with a *huqqa*. I held my tongue as Veerappan segued into his peroration. All the crass bunglers were to be decapitated, he decreed *benevolently*. (20)

Several occurrences of irony enrich this passage. To begin with, *yell* is hardly the verb to use when the subject has eight inches of tape over his mouth. Secondly, such a start is actually a non-start, a point from which no *warming up to the theme* is possible, since the theme was never really introduced. Finally, decreeing decapitation is not a benevolent attitude at all. In short, what is meant is the exact opposite of what is said.

The Broadway producer story also contains interesting occurrences of irony. The following passage, a particularly rich one since it also exhibits two amusing similes and a hyperbole, has a crucial ironical adjective that renders the situation all the more comical. The narrator has just bumped into Wunch, who immediately seizes him and begins his usual exploitation attempts:

Were I a squid, this preamble alone would have been more than enough to trigger the ejaculation of black ink, and yet before I could scream for the riot police I found myself sucked up and flip-screened crosstown to a *modest* French restaurant, where, for as little as two hundred and fifty dollars per person, one could eat like Ivan Denisovich. (100)

“Modest” is definitely not an accurate description for a restaurant that charges such a sum for a meal. After the ordeal of listening to Wunch’s plot, the narrator ends his tale with a patently false statement regarding a theatre superstition that does *not* exist – an ironical assessment of the problem he has just evaded:

As far as me backing up *Fun de Siècle*, there’s an old theatre superstition that any show in which Franz Kafka sprinkles sand on the stage and does a soft-shoe is just too big a risk. (106)

Irony is also present in “On a bad day you can see forever”, when the owners of the house being renovated finally succumb, together with the house (literally), under Arbogast’s skilful ploy. The passage is as follows:

In the end, we sold the house for a song. *I can't recall if it was "Am I Blue?" or "Brother, Can You Spare a Dime?"* I do remember the faces of the building inspectors, however, and the admixture of zeal and dismay with which they enumerated my sundry violations, which they said could be rectified by either further contracting work or *accepting a lethal injection*. (115)

Taking the idiom "selling something for a song" literally and elaborating on what that song might be is obviously ironical, as it is the opposite of what one is expected to do: idioms are self-contained expressions, which speakers are not expected to analyse or deconstruct. Also ironical is the hyperbolic disjunctive clause "or accepting a lethal injection". It is obvious that no actual building inspector would ever give anyone such a choice. Both ironical phrasings are patently false, or, in Grice's terms, they blatantly flout the maxim of quality insofar as they do not mean what they express. They function humour-wise because they are incongruous and surprising. Semantically, they consist in the overlap of two opposite scripts: REAL vs. UNREAL.

The story about the psychiatric patient who pays his shrink by writing songs also contains a few hilarious ironies, one of which takes place when Dr Feebleman, after six months of treatment and, as mentioned above, a "kilo of songs", elaborates on the brilliance of his patient's creations:

One is a *sophisticated* bauble called "If You'll be My Puma in Yuma I'll Be Your Stork in New York". It's best crooned, and is replete with *clever* double entendres. (121)

Once again, the adjectives *sophisticated* and *clever* are not, at least judging by the lyrics, a good assessment of the song in question. As is the case with all previous extracts under analysis, the passage is humorous because of its incongruity. Besides, the irony establishes a semantic opposition between two sets of scripts that overlap: on the one hand, SOPHISTICATION and CLEVERNESS, on the other, respectively, PRIMITIVENESS and STUPIDITY. Exactly the same oppositions are present in yet another occurrence of irony, regarding another of Pepkin's songs, in which the adjective "magnificent" does not fit a description of such an aesthetic product:

The best number was a torch song called "Italics mine", which boasted the *magnificent* lyric "You're fine, like rare wine, I *love you* (italics mine)". (124)

## Conclusion

We could mention many other examples to illustrate the generous range of rhetorical strategies Allen makes use of to convey, and reinforce, comic incongruity. Still, the ones we did examine confirm my initial claim that the humour in *Mere Anarchy* is not only situational ('de re') but also, and especially, linguistic ('de dicto'). No matter how depressing the characters' situation may become, Allen narrates their troubles with such lively comicality that the reader never shares a sense of pathos. In fact, although the heroes suffer an array of negative emotions, from frustration through delusion to loss, their predicaments are systematically rendered in a comic light.

As this article has shown, the fact that most situations are exaggerated and, at times, a little absurd does not alone explain the flawless humour in the stories. Neither does the fact that the characters' plight is most of the time caused by selfish greed and ambition, which makes the readers detach themselves from their tragedy-prone fate. Rather, Allen's humorous expertise seems, as initially ventured, to be, first and foremost, linguistic. The semantic organisation of the texts, based on a combination of script oppositeness and overlap, is blended with a proficient use of stylistic devices which signal, and enhance, comic incongruity. In a nutshell, it is language that is responsible for turning a latently poignant plot material into a few good – uncompassionate and cathartic – laughs.

## References

- ALLEN, Woody (2007), *Mere Anarchy*. New York: Random House.
- ARISTOTLE, *Rhetoric*. Translated by W. D. Ross. Oxford: O.U.P., 1959.
- ATTARDO, Salvatore (1994), *Linguistic Theories of Humour*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter.
- BEATTIE, James (1764), "An essay on Laughter, and Ludicrous Composition". *Essays*, New York: Garland Publishing, 1971.
- BERGSON, Henri (1900), *Le Rire, Essai sur la Signification du Comique*. Paris: PUF, 1978.
- CICERO (55 AC), *De Oratore*. London: Heinemann. Ed. 1948, 2 Vols. 235-68, 371-97.
- CHIARO, Delia (1994), *The Language of Jokes: Analysing Verbal Play*. London and New York: Routledge.
- ERMIDA, Isabel (2003), *Humor, Linguagem e Narrativa: Para uma Análise do Discurso Literário Cômico*. University of Minho.

- ERMIDA, Isabel (2005), "When To Say is not To Mean: A Pragmatic Approach to Humorous Ironies". In: *Pragmatics Today*, Edited by Piotr Cap, Frankfurt/Main: Peter Lang, pp. 235-244.
- ERMIDA, Isabel (Forthcoming), *The Language of Comic Narratives: Humor Construction in Short Stories*. Berlin-New York: Mouton de Gruyter.
- FREUD, Sigmund (1905), *Jokes and their Relation to the Unconscious*. English Tr. J. Strachey, 1960. London: Penguin, 1991.
- GRICE, Paul (1975), "Logic and Conversation", in Peter Cole & Jerry Morgan (eds.), *Syntax and Semantics*, Vol. 3 (*Speech Acts*); New York: Academic, pp. 41-59.
- KANT, Immanuel (1790), *Critique of Judgement*. English Tr. James Creed Meredith. Oxford: Oxford University Press, 1978.
- MURPHY, M. Lynne (2003), *Semantic relations and the lexicon: Antonymy, synonymy, and other paradigms*. Cambridge: Cambridge University Press.
- NASH, Walter (1985), *The Language of Humour: Style and Technique in Comic Discourse*. London and New York: Longman.
- QUINTILIAN, *Institutio Oratoria*. Tr. H. E. Butler (1921). London: Heinemann, 4 vols., 1953.
- RASKIN, Victor (1985), *Semantic Mechanisms of Humor*. Dordrecht-Boston-Lancaster: D. Reidel.
- ROSS, Alison (1998), *The Language of Humour*. London-New York: Routledge.
- SCHOPENHAUER, Arthur (1818), *The World as Will and Representation*. New York: Dover Publications, 1966, 2 vols.

# Los caracterizadores como unidades gramaticalizadas

IVONETE DA SILVA ISIDORO  
Centro de Investigación Ramón Piñeiro,  
Xunta de Galicia

## Resumo

Partindo da proposta de una nova distribución ou organización das palabras en clases, en español, inclúem-se as preposicións no grupo das palabras estruturais, como *caracterizadores*. Este estudo presenta una análise do comportamento destas unidades e das súas características como unidades gramaticalizadas, contrastando-as con outras unidades de carácter adverbial, cuxo comportamento se asemella ao das preposicións, o que permite un cuestionamento sobre a inclusión das mesmas no grupo das unidades gramaticalizadas que funcionan como preposicións.

La clasificación de las palabras y su distribución en distintos grupos, según las similitudes y diferencias de sus rasgos, ha preocupado a las diferentes teorías lingüísticas desde la antigua Grecia hasta la actualidad. Así, se han utilizado tanto criterios morfológicos, que clasifican las palabras en cuanto a su forma, como sintácticos, que atienden a su función en la oración. La RAE (1973: 171), por ejemplo, dice que estos dos criterios suelen superponerse, ya que «la forma implica la función e inversamente», o que algunas veces «ambos criterios contribuyen a la clasificación de manera complementaria». Sin embargo, la mayoría de las gramáticas tradicionales hace esta clasificación basándose prioritariamente en el criterio morfológico, clasificando todas las palabras en dos grandes grupos: variables (las que poseen morfemas flexivos) e invariables (las que no los poseen). Por lo tanto, y dada la disparidad existente, este trabajo pretende replantear los criterios de clasificación de las palabras en español

utilizados hasta el momento. No obstante, como no cabría en los propósitos de este estudio un análisis exhaustivo de la clasificación propuesta, me centraré únicamente en los «caracterizadores», como un subgrupo de las palabras que se definirán como *estructurales*.

La clasificación basada en criterios exclusivamente morfológicos tiene, entre otros, el problema de ser superficial y muy vaga en cuanto al valor de cada una de las diferentes palabras del español, ya que nada informa respecto a las funciones que pueden desempeñar en los sintagmas. En este sentido, se muestra más completa la clasificación que presenta Jiménez Juliá (2001d: 2). En su propuesta distribuye las diferentes clases de palabras en tres grupos básicos, que recogen los tipos de unidades que tienen rasgos comunes entre sí y, al mismo tiempo, se oponen a las unidades de los otros grupos. Estos tres conjuntos se denominan a) palabras plenas; b) proformas; y, c) palabras estructurales.

- a) Las palabras **plenas** son las palabras de contenido léxico o semántico, es decir, las que expresan por sí mismas identidades o conceptos susceptibles de consideración, independiente de que pueden ser reales o imaginarios: los sustantivos, los adjetivos, los verbos y los adverbios.
- b) El grupo de las **proformas** recoge las palabras que, en principio, no tienen ningún valor léxico de por sí, pero adquieren el contenido semántico de las palabras que sustituyen. Este grupo, a su vez, se divide en dos subgrupos: uno formado por las palabras tónicas (pronombres personales, demostrativos e indefinidos, y partículas interrogativas), y otro, por las unidades átonas: las partículas relativas (*que, quien, quienes, cual, cuales, cuyo, cuya, cuyos, cuyas, cuanto, cuanta, cuantos y cuantas*) y los clíticos, que se refieren a los pronombres personales inacentuados, que pueden funcionar como indicadores de funciones de acusativo (*me, nos, te, os, lo, la, los, las*), o de dativo (*me, nos, te, os, le, les, se*).
- c) Las palabras **estructurales** tienen un papel fundamental en la formación de las frases, o, mejor dicho, en la relación entre los elementos que forman la estructura. Se dividen en dos subgrupos: los *nexos*, representados por las conjunciones y los relatores, que son palabras cuya única función es unir elementos de categorías sintácticas iguales o diferentes; y los

*caracterizadores*, compuestos por las preposiciones y los determinantes, que sirven principalmente para establecer relaciones entre las unidades (que suelen ser las palabras plenas) y, así, definir su valor sintáctico. Me centraré, por consiguiente, en las preposiciones para llegar a los caracterizadores adverbiales.

La evolución o el desarrollo de las preposiciones desde el latín hasta el español moderno se dio a partir de un proceso de desemantización de las mismas. Este proceso, a su vez, es producto de la gramaticalización, por la cual las preposiciones se han reduplicado, no sólo a través de la adquisición de nuevos valores (o acepciones) por las unidades ya existentes, sino también a través del empleo prepositivo que pasaron a desempeñar algunas unidades que, originariamente, no pertenecían a la clase de las preposiciones. Al gramaticalizarse, como es sabido, se produce la conversión de una palabra de contenido léxico en una de valor gramatical, o de una unidad gramatical en otra con un valor gramatical distinto. En el caso de las preposiciones, podemos encontrar algunas unidades que posiblemente están a medio camino en el proceso de gramaticalización, por no tener ya consolidados todos los rasgos de esta nueva clase. Lenz (1920: 510-511), por ejemplo, dice que las preposiciones *salvo*, *excepto*, *incluso*, *mediante* y *durante* «aún no han concluido su evolución porque rehuyen todavía el régimen de un acusativo pronominal». Los principales rasgos que suelen presentar las unidades que pasan por un proceso de gramaticalización son:

- a) **unidireccionalidad**: una vez que se convierta en una unidad gramatical, la palabra gramaticalizada difícilmente volverá a tener el mismo contenido que tenía antes;
- b) **clitización**: pérdida del acento de la palabra gramaticalizada;
- c) **erosión semántica**: pérdida del contenido semántico inicial o de parte del mismo;
- d) **pérdida de la autonomía**: por la fijación de posición en el sintagma, por la integración en la unidad a la que se asocia y por la imposibilidad de expansión;
- e) **obligatoriedad**: las unidades gramaticalizadas pasan a ser indispensables en el sintagma;

- f) **discategorización:** la palabra gramaticalizada pierde las flexiones y/o derivaciones;
- g) **coexistencia:** la palabra original sigue siendo empleada en la lengua, juntamente con la gramaticalizada.

Asimismo, se puede decir que los caracterizadores son los restos de los casos latinos, una vez que la función que desempeñan en español expresa muchos de los valores casuales que eran expresados por el sistema flexivo latino. Los determinantes, es decir, los artículos, demostrativos y posesivos, representan en español lo mismo que representaba el caso nominativo en latín. Trujillo (1971: 259), por ejemplo, señala que «el nacimiento del artículo está relacionado con la independización del nombre», que sólo se dio cuando los casos latinos dejaron de funcionar como tal.

Las preposiciones expresan el conjunto de los casos oblicuos latinos y representa, así, las relaciones de ablativo, dativo, genitivo y acusativo<sup>1</sup>. A partir del momento en el que las desinencias o declinaciones latinas dejaron de funcionar como especificación de los casos, fueron sustituidas por las preposiciones, por lo que tuvieron que pasar por un proceso de gramaticalización, ya que los valores que tenían no eran suficientes para abarcar toda la variedad de relaciones representadas por los casos que asumieron. En el caso de las preposiciones, no es difícil concluir que se trata de formas gramaticalizadas, sobre todo por la heterogeneidad que se observa entre las distintas unidades que componen esta clase. Lenz (1920: 496) ya decía que «las preposiciones en el fondo son principalmente adverbios de relación, adjetivos y participios adverbiales y sustantivos con preposición o sin ella». Es sabido, además, que en latín no había todas las preposiciones que hay actualmente en español, con todos sus valores y usos, aunque en latín tardío muchos de ellos ya se manifestaban con un valor parecido al que poseen hoy en día. Las preposiciones *ad>a*, *de>de*, *en>en* y *per>por*, cuyo valor inicial se limitaba al concepto locativo, pasaron a expresar también, todavía en latín, otros valores: *a*, por ejemplo, además de su valor locativo, pasó a desempeñar la función de introducir el complemento indirecto, que corresponde al dativo latino, como en:

*Le compré el libro a mi madre.*

---

<sup>1</sup> Se trata, en este caso, del acusativo de persona, o animado, que en español va precedido de la preposición *a*.



Además de esta nueva función, *a* adquirió también los valores temporal, modal y nocional, como, respectivamente, en los ejemplos:

*Volveré a las tres.*  
*Nos iremos a pie.*  
*Juegan a las cartas.*

Lo mismo ocurrió con las otras tres preposiciones: pasaron a representar en la lengua otros valores, además del original locativo:

*El libro **de** mi padre.*  
*Mesa **de** madera.*  
*País **en** vías de desarrollo.*  
*Estas casas están **en** venta.*  
*Lo compré **por** mil pesetas.*  
*Lo hago **por** ti.*

Podemos observar en el comportamiento de algunas unidades denominadas adverbios que, cuando cumplen la función de modificadores prenucleares, acaban por convertirse en caracterizadores adverbiales, y dejan de contar con la independencia que el tradicional adverbio siempre ha tenido en el sintagma. Esta tendencia se evidencia, más frecuentemente, en los modificadores prenucleares cortos. Jiménez Juliá (2001c: 8 – nota 16), define el caracterizador adverbial como «un adverbio que carece de su autonomía y funciona siempre como modificador de una unidad (a veces de una unidad concreta), sin llegar su gramaticalización al grado de las preposiciones». Se incluyen en este tipo de unidades las formas *casi*, *recién*, *bien*, *tan*, *muy*, *más* y *menos*, que, una vez ubicadas delante de un término cualquiera, adquieren un valor caracterizador y se convierten en unidades inmóviles destinadas a caracterizar el término al que preceden. Como se podrá ver, todas estas unidades presentan los rasgos de la definición de gramaticalización previamente señalada, sin libertad alguna en el sintagma y estando obligadas a preceder a su término y sólo a él. Asimismo, se puede observar la incapacidad de estas unidades para actuar sobre cláusulas<sup>2</sup>, incluso en posición preuclear, rasgo compartido por todos los caracterizadores adverbiales, ya que suelen actuar

---

<sup>2</sup> Considero aquí la «cláusula» según la definición de Jiménez Juliá (1995: 310): la unidad formada por «la unión de un tema y un predicado».

sólo sobre unidades verbales o nominales. Es fácil observar las diferencias de posibilidades secuenciales entre un adverbio (pleno) en función de modificador participial (adjetivo) y un caracterizador adverbial:

(A) El texto estaba correctamente escrito.

recién  
casi

(B) El texto estaba escrito correctamente.

recién\*  
casi\*

Las unidades *bien*, *tan*, *muy*, *más* y *menos* son «adverbios» que presentan un comportamiento diferenciado entre sí:

Este viaje fue cuidadosamente organizado.

bien  
tan  
muy  
más  
menos

Al posponer el adverbio, sin embargo, se constata que no todas las unidades son capaces de mantener su valor de modificador, funcionando en una estructura gramatical o inteligible:

Este viaje fue organizado cuidadosamente.

bien  
tan\*  
muy\*  
más\*  
menos\*

Podemos decir que estamos ante unidades cuyo comportamiento varía según el contexto, ya que algunas son capaces de encajarse en dos posiciones diferentes, aunque cambiando el sentido del enunciado, y otras, sin embargo, ya no poseen esta capacidad.

En relación con las unidades a las que pueden modificar y en qué posición se pueden poner los caracterizadores adverbiales, se pueden hacer las siguientes afirmaciones:

- a) *bien*, *menos* y *más* pueden modificar verbos, adjetivos y adverbios, y pueden colocarse en posiciones pre y posnucleares, aunque, como se ha dicho, este cambio de posición altera el sentido de la frase y, además, está limitado a algunos contextos;

- b) *tan* y *muy* nunca se posponen al término que modifican, lo que comprueba que funcionan únicamente como modificadores prenucleares. Además, estos caracterizadores se limitan a modificar adjetivos, participiales o no, y adverbios, ya que para modificar el verbo se emplean las unidades *tanto* y *mucho*, de las que son variantes respectivas.

Volviendo a las unidades *casi* y *recién*, también se distinguen en algunos rasgos de comportamiento. Ambas sólo aparecen en posición prenuclear, pero se diferencian en cuanto a los términos que pueden caracterizar. *Casi*, se antepone a adverbios, adjetivos, e incluso a formas verbales, con valor modal (*Estaba casi llorando*), mientras que *recién* se limita a caracterizar adjetivos participiales y ninguna otra clase de palabras.

Tras este análisis, podemos afirmar lo siguiente:

- A) Los caracterizadores son unidades que se desgastan para fines específicos, ocupándose, sobre todo, de la caracterización nominal o adjetiva.
- B) Hay una tendencia general de que estos caracterizadores se presenten con apócope e indicios de atonización, lo que se ilustra en la comparación entre // Lo hizo bien // [lo 'iθo'βjen] y // Está bien hecho // [es'ta βjen'etΣo].

Así, estos caracterizadores se acercan a la clase de las preposiciones, principalmente debido a la inmovilidad en el sintagma, que acaba por convertirlos en elementos imprescindibles en el mismo, al igual que las preposiciones. Sin embargo, los caracterizadores presentan todavía rasgos no compartidos por las unidades prepositivas:

### 1) **Caracterización semántica y sintagmática.**

El primer rasgo que diferencia los caracterizadores adverbiales de las preposiciones es su valor de caracterizador semántico, más que sintagmático, de modo que tienen, por lo tanto, la posibilidad de omitirse en el sintagma sin que su omisión provoque la agramaticalidad de la estructura. La caracterización marcada por las preposiciones, por el contrario, no permite su omisión, ya que sin ellas no se expresa claramente la relación sintagmática entre el término que las

precede y el que es precedido por ellas. Fijémonos en los siguientes ejemplos:

- a) *María casi no trabaja.*
- b) *Todavía no he visto a los recién llegados.*
- c) *Lo haría por mis hijos.*
- d) *Lo conseguimos mediante mucho esfuerzo.*

En (a) *casi* puede omitirse, y se mantendría la estructura *María no trabaja*, que, aunque no exprese lo mismo que *María casi no trabaja*, es un enunciado perfecto y, por supuesto, gramatical. Por otro lado, en (b), *recién* caracteriza *llegados* de tal forma que los dos se convierten en un todo casi indivisible, ya que la estructura *Todavía no he visto a los llegados* tiene mucho menos sentido que la estructura con *recién*. No se trata, sin embargo, de una estructura agramatical, pero, una vez que *llegados* es raramente utilizado como adjetivo, la construcción sin el modificador *recién* resulta un poco opaca. En dicha expresión, la caracterización del participio *llegados* se hace necesaria para que la misma tenga más sentido. A lo que parece, el comportamiento de *recién* se acerca al de las preposiciones, ya que, en algunos casos, la construcción que queda con su supresión suele ser carente de sentido y poco habitual. De todas formas, hay que tener en cuenta que la importancia de *recién* en la estructura se limita a lo que añade semánticamente, ya que no aporta ningún valor sintagmático. A diferencia de lo que ocurre con *recién*, hay estructuras en las que no hay posibilidad de omisión de los caracterizadores adverbiales que aparecen. Martínez (1994: 23), al plantear la imposibilidad de supresión de *hasta* en algunos contextos, ejemplifica con las construcciones *Todos lo han oído, hasta los sordos* y *Cualquiera puede entenderlo, hasta tú*, que se convertirían en construcciones agramaticales si se omitiera la referida unidad: *\*Todos lo han oído, los sordos* y *\*Cualquiera puede entenderlo, tú*.

Al igual que en los dos últimos ejemplos, en (c) y (d) si se prescinde de las preposiciones *por* y *mediante*, respectivamente, se obtienen las construcciones *Lo haría mis hijos* y *Lo conseguimos mucho esfuerzo*, que, como se puede ver, son agramaticales y carentes de sentido. Sin embargo, en el caso de las preposiciones no se trata de un cambio de sentido en la expresión, como ocurre con la omisión de *casi*, o en la creación de construcciones poco habituales, como con la supresión de *recién*, sino que al suprimirlas, se obtienen estructuras agramaticales. Ante esto, se puede afirmar que los caracterizadores adverbiales y las

preposiciones son categorías diferentes en cuanto a la posibilidad de omisión en la estructura, debido al valor sintagmático que aportan estas últimas.

2) **Relación con los términos.** Como consecuencia del valor sintagmático de las preposiciones, otra diferencia significativa entre ellas y los caracterizadores adverbiales se refiere a su relación con los términos que los preceden y los que son precedidos por ellos. Se ha visto que la preposición es una unidad que depende del término al cual se asocia, al mismo tiempo que lo caracteriza, para, con él, modificar la unidad que la precede. Así, se concluye que los dos términos de la relación y la preposición están íntimamente ligados, ya que la preposición forma con su término un todo significativo que, a su vez, se une al término que los precede. El caracterizador adverbial parece no mantener esta interdependencia con las dos unidades: marca el término al cual precede, que, en general, es capaz de completar el sentido del que precede al caracterizador, sin que éste sea necesario, aunque esto implique un cambio de sentido en el sintagma. Veamos los ejemplos:

- a) *María casi no trabaja.*
- b) *La comida estaba bien hecha.*
- c) *Se vende pan recién horneado.*

La modificación causada por las unidades *casi*, *bien* y *recién*, afecta sólo a los términos a los que preceden, es decir, a *no trabaja*, *hecha* y *horneado*, respectivamente, puesto que los elementos que empiezan la relación no tienen ninguna dependencia de los caracterizadores para que su sentido sea completado por los que la encierran. Esto confirma la posibilidad de omisión de estas unidades en estos contextos. Se puede decir *María no trabaja*, *La comida está hecha* y *Se vende pan horneado*. No es esto lo que ocurre con las preposiciones. El *Esbozo* de la RAE (1973: 434) dice que «la preposición precede siempre a su término, formando con él una unidad sintáctica y fonética que no puede destruirse sin alterar el sentido». Este todo indivisible que forman la preposición y su término completa el sentido del término inicial<sup>3</sup>, de modo que los tres elementos envueltos en la relación dependen de los demás para que el sintagma sea una unidad

---

<sup>3</sup> El *Esbozo* de la RAE (1973: 434) define como inicial y final, el término que precede a la preposición y el que se pospone a ella, respectivamente.

comunicativa y clara. En los ejemplos *Lo haría por mis hijos* o *Lo conseguimos mediante mucho esfuerzo*, las unidades *por* y *mediante* no figuran sólo en función de *mis hijos* y *mucho esfuerzo*, respectivamente, sino también de los términos *haría* y *conseguimos*.

Como conclusión de lo que se ha planteado, se puede decir que los caracterizadores son palabras estructurales que relacionan dos términos, al paso que definen su valor sintáctico. Los caracterizadores adverbiales son unidades que se asemejan a las preposiciones, porque tienen limitada su posición en el sintagma y son capaces de caracterizar un elemento en el mismo, mientras establecen una relación. Aunque presenten dos diferencias importantes con las unidades prepositivas (en algunos contextos se pueden omitir en el sintagma, y no son necesarios para completar el sentido del término inicial de la relación), los caracterizadores adverbiales ya no pueden confundirse con los adverbios plenos debido a la libertad que éstos tienen en el sintagma y a la mayor variedad de categorías a las que pueden modificar. Este planteamiento, pues, nos ha permitido clasificar los caracterizadores adverbiales como caracterizadores semánticos, mientras que las preposiciones se clasifican como caracterizadores semántico-sintagmáticos. En suma, lo que se ha propuesto con la revisión de estos rasgos es la formulación de nuevos criterios para una nueva clasificación de las palabras en español, en función de su comportamiento sintagmático.

## Referencias bibliográficas

- ALARCOS LLORACH, E. (1991), *Estudios de gramática funcional del español*, Madrid, Gredos.
- ALARCOS LLORACH, E. (1961), «Los pronombres personales», en *Linguistics Club*, 1961, cito por Alarcos Llorach, (1991), 200-212.
- ALARCOS LLORACH, E. (1967), «El artículo en español», en *To honour R. Jakobson*, 1967, cito por Alarcos Llorach, (1991), 223-234.
- ALARCOS LLORACH, E. (1976), «Los demostrativos en español», en *Verba* 3, 53-63, cito por Alarcos Llorach, (1991), 287-306.
- ALARCOS LLORACH, E. (1969), «Aditamento, adverbio y cuestiones conexas», en *Archivum* 19, 1969, cito por Alarcos Llorach, (1991), 307-342.
- BELLO, A. (1973), *Gramática de la lengua castellana*, Buenos Aires, Sopena Argentina.
- BOSQUE, I. (1989), *Las categorías gramaticales*, Madrid, Síntesis.
- BOSQUE, I. & V. DEMONTE, (eds) (1999), *Gramática descriptiva de la lengua española*, Madrid, Espasa-Calpe.

- BREA, M., (1985), «Las preposiciones: del latín a las lenguas románicas», en *Verba* 12, 147-182.
- COROMINAS, J. & PASCUAL, J. A. (1980), *Diccionario crítico y etimológico castellano e hispánico*, Madrid, Gredos.
- DE BRUYNE, J. (1999), «Las preposiciones», en I. Bosque & Demonte (eds); *Gramática descriptiva de la lengua española*, Madrid, Espasa Calpe, Tomo I. Cap. 10, 657-703.
- GARACHANA CAMARERO, M. (1999), «Gramaticalización», en *Moenia* 5, 155-172.
- GILY Y GAYA, S. (1943), *Curso superior de sintaxis española*, Barcelona, Vox, 1973, 11.<sup>a</sup> ed.
- HEINE, B., CLAUDI, U. & HUNNEMEYER, F. (1991), *Grammaticalization: A conceptual framework*, Chicago: The University of Chicago Press.
- HOPPER, P. & TRAUGOTT, E. (1993), *Grammaticalization*, Cambridge: Cambridge University Press.
- JIMÉNEZ JULIÁ, T. (1994), «Clases de construcciones, tipos de unidad y oraciones», en Hernández Paricio, F. (ed.), *Perspectivas sobre la oración*, Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 145-183.
- JIMÉNEZ JULIÁ, T. (1995), «Frase verbal, cláusula, estructura copulativa», en *Moenia* 1, 269-314.
- JIMÉNEZ JULIÁ, T. (2000), «Núcleos en gramática constitutivo-funcional», en *Verba* 27, 91-137.
- JIMÉNEZ JULIÁ, T., (2001), «Observaciones sobre las unidades paramorfológicas», en *Moenia* 7.
- JIMÉNEZ JULIÁ, T. (2002), «Notas para la combinatoria de preposiciones», en Lorenzo R. et al (eds), *Homenaje a Fernando R. Tato Plaza*, Universidad de Santiago de Compostela, 449-464.
- LAPESA, R. (1964), *Los casos latinos: restos sintácticos y sustitutos en español*, BRAE, XLIV, 57-105.
- LEHMANN, C. (1985), «Grammaticalization: synchronic variation and diachronic change», en *Lingua e Estile* 20,3, 303-319.
- LENZ, R. (1920), *La oración y sus partes*, Revista de Filología Española, Madrid.
- LÓPEZ GARCÍA, A., «El sistema prepositivo español», en *Nuevos estudios de lingüística*.
- LÓPEZ, M. L. (1970), *Problemas y métodos en el análisis de preposiciones*, Madrid, Gredos.
- LUQUE DURÁN, J. (1973), *Las preposiciones: 1 Valores generales*, Madrid, Sociedad General Española de Librería.
- LUQUE DURÁN, J. (1973), *Las preposiciones: 2 Valores idiomáticos*, Madrid, Sociedad General Española de Librería.
- LÓPEZ, MARÍA LUISA (1970), *Problemas y métodos en el análisis de preposiciones*, Madrid, Editorial Gredos.

- MARTÍNEZ, J. A., (1994), *Cuestiones marginales de gramática española*, Madrid, Istmo.
- Real Academia Española (1970), *Diccionario de la Real Academia Española*, Madrid.
- Real Academia Española (1973), *Esbozo de una nueva gramática de la lengua española*, Madrid: Espasa-Calpe, 1975, (3.<sup>a</sup> reimp.).
- SECO, R. (1990), *Manual de gramática española*, Madrid, Aguilar.
- TRAUGOTT, E. & HEINE, B. (eds.), (1991), «On some principles of grammaticalization», en *Approaches to grammaticalization*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. Volume I, 17-35.
- TRUJILLO, R. (1971), «Notas para un estudio de las preposiciones españolas», en *Thesaurus* 26, 2, 234-279.
- VENDRYES, J., (1921), *Le langage: Introduction à la linguistique*, Paris, Michel, 1968 (reimp.). Cito por la traducción española de Manuel de Montoliu y José María Casas, *El lenguaje. Introducción lingüística a la historia*, México, Impresora y Litográfica Azteca, 1967, (reimp.).



# Perceptual training and the learning of foreign language sounds: A new perspective

DENIZE NOBRE-OLIVEIRA  
(Centro Federal de Educação Tecnológica  
de Santa Catarina, Brasil)

## Resumo

Apesar de já ser uma prática comum no cenário internacional adotar o treinamento fonético perceptual como método para melhorar tanto a percepção auditiva quanto a produção oral de falantes de inglês como língua estrangeira, os ganhos com este tipo de treinamento ainda são de certo modo desconhecidos e/ou negligenciados no cenário nacional. Este fato faz com que o treinamento exclusivamente perceptual seja colocado em segundo plano se comparado com o treinamento oral (ou de pronúncia), ou seja, a prática de atividades que envolvem apenas exercícios do tipo *listen and repeat*, focalizando e priorizando o treinamento da modalidade oral. O presente trabalho visa divulgar os resultados de pesquisas anteriores realizadas no exterior com aprendizes de inglês como língua estrangeira, bem como os resultados de um estudo recente realizado com aprendizes de inglês no Brasil, que mostram os benefícios do treinamento fonético perceptual na melhora não apenas da percepção dos sons de uma língua estrangeira, mas também na produção destes sons, mesmo sem nenhum tipo de treinamento da pronúncia. Os resultados também indicam que os efeitos do treinamento perceptual em um curto período de tempo possuem efeitos de longo prazo.

## 1. Introduction

Several studies have proved perceptual training to be effective in the improvement of learners' auditory skills (Strange/Dittmann, 1984; Jamieson/Morosan, 1986; Rochet, 1995; Yamada *et al.*, 1996; Bradlow *et al.*, 1997, among others). Furthermore, the gains with perceptual training seem to have gone beyond the scope of the auditory modality, as reported in studies which show improvement in the oral modality

(Rochet, 1995; Yamada *et al.*, 1996; Bradlow *et al.*, 1997, 1999). However, as found in English as a Foreign Language (EFL) textbooks as well as in most pronunciation manuals, perceptual training has been neglected in Brazil if compared to production training.

The present study focused on the effects of perceptual training in the perception and production of six English vowels by Brazilian learners. The aim of this article is to divulge the results of previous research on this topic which was carried out in different countries, including Brazil, highlighting the benefits of perceptual training on the improvement of the perception of nonnative sounds. The long-term effects of this kind of training are also discussed.

## 2. Effects of perceptual training

One of the first studies involving training as a means to improve foreign language (FL) phonetic skills was Strange and Dittman's (1984). In this study, the authors attempt to improve native Japanese speakers' ability to perceive English /r/ and /l/, which are not contrastive in their L1. The participants were trained on the discrimination of the targets, using synthesized instances of "rock" and "lock", and after 18 training sessions over three months, the Japanese discriminated the targets as accurately as the native speakers of English.

Jamieson and Morosan (1986) carried out a study focusing on the learning of English /θ/ and /ð/ by native speakers of Canadian French. The participants received identification training with synthesized stimuli for four days. In identification or labeling tasks, the participants heard a word containing the target segment and they had to give a label to this segment. They could have two or more label choices. Results show that, after only 90 minutes of practice, not only did the participants improve their perception of the targets but also transferred this improvement to natural tokens, which had not been trained.

The same tendency was found in a study by Yamada *et al.* (1996) with native speakers of Japanese who were trained on the /r-l/ contrast. The participants received 45 perceptual training sessions over 14 days after which they had their perceptual and production abilities improved. Follow-up tests also showed that the improvement in the participants' perceptual performance was maintained six months after training was over.

Another study on the perception of /r/ and /l/ by Japanese learners was carried out by Bradlow *et al.* (1997). After 45 sessions during

approximately four weeks of identification training with natural stimuli, the authors found evidence for generalization of the new knowledge to new speakers and new tokens. Nevertheless, the main contribution was on the perception/production domain: The knowledge acquired with perception training was transferred to production, which also improved even without any specific production training.

The results of a study by Rochet (1995) on voicing contrasts of French stops with speakers of Mandarin showed that extensive training (in terms of number of hours and days) is not a prerequisite to the effectiveness of results. After a total of only three hours of training distributed within six sessions, the author showed that the perceptual boundaries of the target stops were significantly closer to the French boundaries. Furthermore, as reported in other studies, the author also reported the transfer of learning to the production level.

As reviewed in this section, perception training is not only feasible but also economical: it does not require native speakers of the target foreign language (authentic audio material and a skilled teacher are the only requirements) and it is economical in terms of (i) amount of time needed to obtain significant results (satisfactory results can be reached after only a few hours of training), and (ii) long-term retention of the new knowledge (learners tend not to forget what they have learned).

### **3. Method**

#### **3.1. *Participants***

In this section, a study involving perceptual training in Brazil is described. Thirty-six undergraduate students of English at the Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) in Brazil participated in this study, being 7 in the control group of Brazilian Portuguese native speakers, with no specific phonetic training, and 29 in the experimental group, who received perceptual training. The experimental group consisted of third- and fourth-semester students of the undergraduate English course and fifth-semester students of the undergraduate Executive Secretary course. There was also a group of two native speakers of American English which served as a control group for the perception tests.

Except for the students in the control group, all of the participants in this study were enrolled in the “Pronunciation Lab” class, which is

given during the third semester of the undergraduate English course. All the Brazilian participants are intermediate speakers of English, more specifically of the General American English variety. None of them had been to an English-speaking country for more than one month, or spoke other foreign languages fluently. None of them reported having any hearing problems.

Most of the participants are from and have spent most of their lives in cities in the south of Brazil. The only exceptions are participants 24 and 28, who are originally from São Paulo (southeastern Brazil), but they have also spent most of their lives in southern cities (Porto Alegre and Florianópolis, respectively). All of them are full-time undergraduate students at UFSC and their ages range from 18 to 30 years (mean = 20.8).

### 3.2. *Materials*

#### 3.2.1. *Production tests*

There were two production tests: a pretest, which was applied before the training began, and a posttest, which was applied twice – as soon as the training was over and one month after the first posttest.

In the production tests, the participants read a total of 116 monosyllabic English words containing the vowels /i, ɪ, ε, æ, ʊ, u/ inserted in a voiceless consonantal context, being 29 in isolation and 87 within a sentence. In addition, the participants also recorded 20 words containing the vowel /ʌ/, as well as 32 /bVt/ and /bVk/ words containing the target vowels, which served as distractors and were then discarded. Thus, each participant recorded a total of 168 words from which 136 were actually considered for analysis. The target words appeared first in isolation and then within a sentence.

The target vowels in the production tests were presented within a voiceless context. Voiceless contexts were selected because they facilitate the identification of the vowel boundaries and, as a result, the whole process of vowel segmentation. Therefore, the contexts were /sVt/, /ʃVt/, /pVt/, /pVp/, /tVt/, /tVk/, /kVt/, /kVk/, and /kVp/.

The English production pretest was carried out on the first day of class. The participants were recorded in a quiet room with a Sony Minidisc Recorder and a Sony ECM-MS907 condenser microphone. Before starting the recording session, instructions were given and the participants were told that they would not record the words in paren-

theses in the English production test, which served just as reference, and that the three following words would rhyme with the reference words. The words were presented in sheets of paper and the learners were asked to read each word/sentence with normal speech rate. On average, the participants spent 3.5 minutes to record the production test.

The recordings of the words and sentences containing the target vowels were digitized at 22kHz, with 16-bit accuracy, MONO, in the Audacity 1.2.4 software. A wideband spectrogram and the waveform of the words containing the target vowels were visualized using the software Praat 4.4.01. In order to segment the targets, vowel boundaries were selected close to the first and last zero crossings<sup>1</sup>, marking the beginning and the end of the target vowel. After marking the vowel boundaries, the target vowels had their acoustic properties (duration, F0, and the first three formants).

Only the productions of the female participants were analyzed, since they were in a greater number than the male participants. In order to compare the production of each participant in the pretest and in the posttest, and thus check whether there was improvement after training or not, F0, F1, F2 and F3 were measured, but only F1 and F2 were analyzed in this study. The pitch floor was set at 120Hz and the pitch ceiling at 400Hz. The optimal formant ceiling chosen for each vowel and for each speaker was the one that had the lowest F2 standard deviation. After that, the median of each vowel was calculated, as well as the Euclidean Distance (ED) between vowels. Having these values measured, the vowels produced by the learners in the pretest and in the posttest were plotted in Praat 4.5.14 and compared to each other.

### 3.2.2. Perception tests

The perception tests consisted of a forced-choice labeling task in which the participants had to identify the American English vowels within 108 CVC words produced by 8 native American English speakers (4 males and 4 females). The words included nine of the American English vowels (the targets /i, ɪ, ε, æ, ʊ, u/ plus three distractors, /ʌ, ɑ, ɔ/), totaling 70 targets and 36 distractors. Target vowels and

---

<sup>1</sup> Zero crossing is the portion of the waveform that crosses zero amplitude.

distractors appeared twice within the following contexts: /bVt/, /kVt/, /pVt/, /sVt/, /tVk/ and /tVt/.

Before the perception test started, the participants received instructions on the procedure they should follow: They would hear a word and, in the answer sheet, they should circle the word that contained the same vowel sound as in the word they had just heard. The possible answers corresponding to the vowels /i, ɪ, ε, æ, ʌ, ɑ, ɔ, ʊ, u/ in the answer sheet were, respectively, “sheep, ship, bed, bad, cut, hot, talk, foot, boot”. The perception tests (pre-, post-, and follow up) were done in the Language Lab at UFSC. To perform the identification task appropriately, the participants used Sony headsets (H5-95). Also, there was a short break after every 18 words.

The pretest was carried out on the first day of class, and the posttest was applied as soon as vowel training was over, in the fifth week of class. The results of the perception pretest and posttest were compared and statistical tests were used in order to check whether there was any significant improvement in the participants' perception of the targets or not. The same procedure was adopted with the posttest and the follow up test.

### 3.2.3. *Training*

The class was divided into two parts: theoretical and practical. In the first part, the learners were introduced to some basic acoustic and articulatory vowel properties. In the second part of the class, the learners went to the Language Lab, where they performed listening activities in which they listened to the stimuli and had to choose one option in their answer sheet. In the first week of training they practiced only front vowels, in the second week they practiced back vowels, and the third week of training was dedicated to practicing all vowels together. All activities performed in class were divided into two blocks (“Part 1” and “Part 2”) and they consisted of identification tasks. The teacher would provide immediate feedback after each trial. In each class, the learners were assigned homework to be done and sent to the teacher via e-mail, in order to provide learners with a larger amount of training. Software consisting of four activities was developed and saved on a CD, which was handed out to the participants as homework to be done and sent back to the teacher.

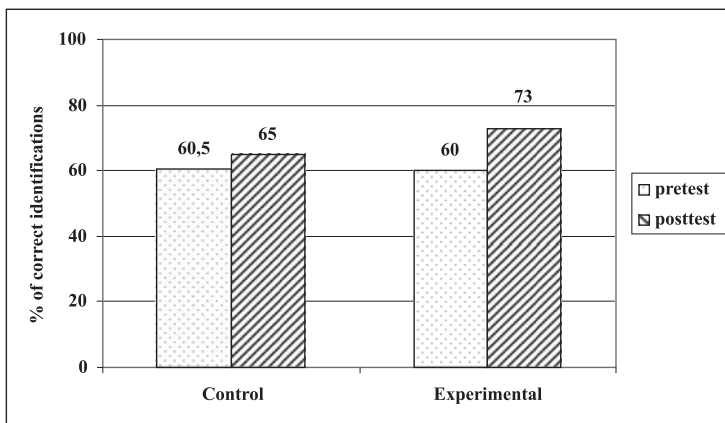
The software consisted of 2 identification tasks and 2 discrimination tasks. Similarly to the training done in class, every week the

vowels focused on the software activities were different: front vowels in the first week, back vowels in the second, and all vowels in the third week. After finishing each activity, the learners would save the results and send them to the teacher by e-mail. As soon as she received the results file and decoded it, the teacher corrected the exercises and wrote a feedback report for each learner. The learners had a deadline to send their result files and they were told that they could redo the activities in the software as many times as they wanted.

#### 4. Results

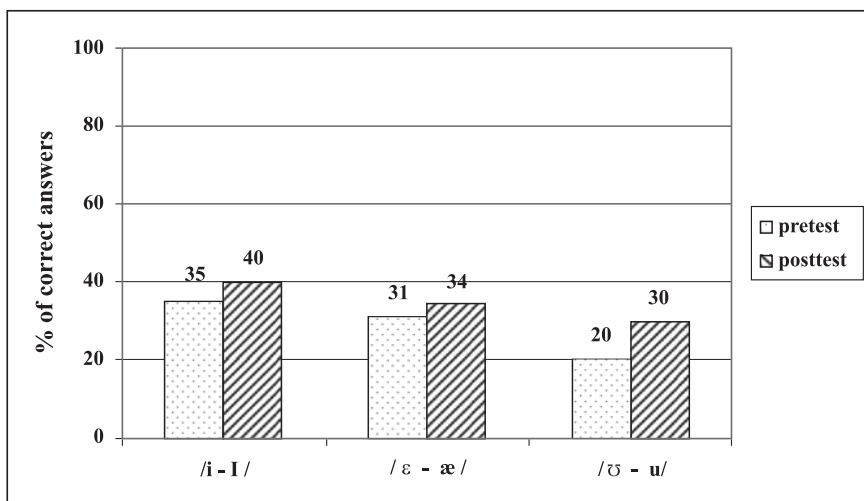
Figure 1 shows that the control group identified 60.5% of the target vowels correctly, whereas the experimental groups did 60% of correct identifications before training. Independent-samples t-tests showed that there was no significant difference between groups ( $t(34) = .091$ ,  $p > .928$ ), which confirms that the performance of the control and experimental groups was similar before training.

However, statistical tests indicate that there was a significant difference in the results of the experimental groups from pretest to posttest ( $t(28) = -8.333$ ,  $p < .0001$ ), showing that there was a considerable improvement in the performance of the participants in that group. Conversely, the performance of the control group in the posttest did not differ significantly from the pretest. These results suggest that training had positive effects and contributed to the improvement of the participants' perceptual ability.



**Figure 1.** Results of the pretest and posttest for the control group and experimental groups.

From the three target vowel pairs analyzed in this study, results show that the pair /u-ʊ/ was the one that improved the most, followed by /i-i/ and /ɛ-æ/, respectively, as shown in Figure 2. However, statistical tests showed that only the improvement of the pair /u-ʊ/ was significant, and the improvements of /i-i/ and /ɛ-æ/ only represent tendencies.



**Figure 2.** Perceptual improvement per vowel contrast in the Experimental group after training.

As for the production results, it was possible to observe that the experimental groups improved their oral performance of the pair /i-i/ considerably, but no production gains were found for /ɛ-æ/ and /ʊ-u/, as shown in the plots in Figure 3.

From the vowel plot in Figure 3, two results are suggested: First, related to dispersion, there has been more variation of the production of /i/ in terms of height and backness, which suggests that the participants actually perceived some difference and tried to adjust to it, although it was small in extent. Second, they slightly increased the ED between /i-i/. It is possible to better visualize such increase in Figure 4. Statistical tests showed that the performance of the participants was considerably better in the posttest for the vowels /i-i/ ( $t(22) = -3.33$ ,  $p < .006$ ). As to the pairs /ɛ-æ/ and /ʊ-u/, no statistical significance was found in terms of increase of ED after training.



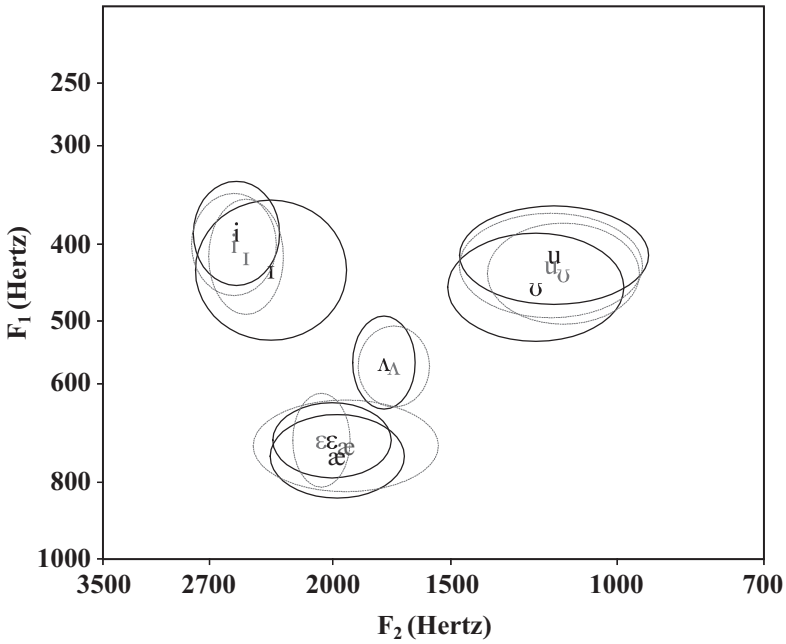


Figure 3. Normalized L2 vowels produced by the female participants in the pretest (grey line) and in the posttest (black line) in the Experimental groups.

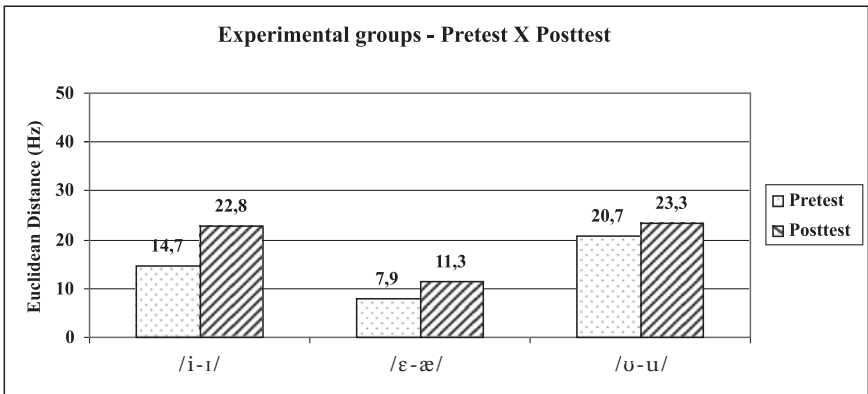


Figure 4. Mean ED of each L2 vowel pair in the pretest and in the posttest of the Experimental group.

As for the long-term effects of training, differently from the results of previous studies, no gains in terms of perceptual training were registered, but no loss of the new knowledge was found either, which is a positive finding. Perhaps such long-term gains were not found because of the rather short time interval between posttest and follow up test.

## 5. Conclusion

The findings of the present study bring about some pedagogical implications. It is possible to conclude that perceptual training improved both perception and production skills, even in the absence of any production practice, although such improvement did not occur in parallel in the two dimensions.

Also, language teachers should consider increasing the use of perceptual training in their classes. Nowadays, pronunciation courses foreground oral training, leaving the listening practice to a second plan. As pointed out by Rochet (1995), perception training “is easier to administer” (p. 396), since it can be done without the presence of the teacher (it can be done at home), and learners can be provided with immediate feedback.

One limitation of the present study was that, due to its longitudinal nature, the follow up test was done only one month after the posttest, which might have prevented learners to achieve better long-term results. Therefore, I suggest that learners are tested at least three months after training is over, similarly to previous studies, in order to more reliably check the long-term effects of training.

## 6. Works cited

- BRADLOW, Ann / PISONI, David / YAMADA, Reiko Akahane / TOHKURA, Yoh'ichi (1997), “Training Japanese listeners to identify English /r/ and /l/: IV. Some effects of perceptual learning on speech production”, *Journal of the Acoustical Society of America*, vol. 101, pp. 2299-2310.
- BRADLOW, Ann / YAMADA, Reiko Akahane / PISONI, David / TOHKURA, Yoh'ichi (1999), “Training Japanese listeners to identify English /r/ and /l/: long-term retention of learning in perception and production”, *Perception & Psychophysics*, vol. 61, pp. 977-985.
- JAMIESON, Donald / MOROSAN, David (1986), “Training non-native speech contrasts in adults: acquisition of the English /θ/-ð/ contrast by francophones”, *Perception & Psychophysics*, vol. 40, pp. 205-215.

- ROCHET, Bernard (1995), "Perception and production of second-language speech sounds by adults", in Winifred Strange (ed.), *Speech perception and linguistic experience: Issues in cross-language research*, Timonium, MD: York Press, pp. 379-410.
- STRANGE, Winifred / DITTMANN, Sybilla (1984), "Effects of discrimination training on the perception of /r-l/ by Japanese adults learning English", *Perception & Psychophysics*, vol. 36, n° 2, pp. 131-145.
- YAMADA, Reiko Akahane / TOHKURA, Yoh'ichi / BRADLOW, Ann / PISONI, David (1996), "Does training in speech perception modify speech production?", *Proceedings of the Fourth International Conference on Spoken Language Processing*, Wyndham Franklin Plaza Hotel, Pennsylvania. Philadelphia: Institute of Electrical and Electronics Engineers, pp. 606-609.



# An acoustic description of Brazilian Portuguese oral vowels<sup>1</sup>

ANDRÉIA SCHURT RAUBER  
(Universidade do Minho)

## Resumo

Este estudo objetivou investigar a produção das sete vogais orais do português brasileiro (PB) por mulheres e homens monolíngües dos estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Além de fornecer uma descrição acústica das vogais, com dados de duração, F0 e dos três primeiros formantes, o estudo também investigou em quais pistas acústicas (duração e/ou qualidade espectral) os participantes se basearam para pronunciar os sons vocálicos. Os dados foram obtidos através da leitura de frases contendo palavras com as vogais-alvo em sílaba tônica. Os resultados mostram que a qualidade espectral é a principal pista acústica usada pelos participantes deste estudo para fazer distinções entre as vogais do PB.

## 1. Introduction

This study provides a description of the acoustic characteristics (duration, fundamental frequency (F0), and the first three formant values (F1, F2, and F3)) of the seven Brazilian Portuguese (BP) oral vowels in stressed position (/i, e, ε, a, ɔ, o, u/). A limited number of studies provided acoustic descriptions of BP oral vowels (Faveri, 1991;

---

<sup>1</sup> Acknowledgements: This work is part of the study which investigates the perception and production of English vowels by native speakers of Brazilian Portuguese and was supported by a CAPES (Brazilian Ministry of Education) grant. I would like to thank Professor Dr. Paul Boersma, from the University of Amsterdam, for the scripts that allowed the vowel formants and duration to be measured automatically.

Lima, 1991; Moraes *et al.*, 1996; Pereira, 2001; Seara, 2000), and all these studies investigated the productions of male participants who had lived in the capitals of several Brazilian states. The participants in Faveri (1991), Lima (1991), Pereira (2001), and Seara (2000) were from Florianópolis (South); and the participants in Moraes *et al.* (1996) were from three regions: Recife and Salvador (Northeast), Rio de Janeiro and São Paulo (Southeast), and Porto Alegre (South). The vowels measured in the present study were produced by both male and female participants from non-capital cities in the South of Brazil. Thus, this study investigates a different variety and goes further in analyzing how the participants make use of duration and spectral quality to produce BP vowels.

## 2. Method

### 2.1. Participants

The productions of twelve BP monolingual speakers (6 women and 6 men) were recorded, four speakers (two women and two men) from each of the Brazilian southern states Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC) and Paraná (PR). The women's ages ranged from 20 to 31 years (mean = 27 years), and the men's ages ranged from 20 to 36 years (mean = 26 years). The speakers were from the following cities: Rio Grande-RS, Santa Maria-RS, Chapecó-SC, and Cascavel-PR. None of the participants spoke any foreign language and all affirmed to have had no contact with speakers of other foreign languages in their daily routines.

### 2.2. Corpus

The corpus consisted of 70 words and nonce words, 10 for each of the BP vowels (/i, e, ε, a, ɔ, o, u/) of the following 5 phonological structures: pV.pV, tV.kV, kV.kV, fV.fV, sV.sV. The words and nonce words were contextualized in a carrier sentence preceded by one of the words: *CVCe/o. Em CVCe e CVCo temos V* (C = consonant, V = vowel). All the words were stressed on the first syllable. Thus, the participants would read sentences like: *Pêpe. Em pêpe e pêpo temos ê* (Pêpe. In pêpe and pêpo we have ê).

The phonological contexts were chosen by taking into account the place of articulation and the absence of voicing. Since each sentence contained two target words formed by the same vowel and consonantal context, the second syllable of the first and second words ended in the graphic vowels “e” and “o”, respectively, but were always read as [ɪ] and [ʊ] due to a production BP process of raising of the vowels /e/ and /o/ in word-final unstressed position. These two vowels were chosen because they have similar F1 values. For words containing the vowels /e/, /o/, /ɛ/ or /ɔ/ in the stressed syllable, the vowels were written as ê, ô, é or ó, respectively, to help the participants identify the vowel to be produced. All literate Brazilians are familiar with these diacritics. Table 1 shows the target BP words read by the participants.

**Table 1: Target words read by the BP monolinguals**

Vowel	pVpV	tVkV	kVkV	fVfV	sVsV
[i]	pipe/pipo	tike/tiko	kike/kiko	fife/fifo	sisse/sisso
[e]	pêpe/pêpo	têque/têco	quêque/quêco	fêfe/fêfo	sêsse/sêssô
[ɛ]	pépe/pépo	téque/téco	quéque/quéco	féfe/féfo	sésse/sésso
[a]	pape/papo	taque/taco	caque/caco	fafe/fafo	sasse/sasso
[ɔ]	pópe/pópo	tóque/tóco	cóque/cóco	fófe/fófo	sósse/sósso
[o]	pôpe/pôpo	tôque/tôco	côque/côco	fôfe/fôfo	sôsse/sôsso
[u]	pupe/pupo	tuque/tuco	cuque/cuco	fufe/fufo	susse/susso

The isolated word was not considered for analysis. Each BP monolingual read the 35 target sentences twice, resulting in 140 tokens (7 vowels x 2 tokens per sentence x 5 contexts x 2 repetitions). The total of BP tokens analyzed was 1680 (140 tokens x 12 participants).

### 2.3. Procedure

The recordings were made in a quiet room at the participants' homes in Brazil, and in case there was some background noise during the recordings, the participants were asked to reread the affected item(s). Each participant was asked to read the target sentences at normal speed. To help maintain a falling intonation each sentence was shown on a different card. The participants were allowed to read the item on the next card only if the recording was satisfactory in terms of intonation and vowel height. Even though the speakers were informed

that the two target words in the sentence should rhyme with the word in isolation, and even with the signaling in orthography (ê, é, ô, ó), in the sentences containing the vowels [e]-[ɛ] and [o]-[ɔ] many participants tended to mix vowels, pronouncing an open and a closed vowel in the same sentence. In the instances when this type of confusion occurred, the participants were asked to repeat the sentence until all the vowels were pronounced with a similar quality.

#### **2.4. Recording equipment**

All the productions analyzed in the present study were recorded with a Sony MZ-NHF800 minidisk recorder, with a Sony ECM-MS907 condenser microphone at 22 kHz, with 16-bit accuracy.

#### **2.5. Data analysis**

##### *2.5.1. Duration*

Before running a script that can automatically and reliably measure formants, each vowel was manually segmented and labeled in the digitized sound wave by using the program Praat, version 4.4.23 (Boersma/Weenink, 2006). Either the beginning or the end of the selection was close to a zero crossing, that is, when the wave crosses zero amplitude. The start and end points were considered the first and last periodic pulses on the waveform that had considerable amplitude and resembled the vowel period. The choice for voiceless consonantal contexts was exactly to facilitate duration measurements, since these consonants allow a more precise identification of the first and last constant periodic pulses of the vowel.

##### *2.5.2. Fundamental frequency (F0)*

In order to measure the fundamental frequency, the central 40% of the target vowels was measured automatically with Praat using autocorrelation analysis. The pitch floor was set at 60 Hz for men and 120 Hz for women, and the pitch ceiling was set at 400 Hz for both. After the pitch values of the center of the vowel were found, their median was calculated.



### 2.5.3. *The first three formants*

The formant measurements for F1, F2 and F3 of each vowel were made by applying the burg algorithm (Anderson, 1978) built in Praat to calculate the Linear Predictive Coding (LPC) spectra with the number of formants per frame defined as 5. Due to the great differences between the vocal tract shapes, the formant ceiling was determined for each type of vowel produced by each participant. In order to find the optimal ceiling, all values from 4500 to 6500 Hz in 10-Hz steps were calculated for women, and all values from 4000 to 6000 Hz in 10-Hz steps were calculated for men. The optimal ceiling for each vowel for each speaker was the one which yielded the lowest standard deviation of F2 over the measured values, which were a total of 20 for each vowel. The window length was set to 50 ms, and the time steps were defined as 25 ms.

## 3. Results

As described in Section 2.1., the BP monolinguals are from three different Brazilian states: Rio Grande do Sul, Santa Catarina and Paraná. An analysis of variance (ANOVA) of the independent variables F1 and F2 revealed that there are significant differences among participants within the group of men and within the group of women. Tukey post-hoc tests showed that there is no homogeneous tendency that allows the participants to be grouped by dialect, because, for instance, one participant from one language variety did not have any statistically significant formant value difference from participants from the other two varieties, but for some vowels this participant's formant values differed significantly from the other participant from the same variety. This lack of consistency in the results can be explained by the limited number of participants from each region (only 2 per gender per variety). Thus, henceforth the participants will be considered to pertain to only one variety: the BP spoken in non-capital cities of the southern Brazilian states. The participants will only be grouped by gender.

The mean, median and standard deviation (SD) of the formant values of all the vowels produced by the BP female and male participants in the five phonological contexts are shown in Tables 2 and 3, respectively. The mean values are plotted in Figures 1 and 2.

**Table 2: BP women's duration, F0, F1, F2 and F3 values  
(N = number of vowels)**

		/i/	/e/	/ɛ/	/a/	/ɔ/	/o/	/u/
	N	120	120	120	120	120	120	120
Dur.	Mean	92	111	127	127	123	111	93
	Median	94	111	128	127	124	112	94
	SD	19	24	26	24	23	23	19
F0	Mean	241	222	206	202	206	221	245
	Median	234	214	202	200	204	212	240
	SD	37	34	31	32	31	23	40
F1	Mean	298	414	606	890	631	422	326
	Median	286	408	611	896	636	416	320
	SD	41	36	51	87	74	38	49
F2	Mean	2710	2540	2282	1667	1091	908	880
	Median	2694	2558	2283	1682	1098	904	825
	SD	151	192	152	143	150	128	235
F3	Mean	3200	3021	2912	2580	2693	2880	2875
	Median	3248	3058	2964	2627	2676	2902	2904
	SD	328	279	286	321	217	184	211

**Table 3: BP men's duration, F0, F1, F2 and F3 values  
(N = number of vowels)**

		/i/	/e/	/ɛ/	/a/	/ɔ/	/o/	/u/
	N	120	120	120	120	120	120	120
Dur.	Mean	95	114	130	130	130	113	96
	Median	95	116	134	132	131	114	98
	SD	17	19	21	17	20	18	16
F0	Mean	151	146	136	136	135	146	157
	Median	153	143	136	134	134	146	154
	SD	41	26	30	28	30	35	35
F1	Mean	292	344	494	651	542	379	308
	Median	293	339	497	686	574	390	308
	SD	23	35	64	109	69	37	21
F2	Mean	2212	2080	1908	1405	971	874	834
	Median	2199	2061	1888	1383	967	849	790
	SD	130	170	133	157	105	128	174
F3	Mean	2950	2755	2614	2346	2334	2466	2526
	Median	2972	2734	2620	2314	2346	2452	2468
	SD	214	200	156	224	266	186	261

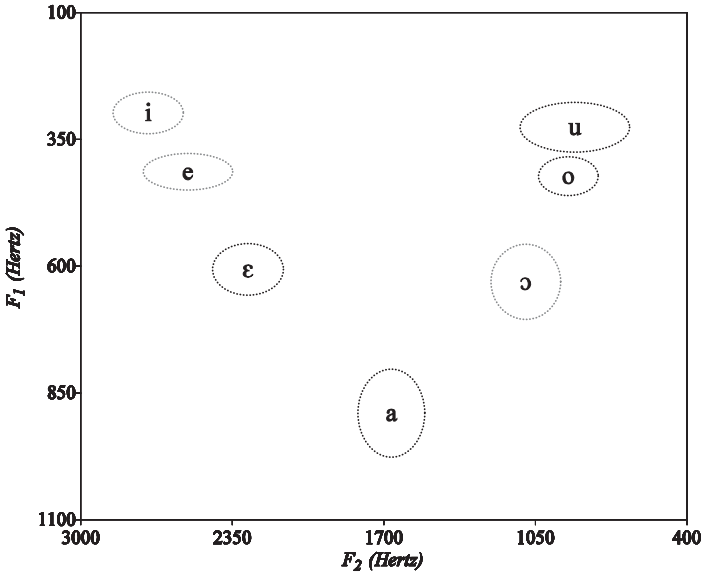


Figure 1: BP female participants' mean and SD (in ellipses) of the F1 and F2 values in Hz

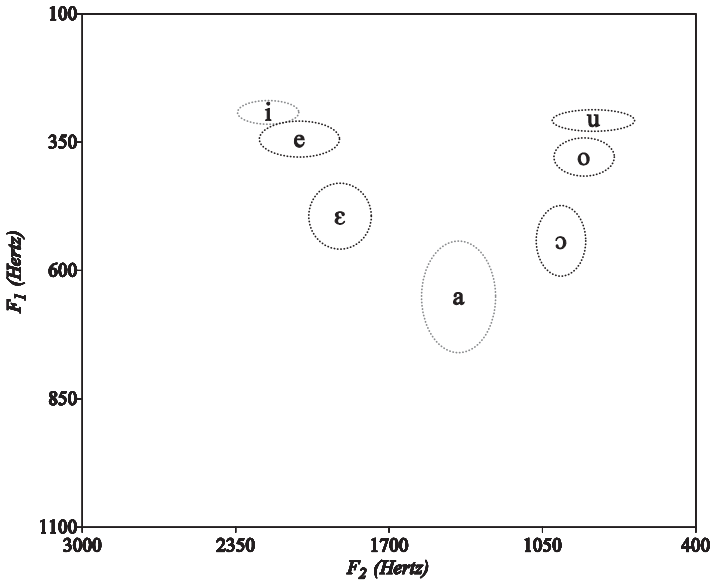


Figure 2: BP male participants' mean and SD (in ellipses) of the F1 and F2 values in Hz

The vowels plotted in Figure 2 show that the women's vowel system is slightly more symmetrical than the men's if the series of front and back vowels are taken into account. Accordingly, paired-samples t-tests confirm the visual impression from the vowel plots. The results show that the men from the Brazilian Southern states have higher front than back vowels, but none of the women from the Brazilian Southern states has the front vowels significantly higher than their back vowel counterparts, as can be seen in Table 4.

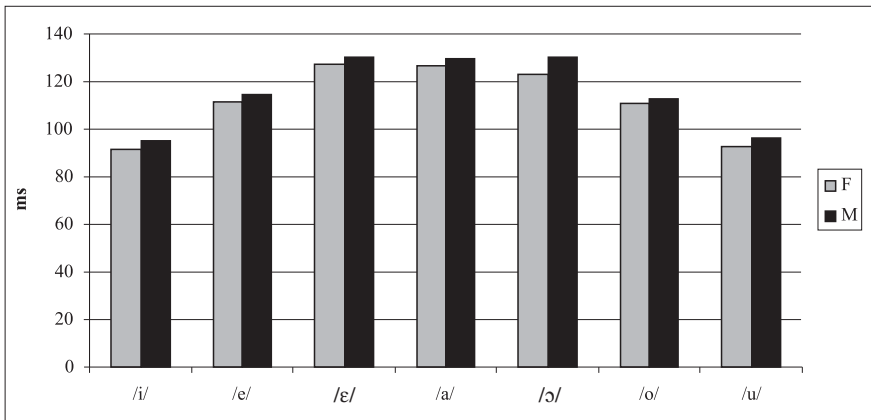
**Table 4: Results of t-tests comparing F1 values within the groups of BP female and male monolinguals**

Vowels	Women	Men
/i/ - /u/	t(5) = -2.611, p = .05	t(5) = -4.503, p = .0003
/e/ - /o/	t(5) = -0.653, p = .54	t(5) = -3.661, p = .007
/ɛ/ - /ɔ/	t(5) = -1.200, p = .15	t(5) = 5.726, p = .0003

The plots also show that the men's vowel system is more compact, as would be expected, the distance between the high vowels and the low central vowel being significantly smaller for men than for women, as revealed by the two-tailed independent-samples t-tests of the Euclidean distances between the vowels /i/-/a/-/u/ pronounced by the two gender groups:

- 1) /i/-/a/: t(10) = 5.353, p < .0001;
- 2) /u/-/a/: t(10) = 4.567, p < .0001; and
- 3) /i/-/u/: t(10) = 4.738, p < .0001.

The results concerning duration differences between the target vowels confirmed that the lower the vowel the greater its duration, which is a typical intrinsic vowel characteristic, since the more the jaw needs to open to articulate a vowel, the longer its duration. As regards the women's and men's productions, no statistically significant length difference was found between the duration values between women and men for (a) the low vowels /ɛ/, /a/ and /ɔ/; (b) the mid vowels /e/ and /o/; or (c) the high vowels /i/ and /u/. An ANOVA revealed a nonsignificant duration vs. gender interaction (F = .457, p = .841). Figure 3 shows the mean values for each vowel produced by each gender in all the phonological contexts.



**Figure 3: Vowel duration values by monolingual BP speakers**

Thus, the duration results obtained with the participants of the present study indicate that BP vowels cannot be divided into a group of short and a group of long vowels. Low vowels differ significantly from mid and high vowels; however, this difference is not made to maximize contrasts, but simply because lower vowels need some more time to be articulated than do mid and high vowels.

#### 4. Conclusion

The purpose of this article was to provide the acoustic characteristics of the BP oral vowels produced by Brazilian monolinguals from non-capital cities of Rio Grande do Sul, Paraná and Santa Catarina. The figures corroborated the results of previous studies (Faveri, 1991; Seara, 2000) in that duration correlates with F1, since low vowels are significantly longer than mid vowels, which are significantly longer than high vowels. Although there are duration differences between BP vowels, these differences do not imply that there are groups of long and short vowels arranged to maximize contrasts. As expected, the duration differences are simply an intrinsic vowel property, since the lower the vowel the more time it needs to be articulated. Therefore, although duration could be a cue used to define vowel height, the first formant is still the main cue to distinguish between vowels, possibly because of the reliability of this cue, which does not vary considerably according to speech rate.

## Works cited

- ANDERSON, N. (1978), "On the calculation of filter coefficients for maximum entropy spectral analysis", *Modern Spectral Analysis*, IEEE Press, pp. 252-255.
- BOERSMA, Paul / Weenink, David (2006), *PRAAT: doing phonetics by computer (Version 4.4.23)* (Computer program), retrieved 12 June 2006, from <http://www.praat.org>.
- FAVERI, Cláudia Borges de (1991), *Análise da duração das vogais orais do português de Florianópolis-Santa Catarina*. Unpublished master's thesis. Universidade Federal de Santa Catarina.
- LIMA, Ronaldo (1991), *Análise acústica das vogais orais do português de Florianópolis*. Unpublished master's thesis. Universidade Federal de Santa Catarina.
- MORAES, João Antonio / CALLOU, Dinah / LEITE, Yonne (1996), "O sistema vocálico do português do Brasil: caracterização acústica", in M. Kato (ed.), *Gramática do Português Falado 5*, Campinas: Editora da Unicamp, pp. 33-53.
- PEREIRA, Ana Luiza Dias (2001), *Caracterização acústica do sistema vocálico tônico oral florianopolitano: alguns indícios de mudança*. Unpublished master's thesis. Universidade Federal de Santa Catarina.
- SEARA, Izabel Christine (2000), *Estudo acústico-perceptual da nasalidade das vogais do português brasileiro*. Unpublished doctoral dissertation. Universidade Federal de Santa Catarina.

# *A Queda dum Anjo* como texto de polémica\*

SÓNIA VALENTE RODRIGUES\*\*  
(Centro de Linguística da UP)

## Resumo

Este estudo tem por objectivo analisar a polemicidade constitutiva da novela camiliana *A Queda dum Anjo*, dimensão que a coloca como peça de polémica no conflito entre o seu autor, Camilo Castelo Branco, e Aires de Gouveia. Partindo do quadro narrativo relativo ao debate parlamentar sobre as cadeias portuguesas e das intervenções políticas das duas personagens principais, Calisto Elói e Dr. Libório de Meireles, procura-mos descrever o funcionamento dos mecanismos citativos responsáveis pelo estabelecimento de relações intertextuais polémicas entre a novela de Camilo Castelo Branco e o livro de Aires de Gouveia, *A Reforma das Cadeias em Portugal*. Tal análise permitirá contribuir para o estudo da polemicidade enquanto fenómeno intertextual, salientando alguns dos seus traços configuradores, nomeadamente os aspectos relacionados com a incorporação deformante da palavra do outro em determinado texto.

0. O estudo da polemicidade em grande parte centrado em textos de opinião da imprensa periódica e em formatos discursivos inter-

---

\* Este artigo aprofunda questões relacionadas com o estudo da estrutura e do funcionamento da interacção verbal polémica, que constitui o cerne de um projecto de investigação no âmbito do programa de doutoramento em Linguística, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Agradeço à Professora Doutora Fernanda Irene Fonseca, à Professora Doutora Isabel Margarida Duarte e à Professora Doutora Aldina Marques a leitura do artigo e as observações analíticas que me ajudaram a uma reflexão mais ponderada de algumas questões, sendo, embora, da minha responsabilidade todas as fragilidades da análise discursiva desenvolvida.

\*\* <http://www.svrodrigues.nome.pt> ; [svrodrigues@clix.pt](mailto:svrodrigues@clix.pt)

accionais como a disputa, o debate e a controvérsia, situa-se genericamente no âmbito da pragmática dos actos de fala e dos estudos da argumentação, com especial incidência sobre as dimensões ilocutória e argumentativa dos textos/discursos.

O trabalho que aqui se apresenta adopta uma perspectiva enunciativa e assenta na hipótese segundo a qual a polemicidade é um fenómeno fundamentalmente citativo, inscrevendo-se o seu estudo no âmbito das relações de intertextualidade/interdiscursividade. Partindo do conceito de polemicidade enquanto fenómeno discursivo transversal a qualquer tipo de texto/discurso, inclusivamente textos de ficção literária, o objectivo central é o de analisar a novela camiliana *A Queda dum Anjo*<sup>1</sup> como texto de polémica, ultrapassando a noção de que no grupo da ficção literária apenas vigora a representação ou recriação ficcional da polémica, como acontece, de resto, com o diálogo filosófico e com a peça teatral. O reconhecimento da forte dimensão polémica que a atravessa permite inscrevê-la no quadro da polémica entre Camilo Castelo Branco e António Aires de Gouveia Osório.

Antes, porém, da análise do texto em referência, são necessárias algumas considerações prévias.

0.1. O termo 'polémica' designa, neste estudo, uma troca verbal escrita entre, pelo menos, dois interlocutores que alternadamente escrevem textos que se respondem a partir de um conjunto de questões que implicam divergência de opinião, num quadro situacional historicamente situado<sup>2</sup>. A sua estrutura mínima de base implica a existência de um texto-motivo e de um texto de abertura; no entanto, se não

---

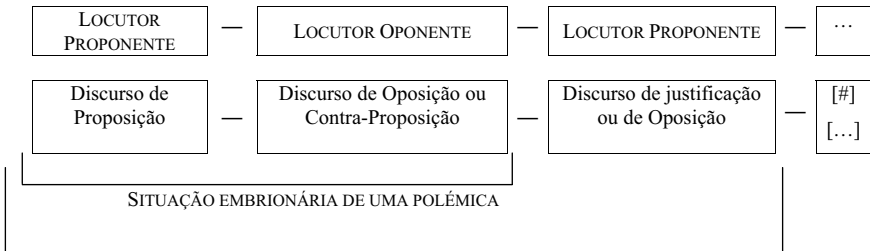
<sup>1</sup> Esta obra, publicada em 1865, foi imediatamente considerada polémica pela identificação consensualmente reconhecida entre a personagem Dr. Libório de Meireles e Aires de Gouveia, com quem Camilo Castelo Branco mantinha uma longa e conhecida história de conflito desde 1850. Túlio Ramires Ferro (1966) destaca precisamente esta dimensão quando afirma: «Nos passos da novela em que intervém o Dr. Libório, Camilo renuncia à calma, objectiva e sorridente bonomia com que até então narrara os acontecimentos, para imprimir ao cómico uma feição nitidamente polémica. E essa alteração no tom da narração explica-se por motivos estritamente pessoais: através do Dr. Libório, Camilo quis ridicularizar um seu contemporâneo, o Dr. Aires de Gouveia, que ele muito bem conhecia e há muitos anos detestava» (1966: 77-78). Servimo-nos, para este trabalho, da edição da Caixotim que contém um largo estudo preliminar. Além deste estudo, foram tidas em consideração as análises levadas a cabo por Ferro (1966) e por Coelho (2001).

<sup>2</sup> Para a consideração de todas as acepções associadas ao termo 'polémica', ver Plantin (2003). Em S. V. Rodrigues (2005a) há também indicação das diferentes significações que o vocábulo pode assumir.



existir o terceiro texto de resposta do proponente, a polémica não passará da sua natureza embrionária. É o terceiro texto de resposta que estabelece a estrutura sequencial mínima que permite que se fale de troca verbal polémica. Esta sequência inicial pode, depois, ter tantas componentes quantas as intervenções que os contendores produzirem. A troca verbal polémica, quando temporalmente prolongada, revela a existência de ‘ciclos dialogais’, designação que adoptamos para referir a sequência de intervenções dos interlocutores. Estes ciclos dialogais organizam-se em torno de determinados eixos conversacionais, mantendo no conjunto uma relação lógica, temática e pragmática.

O esquema seguinte procura representar figurativamente essa possibilidade:



#### INTERACÇÃO VERBAL POLÊMICA MÍNIMA

ESQUEMA 1 – *Estrutura sequencial de uma troca verbal polémica*

0.3. Da troca verbal polémica entre Camilo Castelo Branco e António Aires de Gouveia [Osório]<sup>3</sup> são conhecidos três episódios situados temporalmente em diferentes períodos:

- (i) interação verbal polémica entre Camilo Castelo Branco e Aires de Gouveia, em 1850-1851, a propósito do poema deste *As Comendas*;
- (ii) interação verbal polémica entre Anastácio das Lombrigas (pseudónimo de Camilo) e Aires de Gouveia, em 1850, em torno da fundação dum grémio literário no Porto;
- (iii) ataques, constituídos por referências negativas explícitas, de Camilo Castelo Branco a Aires de Gouveia em diversas obras como *Memórias do Cárcere* (1862), *A Queda dum Anjo* (1865),

<sup>3</sup> A polémica em causa está historiada por Ricardo Jorge (Jorge, 1925).

«A espada de Alexandre» – *Boémia do Espírito* (1872), «O Filho Natural» – *Novelas do Minho* (1876).

Destes episódios, os dois primeiros constituíram ‘ciclos dialogais’ polémicos efectivos, uma vez que os dois contendores se envolveram numa troca verbal mais ou menos longa<sup>4</sup>. Já o terceiro não passou de ‘situação embrionária’, uma vez que não se conhece qualquer reacção de Aires de Gouveia às tentativas de relançamento da polémica de Camilo Castelo Branco.

Das quatro obras ficcionais que contêm referências pouco abonatórias a Aires de Gouveia, apenas *A Queda dum Anjo* constitui uma efectiva peça de polémica devido ao sofisticado complexo enunciativo-pragmático. Em *Memórias do Cárcere*, apenas existe uma referência explícita à leitura do livro *A Reforma das Cadeias em Portugal*, de Aires de Gouveia, do qual se cita um trecho que é objecto de comentário depreciativo<sup>5</sup>. Em «A espada de Alexandre», texto publicado em *Boémia*

<sup>4</sup> As trocas verbais polémicas em causa estão coligidas em Alexandre Cabral (1981: 71-196). A interacção verbal entre Anastácio das Lombrigas (pseudónimo de Camilo Castelo Branco) e Aires de Gouveia, em 1850, encontra-se analisada em S. V. Rodrigues (2005b).

<sup>5</sup> A referência em causa é a seguinte: «À noite cogitei devagar e com tristeza naquela incorrigível criminosa, no seu temperamento, na palavra *crime*, na palavra *castigo*, no livre arbítrio, no direito de castigar aleijões de organização, e lembrou-me de ter visto na *Reforma das Cadeias* do senhor doutor Aires de Gouveia, uma página, que então reli, e reza deste teor:

«Se fordes a Windsor Castle e vos meterdes de gorra com os guardas que mostram o castelo, ouvireis que um dos filhos da rainha tem uma irresistível tendência para a rapina: é uma pega humana.»

Mais abaixo:

«O mesmo que se dava com o filho da soberana inglesa, dá-se também, segundo é voz pública, com o de um ilustre personagem francês.»

E segue:

«Aqui aparece uma criança com inclinação para o furto, ali uma com ela para briga sanguinosa com seus irmãos ou domésticos, acolá outro com propensão para mentiras prejudiciais, além ainda outro com ela para maltratar os animais. Do *nosso* rei D. Miguel (o *nosso* é coisa particular do senhor doutor: é pronome possessivo no plural como usam os escritores de certo tomo. O entre-parêntesis é que é meu) se conta que, já mancebo saído da puerícia, se entretinha a maltratar animais, chegando um dia a ser encontrado arrancando as tripas a uma galinha viva com um saca-rolhas.»

Destes e doutros factos infere o senhor doutor Aires que a maneira razoável de castigar os erros da organização, estranhos à vontade do delincente, não é matarem-no, é penitenciarem-no. Quer dizer que lhe não cortem a cabeça; mas que lhe mutilem na vida os órgãos todos, todas as liberdades, que lha possam fazer agradável e suportável: a liberdade de mover-se, de falar, de crer, de amar, de repousar, de trabalhar, segundo sua vocação, a liberdade mesmo de esperar sua reabilitação.

do *Espírito*, há uma brevíssima referência jocosa a uma expressão latina usada por Aires de Gouveia para substituir o vocábulo «mulher»<sup>6</sup>. Em «O filho natural», integrado em *Novelas do Minho*, há nova referência à história contada por Aires de Gouveia no dito livro<sup>7</sup>. N'A *Queda dum Anjo*, contudo, ultrapassa-se a simples menção ou comentário para estabelecer intrincadas relações intertextuais/interdiscursivas com o texto *A Reforma das Cadeias em Portugal*, de Aires de Gouveia, permitindo a criação de um forte dispositivo dialogal.

É justamente esse dispositivo dialogal entre o autor/narrador d'A *Queda dum Anjo* e o autor de *A Reforma das Cadeias em Portugal*, onde se encontra condensada toda a polemicidade da obra, que vamos descrever.

1. *A Queda dum Anjo* tem por protagonista Calisto Elói de Silos e Benevides de Barbuda, o morgado de Agra de Freimas que, eleito deputado, fixa residência em Lisboa a fim de exercer as suas funções

–Devagar! – exclama o professor. – O criminoso reabilita-se!

Não lhe vejo jeito, depois que o senhor doutor nos disse:

«O crime não nasce nunca de vontade directamente esclarecida; não pode nascer. Dimana exclusivamente e inclusivamente da particular natureza complexa do criminoso, da desarmonia congénita ou adquirida dela. *O delito é uma necessidade; o delinquente é um enfermo.*

Completemos o nosso pensamento: o crime para o criminoso é como a virtude para o virtuoso, a feridade para o tigre, o veneno para a víbora, a poesia para o poeta, resultado da sua natureza, etc.»

Se isto tem siso comum – o que não é de todo o ponto averiguado – não se domestica o tigre, nem se desmpeçonha a víbora, nem se moraliza o criminoso.

Noutro ponto deste livro me socorrerei ainda dos ditames do senhor doutor Aires em relanços que careçam de avocar a sibila à trípode.» [*Memórias do Cárcere*, páginas 324-325].

O comentário pormenorizado ao livro de Aires de Gouveia, *A Reforma das Cadeias em Portugal*, surge ainda no capítulo XXXIII, das *Memórias do Cárcere*, passo em que Camilo Castelo Branco se detém em análise vagarosa do dito livro, denunciando a fantasia da descrição da Cadeia da Relação do Porto e a linguagem pomposa, que designa por «poetar».

<sup>6</sup> A referência é a seguinte: «Afirmam autores de boa nota que a mulher é fêmea, *femina*. Neste parecer abundam D. António Aires, bispo do Algarve, na «Reforma» do aprisamento, e Bento Pereira, na Prosódia.» [«A espada de Alexandre», in *Boémia do Espírito*, página 118].

<sup>7</sup> Trata-se da seguinte referência: «Contavam então as brincadeiras predilectas daquele Senhor, e lá vinha o caso de Sua Alteza Real em pequenino furar a barriga das galinhas com um saca-rolhas, factu restabelecido e autorizado pelo Sr. Dr. Bispo António Aires de Gouveia, no seu livro da *Reforma das Prisões.*» [«O filho natural», in *Novelas do Minho*, página 208].

no parlamento. A vida na cidade de Lisboa, inicialmente difícil, vai operando transformações profundas nos hábitos e convicções do deputado que se torna permeável à sua influência. Abandona os princípios tradicionais que norteavam o seu comportamento e as suas convicções para se render a um *modus vivendi* mais consentâneo com a vida moderna lisboeta.

Paralelamente aos eventos narrativos relativos à vida do morgado de Agra em Lisboa, é traçado um retrato caricatural da vida política e dos hábitos parlamentares dos deputados da nação. Os episódios parlamentares são protagonizados por Calisto Elói e pelo Dr. Libório de Meireles, deputado pelo círculo do Porto e adversário político de Calisto nos debates. A caracterização caricatural deste último deputado permite que o interpretemos como personagem-tipo, figura representativa da classe política<sup>8</sup>.

No conjunto da obra deparamos com três quadros parlamentares de debate em que estas personagens se defrontam, de acordo com a esquematização seguinte:

1.º debate parlamentar	- Dr. Libório . intervenção a favor do teatro lírico do Porto (cap. VI) [a] - Calisto Elói . intervenção contra o luxo (cap. VI) [b]
2.º debate parlamentar	- Calisto Elói . intervenção contra o luxo (cap. VIII) [c] - Dr. Libório . contra-discurso (cap. IX) [d] - Calisto Elói . contra-discurso (cap. IX) [e]
3.º debate parlamentar	- Dr. Libório . intervenção sobre a reforma das cadeias (cap. XV) [f] - Calisto Elói . contra-discurso (cap. XVII) [g]

#### ESQUEMA 2 – Organização global das cenas narrativas parlamentares

<sup>8</sup> A interpretação da personagem recriada em Libório de Meireles como personagem-tipo está devidamente justificada por Túlio Ramires Ferro (1966): «(...) a crítica de Camilo ao “estilo inchado” de Libório tem um importante significado moral e político, tanto mais importante quanto Libório não é unicamente a caricatura dum indivíduo. Libório é também uma figura típica, representativa da mentalidade dos políticos da época, pejorativamente incluídos por Camilo no que ele chamava “canalhocracia”. (...) O retrato de Libório, que em muitos pormenores coincide com a caricatura que Oliveira Martins fez do político da *Regeneração*, tem portanto o alcance dum tipo social, que Camilo soube observar com realismo graças à sua experiência de leitor de discursos parlamentares, experiência que vinha completar a do seu conhecimento das obras de Aires de Gouveia» (1966: 90-91).

As passagens textuais em que vamos fixar a análise dizem respeito aos discursos produzidos no âmbito das sessões parlamentares; dentro destes, atenderemos particularmente às intervenções dos debates.

1.1. O primeiro quadro cénico representa um debate parlamentar entre o deputado do Porto e o protagonista, constituído globalmente por duas intervenções.

A primeira intervenção, da responsabilidade do Dr. Libório de Meireles, é sumariamente relatada pelo narrador através de um resumo de palavras onde são visíveis modalizadores de apreciação negativa que incidem sobre o seu conteúdo:

- (1) Acabava de sentar-se [Calisto Elói], quando um deputado do Porto se ergueu e disse:

– Sr. Presidente. Muito a meu pesar, e talvez da Câmara, volto de novo a expender as razões já três vezes inutilmente expendidas sobre o dever e justiça com que o Porto reclama um subsídio para o seu teatro lírico. Sr. Presidente...

– Peça a palavra! – bradou Calisto Elói, erguendo-se inteiriço e fulminante. – Peça a palavra.

**O representante do Porto expendeu a quarta edição piorada das suas ideias sobre o dever e justiça com que o Teatro de S. João reclamava subsídio, e sentou-se** (destaque nosso).

Esta intervenção, sumariamente relatada pelo narrador, tem apenas como função narrativa introduzir o tema – o luxo – que será o centro do discurso de Calisto Elói, logo de seguida relatado em discurso directo, com o seguinte enquadramento narrativo:

- (2) O morgado da Agra escorvou-se de rapé, trombeteou a pitada, e orou deste teor:

– Sr. Presidente. (...)

As seis das oito páginas que compõem o sexto capítulo são preenchidas com o discurso de Calisto Elói contra o luxo, cumprindo esta passagem narrativa funções atinentes à caracterização da personagem que ocupa maior relevo no romance<sup>9</sup>. Não nos deteremos, portanto, neste segmento discursivo.

---

<sup>9</sup> Acerca da caracterização ideológica de Calisto Elói a partir das suas intervenções nos episódios parlamentares ver Ferro (1966: 76 ss.).

1.2. O segundo quadro parlamentar é também constituído por três intervenções que se articulam entre si como exposição – réplica – contra-réplica, numa interacção polémica, também desta vez entre Calisto Elói e o Dr. Libório de Meireles.

A intervenção de Calisto Elói, a segunda contra o luxo, é enquadrada pelo seguinte discurso:

(3) (...) Calisto, provocado por um debate sobre importação e direitos de objectos de luxo, pediu a palavra, e o mesmo foi alvoroçar alegremente a Câmara, desejosa de ouvi-lo.

Concedida a palavra, e feito o silêncio da curiosidade na sala, ergueu-se o morgado da Agra, e orou deste feitio:

– Sr. Presidente! (...)

A intervenção do Dr. Libório de Meireles aparece, na novela, no capítulo IX – «O doutor do Porto», depois de uma alargada caracterização da personagem. Trata-se de um segmento textual de dimensão fortemente polémica por via da identificação dos traços configuradores da personagem em causa com os dados biográficos de Aires de Gouveia que é ficcionalmente retratado<sup>10</sup>. Depois desta caracterização, surge então a intervenção parlamentar do Dr. Libório em resposta ao discurso de Calisto Elói sobre o luxo.

Segue-se nova intervenção de Calisto Elói que realiza um acto ilocutório de resposta, anunciado pelo locutor em «Vou responder pacificamente ao sr. deputado, como souber e puder». Funciona também como contra-proposta de uma outra intervenção anterior, como se vê pelo segmento final do discurso: «Vou concluir, sr. Presidente, votando contra a proposta do ilustre colega, que propôs a redução dos direitos aduaneiros das sedas, e pedindo ao sr. dr. Libório que, se outra vez me der a honra de embicar com este pobre homem lá das montanhas da raia, haja por bem de se expressar em linguagem correntia».

---

<sup>10</sup> De acordo com Jacinto do Prado Coelho, «Este Meireles é, como se sabe, uma sátira pungente a D. António Aires de Gouveia, um rapaz janota, com «uma frescura de Bieito das églogas clássicas», que Camilo conheceu no Porto, em 1848.» (Coelho 2001: 211) Também Túlio R. Ferro (1966) estabelece essa correspondência: «(...) através do Dr. Libório, Camilo quis ridicularizar um contemporâneo seu, o Dr. Aires de Gouveia, que ele muito bem conhecia e há muitos anos detestava.» (p. 77); «Na biografia do Dr. Libório de Meireles (cap. IX), Camilo reproduziu com escandalosa fidelidade as sucessivas fases da carreira de Aires de Gouveia.» (p. 83). Como se sabe, Aires de Gouveia (1828-1916) foi deputado, ministro da Justiça, lente da Universidade de Coimbra e bispo de Betsaida.

1.3. O terceiro quadro parlamentar é constituído por duas intervenções: à intervenção do Dr. Libório sobre as cadeias de Portugal segue-se a reacção de Calisto Elói. Este par discursivo é dotado de uma fortíssima dimensão polémica obtida por via das relações intertextuais que se estabelecem entre estas intervenções e a obra de Aires de Gouveia, *A Reforma das Cadeias em Portugal*<sup>11</sup>.

Enquanto os segmentos discursivos integrantes dos dois primeiros quadros de debate parlamentar cumprem funções estratégicas narrativas de caracterização das personagens e de caracterização do ambiente político e do desempenho parlamentar dos deputados da Nação<sup>12</sup>, sobre os quais recai o comentário crítico e o génio satírico do narrador(-autor)<sup>13</sup>, no terceiro debate parlamentar assume predominância uma outra dimensão discursiva que ultrapassa a mera caracterização das personagens romanescas. Trata-se de um processo mais complexo de crítica política e social, à qual se associa uma forte intencionalidade polémica que exploraremos com profundidade ao longo da análise. Será este exclusivamente o objecto sobre que nos vamos debruçar.

2. O Dr. Libório de Meireles, no terceiro debate parlamentar, faz uma proposta sobre a reforma das cadeias portuguesas, na sequência da discussão de uma proposta de lei sobre cadeias, de acordo com o

---

<sup>11</sup> A obra *A Reforma das Cadeias em Portugal. Resposta ao ponto proposto pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra «Como devem ser entre nós reformadas as cadeias?»* constituiu a dissertação de doutoramento de Aires de Gouveia; foi publicada em 1860, em Coimbra, pela Imprensa da Universidade.

<sup>12</sup> O narrador(-autor) reporta as intervenções parlamentares dos dois políticos através do discurso directo, dando azo a que a definição das personagens se processe através dos seus próprios discursos. Este facto atesta um dos efeitos permitidos pelo discurso directo, como refere Isabel Margarida Duarte: «(...) a configuração do mundo ficcional é realizada, entre outros recursos, pela definição das personagens através dos seus próprios discursos» (Duarte, 2003: 108). Outros efeitos desta modalidade citacional podem encontrar-se na dramatização do relato, no destaque da especificidade do discurso irrepitível atribuído ao locutor citado.

<sup>13</sup> Ernesto Rodrigues, num estudo sobre *A Queda dum Anjo* e depois no prefácio da edição de 2001 da mesma obra, designa os sujeitos nela inscritos deste modo: «autor(-narrador), narrador(-autor) – há uma dupla inscrição que nem sempre podemos cindir –, leitores e narratários, personagens (históricas, ficcionais; figurantes) e o amável crítico (...)» (1996: 58). Utilizamos aqui a forma «autor(-narrador)» quando nos referimos a momentos em que a presença autoral emerge à superfície do discurso ficcional, tais como a advertência, a dedicatória, a conclusão, o momento em que o autor(-narrador) se afirma romancista lido por Calisto e as notas de rodapé.

ritual próprio deste tipo de interacção verbal<sup>14</sup>. O discurso produzido, tal como os anteriores, é integralmente construído com base nas ideias e no livro já citado<sup>15</sup> de António Aires de Gouveia Osório, que passamos a designar por texto-fonte, com o qual entretetece um complexo jogo interdiscursivo/intertextual. Este mecanismo já tinha sido apontado como estratégia de ataque a Aires de Gouveia por Túlio R. Ferro:

«Esses discursos são compostos ou com passos de obras de Aires de Gouveia, que Camilo transcreve, dizendo maliciosamente que se trata de plágios do Dr. Libório, ou com imitações burlescas de ideias e até de impressões de viagem expostas por Aires de Gouveia nos seus livros» (1966: 84).

Para o entrelaçamento da obra de Aires de Gouveia no discurso parlamentar do Dr. Libório de Meireles, o autor(-narrador) não se limita a utilizar as modalidades de citação explícita mais canónicas (como o discurso directo e o discurso indirecto), mas lança mão de uma estratégia citativa mais invulgar, discursivamente não marcada, que analisaremos com detalhe no ponto 2.2. Procuramos descrever, primeiro, o modo como está construído esse jogo interdiscursivo/intertextual, para nos debruçarmos, depois, sobre os efeitos pragmático-discursivos dele resultantes.

2.1. No que se refere aos modos de relato do discurso explicitamente marcados na intervenção do deputado portuense, destacam-se as passagens discursivas em que aparecem o discurso directo e o discurso indirecto.

### I. Citação em discurso directo

<sup>16</sup>[ILM, I1] Pelo que toca e frisa com cadeias pátrias, direi os cinco estigmas que **um estilista de fôlego** escolpiu nos frontais desses antros:

---

<sup>14</sup> Sobre a estrutura e o funcionamento do debate parlamentar ver Marques (2000: 172). Sobre a intervenção do Dr. Libório de Meireles há a acrescentar apenas que existe, a dada altura, uma interrupção preenchida com uma troca verbal paralela, de curta duração, estabelecida entre vozes parlamentares anónimas e o orador. Trata-se de uma reacção espontânea ao discurso do locutor que tem por objectivo censurar o emprego de uma expressão tida por desadequada e levar o locutor à respectiva rectificação.

<sup>15</sup> Referimo-nos à obra *A reforma das cadeias em Portugal*.

<sup>16</sup> A sigla ILM corresponde a «intervenção de Libório de Meireles»; I1, ao primeiro parágrafo, frase 1.



INJUSTIÇA!  
 IMORALIDADE!  
 IMUNDÍCIA!  
 INSULTO!  
 INFERNO! (destaque nosso)

[ILM, XII2-5] **Eu citarei, com quanta ênfase me cabe na alma, algumas linhas do jovem esplêndido de verbo, que auspícia e promete o primeiro criminalista desta terra. Falo de Aires de Gouveia,** e nele me estribo. **O douto viajero diz:** «O indivíduo, para quem a lei legisla, e a quem tem em vista, é o homem (*vir*), não a mulher (*mulier*), desde os vinte e um anos, ou época do predomínio racional, até aos sessenta, ou princípio do período debilitante, no estado genérico, ou que constitui a generalidade de ser homem, não descendo sequer às gradações principais, que tornam o *homo* homem, o género espécie» (destaque nosso).

## II. Citação em discurso indirecto

[ILM, XV4] Eu quero, **com o dr. Aires,** que *todo o preso seja de todo barbeado semanalmente, lave rosto e mãos duas vezes por dia, e tenha o cabelo da cabeça cortado à escovinha* (destaque nosso).

[ILM, XV5] Eu quero, **com o doutor supracitado,** que ele não fume, nem beba bebida fermentada (destaque nosso).

[ILM, XV7] Não quero que os presos se conversem, porque **no dizer do insigne patricio meu, e abalizado humanista,** *das cadeias saem delineamentos de assaltos, e assassinatos de homens que sabem ricos* (destaque nosso).

[ILM, XVII5] Veja-se o que diz **o nunca de sobra invocado Aires, honra e jóia da cidade de Sá de Meneses, de Andrade Caminha, de Garrett,** cidade onde me eu rejubilo de haver vagado nas faixas infantis (destaque nosso).

## III. Citação em discurso (in)directo (caso especial)

[ILM, VI1-XI2] *Vozes:* – À ordem! à ordem!

*O orador:* – Pois em que me transviei da ordem?

*Uma voz:* – Não se diz no seio da representação nacional: o nosso rei D. Miguel.

*O orador:* – **Eu referi o caso com as expressões em que o acho narrado num livro mirífico e sobreexcelente do sr. Dr. Aires de Gouveia.**

*Uma voz:* – Pois não faça obra por inépcias do dr. Aires de Gouveia.

*O orador:* – Retiro a dessoante frase, que impensada destilei do lábio, e ao ponto me revento.

Este último exemplo constitui um caso especial de construção citativa, que consiste em fazer, em primeiro lugar, uma citação em eco para, mais tarde, se identificar o discurso como citado. A expressão «Eu referi o caso com as expressões em que o acho narrado num livro...» implica uma leitura *de dicto* da citação anteriormente feita, mecanismo próprio do discurso directo, que implica uma leitura atributiva, como nos explica Graciela Reyes:

La cita directa (...) exige una lectura atributiva, llamada lectura *de dicto*, según la cual se atiende a la referencia al mundo pero también a la codificación lingüística misma, que, en estas construcciones citativas, debe coincidir con la original. En la lectura *de dicto*, la responsabilidad de la expresión (y con ella del punto de vista, valoración, etc.) se atribuy al hablante citado (Reyes, 1995: 20).

Esta atribuição, *a posteriori*, da enunciação a um outro enunciador equivale a uma tentativa de desresponsabilização do locutor perante a censura que lhe é dirigida pelos seus pares.

As formas de citação exemplificadas (directa e indirecta), se bem que não sejam representativas do modo como a obra de Aires de Gouveia se entretetece no discurso parlamentar do Dr. Libório de Meireles, funcionam para o narrador(-autor) como estratégia de ridicularização do autor d'*A Reforma das Cadeias em Portugal*. As expressões qualificativas deste homem e das suas ideias, intencionalmente hiperbolizadas por processos como epítetos metafóricos, dupla adjectivação e anteposição do adjectivo em relação ao nome, na voz de uma personagem sobre que recai uma caracterização caricatural, amplificam a ridicularização de que é alvo. A ironia não deixa de estar presente nos segmentos em causa: «um estilista de fôlego»; «jovem esplêndido de verbo que auspacia e promete o primeiro criminalista desta terra»; «douto viajero»; «insigne patrício meu, e abalizado humanista»; «honra e jóia da cidade de Sá de Meneses, de Andrade Caminha, de Garrett»; «livro mirífico e sobreexcelente do Dr. Aires de Gouveia».

As construções citativas que acabámos de analisar inscrevem-se num quadro discursivo cuja arquitectura citativa leva ainda mais longe este processo de desvalorização da palavra do alvo a criticar.

2.2. Como já ficou dito, o discurso do Dr. Libório de Meireles é, quase integralmente, construído através da citação literal do livro de Aires de Gouveia, *A Reforma das Cadeias em Portugal*. No entanto, essa citação aparece camuflada, isto é, não é assinalada pelo locutor que omite intencionalmente o texto-fonte. Os segmentos textuais pertencentes a Aires de Gouveia são enlaçados com naturalidade, na construção frásica do discurso da personagem camiliana, sem qualquer marca linguística de incorporação de palavras alheias.

Para estudar o mecanismo citacional utilizado, procedemos ao cotejo do discurso parlamentar do Dr. Libório de Meireles com o livro de Aires de Gouveia. O resultado obtido, constituído por uma amostra dos quinze fragmentos discursivos mais significativos, permite revelar o grau de apropriação levada a cabo pelo deputado portuense.

#### Fragmentos discursivos da intervenção do Dr. Libório de Meireles

(1) – Sr. Presidente, e Senhores Deputados da Nação portuguesa! – disse ele. – *Vem-nos agora sob a mão assunto, até aqui pretermido.*

(2) Quem nos lampeja verdade nesta escuriza em que nos estorcemos? *A verdade ainda não matiza de rosicler a alvorada do novo dia.* As ideias entre nós estão *como flores palpitantes no gomo nascente.* Eu me esquivo, Sr. Presidente, *o lavor de historiar as sucessivas fases que têm percorrido os métodos de aprisionamento.* Urge primeiro pregoar a brados que se faz mister funda cauterização na lei. O Direito não se estudou ainda em Portugal. Pois que é o Direito? *No seu todo sintético e como corpo doutrinal, o Direito é a ciência da condicionalidade ao fim do homem.* Consoante vige e viça o nosso Direito de punir, Sr. Presidente, *o juiz é o delegado de Deus, o carrasco o substituto do anjo S. Miguel.*

#### Fragmentos discursivos da obra *A Reforma das Cadeias em Portugal*, de Aires de Gouveia (texto-fonte)

«**Vem-nos agora sob a mão assunto, até aqui pretermido,** que bem cobiçáramos poder de todo omitir: é o de acrescentar castigo a castigo, ou, melhor, medicina a medicina.» (p.129)

«**A verdade ainda não matiza de rosicler a alvorada do novo dia.** Sussurra aí apenas um murmurinho de ideias que tentam sair para a luz, **como de flores palpitantes no gomo nascente.**» (p.86)

«Direito. – Desviando as acepções vulgares e desfilosóficas, e abraçando o direito **no seu todo sintético e como corpo doutrinal é a ciência da condicionalidade e do fim do homem.**» (p. 9)

«Neste sistema (se não há pejo de lhe dar tal nome), finge-se justiça do céu o furor feroz de derramar sangue: **o juiz é o delegado de Deus, o carrasco o substituto do anjo S. Miguel.**» (p.16)

(3) Sr. Presidente, neste país não se atende às bossas. **Os legisladores não estudam o crime com o compasso sobre um crânio esbrugado.**

(4) *Se fordes a Windsor Castle, e vos meterdes de gorra com os guardas que mostram o castelo, ouvireis que um dos filhos da rainha tem uma irresistível tendência para a rapina: é uma pega humana.* Uma pega humana, rapacíssima, a mais não! Sr. Presidente, *do nosso rei D. Miguel se conta que, já mancebo saído da puerícia, se entretinha a maltratar animais, chegando um dia a ser encontrado arrancando as tripas a uma galinha viva com um saca-rolhas.*

(5) É natural, Sr. Presidente, que **o sentimento se corrompa**, assim como o *cálculo se empedra, e arraiga o cancro nas entranhas, e o coração se ossifica, e o hidrocéfalo se gera, ainda nos mais solícitos em higiene.*

(6) É certo, Sr. Presidente, que *a fêmeina toca o requinte da depravação, e chega a efectuar horrores cuja narração é de si para gelar ardências de sangue, para infundir pavor em peitos equânimes*; porém, o móbil dos crimes seus delas é outro: *as faculdades da mulher agitam-se perturbadas; é um período de evolução*, e não há aí *arcar com evidência*.

(7) Faça-se a lei, restaure-se a justiça, e depois crie-se a penitenciária, regimente-se o criminoso *aprisoadado!*

(8) Aos que já meteram relha e adubo no torrão do novo plantio, daqui me desentranho *em louvores e muitos e francos e perenes.*

A frenologia pode desenterrar a **caveira esbrugada, medir o crânio dos justicados** colhido em molde de gesso; mas não lhe é consentido apalpar a cabeça do reincidente, tomar o pulso ao preso. (p. 22)

**Se fordes a Windsor Castle e vos meterdes de gorra com os guardas que mostram o castelo, ouvireis que um dos filhos da rainha tem uma irresistível tendência para a rapina: é uma pêga humana.** (p. 25)

**Do nosso rei D. Miguel se conta que, já mancebo saído da puerícia, se entretinha a maltratar animais, chegando um dia a ser encontrado arrancando as tripas a uma galinha viva com um saca-rolhas.** (p. 26)

«**Pois empedra-se o cálculo e arraiga-se o cancro nas entranhas, ossifica-se o coração, e gera-se o hidrocéfalo, ainda nos mais solícitos em higiene**, nos mais largos em boas obras e de santidade, e não há-de dar-se que a inteligência se desvaire numa de suas faculdades, **que o sentimento se corrompa**, que a harmonia moral se desarmonize, no inteligente, no bondoso, no justo? (pp. 28-29)

Não desconhecemos que, alguma vez, **a fêmeina toca o requinte da depravação, e chega a efectuar horrores, cuja narração, é de si, para gelar ardências de sangue, para infundir pavor em peitos equânimes.** (p. 48)

Naquele estado, **as faculdades morais da mulher agitam-se perturbadas: é um período de evolução**, de reorganização. – Inútil e louco o **arcar com a evidência.** (p. 49)

(9) Sr. Presidente! Pelo que é de cadeias, estamos no mesmo *pé de ideias da Inquisição!*

(10) Lastimado isto, Sr. Presidente, um preso descomedido entre os demais é *qual febricitante despedido do leito que, como seta voada do arco, exaspera em barulho os males de toda a enfermaria.*

(11) Eu quero que o preso funcione intelectivamente, e de labores corporais se não desquite. O homem sem instrução *obra instintivamente, obra egoistamente, obra cepticamente*, se lhe escasseia religião.

(12) Ao preso *lide-lhe a mão na tarefa, sim; mas lide-lhe também a cabeça na ideia.*

(13) *Inclinando razoamento para* isto, em todas as cadeias europeias lustram ciências, pulem saber, e se amenizam instintos.

(14) É mister que se entranhe o sacerdote no cancro das masmorras; mas o sacerdote *atulado de engenho e todo impecável de costumes*, e não padres cuja *unção sacrossanta se lhes convertesse no corpo em lascivos amavios*. Quem sabe aí *joear o ótimo para capelães de prisões?*

(15) Depois quer-se *um director, olho e norma. E tão boas partes se lhes requerem, que, ainda cismando talhá-lo um composto de virtudes, o não veríamos delinear senão escorço.*

As nossas cadeias... oh! As nossas actuais cadeias foram-nos herdadas imediatamente **da inquisição**. (p.85) (...) Hoje, meu Deus! **Estamos**, com levíssimas modificações, **no mesmo pé de ideias**. (p. 86)

«Ainda com o mais apertado regime, com a mais cuidosa vigilância, com os mais adequados meios, estes seres ressaltam, por vezes, do crisol em que cismamos acendrá-los e quebrantariam toda a disciplina e prejudicariam os já meios-corrígidos, se com recursos extremos, tolhido o passo, lhes não obstássemos. **Tal o febricitante despedido do leito, como seta voada do arco, exaspera em barulho os males de toda a enfermaria.**» (p.129)

**Lide-lhe a mão na tarefa, sim; mas lide-lhe também a cabeça na ideia**, coração na piedade, e juntamente. (p. 136)

**Inclinando razoamento para** cada um d'esses grupos e dando como assentado dever (...).» (p. 137)

Todo coração, todo brandura, todo indulgência e simultaneamente todo **atulado d'engenho, todo impecável nos costumes**, todo rígido na disciplina (...). (p. 143)

As conezias compram-se com torpezas eleitorais. Chatina-se uma abadia, como veniaga da moda. O jogo, a ebriedade, e, sobretudo, o concubinato, como se a **unção sacrossanta se lhes convertesse no corpo em lascivos amavios**, assoalham-se com desfaçatez... Haverá **quem possa ufanar-se de saber joear o ótimo para capelães das prisões?** (p. 143)

E em seguida e, finalmente, eis-nos em face do **director, olho e norma de tudo**. N'este são tais e tantas as **boas partes a requerer-lhe que, ainda cismando talhá-lo um composto de virtudes, o não viríamos a delinear senão escorço**. (p. 144)

As expressões de Aires de Gouveia citadas no discurso parlamentar do Dr. Libório de Meireles não são introduzidas nem enquadradas por quaisquer marcas citativas, surgindo naturalmente enlaçadas no fio discursivo. Esta personagem camiliana repete, em *eco*, as expressões e as ideias de Aires de Gouveia. Ao definir o *eco* como mecanismo citativo<sup>17</sup>, Graciela Reyes aponta justamente a aparente indistinção das vozes daquele que cita e daquele que é citado:

En algunos casos, (...) parecen, a primera vista, afirmaciones del hablante, pero el contexto demuestra, com mayor o menor claridad, que no lo son, que el hablante está repitiendo lo que dijo (o lo que hubiera dicho) outro en tal situación, y añadiéndole una resonancia o deformación intencional (1996: 11).

No caso que nos ocupa, a identificação da repetição das palavras de outro e a construção de uma ressonância caricatural são-nos dadas pela voz do narrador(-autor) através das notas de rodapé que acompanham os segmentos discursivos pertencentes a Aires de Gouveia:

- (i) *Palabras e frases sublinhadas são plagiados. O dr. Libório tinha vasta leitura da Reforma das Cadeias do insigne escritor A. Aires de Gouveia, ministro da Justiça, ao fazer desta nota (20 de Março de 1865, meia-noite).* [nota de rodapé 1, capítulo XV, pág. 91]<sup>18</sup>.
- (ii) *Já se disse que os primores sublinhados são despejadamente forrageados no livro do sr. Dr. Aires de Gouveia.* [nota de rodapé 1, capítulo XV, pág. 92]
- (iii) *A Reforma das Cadeias, parte I, pág. 26.* [nota de rodapé 2, capítulo XV, pág. 92]
- (iv) *Ibid., pág. 47.* [nota de rodapé 1, capítulo XV, pág. 93]

---

<sup>17</sup> Graciela Reyes define ‘eco’ do seguinte modo: «(...) evocar un texto preexistente, o, a veces, un texto posible, y mostrar alguna actitud ante ese texto, que, en el caso más interesante, el del eco irónico, es una actitud negativa. Se trata (...) de repetir unas palabras, o un pensamiento o idea, es decir, una proposición, para burlarse de quién enunció esa proposición, contrastándola con la situación presente. La denominación “eco” sugiere la exageración o deformación que sufre la proposición al ser repetida con alguna actitud explícita, como burla o ironía» (1996:11-12).

<sup>18</sup> No momento em que o romance estava a ser escrito, Aires de Gouveia desempenhava, pela primeira vez, o cargo de Ministro da Justiça, integrando o governo constituído pelo duque de Loulé em 5 de Março de 1865. Este governo durou cerca de um mês, tendo sido dissolvido em 17 de Abril do mesmo ano.

Trata-se, em primeiro lugar, de um procedimento citativo, na medida em que o narrador(-autor) assinala a proveniência textual dos segmentos destacados a itálico no romance, utilizando um dispositivo pouco vulgar em romance: as expressões citativas não estão colocadas no discurso da personagem nem na narração, mas localizam-se fora do texto ficcional, em rodapé, veiculando uma informação adicional assumida como nota de autor, que serve para chamar a atenção do leitor. Por esta via o autor indica ao leitor menos conhecedor a fonte autoral de alguns segmentos constitutivos do discurso da personagem, permitindo-lhe assim activar o intertexto. Estabelece-se, portanto, um eixo de interacção autor-leitor, paralelo ao eixo ficcional narrador-narratário, fundamental para fazer funcionar o discurso do Dr. Libório como paródia.

Na verdade, activado o intertexto, o discurso desta personagem passa a funcionar como uma representação – ou re-apresentação – das palavras de Aires de Gouveia extraídas d'A *Reforma das Cadeias em Portugal*. Estas palavras, propagadas em eco pela voz de Libório de Meireles, obedecem a uma intenção paródica.

A leitura paródica do discurso desta personagem, assegurada pelo autor(-narrador) no momento em que activa o intertexto, justifica-se pela presença dos traços definidores dessa forma intertextual. Na definição de Linda Hutcheon,

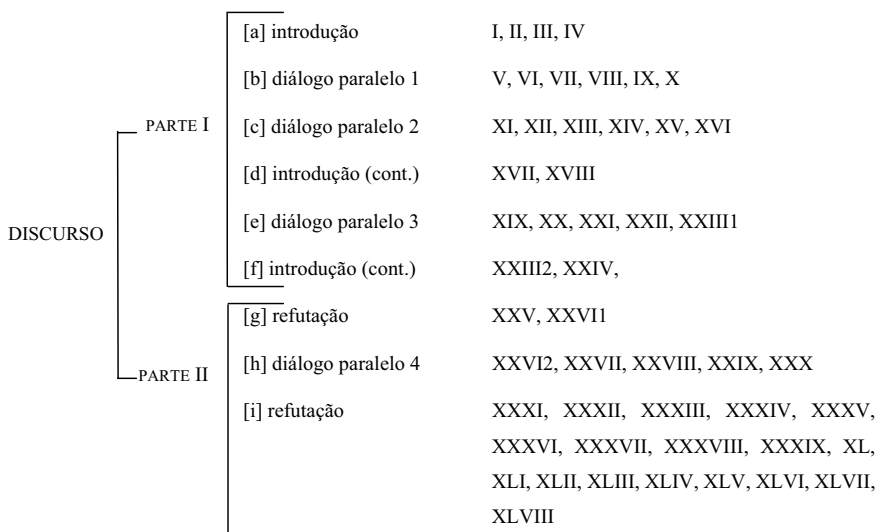
Parody, therefore, is a form of imitation, but imitation characterized by ironic inversion, not always at the expense of the parodied text. Max Ernst's Pietà is an Oedipal inversion of Michelangelo's sculpture: a petrified father holds a living son in his arms, replacing the living mother and her dead son, Christ. Parody is, in another formulation, repetition with critical distance, which marks difference rather than similarity (1985: 6).

Se considerarmos *imitação* o processo de repetição das palavras de Aires de Gouveia pelo Dr. Libório, se atendermos à deformação caricatural a que o texto de Aires de Gouveia é submetido por via da recontextualização, não podemos deixar de ler o discurso correspondente à intervenção parlamentar do deputado portuense como paródia.

Desta análise se conclui que o narrador(-autor), neste dispositivo citacional, foi guiado pela intenção de evocar um determinado texto, repetindo dele, por processos de ressonância deformante, as passagens mais caricatas, para, a partir daí, proceder a uma refutação explícita do seu conteúdo e da sua forma. Essa refutação, que ocorre no capítulo XVII d'A *Queda dum Anjo*, será assumida por Calisto Elói, na intervenção que se segue às propostas de Libório de Meireles.

3. A intervenção de Calisto Elói apresenta um recorte discursivo distinto do do adversário pela sua natureza de réplica, ou seja, unidade de resposta a um discurso anterior com o qual constitui uma macro-unidade discursiva de debate. Tal facto é determinante para o forte dinamismo interdiscursivo/intertextual e para a tensão dialógica que a caracterizam.

Ao contrário da intervenção do seu adversário, o discurso de Calisto Elói aparece entrecortado por quatro diálogos paralelos estabelecidos entre o protagonista e vários interlocutores (deputados vários, o Dr. Libório e o Presidente). Estes diálogos marcam a divisão da intervenção de Calisto Elói em dois segmentos de natureza distinta, tendo o primeiro uma natureza preambular e o segundo um carácter predominantemente refutativo, como se ilustra no esquema seguinte.



ESQUEMA 3 – *Estrutura discursiva da intervenção parlamentar de Calisto Elói*

A primeira parte do discurso constitui, na sua globalidade, um juízo valorativo acerca do tom geral da intervenção do adversário, designadamente sobre o estilo utilizado. As diferentes interrupções que deram origem aos três diálogos paralelos<sup>19</sup> – [b], [c], [e] – dotam a

<sup>19</sup> Para a descrição pormenorizada da funcionalidade dos diálogos paralelos no debate parlamentar enquanto género discursivo, ver Marques (2000).



primeira parte do discurso de um recorte fragmentário que não chega, no entanto, para destruir a sua coerência semântica.

A segunda parte, mais coesa e compacta, dado que é interrompida apenas uma vez com um diálogo paralelo – [h] –, comporta a refutação concreta de oito tópicos do discurso do adversário, presentificado neste discurso por meio de citação. O alvo da crítica que se opera nesta refutação é propositadamente ambíguo, podendo tratar-se do Dr. Libório de Meireles e/ou de Aires de Gouveia. Tal indistinção, assente na fusão das vozes enunciativas presente no discurso do Dr. Libório que agora é refutado, é aliás assumida por Calisto:

<sup>20</sup>[ICE, XXV2-XXVI1] Primeiro me cumpre declarar que **não sei pelo claro a quem me dirijo**. Há dias me regalei de ler o sucoso livro de um doutor grande letrado que escreveu da *Reforma das Cadeias*. Achei-o lusitaníssimo na palavra; mas hebraico na locução. Tem ele de bom e singular que tanto se percebe lendo-o da esquerda para a direita como da direita para a esquerda. Soou-me que o sr. dr. Libório, amador do que é bom, se identificara com o livro, e aformosentara o seu discurso com muitas louçainhas daquele tesouro.

**Não sei, pois, se me debato com o sr. Dr. Aires, se com o sr. Dr. Libório** (destaques nossos).

Ao focarmos, com mais pormenor, esta parte do discurso, distinguimos, de acordo com um critério temático, oito segmentos discursivos, incidindo cada um deles sobre um tópico específico do discurso que é refutado. A refutação operada em cada uma dessas unidades linguísticas apresenta dois segmentos distintos: a retoma do discurso do adversário e o comentário refutativo do locutor.

O bloco discursivo em consideração, assinalado no ESQUEMA 3 como «[i] refutação», aparece, na figura seguinte, segmentado nessas oito unidades discursivas, distinguindo-se, em cada uma delas, os enunciados correspondentes às componentes *retoma* + *comentário refutativo*.

---

<sup>20</sup> A sigla ICE corresponde a «intervenção de Calisto Elói»; XXV2, ao vigésimo quinto parágrafo, frase 2. As anotações [ICE, XXV2-XXVI1] reenviam para os textos reproduzidos no anexo.

[i] refutação	UNIDADE	retoma	XXXI1
	DISCURSIVA 1	comentário	XXXI2-3, XXXII
	UNIDADE	retoma	XXXIII1
	DISCURSIVA 2	comentário	XXXIII2-4
	UNIDADE	retoma	XXXIV1
	DISCURSIVA 3	comentário	XXXIV2-7
	UNIDADE	retoma	XXXV1-4
	DISCURSIVA 4	comentário	XXXV5, XXXVI
	UNIDADE	retoma	XXXVII
	DISCURSIVA 5	comentário	XXXVIII, XXXIX, XL
	UNIDADE	retoma	XLI
	DISCURSIVA 6	comentário	XLII
	UNIDADE	retoma	XLIII, XLIV
	DISCURSIVA 7	comentário	XLV, XLVI
	UNIDADE	retoma	XLVIII
	DISCURSIVA 8	comentário	XLVII2-3

ESQUEMA 4 – *Estrutura discursiva do segmento refutativo*

Esta segmentação permite que nos detenhamos na análise da(s) voz(es) enunciativa(s) convocada(s) nas unidades de retoma, averiguando, deste modo, o alvo preferencial desta réplica.

3.1. Em primeiro lugar, atenderemos aos enunciados referenciados no ESQUEMA 4 como *retoma*, a fim de procedermos à identificação das vozes que emergem à superfície do texto e à descrição das formas citativas<sup>21</sup>.

<sup>21</sup> No quadro da Análise Modular do Discurso, da Universidade de Genebra, trata-se de descrever a organização enunciativa, assim definida: «L'analyse de l'organisation énonciative (...) permet de distinguer les discours produits des discours représentés, autophoniques, diaphoniques et polyphoniques et de distinguer différentes formes de discours représentés: désignés, formulés et implicites.» (Roulet *et al.* 2001: 281). Recorremos ao mesmo método e utilizamos o mesmo tipo de indicações gráficas. Ver, a este propósito, Roulet (1999: 190-194).

Para a identificação das vozes presentes em cada um dos excertos, procederemos à segmentação do discurso, distinguindo cada um dos segmentos com [ ]. Os parênteses rectos serão precedidos da identificação da fonte da voz, para o que usaremos as iniciais **LM** para Libório de Meireles, **AG** para Aires de Gouveia e **CE** para Calisto Elói. Os segmentos correspondentes a Calisto Elói virão destacados a negrito para mais fácil visualização.

[UD 1] **CE** [**O ilustre colega referiu**] **LM** [o que vem contado no livro do sr. Dr. Aires de Gouveia:] **LM-AG** [*que o nosso rei D. Miguel, já mancebo saído da puerícia, se entreteinha a maltratar animais, chegando um dia a ser encontrado arrancando as tripas a uma galinha com um saca-rolhas.*] (§ XXXI1)

[UD 2] **CE** [**E, depois, Sr. Presidente, que me diz V. Ex.<sup>a</sup> e a Câmara**] **LM-AG** [àquele filho da rainha da Grã-Bretanha, que é um rapinante: *uma pega humana!*] (§ XXXIII1)

[UD 3] **CE** [Em desconto destas repugnantes notícias, **fez-nos o sr. doutor o bom serviço de nos dizer que**] **LM-AG** [homem em latim é vir, e mulher é mulier, e que, em alguns casos, homo também é homem.] (§ XXXIV1)

[UD 4] **CE** [Porque não há-de ser castigada a mulher por igual com o homem? **Resposta séria à pergunta que tresanda a paradoxo:**] **LM-AG** [«Porque, no delito, as faculdades da mulher agitam-se perturbadas; é um período de evolução.»] **CE** [A mulher, que mata, por ciúme é que mata; a mulher, que propina venenos, por ciúme é que despedaça as entranhas da vítima. Isto é crime, ao que parece; crime, porém, de] **LM-AG** [*faculdades que se agitam perturbadas, e período de evolução.*] (§ XXXV1-4)

[UD 5] **CE** [**O que eu melhor entendi**, graças à linguagem correntia e pedestre da arenga, **foi que o ilustre colega, avençado com o sr. dr. Aires, querem que**] **LM-AG** [*todo o preso seja de todo barbeado semanalmente, lave rosto e mãos duas vezes por dia, e tenha o cabelo cortado à escovinha, e beba água com abundância, e não beba bebidas fermentadas, nem fume.*] (§ XXXVII)

[UD 6] **CE** [**Querem que**] **LM-AG** [o preso se regenere hidropaticamente.] **CE** [**Mandam-no**] **LM-AG** [lavar a cara duas vezes por dia.] (§ XLI2) **LM-AG** [Água em abundância.] **CE** [conclamam os dois doutores.] (§ XLI3) **CE** [**Fazem eles o favor de**] **LM-AG** [dar ao preso água em abundância;] **CE** [mas descontam nesta magnanimidade] **LM-AG** [proibindo-os de falarem aos companheiros de infortúnio.] **CE** [**com o formidável argumento de que**] **LM-AG** [*saem das cadeias delineamentos de assaltos, e assassinatos de homens que sabem ricos!...*] (§ XLI4)

[UD 7] CE [O que é um preso descomedido, Sr. Presidente? Di-lo-ei?] (...) LM-AG [*É febricitante despedido do leito, que, como seta voada do arco, exaspera em barulho os males de toda a enfermaria.*] (§ XLIII)

[UD 8] AG [*Inclinando razoamento*] CE [(peço vénia para me também enriquecer com esta locução do sr. dr. Aires),] AG [*inclinando razoamento*] CE [a pôr fecho neste palanfrório com que dilapido o precioso tempo da Câmara, sou a dizer, Sr. Presidente, que a melhor reforma das cadeias será aquela que legislar melhor cama, melhor alimento, e mais cristã caridade para o preso.] (§ XLVIII)

3.1.1. Nos segmentos introdutórios do discurso directo e nas formulações em discurso indirecto, é interessante verificar que Calisto Elói se refere, em simultâneo, a Libório Meireles e Aires de Gouveia como sendo a mesma voz enunciativa, ora usando o plural, ora uma designação ambígua (aplicável num caso ou noutro). Vejamos.

Em UD1, temos uma construção enunciativa complexa que implica três níveis de relato do discurso encaixados – CE diz que LM diz que AG diz que...

Em UD2, Calisto Elói transmite um caso que Libório de Meireles cita de Aires de Gouveia. Embora não exista qualquer indicação da fonte, sabemos que se trata de um discurso alheio através do emprego do determinante demonstrativo «aquele» e do modificador do SN, «que é um rapinante». A repetição, em eco, do segmento «uma pega humana», no contexto em que se insere, não deixa dúvidas quanto à intenção crítica do locutor. A censura inerente recai obviamente sobre a fonte enunciativa dos enunciados citados que, no caso, pode ser Libório de Meireles ou Aires de Gouveia.

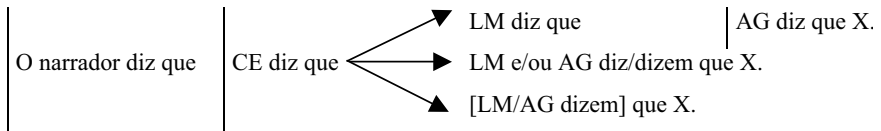
Em UD3, a designação «o sr. doutor» pode designar quer o Dr. Libório de Meireles quer o Dr. Aires de Gouveia, já que o segmento citado é reportado por Libório de Meireles em discurso directo.

Em UD5 e UD6, os segmentos reportados têm origem em duas fontes de enunciação correspondentes às vozes de Libório de Meireles e Aires de Gouveia que o locutor funde na 3.<sup>a</sup> pessoa do plural do verbo introdutor do discurso indirecto: «o ilustre colega, avençado com o sr. doutor Aires, querem que...», «Querem que...», «Mandam-no...». UD6 constitui um comentário de Calisto Elói, sendo o segmento «que o preso se regenere hidropaticamente» alusivo ao enunciado «o preso não pode beber vinho, apenas água» do discurso que está a ser convocado.

Em UD7, estamos perante um processo de citação invulgar, também presente em UD4. Trata-se de utilizar uma pergunta cuja resposta

constitui o eco das palavras alheias. O locutor opera a retoma através de frases-eco ironicamente enfatizadas por comentários como «resposta séria à pergunta que tresanda a paradoxo» e «Di-lo-ei?». A fonte destas retomas pode, mais uma vez, ser Libório de Meireles ou Aires de Gouveia, uma vez que no discurso do Dr. Libório de Meireles a frase em causa está citada em discurso directo.

Estas construções revelam a complexidade da organização enunciativa deste excerto narrativo que põe em jogo vários níveis de representação do discurso.



Do discurso de Libório de Meireles apenas são retomados segmentos originalmente enunciados por Aires de Gouveia, voz que é implícita e explicitamente convocada no contra-discurso de Calisto Elói. Aires de Gouveia transforma-se, portanto, no alvo preferencial da refutação operada pela personagem camiliana.

3.2. Os enunciados referenciados como *comentário* no ESQUEMA 4 correspondem a segmentos refutativos que analisaremos apenas do ponto de vista enunciativo, isto é, destrinchando os segmentos representativos do discurso do adversário neles presentes.

[UD 1] É pasmoso, Sr. Presidente, que os dois doutores, protestando pela legitimidade do seu rei, um no livro, outro no discurso, refiram a sanguinária história do saca-rolhas nos intestinos da deplorável galinha! (§ XXXI2) Eu suei quando ouvi este canibalismo, suei de aflição, Sr. Presidente, figurando-me o desgosto da ave! (§ XXXI3)

[UD 2] Que musa de tamancos! (§ XXXIII2) uma pega humana! (§ XXXIII3) Que imagem! (§ XXXIII4) que alegoria tão ignóbil, e extractada de vocabulário da ralé!... (§ XXXIII5)

[UD 3] Uma lição de linguagens latinas para nos advertir que a lei não legisla para a mulher!... (§ XXXIV1) Teremos ainda de assistir à repetição do concílio em que haveremos de averiguar se a mulher é da espécie humana? (§ XXXIV4) Se os srs. drs. Aires ou Libório, alguma vez, dirigirem os negócios judiciais e eclesiásticos em Portugal, receio que os legisladores excluam a mulher das

penas codificadas, e que os bispos lusitanos as excluam da espécie humana!... (§ XXXIV5) E pior será se algum destes ministros, no intento de puni-las, as classificam nas aves, e nomeadamente nas galinhas! (§ XXXIV6) O horror dos sacarrolhas, Sr. Presidente, não me desaperta o ânimo! (§ XXXIV7)

**[UD 5]** Que o preso lave a cara duas vezes por dia, isso é bom que ele o faça, se tiver a cara suja; mas obrigá-lo a lavatórios supérfluos, é risível puerilidade, juízo pouco aseado que precisa também de barreira. (§ XXXVIII) Privar do uso do tabaco o preso que tem o hábito de fumar inveterado, é requisito de desumanidade que sobreleva à pena de prisão perpétua ou degredo por toda a vida. (§ XXXIX) Tirem o cigarro ao preso; mas pendurem logo o padecente, que ele há-de agradecer-lhe o benefício. (§ XXXIX2)

**[UD 6]** «Delineamentos de assassinatos!» Que é isto? Assassinato é coisa que me não cheira a idioma de Bernardes e Barros. Seja o que for, é coisa horrível que sai das cadeias com seus delineamentos, contra homens que os presos sabem ricos. Aqui, Sr. Presidente, neste sabem ricos, quem sofre o assassinato é a gramática. (§ XLII)

**[UD 7]** Que se há-de fazer a um patife que é seta voada do arco? Faz-se-lhe lavar a cara terceira vez! Que desperdício de poesia para descrever um preso bulhento! Seta voada do arco! Que infladas necessidades assopram estes estilistas de má morte! (§s XLIV-XLVI)

Para compreendermos o complexo jogo interaccional instaurado entre o locutor e as vozes representadas, explicaremos, em primeiro lugar, porque consideramos estes enunciados polifónicos e, em segundo lugar, veremos qual o estatuto das vozes presentes nesses enunciados (i.e. se estamos perante estruturas diafónicas). Para tal, respeitaremos a ordem pela qual foram citados.

Na primeira unidade discursiva, no segmento «É pasmoso, Sr. Presidente, que os dois doutores, protestando pela legitimidade do seu rei, um no livro, outro no discurso, refiram a sanguinária história do saca-rolhas nos intestinos da deplorável galinha!», o discurso do interlocutor-destinatário é designado<sup>22</sup> através do verbo de fala «referir», introdutor do segmento anafórico que condensa a reprodução literal dessa *história* no enunciado anterior (§ XXXI1). Este segmento será retomado nos enunciados seguintes (§s XXXI1, XXXIII1, XXXII2, XXXIII3, XXXII4) por meio de retomas lexicais: «este canibalismo»,

<sup>22</sup> De acordo com Eddy Roulet, «Le discours représenté peut être simplement désigné par un verbe ou par un syntagme nominal, généralement une nominalisation. (Roulet *et al.* 2001: 283).

«a aleivosia cuspida», «o caso infando do saca-rolhas nas tripas da galinha», «estas anedotas hediondas, e mais torpes no esqualor de recontá-las».

Na segunda unidade discursiva, o segmento XXXIII3 – *uma pega humana!* –, grafado a itálico, constitui uma repetição, em eco, integral e literal das palavras do interlocutor-destinatário, produzindo um efeito de mostração do absurdo da expressão reproduzida.

Os *ecos* que aparecem no discurso de Calisto Elói, em passagens como XLIII1 («Delineamentos de assassinatos!») e XLVII1 («seta voada do arco!»), revelam da parte do locutor uma atitude claramente negativa, isto é, de distanciamento e de ironia em relação às expressões citadas.

Na terceira unidade discursiva, os segmentos «galinhas» e «sacarolhas» aparecem num enunciado irónico e recuperam a voz do interlocutor e do destinatário explicitamente convocados através das marcas linguísticas de interlocução, «os srs. drs. Aires ou Libório».

A quinta unidade discursiva possui dois segmentos que, em termos enunciativos, traduzem as vozes do interlocutor e do destinatário. Esses segmentos ocupam um lugar sintáctico de destaque na construção frásica:

1. (a) *Que o preso lave a cara duas vezes por dia, (b) isso é bom que ele o faça, se tiver a cara suja (...).*
2. (a) *Privar do uso do tabaco o preso que tem o hábito de fumar inveterado, (b) é requisito de desumanidade (...).*

O segmento (a), nas duas construções acima reproduzidas, corresponde a reformulações de frases proferidas pelo interlocutor no seu discurso:

- 1'. *Eu quero, com o dr. Aires, que todo o preso seja de todo barbeado semanalmente, lave rosto e mãos duas vezes por dia, e tenha o cabelo da cabeça cortado à escovinha.*
- 2'. *Eu quero, com o dr. Supracitado, que ele não fume, nem beba bebida fermentada.*

Ainda nesta unidade discursiva, surge uma construção coordenada adversativa que traduz, através do primeiro termo da estrutura de coordenação, a voz do interlocutor-destinatário:

3. (a) *Tirem o cigarro ao preso; (b) mas pendurem logo o padecente.*

Os enunciados reproduzidos em 1., 2. e 3. traduzem *ecos irónicos*, isto é, repetição de palavras i/ou ideias de alguém que o locutor pretende ridicularizar, vincando com expressividade uma atitude negativa.

Na sexta unidade discursiva, os enunciados integram palavras e expressões pertencentes ao interlocutor-destinatário através da «modalização autonímica», expressão que para Authier-Revuz (1992: 41) sinaliza um elemento como fragmento conservado sem alterações da mensagem de origem sobre o qual recai o comentário reflexivo do locutor. De facto, os termos «*Assassinato*», «sai das cadeias com seus delineamentos, contra homens que os presos *sabem ricos*», «*sabem ricos*», «*assassinato*» são segmentos citados literalmente do discurso do Dr. Libório de Meireles, incrustados nos enunciados irónicos de Calisto que se distancia criticamente da sua enunciação.

A sétima unidade discursiva é constituída por um enunciado irónico do qual emerge a voz do interlocutor-destinatário por meio de processos inferenciais.

Sendo certo que todas estas estruturas discursivas incorporam na sua construção duas vozes distintas – a da personagem camiliana Libório de Meireles e a do Dr. Aires de Gouveia –, impõe-se que nos interroguemos acerca do seu estatuto enunciativo para que possamos definir, com clareza, o destinatário último da obra. Daí a questão: estaremos perante construções diafónicas ou polifónicas?

O critério para a distinção entre diafonia e polifonia situa-se no plano interaccional, como refere Roulet:

«La distinction entre discours représentés diaphonique et polyphonique repose sur les informations fournies par le cadre interactionnel; en effet, on a affaire à une séquence de discours représenté diaphonique si cette séquence représente le discours de l'interlocuteur direct du locuteur/scripteur; les autres séquences de discours représenté sont polyphoniques» (Roulet *et al.* 2001: 286).

Ora, as marcas de interlocução que definem o quadro interaccional em que ocorre o discurso de Calisto são claramente indicadoras da relação que se estabelece entre o locutor e as duas pessoas convocadas para o discurso: «os dois doutores» (XXXI2), «ao sr. Dr. Aires» (XXXII3), «os refundidores da justiça» (XXXII4), «os srs. drs. Aires ou Libório» (XXXIV5), «algum destes ministros» (XXXIV6), «o ilustre colega, avençado com o sr. Dr. Aires» (XXXVII2), «estes reformadores de cadeias» (XL1), «os dois doutores» (XLI3), «estes estilistas de má morte» (XLVI2). Estas marcas linguísticas não deixam dúvidas quanto ao processo intencional de amalgamar os níveis interaccionais, uma



vez que o estatuto do Dr. Libório de Meireles (personagem camiliana que interage no parlamento com Calisto) e do Dr. Aires de Gouveia (potencial leitor da novela *A Queda dum Anjo* a quem se dirige o seu escritor através da personagem Calisto) são diferentes. Uma vez que possuem um estatuto diferente, as vozes representadas na intervenção parlamentar definem-se de modo diferente: diafónica, no caso do Dr. Libório de Meireles pelo facto de o locutor estabelecer uma interacção directa<sup>23</sup>; polifónica, no caso do Dr. Aires de Gouveia.

Esta análise permite-nos reunir os dados necessários para a compreensão do complexo jogo interaccional que se estabelece entre o locutor e as vozes representadas no seu discurso e dos papéis comunicativos assumidos por elas. Assim, além do *destinatário imediato/interlocutor directo* representado pela assembleia de deputados e pelo Presidente desta assembleia, a quem se dirige o locutor por várias vezes, existem dois *destinatários mediatos*, em dois níveis de interlocução: o Dr. Libório de Meireles, autor do discurso parlamentar que está na base da refutação de Calisto, e o Dr. Aires de Gouveia, autor de uma obra directamente implicada na refutação da personagem camiliana. Esta definição do estatuto diafónico da voz de Aires de Gouveia, representada no discurso de Calisto, é fundamental para a análise d'*A Queda dum Anjo* como texto de polémica, como veremos.

3.3. Outras passagens, menos significativas, da intervenção parlamentar de Calisto contêm também referências explícitas ao discurso do adversário. Destacaremos, a título exemplificativo, as ocorrências de retoma que surgem no diálogo paralelo 4 (ver ESQUEMA 3), incorporado na segunda parte da intervenção.

a) *O orador*: – De maneira, Sr. Presidente, que V. Ex.<sup>a</sup> quer à fina força subjugar as minhas pobres ideias em ***aprisoamento, como disse gentilmente o ilustre colega!*** (§ XXVIII)

O itálico usado pelo narrador procura assinalar a diferença de entoação com que o orador terá proferido a palavra em destaque, marcando o distanciamento, por via da ironia, do locutor em relação ao *dicto*.

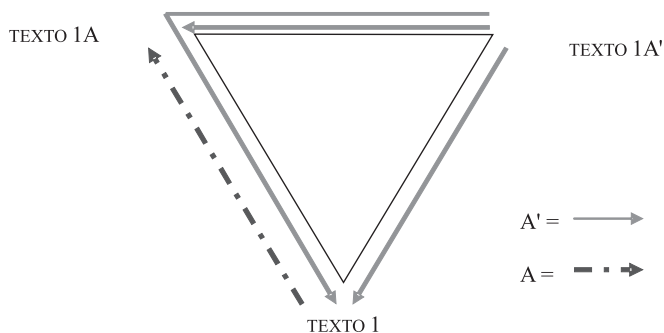
<sup>23</sup> «Dans une structure polyphonique (...), deux voix se combinent dans la même intervention, mais la voix de l'autre, qui n'est pas le destinataire de l'intervention, n'est là qu'à titre d'objet de référence, et non pas de pôle d'interaction directe avec le destinataire. Dans une structure diaphonique, l'énonciateur ne se contente pas de réagir, sans la toucher, à une parole présente ou de se référer à des paroles absentes, il commence par reprendre et réinterpréter dans son propre discours la parole du destinataire, pour mieux enchaîner sur celle-ci.» (Roulet *et al.* 1985: 71).

b) É então certo, **como disse o sr. Dr. Libório**, que **não há direito em Portugal?** (§ XXIX)

c) V. Ex.<sup>a</sup>, sem o querer, está sendo, **na frase ingrata do ilustre deputado**, o *substituto do anjo S. Miguel!* (§ XXIX)

Estes enunciados parecem corresponder ao que Graciela Reyes (1996) classificou como ecos irônicos, por incorporarem no discurso palavras do adversário usadas para serem criticadas/censuradas (com as quais, portanto, o locutor não se identifica e pelas quais não se responsabiliza). Authier-Revuz designa, como já vimos, por «modalização autonímica» este processo de citação de palavras e expressões do interlocutor, neste caso, criando um efeito *mostrativo*: o locutor põe em evidência um determinado segmento citado para sobre ele fazer recair um distanciamento reprovador. A existência de citação é marcada não só pelo recurso ao itálico, mas também por segmentos modalizadores que reenviam as asserções que acompanham para um outro discurso: «como disse gentilmente o ilustre colega», «como disse o sr. Dr. Libório», «na frase ingrata do ilustre deputado».

4. A análise das intervenções constitutivas do terceiro debate parlamentar n'A *Queda dum Anjo* vem confirmar a caracterização da obra enquanto «sintaxe particular de modos citacionais – devidos ao complexo de personagens imbricadas que vão do autor e narrador aos leitores e narratários» (Rodrigues, 2001: XV). Não só devido ao complexo de personagens imbricadas, mas também ao jogo de construção intertextual que faz dos textos analisados verdadeiros palimpsestos. No esquema conceptual seguinte procurámos representar o feixe de relações intertextuais que irradia dos discursos dos dois deputados:



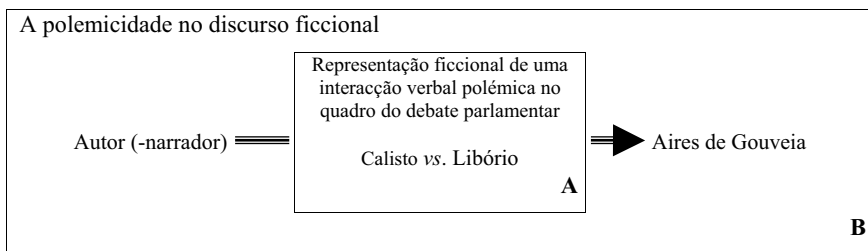
ESQUEMA 5 – *Relações de intertextualidade*

O TEXTO 1, ou texto primitivo, é *A Reforma das Cadeias em Portugal*, de António Aires de Gouveia, representado pelo triângulo preto; o TEXTO 1A é o discurso parlamentar do Dr. Libório de Meireles (cap. XV), onde aparece o primeiro grau de representação deformada do TEXTO 1; o TEXTO 1A' é o contra-discurso de Calisto Elói (cap. XVII) que evidencia um segundo grau de representação deformada do TEXTO 1A e do TEXTO 1. A seta tracejada indica um movimento que vai de fora para dentro do texto, existindo, neste caso, uma incorporação do TEXTO 1 no texto 1A com efeitos paródicos; a seta grossa indica um movimento contra, isto é, a refutação dos dois textos anteriores, TEXTO 1 e TEXTO 1A, que aparecem citados. Assim sendo, com o discurso parlamentar de Calisto Elói (TEXTO 1A') estamos perante um duplo palimpsesto: neste discurso são visíveis as duas camadas de escrita correspondentes aos dois textos anteriores (TEXTO 1 e TEXTO 1A).

Na origem deste jogo intertextual está Aires de Gouveia, cuja obra serve de base para as constantes citações. De facto, são as palavras de Aires de Gouveia que ecoam, através da diversidade das formas citativas já analisadas, nos discursos parlamentares das personagens camilianas.

Ora, a citação, por força da sua significação etimológica, funciona também como interpelação, como incitamento ao diálogo. Se recuperarmos a sua significação etimológica, «*citar* é mais do que “repetir palavras”, transcrever, mencionar, referir (acepções hoje mais comuns). Em latim, *citare* significa “pôr em movimento”, “chamar” ou “convocar”, e daí o sentido, ainda usual, de citar alguém a comparecer perante a justiça para depor ou testemunhar» (Lourenço, 1998: 279). A definição do dicionário de Cândido de Figueiredo vem corroborar o significado acima referido: «*Citar*, v.t. Avisar, intimar, aprazar, para comparecer em juízo *ou* cumprir qualquer ordem judicial. Mencionar *ou* transcrever como autoridade *ou* exemplo. [...] Provocar (o toiro) para realizar qualquer sorte tauromáquica (Lat. *citare*)». (Cândido de Figueiredo *apud* Lourenço, 1998: 279).

Ao citar Aires de Gouveia, nos moldes descritos, o autor(-narrador) d'*A Queda dum Anjo* está a incitá-lo ao diálogo, a provocá-lo para um possível jogo polémico, incluindo-o num determinado quadro interaccional, mais englobante do que a interação estabelecida entre o Dr. Libório de Meireles e Calisto, como se vê no esquema seguinte:

ESQUEMA 6 – *Quadro interaccional*

No primeiro plano, [A], temos uma interação polémica ocorrida no quadro situacional do debate parlamentar entre duas personagens, ou seja uma representação ou recriação ficcional; no segundo plano, [B], temos a voz do autor(-narrador) como fonte de tensão conflitual com Aires de Gouveia, dimensão que determina «uma forte reversibilidade entre texto e sociedade, em que esta, pelo retrato vivo, por exemplo, de certas personagens civis, inunda aquele» (Rodrigues, 2001: XVI). Esta reversibilidade entre texto e sociedade é ainda concretizada por via do discurso autoral que perpassa a obra<sup>24</sup>.

5. Este dispositivo citacional, de grande complexidade, só pode ser descrito a partir da análise do quadro interaccional<sup>25</sup> onde parecem

<sup>24</sup> Se nos colocarmos na perspectiva dos discursos veiculados pelo autor(-narrador), focando, por exemplo, as notas de rodapé, facilmente nos aperceberemos desta dimensão. Destaque-se, a título exemplificativo, duas das notas de rodapé mais significativas: (i) *Esta chave de oiro do peregrino discurso foi também roubada dos tesouros do sr. dr. Aires de Gouveia, ministro da Justiça. Pág. 150, 2.º vol. da Reforma das Prisões.* [nota 2, capítulo IX]; (ii) *Palavras e frases sublinhadas são plagiados. O dr. Libório tinha vasta leitura da Reforma das Cadeias do insigne escritor A. Aires de Gouveia, ministro da Justiça, ao fazer desta nota (20 de Março de 1865, meia-noite)* [nota 1, capítulo XV].

<sup>25</sup> Empregamos a designação de «quadro interaccional» a partir do termo utilizado por Eddy Roulet (2001), no âmbito da análise modular do discurso, «cadre interactionnel», designativo do dispositivo que define as propriedades de determinada situação de comunicação do ponto de vista da sua materialidade, utilizando para tal três parâmetros: o canal utilizado (oral ou escrito), o modo de comunicação (comunicação presencial ou em diferido), a relação comunicacional (unidireccionalidade ou reciprocidade na interação). O conceito de «cadre interactionnel» foi introduzido e desenvolvido por Marcel Burger (1997) no âmbito da atenção descritiva focalizada na organização enunciativa e polifónica dos discursos, no quadro da análise modular do discurso. É retomado em Roulet (2001), na apresentação global da história, desenvolvimentos e investigações relacionadas com a Análise Modular do Discurso da Escola de Genebra.

sobrepôr-se várias vozes: a do Dr. Libório (personagem ficcional), a de Aires de Gouveia (figura real) e a do narrador(-autor). Estes enuncia- dores relacionam-se entre si em diferentes níveis interaccionais, como se procura mostrar através do esquema seguinte:

Camilo C. Branco autor	narrador	dr. Libório de Meireles <locutor>  oral co-presença espaço-temporal reciprocidade regulada  <DEBATE PARLAMENTAR>	Calisto Elói deputados <interlocutor>  <auditório>	narratário	Aires de Gouveia leitor
		escrito distância espaço-temporal não reciprocidade <NARRATIVA>			
		escrito distância espaço-temporal reciprocidade latente			
<ROMANCE>					

ESQUEMA 7 – Níveis interaccionais em *A Queda dum Anjo*

Este esquema<sup>26</sup> procura dar conta dos três níveis de interacção existentes no texto que temos estado a analisar.

Num primeiro nível, aparece a intervenção do Dr. Libório de Meireles proferida no quadro do debate parlamentar, tendo por ouvintes os restantes deputados. Convém referir que este discurso está encaixado numa interacção mais ampla, a da narrativa, estando, por

<sup>26</sup> Adaptado de Roulet *et al.* (2001: 157). Nesta obra encontra-se a análise das propriedades constitutivas da interacção romanesca, genericamente definida do seguinte modo: «On peut soutenir que l'interaction romanesque se caractérise également par la représentation d'autres interactions, et plus précisément par la mise en scène d'interactions verbales entre des personnages, rapportées explicitement ou non par un narrateur. Un roman résulte dès lors aussi de la combinaison de trois niveaux matériels emboîtés les uns dans les autres: la matérialité du dialogue entre les personnages, celle du récit pris en charge par un narrateur, et enfin celle du livre imprimé qui engage l'auteur et son auditeur à un lectorat.» (Roulet *et al.* 2001: 156).

isso mesmo, sujeito a uma lógica e a uma finalidade específicas. É, de facto, uma interacção representada, governada pela intenção do autor que faz com que as personagens interajam de determinado modo.

No segundo nível, surge a voz do narrador que relata, na modalidade de discurso directo, a intervenção do deputado no parlamento que, por sua vez, cita o livro de Aires de Gouveia, *A Reforma das Cadeias em Portugal*. O narrador é o locutor responsável pela enunciação «introdutora» delegando noutro locutor, o Dr. Libório de Meireles, a responsabilidade da representação do texto de Aires de Gouveia. Ao introduzir o discurso directo, o narrador tem oportunidade para «manipular o enquadramento, a selecção e a interpretação dos enunciados supostamente literais» (Duarte, 2003: 63). Utiliza o Dr. Libório de Meireles como porta-voz das proposições consideradas absurdas do livro de Aires de Gouveia, alvo especificamente visado no romance em estudo. O deputado portuense é uma voz manipulada pelo narrador para ser risível e para tornar risível aos leitores o texto de Aires de Gouveia. Em última análise, é sempre este o alvo da recriminação galhofeira do narrador/autor do romance *A Queda dum Anjo*.

No terceiro nível, considera-se a interacção estabelecida entre o autor e os seus leitores. No caso do romance em estudo, este nível surge, por vezes, interligado ao segundo nível de interacção, sendo difícil distinguir, por vezes, as vozes do narrador e do autor, como no caso das notas de rodapé acima reproduzidas que estão ao serviço de um dispositivo citativo de alguma complexidade.

6. Não estamos perante um texto que recria ficionalmente uma interacção verbal polémica, com recurso a um «dispositif d'exposition mimétique», na expressão de Frédéric Cossutta (2000: 175). *A Queda dum Anjo* constitui uma peça de polémica, funcionando como elo na cadeia discursiva e interaccional constitutiva da relação entre Camilo Castelo Branco e Aires de Gouveia. Integra-se, pois, no plano do real a partir do qual visa um alvo específico, ultrapassando a fronteira da ficcionalidade.

A dimensão polémica desta novela camiliana, que poderia funcionar como motor do terceiro ciclo dialogal da polémica entre os autores referidos, está construída com base num intrincado dispositivo citativo que contribui para a criação de uma malha interdiscursiva/intertextual de vincado dinamismo. Do entrelaçamento dos discursos parlamentares com a obra de Aires de Gouveia deriva uma fusão entre as vozes das personagens e as vozes dos sujeitos empíricos: a voz crítica do autor (Camilo Castelo Branco), sobreposta à do narrador e à de

Calisto, a voz do autor criticado, Aires de Gouveia, sobreposta à do Dr. Libório de Meireles. O complexo jogo polifónico em que estas vozes dissonantes se entrelaçam, articulado com outras dimensões textuais (dimensão accional e argumentativa), contribui para a forte configuração polémica da obra.

Os fenómenos de intertextualidade/interdiscursividade, como as construções polifónicas, presentes na obra estudada, revelam uma orientação para a conflitualidade, devido às operações discursivas a que é submetido o discurso do outro. Além das operações de selecção do segmento a retomar, da extracção desse mesmo segmento, acrescentam outras como a de transformação e de deformação sintáctica, morfológica, a de enviesamento ilocutório e pragmático, também a de transformação ridicularizante, a de empilhamento com intenção ostensiva. Todas estas operações têm por finalidade a exibição do discurso do outro (ou de um seu segmento) como objecto sobre o qual recai uma leitura crítica e como objecto de riso.

A ser assim, torna-se aceitável afirmar que a polemicidade de um texto deriva da sua relação crítica com outro texto. De facto, a escrita polémica é uma escrita citativa: constrói-se discursivamente a partir de e sobre um discurso/texto anterior pertencente a um outro que se torna o destinatário visado e, por esta via, potencial interlocutor. Esta escrita citativa, palimpséstica, efectiva-se através de diversas modalidades de citação de um discurso anterior que se transforma em objecto do discurso polémico. É, por isso, possível destacar a intertextualidade/interdiscursividade como uma das características mais marcantes deste tipo de discurso.

## Referências bibliográficas

- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline, «Heterogénéité montrée et heterogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours», *DRLAV* n.º 26, 1992, pp. 91-151.
- BURGER, Marcel, «Positions d'interaction: une approche modulaire», *Cahiers de Linguistique Française* 19, Université de Genève (Faculté des Lettres), 1997, pp. 11-46.
- CABRAL, Alexandre, *Polémicas de Camilo*, Lisboa, Livros Horizonte, volume 1, 1981.
- CASTELO BRANCO, Camilo, «A espada de Alexandre», *Boémia do Espírito*, in *Obras Completas*, sob a direcção de Justino Mendes de Almeida, vol. XVI, Porto, Lello & Irmão Editores, 1993.
- CASTELO BRANCO, Camilo, *A Queda dum Anjo*, Porto, Edições Caixotim, 2001.

- COELHO, Jacinto do Prado, *Introdução ao Estudo da Novela Camiliana*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001 (3.<sup>a</sup> edição).
- COSSUTTA, Frédéric, «Typologie des phénomènes polémiques dans le discours philosophique», Ali Bouacha, Magid & Cossutta, Frédéric (orgs.), *La polémique en philosophie*, Dijon, Centre Gaston Bachelard, 2000, 167-206.
- DUARTE, Isabel Margarida, *O relato do discurso na ficção narrativa. Contributos para a análise da construção polifónica de Os Maias de Eça de Queirós*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.
- FERRO, Túlio Ramires, *Tradição e modernidade em Camilo (A Queda dum Anjo)*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira Lda., 1966.
- GOUVEIA, António Aires, *A Reforma das Cadeias em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1862.
- HUTCHEON, Linda, *A theory of parody: the teachings of twentieth-century art forms*, New York/London, Methuen, 1985.
- JORGE, Ricardo, *Camilo e Antonio Ayres*, Lisboa, Empresa Literaria Fluminense, 1925.
- LOURENÇO, Jorge Fazenda, *A poesia de Jorge de Sena – testemunho, metamorfose, peregrinação*, Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1998.
- MARQUES, Maria Aldina, *Funcionamento do discurso político parlamentar. A organização enunciativa no debate da interpelação ao governo*, Braga, Universidade do Minho/Centro de Estudos Humanísticos, 2000.
- PLANTIN, Christian, «Des polémistes aux polémiqueurs», in Declercq, Gilles *et al*, *La parole polémique*, Paris, Honoré Champion éditeur, 2003, pp. 377-408.
- REYES, Graciela, *Los procedimientos de cita: estilo directo y estilo indirecto*, Madrid, Arco Libros, 1995.
- REYES, Graciela, *Los procedimientos de cita: citas encubiertas y ecos*, Madrid, Arco Libros, 1996 (1.<sup>a</sup> edição: 1994).
- RODRIGUES, Ernesto, «A Queda dum Anjo: citaxe», *Românica. Revista de Literatura do Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras de Lisboa*, n.º 5, Lisboa, Edições Cosmos, 1996, 53.70.
- RODRIGUES, Ernesto, «Prefácio», in Castelo Branco, Camilo, *A Queda dum Anjo*, Porto, Edições Caixotim, 2001.
- RODRIGUES, Sónia V. (2005a), «Contributos para o estudo da polémica em Camilo Castelo Branco: a diversidade de formatos discursivos», in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2.º volume, pp. 849-866.
- RODRIGUES, Sónia V. (2005b), «A escrita fragmentária da “Revista dos Dois Mundos”, de Camilo Castelo Branco: da crónica à polémica», *Revista da Faculdade de Letras «Linguas e Literaturas»*, II Série, volume XXII, pp. 527-547.
- ROULET, Eddy, *La description de l'organisation du discours*, Paris, Didier, 1999.
- ROULET, Eddy *et al.*, *L'articulation du discours en français contemporain*, Berne, Peter Lang, 1985.
- ROULET, Eddy; FILLIETTAZ, Laurent; GROBET, Anne, avec la collaboration de Marcel Burger, *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*, Berne, Peter Lang, 2001.





